



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0370/13	DATA: 18/04/2013
INÍCIO: 09h30min	TÉRMINO: 22h47min	DURAÇÃO: 13h17min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 11h09min	PÁGINAS: 282	QUARTOS: 160

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOICE HASSELMANN - Jornalista.
SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES -Subprocuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.
MÁRCIO TEIXEIRA DOS SANTOS - Promotor de Justiça/PR.
OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Procurador-Geral de Justiça da 1ª Procuradoria de Justiça Criminal e Coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Paraná.
FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Vereador, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança Pública da Câmara Municipal de Curitiba - PR.
GILLYARD FERRAZ - representante das ONGs JOCUM e IWT.
ISRAEL BORGES DA SILVA - Assessor da Deputada Estadual Mara Lima.
AUDELINO DE SOUZA - Depoente.
TARCILA TEIXEIRA - Promotora do Ministério Público do Paraná, Comarca de São Mateus do Sul.
MARIA JANDIRA SCHOEL
MARIA ANTONIA ALVES DE OLIVEIRA
ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA
REGINA ALVES DE LIMA
JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - advogado.
ANTONIO EVERALDO DOS SANTOS - pai de crianças adotadas em São João do Triundo/PR.
MARIA RIVONETE DOS SANTOS - mãe de crianças adotadas em São João do Triundo/PR.
LUÍS VALDIR SANTOS - Filho de Antonio e Maria Rivotete Santos.
PEDRO ANTUNES OLENIKI - Professor de Música em São João do Triundo/PR.
ADÃO DAS NEVES FURTADO - Pai social da Casa Lar de São João do Triunfo/PR.
ROSANA APARECIDA PADILHA FURTADO - Mãe social da Casa Lar de São João do Triunfo/PR.
ANA PAULA GRECHAKI HALILA, Assistente Social da Casa Lar de São João do Triunfo/PR.
MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA – ex-conselheiro tutelar.
CLAUDINEI FRANCISCO ANDRADE KIERAJ -Ex-conselheiro tutelar.
ANTONIO DA SILVA – vizinho de Antonio e Maria Rivotete dos Santos.
TERESINHA BALTASAR FERREIRA - amiga da Sra. Maria Rivotete dos Santos.

SUMÁRIO: Audiência pública ouviu os convidados e depoentes.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Houve falha na gravação.
Há oradores não identificados.
Há termos ininteligíveis.
Houve manifestações fora do microfone inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Grafias não confirmadas: Jeffrey Weiss e Heather Weiss; Casal Schur; Larry Honda Schur; Pamela Schur; Wesley Schur. Stuart; Alex Nunes; Meredith; William Wesley Rutinson; Will Rutinson; Dotsons.
Leituras não confirmadas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Bom dia para todos e para todas.

Nós da Comissão de Direitos Humanos, antes de fazer a abertura formal, queremos fazer a apresentação dos membros da Comissão presentes. O Deputado Arnaldo Jordy, o Presidente, deverá chegar ainda pela manhã. Eu sou o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, 1º Vice-Presidente.

Estamos aqui, primeiro, para ouvir as autoridades e pessoas que vão contribuir muito com informações, mas, principalmente, para ver como é que nós podemos modificar a legislação no sentido de dar instrumentos para o enfrentamento dessa questão, dessa chaga que é muito grande no Brasil e no mundo inteiro.

A própria ONU está preocupada com a situação do tráfico de pessoas, porque tem aumentado o número de pessoas traficadas para diversos fins, e tem diminuído o enfrentamento, o combate a essa atividade criminosa desenvolvida por quadrilhas, não por indivíduos, que têm inter-relações internas e internacionais. É por isso que nós estamos aqui neste dia para ouvir os convidados.

A nossa audiência terá dois momentos: um primeiro momento, hoje pela manhã, em que ouviremos autoridades, pessoas que têm informações a nos dar; à tarde, ouviremos familiares e os respectivos advogados; e há um convocado para prestar informações, o Sr. Audelino.

Passo, portanto, a palavra ao Deputado Francischini para, em nome da Comissão, dar as boas-vindas a todos os presentes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto; Deputada Flávia Morais, Relatora; Deputado José Augusto Maia, quero cumprimentar, em nome da CPI do Tráfico de Pessoas, todos os presentes, as autoridades, a imprensa, os senhores e senhoras presentes.

Eu gostaria, Deputado Luiz Couto, de iniciar dizendo que nesses dois anos eu passei por várias CPIs no Congresso Nacional. Talvez pela minha condição de origem, Delegado da Polícia Federal, os partidos sempre acabam me buscando para trabalhar nessas CPIs. E a CPI a que eu tenho orgulho de dizer que pertenço é a CPI do Tráfico de Pessoas. Depois da grande decepção da população brasileira com a CPI do Cachoeira, como foi chamada, que não chegou a ter nem relatório final...



Eu mesmo tive que pedir convocação até do Governador do partido a que eu pertencia. E a gente viu que o resultado final foi um resultado mais de buscar informações, levantá-las junto com a mídia para que Polícia Federal e o Ministério Público pudessem fazer as ações. E ao final ela não teve um resultado palpável.

E aqui eu faço esse elogio ao Deputado Arnaldo Jordy e à Deputada Flávia Morais, porque (*falha na gravação*) efetiva, Deputada Flávia. A CPI do Tráfico de Pessoas já conseguiu... Muitas vezes a gente diz que a vida imita a arte, ou a arte imita a vida. A gente já nem sabe mais o que acontece, acompanhando a novela da Rede Globo, *Salve Jorge*, mas há casos muito análogos acontecendo. A CPI recebeu denúncia de uma mãe desesperada que tinha a filha em uma casa de prostituição, em situação de cárcere. E, graças à atuação da CPI, a Polícia Federal brasileira e a polícia da Espanha conseguiram, numa grande operação, liberar essas meninas, que agora vão ser repatriadas ao Brasil.

Outra ação da CPI que merece destaque foi em Monte Santo, na Bahia, onde conseguimos identificar um caso com grande suspeição de irregularidades, já que uma mulher era intermediária de adoções e levou cinco crianças de uma mesma família de Monte Santo, na Bahia, para São Paulo. A CPI, com a sua atuação firme, conseguiu demonstrar irregularidades no processo de adoção, que culminaram no afastamento do juiz da comarca e na anulação da perda do pátrio poder. Hoje, as cinco crianças retornaram a essa família.

Nós fazemos toda essa abertura, Deputado Luiz Couto, para dizer que aqui começou toda essa investigação, todo esse trabalho da CPI em cima de matérias televisivas, com a jornalista Joice Hasselmann, com o jornalista Eduardo Faustini, do *Fantástico*, que fizeram matérias que culminaram na demonstração de um caso, em São João do Triunfo, em que a gente sempre ressalta: nosso trabalho nesta CPI não está sendo investigar o Ministério Público nem o Poder Judiciário, porque nós entendemos que realmente os casos eram casos que necessitavam de abrigo para as crianças que estavam em situação difícil perante a sua família.

O grande debate — por isso a primeira parte da nossa audiência — é sobre as mudanças que nós, autoridades, podemos fazer na legislação para obrigar, muitas vezes, a ação do Ministério Público, do Judiciário, de nós todos, e do Poder Executivo com respeito a programas públicos de apoio às famílias com alcoolismo,



dependência química, que estão passando por necessidade financeira, questão de segurança alimentar, para que possam receber efetivamente uma ação naquele momento de emergência para que passem 1 ano, 2 anos em um programa social e que possam, após 2 anos, recuperar os seus filhos. Esse é o grande debate nosso. O debate não é o de querer criminalizar determinada conduta pessoa, mas mudar a legislação para frente.

Por outro lado, à tarde, nós temos também, Deputado Luiz Couto, que trazer a investigação que nós estamos conduzindo com as informações todas. Nós requisitamos quase — agora já sabemos — 80 horas de gravação da jornalista Joice Hasselmann, que nos trouxe, agora, para apresentar ao senhor, Presidente, essas gravações, conforme requerimento aprovado em Brasília, e também um trabalho de análise, com o cruzamento das informações resultantes das buscas realizadas. E aqui a gente agradece à Polícia Federal, que foi rápida e conseguiu apreender grande quantidade de informações, que vão deixar muitos de vocês surpresos no período da tarde, principalmente os que viam na ONG Limiar e na pessoa do Sr. Audelino alguém que fazia simplesmente um trabalho humanitário.

Então, volto, Sr. Presidente, a palavra a V.Exa., agradecendo a recepção a todos aqui na Assembleia, ao Presidente Valdir Rossoni, que colocou a nossa disposição o plenarinho da Assembleia Legislativa e nos possibilitou estar aqui no dia de hoje fazendo um trabalho relevante para a opinião pública brasileira, que é o de proteger as crianças, as mulheres, os jovens, todos os que podem ser vítimas do tráfico de pessoas no País.

Muito obrigado e sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Marcos nos lembra da liturgia regimental para a abertura da audiência pública.

Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para a oitiva de vários convidados e convidadas.



Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Comissão.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo a pessoa ser, durante o período em que esteja falando, aparteada.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer as suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Antes de começar a oitiva, eu concedo a palavra à nossa Relatora, Deputada Flávia Morais. Antes, porém, registro a presença da Dra. Marisa Mendes de Souza, Assessora Técnica de Projetos da Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher. Seja bem-vinda. Também registro a presença do Dr. Jefferson Luís Biancolini, advogado de São Mateus do Sul, no Paraná; da jornalista Joice Hasselmann; e da Dra. Samia Saad Gallotti, Subprocuradora-Geral de Justiça do Estado.

Outras pessoas que estejam presentes poderão declinar o nome ao Cerimonial para que nós possamos registrar sua presença.

Com a palavra a Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Luiz Couto, que coordena os trabalhos deste dia em que trazemos a CPI para o Paraná para acompanhar de perto algumas denúncias que nós recebemos relacionadas a este Estado na CPI do Tráfico de Pessoas.

Cumprimento o Deputado José Augusto Maia, que tem acompanhado a CPI a todos os Estados, que tem participado efetivamente, tem feito um grande trabalho conosco; e o Deputado Fernando Francischini, deste Estado, que desde o anúncio dessa denúncia tem sido incansável na busca da CPI e de parceiros interessados em ajudar a desvendar esse acontecimento para que nós possamos coibir a prática do tráfico de pessoas.

Quero agradecer aos convidados, que vêm aqui participar efetivamente dessa que não deve ser uma luta só desta CPI, mas, com certeza, de toda a sociedade para fazer o enfrentamento ao tráfico que eu considero mais cruel de todos, porque



nós não estamos falando de drogas, armas, nós estamos falando de pessoas que têm sido traficadas para atender a interesses econômicos, pessoas virando mercadoria, perdendo a própria vida, a própria liberdade para atender a interesses econômicos de outras pessoas. É um tipo de tráfico que acontece de forma muito velada, de difícil enfrentamento e, por isso, o seu combate necessita do apoio de todos nós.

Aqui eu quero fazer uma referência muito especial à imprensa, à nossa jornalista que está aqui, que tem contribuído, colaborado conosco. A força da imprensa neste momento, a divulgação dessas denúncias, com certeza, ajuda-nos a fazer aflorar esse tipo de crime, que muitas vezes é considerado normal pelas pessoas que o praticam. Elas acham que estão fazendo a coisa certa, não percebem a gravidade do que estão fazendo, principalmente quando a gente fala de adoção clandestina.

Infelizmente, existe ainda no País o mito de que retirar uma criança de uma família carente e entregá-la para uma família que tem uma estrutura econômica melhor significa ajudar essa criança. E não tem nada, nada, nada que substitua o vínculo familiar para ninguém. Não tem ninguém que possa ter, mesmo com a melhor estrutura financeira, não tem ninguém que aceite e que absorva a situação de ter sido doado pela própria mãe, pelo próprio pai; de ter sido vendido pela própria mãe, pelo próprio pai. Não existe ninguém que consiga conviver bem com isso. Então, com certeza, a solução financeira, que se apresenta no primeiro momento, não vai tirar a frustração e o sofrimento da pessoa adulta que é vítima desse tipo de tráfico.

Por isso nós estamos aqui, após a denúncia envolvendo a ONG Limiar, que atua principalmente aqui no Estado do Paraná, envolvendo vítimas de Município do Estado do Paraná.

Eu queria fazer aqui, Presidente, uma observação. Eu sei que ainda não chegaram todos os convidados, mas me preocupa muito a ausência do Presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção — CEJA, o Desembargador Lauro. Eu não sei se tem aqui algum representante. Se tiver, eu gostaria que se apresentasse. Mas o CEJA é a instituição responsável pela habilitação e o credenciamento das pessoas que vão acompanhar o sistema de adoção neste Estado. E hoje a ONG



Limiar, esse seu Lino, que vai ser ouvido aqui hoje, que está sendo o principal denunciado em relação a esses acontecimentos todos — o que nos surpreende, pelas oitivas que nós tivemos, é que ele não é considerado pela própria Limiar como funcionário da Limiar, e está credenciado no CEJA como se fosse. Então, para facilitar o acesso a essa oitiva, nós convidamos o Presidente do CEJA a estar aqui conosco para nos dar algumas explicações, ajudar no processo de investigação. Infelizmente, ele não compareceu e não mandou representante.

Eu gostaria, Presidente, que a CPI fizesse, então, um questionamento por escrito ao Presidente do CEJA — se ele puder responder, ótimo — e um encaminhamento ao CNJ para que sejam apuradas e apresentadas algumas explicações sobre a atuação do CEJA no Estado do Paraná.

É muito grave o que está acontecendo. Nós precisamos ter uma resposta. No mínimo, que ela seja convincente. Mas nós precisamos ter um mínimo de atenção por parte desse órgão que tem uma importância tão grande na coordenação dos trabalhos de adoção neste Estado.

Diante de um fato tão grave como este, nós não podemos ter omissão dos órgãos responsáveis pela condução dos procedimentos aqui no Estado. Então, eu gostaria muito que nós pudéssemos fazer esses dois encaminhamentos.

A intenção é simplesmente de ter mais esclarecimentos. Por que o Sr. Avelino está inscrito no CEJA se a Limiar nega isso? O Presidente da Limiar esteve conosco e afirmou que ele não faz parte da ONG — e está lá cadastrado como a pessoa responsável. E é justamente quem está sendo acusado de estar traficando crianças nesta região.

No mais, eu quero desejar a todos nós um bom dia de trabalho. Eu espero que, com o acréscimo das contribuições que nós receberemos hoje, nós possamos cada vez mais apresentar respostas para essa prática. E também anunciar que, além das investigações, das oitivas, dos acompanhamentos de casos que nós temos feito, nós temos um grupo de trabalho que está acompanhando, estudando a apresentação, no nosso relatório, de sugestões de alterações legislativas para ajudar no enfrentamento.

Então, nós vamos trabalhar no Código Penal, no Código de Processo Penal, no Estatuto dos Imigrantes, no Estatuto do Estrangeiro, e até no ECA, apresentar



sugestões para podermos avançar também no nosso esboço jurídico. Nós temos aí a contribuição da OAB, a quem eu quero agradecer; a contribuição da Polícia Federal; a contribuição do Poder Judiciário; do Ministério Público, que têm encaminhado e acompanhando conosco, informando sobre as maiores dificuldades para coibir essa prática. Eu acredito que nós vamos poder apresentar aí um bom resultado.

Um exemplo prático disso é justamente o ECA, que permite que uma criança de 12 anos viaje a qualquer lugar do Estado sem o consentimento dos pais. Isso, com certeza, facilita o tráfico e o desaparecimento de crianças. Nós precisamos alterar essa idade e algumas outras coisas no ECA, uma legislação nova, mas que, infelizmente, nós percebemos que precisa ser atualizada.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputada Flávia Morais. Quanto à solicitação de V.Exa., a Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Registro a presença de Maurina Carvalho da Silva, Presidente do Conselho Tutelar Regional Matriz Curitiba. Seja bem-vinda, Sra. Maurina.

Em todas as nossas audiências nos Estados, além das pessoas que são convidadas ou convocadas, nós recebemos, no momento da audiência, diversas pessoas que querem prestar outras informações, que querem nos trazer denúncias. E nós estamos à disposição dessas pessoas. Já temos, inclusive, algumas pessoas aqui que se apresentaram para ser ouvidas em caráter público ou, se assim desejarem, em caráter reservado. Então, as pessoas que tiverem denúncia a fazer e quiserem fazê-la, é só procurar a nossa assessoria e a Secretaria e dar o nome para, no momento oportuno, podermos conversar, preparar o formulário para a pessoa fazer o depoimento, para, enfim, trabalhar nessa perspectiva.

Concedo a palavra ao Deputado José Augusto Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom dia a todos, nosso Presidente Luiz Couto, nossa Deputada Flávia Morais e nosso anfitrião Deputado Fernando Francischini.

Quero dizer da nossa satisfação de vir a este Estado e que a observação que nós temos feito por onde andamos é de que realmente a coisa está muito feia no



País. Muitas pessoas pensam que esta CPI iniciou os seus trabalhos depois da novela da Rede Globo de Televisão. Mas não. Desde maio do ano passado nós iniciamos os trabalhos. Já vai completar 1 ano. E é claro que a novela deu uma grande contribuição. Depois que a novela mostrou o tráfico internacional de pessoas, que são levadas do Brasil para o exterior, o tema realmente teve conotações gigantescas. E, a partir de então, as pessoas começaram a denunciar e a procurar esta CPI.

Nós já fomos para São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Acre, Pará. Em cada Estado há uma realidade. Em cada Estado encontramos coisas horríveis.

Somos também muito gratos ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, às Polícias Civil e Militar, mas, principalmente, à Polícia Federal, que tem dado contribuição fundamental no nosso roteiro e nas nossas observações, oitivas, e tudo o que temos encontrado.

Quero também, na pessoa da jornalista que está aqui, dizer que a imprensa, em cada Estado, tem dado uma contribuição muito grande para esta Comissão. E eu tenho a absoluta certeza de que, ao final dos trabalhos desta Comissão, nós vamos ter um documento no Congresso Nacional, através da nossa Comissão, e de que haverá mudanças até na legislação do País. Nós vamos contribuir para isso.

Eu quero agradecer a todos e a todas essas pessoas que comparecem às audiências. Quando chegamos a um Estado e voltamos a Brasília, e a imprensa divulga todo esse trabalho, as vítimas que estavam caladas, com o grito preso na garganta, com o desenrolar dos trabalhos da nossa CPI, começam a denunciar. E aí vamos descobrindo coisas a cada momento.

É só isso. Tenho a agradecer ao Estado e ao meu grande Deputado Francischini, daqui da terra, que tem dado uma grande contribuição à CPI.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado José Augusto Maia.

Nós queremos, em nome da Comissão, agradecer ao cerimonial da Assembleia pela forma como está nos atendendo. Peço às pessoas que procurem o registro para podermos registrar a presença. As pessoas que quiserem fazer



denúncias também podem já trazer os nomes para podermos preparar o processo para que elas possam ser ouvidas. Aí é bom verificar se essas pessoas querem prestar depoimento em caráter reservado ou em caráter público. Estamos aqui à disposição.

Vamos agora começar as oitivas. Por sugestão da própria Comissão, nós ouviremos inicialmente a jornalista Joice Hasselmann, que terá 20 minutos para se manifestar. Esse tempo poderá ser prorrogado. Nós queremos que V.Sa. tenha o tempo necessário para nos apresentar todas as informações. E, é claro, também como jornalista, e jornalista que faz o jornalismo investigativo, V.Sa. pode contribuir com sugestões acerca da mudança da legislação, mecanismos de enfrentamento a essa chaga que é o tráfico de pessoas no País.

Com a palavra a jornalista Joice Hasselman.

A SRA. JOICE HASSELMAN - Bom dia a todos os presentes, Srs. Deputados, Deputado Francischini, Deputada Flávia, Presidente.

Antes de começar a falar um pouco sobre esse assunto, eu prometo ser breve, mas eu já digo que vocês vão ter muito trabalho, porque essas são as gravações que foram feitas durante esse período de investigação. Aqui são DVDs, todos lotados, absolutamente lotados, com relatos da família, vizinhos, familiares, promotor, juiz, americanos.

Aqui há também e-mails dos pais americanos que receberam as crianças, conversas pelo MSN com a Sandra, uma das sete crianças de São João do Triunfo, filhas do casal dona Rivenete e seu Antônio, que estarão aqui com vocês durante a tarde, para contar um pouco mais.

Aliás, um dos filhos da dona Rivenete está conosco. Veio aqui. Há bastante tempo temos acompanhado essa família e, obviamente, tudo foi gravado. Muitas dessas escutas são escutas ambientais, porque, num processo de investigação, vocês bem sabem, é preciso gerar prova, é preciso que a gente saiba, primeiro, ganhar a confiança dessas pessoas e entender quem é que está falando a verdade nisso tudo. É por isso que nós ouvimos aqui desde a mãe, desde o denunciante até a promotora. E mais de uma vez. A promotora de São João do Triunfo, Tarcila Teixeira, mais de uma vez. Ouvimos o juiz que decidiu pela destituição do pátrio poder. E procuramos insistenteamente o Tribunal de Justiça.



Deputada Flávia Morais, quando a senhora diz assim: “*Eu sinto falta de alguém da Comissão Judiciária de Adoção*”, eu também sinto. Eu senti, inclusive, na reportagem.

Nós fizemos 14 pedidos oficiais de entrevista à Comissão Estadual Judiciária de Adoção, para que a gente pudesse entender, fazer e ter a resposta a esta pergunta que a senhora fez: “*Por que o nome de Audelino de Souza está lá no site do Tribunal de Justiça, quando o assunto são as adoções internacionais e as crianças que são enviadas para os Estados Unidos, se, em 1999, essa ONG, a Limiar, foi denunciada, e se esse convênio foi suspenso aqui no Paraná?*”

Por que ninguém consegue explicar uma pergunta, responder a uma pergunta que aparentemente é tão simples? Por que se retoma um processo de terceirização de adoção internacional? Porque, para mim, é o que isso parece, uma terceirização, com uma ONG que já foi denunciada. E aí é a terceirização da terceirização, porque, quando Audelino de Souza foi ouvido na Polícia Federal — eu tive acesso a todo esse documento —, ele disse: “*Eu sou autônomo. Eu sou autônomo da ONG Limiar*”, quando o mesmo Presidente da ONG Limiar no Brasil disse que a Limiar não deveria mais atuar aqui no Paraná. Como é que se explica uma coisa dessas?

É preciso, obviamente, que a Comissão Judiciária de Adoção se manifeste. E eu tenho certeza de que, até o final desta CPI, ela vai se manifestar, porque é de interesse da população. Agora, anteontem, o Presidente do Tribunal de Justiça, Clayton Camargo, foi quem deu uma resposta pelo Tribunal. Ele é o representante maior da segunda instância do Poder Judiciário aqui no Paraná. E ele, sim, fez uma nota e disse: “*Abrimos uma sindicância. Precisamos saber o que está acontecendo.*” É uma resposta. Mas o Presidente da Comissão de Adoção, o Desembargador Corregedor precisa falar sobre esse assunto.

Eu estive lá, Deputada Flávia, depois de 14 pedidos de entrevista, sete por e-mail, sete por telefone. Peguei uma câmera, um microfone e fui até lá. Eu queria entrar, ouvir alguém que me dissesse e me desse uma explicação plausível para esse assunto.

Não consegui resposta. A Polícia Militar estava lá acompanhando. Não queriam me deixar sequer filmar. O prédio é público. Nós filmamos. Uma reportagem foi produzida com uma negativa. Uma negativa. A gente precisa ter essa resposta.



Aqui vou entregar a vocês, integrantes da CPI do Tráfico de Pessoas, todas as gravações, reportagens, áudios, vídeos, fotos e tudo o mais que vocês possam precisar durante esse trabalho — e vocês terão trabalho para poder ver tudo isso aqui.

Vocês aprovaram um requerimento. Ainda que não houvesse a aprovação do requerimento, é claro que eu queria contribuir. Então, eu já trouxe isso para vocês.

Mas, de qualquer forma, para quem não acompanhou o caso, nós ficamos alguns meses investigando e tentando entender o que estava acontecendo em São João do Triunfo e por que dona Rivonete e seu Antônio reclamavam da adoção internacional de seus sete filhos. Por que, num processo em que se diz que os pais não estão nem aí para as crianças, que os pais não queriam, rejeitaram essas crianças, por que, se no processo havia essa informação, os pais, do outro lado, choravam e diziam: *"Espere aí, a gente quer essas crianças. A gente teve problemas. Disseram que a gente perdeu os filhos porque éramos pobres."* De fato, eram muito pobres. Muito pobres. Moravam numa casa próximo ao lixão.

Eu tive acesso, Deputados, ao inquérito e ao processo todo, inclusive o que está em segredo de Justiça. E por isso mesmo, respeitando o segredo de Justiça, as imagens não foram colocadas ainda nem na televisão em que eu trabalho, na *TV Record*, nem no meu *blog*, no *blogdajoice.com*, ou as informações mais detalhadas não foram divulgadas dentro do programa de rádio que eu faço. Mas eu imagino que talvez a CPI possa ter o poder de pedir a quebra desse sigilo, porque há informações extremamente interessantes nesse processo. Entre elas, há um documento de uma das pessoas que acompanhou todo esse processo, uma assistente social, que diz: *"A família do seu Antônio e da dona Rivonete receberam uma casa da Prefeitura."* É uma casa pequena de madeira, dois cômodos, mas tem banheiro — a primeira não tinha — e as condições de higiene são adequadas. E o seu Antônio já não apresenta mais os graves problemas de alcoolismo que apresentava inicialmente, como consta do processo.

Eu li esse relatório e o filmei. Obviamente, como eu disse, por ser segredo de justiça, eu não o divulguei e não posso fazer nada que o Poder Judiciário não autorize, ou a CPI, que também tem esse poder. Mesmo depois desse relatório, houve a destituição do pátrio poder. Essas crianças foram retiradas de lá. Há



crianças que poderiam ter sido ouvidas, que já tinham 9, 10, 11, 12 anos. Por que não há o relato dessas crianças? Eu não sou advogada. Eu sou leiga, mas, como cidadã comum e jornalista que já trabalhou em alguns processos de investigação — que o diga a Operação Dallas, no Porto de Paranaguá, não é, Deputado Francischini? —, são coisas...

Perguntas simples: por que essas crianças não foram ouvidas? Por que não há fotos no processo para mostrar, então, a situação que poderia, por conta da extrema pobreza, gerar a desnutrição ou qualquer tipo de violência contra essas crianças? Não há uma única imagem, Deputada Flávia. Nada! Nada! Apenas letra, letra! Não há uma imagem. Não há o relato dessas crianças e existe um relatório de uma integrante do próprio Conselho Tutelar — de uma assistente social, me desculpem —, dizendo: *"Olha, tá tudo bem. Tá tudo bem. As crianças têm condição de ficar com os seus pais."* A pobreza persiste.

Aliás, nós estivemos de novo na casa do seu Antônio e da dona Rivenete. Eles se mudaram e hoje moram na principal rua da cidade, Deputados. Seu Antônio está trabalhando e a dona Rivenete também. Ambos trabalham. Nós ouvimos, obviamente, gente que não tem ligação qualquer com a família, gente da população, gente comum, para entender como essa população enxergava aquela família. Se, de fato, tudo que foi levantado, que estava escrito no processo condizia com 100% da realidade. Ou há uma alucinação coletiva na cidade ou há problemas no processo. Esta é uma pergunta que a CPI pode e vai responder, certamente, com a investigação: há uma alucinação coletiva ou há problemas?

O advogado das famílias aqui, Dr. Jefferson, me disse que vai pedir a nulidade dos processos de adoção, mas algumas coisas me intrigaram demais nesse processo de investigação. E quanto mais a gente ouvia as pessoas mais dúvidas apareciam e mais respostas a algumas perguntas que deveriam ter sido feitas lá atrás, há 12 anos, e ficou claro que elas não foram feitas, porque as respostas não vieram, e se vieram não vieram para quem deveria vir, ou não estão no processo.

Por que Audelino de Souza? Quem descobriu o Lino no meio da história? Bom, gente, depois de muito investigar, eu tive uma segunda conversa com a Promotora Tarcila Teixeira. Na verdade, foi ela que me procurou na segunda vez,



porque a gente fez uma primeira reportagem... Na segunda vez, ela me disse: "Olha, eu me sinto livre para falar sobre o assunto, porque, já que os pais falaram, eu posso quebrar as informações sigilosas." Quem falou do Lino no meio dessa história? A própria população de São João do Triunfo, que perguntou para a equipe que me acompanha, de reportagem: "Você conhece o Desembargador Lino?" Eu disse: "Não, mas não há ninguém com esse nome. Não há um Desembargador com esse nome. Tem algum problema." E aí nós fomos buscando, buscando, buscando, buscando... Perguntei, numa entrevista com o Procurador Fontoura e a Promotora Tarcila — esse trecho da entrevista, assim como a entrevista na íntegra, já está nas mãos da CPI —, "Quem é Lino?" E ela me disse: "Lino é o intermediador do processo de adoção internacional." Inclusive, questionei se havia algum contato prévio ou depois, com Audelino de Souza, se havia um contato entre a família americana, a Promotora, o Juiz ou alguém mesmo da Comissão de Adoção e o Audelino de Souza. E aí vocês podem me perguntar: "Mas por que o foco nesse Audelino de Souza?" Por que ele confessou, sem saber que estava sendo gravado, que cobrava para fazer a intermediação internacional. O preço, 9 mil dólares. E aí, como alguém de 7 anos, você pergunta: "Mas esse dinheiro... é obrigado?" As pessoas... Qualquer criança ia perguntar isso. "É obrigado a dar o dinheiro?" "Não, é uma doação." "Tá bom, mas se eu não der?" "Ah, não, a gente não fala que é uma doação, porque se a gente falar que é uma doação, ninguém dá." Isso está gravado. Isso está gravado. Se alguém conseguir me provar que existe caráter de doação num valor fixo e que aquele que tem que pagar sequer sabe, sequer ouviu a palavra "doação", aí, tudo bem, a gente vai embora e diz que está tudo bem. Mas esse senhor e essa ONG já foram denunciados — repito — em 1999 porque cobravam 5.500 dólares para intermediar doação. O processo inflacionário foi grande, Deputado, 9 mil dólares.

É essa a informação que nós temos. O advogado das famílias tem uma informação ainda mais grave. Porém, essa não é comprovada. Eu prefiro que ele mesmo fale. O que eu estou falando está gravado, está tudo gravado. Tudo que eu estou dizendo está gravado.

Hoje pela manhã, coloquei no meu blog uma foto que tem mais de uma década, em que Audelino de Souza, o Lino, aparece ao lado da Promotora Tarcila



Teixeira e à frente está a Sandra, a menina que à época deveria ter 7 anos — o rosto dela foi mostrado porque ela já é maior de idade, tem 19 anos. Estamos cumprindo rigorosamente o que manda a lei — e à frente também a mãe adotiva, a americana, a Denise Adamo. Essa foto está lá. Está à disposição, inclusive, da CPI. Uma vez que todas as informações apresentadas até agora davam conta de que não haveria qualquer ligação entre essas pessoas.

Então, é uma pergunta a ser feita a todos eles que participam do processo.

Sandra esteve no Brasil e conversou unicamente com a nossa equipe de reportagem. A menina, assim que completou 18 anos, fugiu da casa dos pais adotivos. Ele esteve aqui com um pastor chamado Bob Nash. Nós nos encontramos com ele, primeiro, na região do Batel. Para quem conhece, para quem aqui for da capital — sei que tem bastante gente aqui de São João do Triunfo... Mas nos encontramos nessa região da capital, em frente a um hotel, num banquinho da rua, porque eles estavam tão desconfiados da gente que chegaram a ir de tênis para poder fugir. Eles não sabiam se a gente estava ligado a essa ONG, se não estava, quem éramos nós. E aí chegou lá o pastor primeiro, sem a Sandra, que nos aguardava num restaurante, e nos sabatinou por 2 horas, até entender que a gente só queria ajudar. Depois de 2 horas de conversa com Bob Nash, ele nos levou ao restaurante, um pouco à frente, na Rua Brigadeiro Franco, numa hamburgueria, e lá pudemos conversar com a Sandra. Essa conversa foi gravada pelo celular, uma gravação, obviamente, informal, apenas para servir de prova para a Polícia Federal e para a Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, durante o andamento dessa investigação, nós já estávamos trocando informações com a própria CPI, com o Deputado Fernando Francischini e com a Polícia Federal. Até porque, como o caso me parecia um tanto quanto grave, não poderia simplesmente trabalhar sozinha e, em determinado momento, precisaria de apoio. E aí eu fui recebendo algumas orientações e nós fomos conseguindo levantar essas informações. A Sandra estava bastante alegre, tranquila, mas quando a gente começou a falar dos processos de adoção ela chorou. Ela chorou. E aí nós perguntamos: "O que aconteceu? Você queria deixar o Brasil?" Ela disse: "Não, eu não queria. Eu não queria deixar o Brasil em nenhum momento." "Como é a sua vida nos Estados Unidos? Há relatos aí de que você sofreria abusos." Ela chorou ainda mais e disse: "É tudo verdade, é tudo



verdade." A gente, obviamente, teve que perguntar que tipo de abusos e ela — está aqui gravado também — nos disse: "Olha, a gente era obrigada a assistir filme pornográfico. A nossa mãe tinha problema com álcool, com alcoolismo." E aí eu fiquei pensando e fiz essa pergunta para a Promotora inclusive: "Por quê?" As meninas foram tiradas de um lar desestruturado e encaminhadas a outro desestruturado, com uma única diferença: dinheiro! Só isso. Não há qualquer outra diferença. Aliás, há. Eles foram encaminhados para um lugar em que não conheciam a língua e não havia ninguém que falasse uma única palavra em português, Deputado. Ela nos disse que foi tudo muito difícil porque eles não tinham sequer com quem conversar e estavam naquela... A dona Rivonete está aqui. Disseram-me que ela está emocionada, ali atrás. Dona Rivonete, nós estamos acompanhando tudo de perto. E a gente sabe exatamente tudo que está acontecendo. A dona Rivonete chegou e está bastante emocionada. Bom, quem é mãe sabe do que estou falando.

E aí o que pudemos perceber é que a desestruturação, a parte psicológica que afetaria essas crianças, os problemas que elas enfrentavam aqui foram só maximizados do outro lado. Só! Porque era uma família estranha. Também apresentava problemas de alcoolismo. Ninguém falava português. E elas não falavam inglês.

Aí eu questionei à Promotora — essa pergunta também está nas mãos do Deputado —: "Por que essas crianças foram retiradas, as sete juntas, e encaminhadas para os Estados Unidos?" E aí quem conhece um pouco de lei de adoção vai dizer: "Não, a lei diz isso, os irmãos devem ser... a prioridade é para que se adote junto." Só que a justificativa maior, além da pobreza, nesse processo é de que havia promiscuidade, abuso entre os irmãos. E eu perguntei a ela se isso de fato aconteceu. E há um único relato, que é muito mais brando do que o que foi apresentado, que está no processo. Quando conseguirmos a quebra do sigilo desse processo, vamos poder dizer. Do jeito que me foi apresentado na entrevista, parecia que era uma coisa absurda, parecia que havia um nível tão gigantesco entre os sete irmãos que o ideal seria separá-los. Então eu perguntei: "Por que eles foram então se havia uma promiscuidade, abuso entre ambos, por que eles foram mandados juntos para os Estados Unidos?" E aí não houve uma resposta convincente. Porque



se havia um, dois, três, quatro, sete... Se havia problema com uma das crianças, então essa criança deveria ser tratada. Ou se, eventualmente, em último caso, houvesse a retirada dessa criança... Nem sei se isso pode ser feito por via da lei. Mas por que então mandar sete com o mesmo problema para outro país? Não faz sentido, gente! Não faz sentido! Não há como explicar uma coisa dessas.

Nós tivemos também relatos, Srs. Deputados, de vizinhos e de parentes que à época tinham uma condição de vida melhor. Ganhavam bem, tinham uma casa melhor. E eles me diziam o seguinte: *"A gente não foi procurado. A gente queria ficar com as crianças."*

Ora, a Lei de Adoção não diz que primeiro os parentes? Primeiro os parentes. Primeiro deve-se tentar reintegrar dentro da família, pai e mãe. Não conseguiu? Parente próximo. Não conseguiu? Brasil. Não conseguiu, a exceção da exceção, que é a adoção internacional.

Essas perguntas precisam ser respondidas. Me inquieta demais não saber da situação das outras seis crianças, Srs. Deputados, porque a Sandra cresceu, tomou coragem, veio embora, veio embora. E os outros? Eu não sei se a situação se repete com eles. Seria leviano afirmar isso, mas a gente precisa saber se eles estão bem. Quanto tempo se passou: 12 anos? Gente, são 12 anos! É muito tempo. São 12 anos. E aí, quando alguém me diz que uma ONG faz o trabalho de intermediação, a terceirização de um trabalho tão delicado, que essa ONG já foi denunciada e que essa ONG é que é responsável por fazer os relatórios sobre a situação dessas crianças e encaminhá-los ao governo americano, que os encaminha para o Brasil... Aí nós estamos perdidos! Porque aí é bem simples: você manda a criança para fora e a gente não está nem aí para elas mais. É isso que está acontecendo. Quem fez os relatórios sobre a situação, sobre o bem-estar dessas crianças? A ONG Limiar. Mas como é que pode a ONG Limiar ter feito os relatórios se a gente tem a informação de que não podia mais atuar no Paraná, Deputado?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANSISCHINI - Presidente, só complementando: pela busca da Polícia Federal, nunca nenhum relatório foi feito pela ONG Limiar em relação a São João do Triunfo.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Agora, quem é que responde isso? Quem é que responde isso? Porque eu tenho a palavra de um Procurador integrante do



CEJA — não é o responsável, o responsável é o Presidente — me dizendo: "A ONG *Limiar* faz os relatórios." Isso está gravado. "A ONG *Limiar* faz os relatórios. A ONG *Limiar* encaminha para o governo americano. Se não há problema para os Estados Unidos, não há problema para o Brasil." Mas que bela explicação! Mas que bela explicação! Só que há problemas. Eles estão aí. Há quanto tempo? Há 10 anos, 10 anos? Agora a gente descobriu? E quantos são os outros casos? Esse caso dos filhos de São João do Triunfo serviu para que as pessoas ganhassem coragem, coragem de falar e de denunciar. Algumas denúncias, claro, podem eventualmente ser vazias, mas todas devem ser investigadas uma a uma, porque é isso que a gente tem acompanhado. E aqui, Deputado Fernando Francischini, a gente já falou sobre isso e eu fico muito feliz em ouvir a Deputada Flávia dizer que é preciso pensar na legislação. Gente, é preciso pensar na legislação, sim! Porque, de um jeito bem simples, e eu posso até ser dura demais, não sei falar pela metade, só sei falar por inteiro, as nossas crianças são mandadas daqui e depois que se virem! É isto que a lei está dizendo: que se virem! Se ninguém fala português, e daí? Se há uma ONG que diz que está tudo bem, alguém fiscaliza essa ONG? Não. E elas ficam lá do outro lado, vivendo sabe se lá o quê.

Algumas podem viver sonhos, daqueles contos infantis, lindos. E eu sou a favor de que casais de outros países tenham a chance de adotar crianças brasileiras. Por que não? Mas o processo tem que ser um processo decente, fiscalizado, não desse jeito, não assim, não uma terceirização. Tem que ter um funcionário público, qualificado, de carreira, acompanhando isso. Não dá para a gente colocar uma ONG qualquer. Amanhã eu crio uma ONG, a ONG da Joice Hasselmann. Eu vou fazer de você um internacional. E sou eu mesma a responsável por mandar os relatórios e dizer se essas crianças estão bem. E, se eu não quiser aparecer na casa dessas famílias? E daí, quem vai me fiscalizar?

O processo, gente, é delicado demais, para a gente simplesmente confiar em uns belos olhos, num belo sorriso, ou dizer: "Olha, essas crianças são pobres aqui e elas serão ricas fora daqui." E o resto, gente? Se tudo tivesse tão bem assim, a Sandra não teria fugido de casa. Se tudo estivesse tão bem assim, a Sandra não ia querer voltar para o Brasil. Nós acompanhamos a Sandra, Deputado, numa visita aos pais, e as imagens são muito bonitinhas. Ela desce do carro, Seu Antônio faz



cafuné na cabeça dela, e fica aquela situação... Há muito tempo sem se verem, então fica aquela situação, assim, de estranhamento e, ao mesmo tempo, a saudade. Só foram 12 anos. Nós estivemos lá acompanhando passo a passo. Todas as imagens também estão disponíveis.

Quando a Deputada Flávia disse que vai mandar o caso ao Conselho Nacional de Justiça, Deputada, eu fico muito feliz, porque eu já encaminhei. Já encaminhei, porque a gente precisa de uma resposta. Então, eu fico muito feliz. Eu acho que o Conselho Nacional do Ministério Público também deve entrar, porque a própria Promotora Tarcila me mandou um e-mail dizendo: *“Eu apoio a investigação da ONG Limiar.”* E que todos sejam investigados. Que todos sejam investigados e que a gente possa com isso, quem sabe, fazer um filtro e fazer com que a Lei de Adoção... A Convenção de Haia é tão bonita! Tudo que está no papel é tão bonito! Mas, na prática, é tudo tão frágil! É o que mostra esse processo: é tudo tão frágil!

Eu já passei inclusive para o Deputado Francischini alguns endereços, porque começam a chegar informações, inclusive de *flats* aqui na Capital, onde estranhamente há uma movimentação de pessoas que chegam com carros simplesinhos. E nesses *flats*, há ali casais americanos, europeus. As crianças chegam, ficam dois ou três dias e depois vão embora. Quem acompanhou o período de adaptação das crianças aqui no Paraná, enquanto os pais americanos vieram? Quem? O Lino? Pode ser que tenha feito um bom trabalho? Pode, pode ser que sim, mas ainda assim estava irregular. Quem está dizendo? O Presidente da ONG.

O Tribunal de Justiça pode ter sido envolvido nessa história, a Comissão de Adoção? Pode, eu não sei. Mas o que eu sei é que até as pedras do Centro Cívico sabiam que essa ONG foi suspensa em 1999, pelo mesmo problema. O Presidente nos disse que não pode haver dinheiro, que não pode haver lucro com a adoção, porque, se houver lucro, configura-se tráfico. Sou eu que estou dizendo? Não, é a Polícia Federal, é a Polícia Federal!

Então, há muitas informações que precisam ser explicadas. Os policiais ouviram depoimentos dos vizinhos durante a busca e apreensão que aconteceu no apartamento do Audelino. Vale a pena buscar esse relatório também, senhores, porque os vizinhos contribuíram bastante ali.



Agora, esse é o tipo de coisa que não se faz sozinho. Houve muita omissão, pelo menos, muita omissão no processo, porque — eu repito — são 12 anos, uma suspensão que aconteceu em 1999. O nome desse senhor que está lá... Errou por que não sabia? Eu acho pouco provável, porque está há bastante tempo nesse processo. E o processo? E os relatórios dizendo que a família tinha condições de ficar com a criança?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Só para complementar, Joice, os números, também precisamos até conhecê-los: são 1.700 adoções, só da ONG Limiar, crianças do Brasil. Agora, vamos fazer as contas: 1.700 crianças a 6 mil dólares.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Nove mil dólares, Deputada.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Vamos fazer, porque são 15 anos. Durante 15 anos, 1.700 crianças. Vamos fazer uma média e vamos multiplicar isso, para ver o que isso movimenta.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Agora, a informação, Deputada, é que esses 9 mil dólares seriam apenas uma parte da movimentação, por criança, por intermediação. Isso não é nenhum tipo de acusação, é uma informação ainda que precisa ser, obviamente, comprovada. O que eu estou afirmado é o que eu tenho, gravação, de modo que há a comprovação. São gravações, está identificado.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Confirmada também pelo site. No site da ONG, hoje, eles já colocam o preço. Tem o preço no site da ONG, preço de cada criança.

A SRA. JOICE HASSELMANN - O detalhe, Deputada, não sei se a senhora pôde acompanhar a última reportagem que eu fiz da série, creio que até ela foi passada na TV Câmara, durante a reunião da CPI. Eu fui atrás dos endereços da ONG, nos Estados Unidos. O primeiro endereço é uma bela casa de luxo, com piscina, uma bela fachada. Está à venda.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A casa era do Presidente da ONG. A gente já sabe agora. Era a casa pessoal dele que virava, por acaso, a sede da ONG.



A SRA. JOICE HASSELMANN - Por acaso, a sede da ONG. Então, se alguém estiver disposto a comprar uma bela casa no Texas, está à venda. É uma confortável casa. Há 21 fotos na Internet à disposição, se não retiraram ainda.

No meio da gravação, eu já vou concluir, senhores, no meio da gravação, o Audelino de Souza cita outra ONG. Ele diz: *“Olha, eu migrei para uma ONG mais séria, a AWAA, que trabalha também no mesmo processo de adoção internacional; funciona mais ou menos da mesma forma.”* E todas fazem isso: cobram e acabou.

Pois muito bem, fui atrás dos endereços, em vários Estados americanos. Não há uma única residência ou um único escritório dessa ONG, são todas casas de família. Isso é uma prova? Não, mas é um indício, é um indício. São todas casas de família. E nesse *site* inclusive, talvez para o Governo americano ou para as ONGs americanas não seja tão assustador, mas nesse *site* há um incentivo para que mães doem seus filhos. Há uma chamada, com uma menina lindinha assim, uma asiática, olhinho puxadinho, cabelinho liso, fofinha, e, em inglês, diz assim: *“Grávida? Não se preocupe, a gente resolve seu problema.”* Aí, quando você clica naquela chamada, lá tem um texto dizendo: *“Olha, se você está depressiva, se você não queria engravidar, não tem problema, nos procure, temos um serviço de call center 24 horas, SMS, site e o que mais você quiser.”*

Quantas são as mães que estão prestes a ter seus bebês que não passam por processo de depressão? Eu fico pensando que impacto pode ter isso, e quantas podem acabar tomando uma decisão e depois se arrepender! Tem alguém dizendo: *“Olha aqui, você não quer seu filho? Dá, dá para mim, eu cuido. A gente manda para adoção, rapidinho”*. Isso me chocou bastante.

Então, acho que, para concluir, eu já pedi o encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça, continuo tentando ouvir. Fico muito feliz que o Clayton Camargo, que é o Presidente do Tribunal Justiça, que é o representante maior do órgão, tenha se posicionado, porque na Comissão de adoção ninguém ainda se posicionou. Eu espero que se posicionem ainda hoje, porque esse é o momento. A hora é agora. É esse o momento. O Conselho Nacional do Ministério Público, claro, tem que acompanhar de perto essa história também, e a legislação, Deputados, por fim, a legislação precisa ser revista. Não é uma peneira, e, se for uma peneira, é daquelas gigantes. Há buracos, brechas gigantes nessa legislação. As crianças



saem daqui e depois ninguém mais tem a real noção de como essas crianças estão vivendo, sobrevivendo, sendo tratadas, se estão bem ou se são vítimas de abuso. É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado também, Joice. Pedimos a você que permaneça aqui, porque há Parlamentares que querem fazer algumas questões.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu quero parabenizá-la pelo trabalho que você faz, investigativo, um trabalho que tem que ter coragem para fazer, porque muitas vezes as pessoas ficam amedrontadas. E há um sistema que, às vezes, leva as pessoas a terem uma adesão inicial a esse processo, achando que... O caso aqui não corresponde, porque aqui foi a retirada mesmo, abrupta, de sete crianças de uma família, colocando como razão a questão social. Se fosse por questão social, minha família, meus pais, e família pobre, muito pobre, são 13 filhos, e nenhum deles foi adotado. Nós trabalhamos e fomos educados para respeitar o ser humano, porque ele é imagem e semelhança de Deus e temos que respeitar sua dignidade.

Eu quero registrar, também, a presença — depois ele terá a palavra — do Vereador Francisco Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa da Cidadania e Segurança Pública. Seja bem-vindo.

Também quero registrar a presença do Sr. Walmir Battu, que é Presidente do Bureau Internacional de Buscas a Crianças Desaparecidas, e do advogado da instituição, Dr. Jefferson. Também registro a presença de Gillyard Ferraz, que representa as ONGs JOCUM e IWT. Depois ele também terá a palavra, para trazer as informações importantes para a nossa CPI.

Então, eu quero novamente dizer que estivemos, inclusive, no Conselho Nacional de Justiça, falamos com o Dr. Emmanoel Campelo, que também se colocou à disposição para o enfrentamento dessa questão. O Deputado Fernando Francischini já apresentou o requerimento, que foi aprovado na Comissão, para quebra do sigilo do processo.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Página 119. Por favor, assim que possível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso. E nós passamos agora a palavra, pela ordem, ao Deputado Francischini. V.Exa. terá a palavra para fazer as indagações à nossa convidada, a jornalista Joice.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, primeiro, respaldando as suas palavras, quero dizer que jornalismo investigativo é isso, tem que ter coragem para fazer. Denunciar um ponto de venda de droga em uma esquina é fácil. Denunciar investigações que, muitas vezes, colocam autoridades em saia justa, tem que ter coragem para fazer, principalmente quem faz jornalismo local. Quem faz jornalismo tem que conviver com as mesmas autoridades durante muito tempo. Então, por isso que a gente respeita esse tipo de jornalismo, a equipe toda da jornalista Joice Hasselmann. E, com certeza, independente do resultado em relação a essa apuração, já trouxe à tona a problemática das adoções, como a gente já tinha visto lá em Monte Santo.

Eu sempre me sensibilizei com dois momentos de todo esse processo: a questão que é de derrubar o pátrio poder. Eles ficaram quase três anos abrigados. E eu queria saber se nesse teu levantamento jornalístico, além do processo de adoção com relatórios do Conselho Tutelar, que mais indícios que você vê, qual o depoimento mais contundente que tem no teu material de que essas crianças tinham ou não tinham aqueles problemas graves que se relata para a destituição do pátrio poder, e se a família foi intimada pessoalmente, recebeu a visita de alguém — Eu também já ouvi de outras pessoas que elas foram intimadas por edital —, se tinham interesse em ficar com sobrinhos, netos etc. Então, esse detalhamento é importante para gente chegar à conclusão... , se houve realmente interesse em buscar parentes brasileiros, pessoas que pudessem. Se também na tua investigação foi consultado o Cadastro Nacional de Adoção. Já que com a adesão à Convenção de Haia e a nova lei que regulamenta também alguns casos de adoção, diz que é obrigado consultar o Cadastro Nacional de Adoção antes de você ir para a exceção da exceção, que é a adoção internacional. E se também nesse teu — já vou trazer as quatro, cinco perguntas de uma vez só —, se houve relacionamento do Seu Audelino com o Conselho Tutelar ou com a Casa Lar, lá cidade de São João do Triunfo, antes do processo de adoção, que pudesse viciar os relatórios e o posicionamento dos laudos



que levaram o Poder Judiciário e o Ministério Público a propinar pela quebra do pátrio poder.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Vamos lá. Em relação aos depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu queria saber se a jornalista quer responder todas as perguntas que foram feitas ou se quer responder cada uma. Você...

A SRA. JOICE HASSELMANN - Eu respondo por partes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos lá.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Vamos lá.

Em relação aos depoimentos, como eu disse, eu li todo o processo. O depoimento mais contundente que tem em relação à situação de pobreza, eventual promiscuidade ou... nessa linha é da própria promotora, inclusive no meu processo de investigação. Ela é a única que fala claramente sobre isso. Os outros personagens ouvidos, claro, falam que realmente a família era simples, era isso, era aquilo. Mas, assim, para você ter uma ideia, os pais sociais me relataram, Deputados, que a D. Ivonete e o Sr. Antônio iam até à Casa Lar, eram impedidos de chegar, que eles choravam no portão da Casa Lar e que foram ameaçados — “vocês se *mandam* daí, senão a gente põe a polícia atrás de vocês.” São relatos, depoimentos. Está gravado. Como eu disse, ou é uma alucinação coletiva ou há problemas. As crianças, Deputados, fugiam. Os maiorzinhos fugiam da Casa Lar, pulavam o muro para tentar ver os pais. Por uma grade, os pais levavam doces para as crianças que estavam lá nessa Casa Lar, até que foi levantado um muro, para que pudesse haver separação de fato.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O pai e a mãe sociais relatavam promiscuidade sexual ou relatavam uma família normal entre os sete?

A SRA. JOICE HASSELMANN - O pai e a mãe sociais relatavam uma família normal. O que eles mais demonstravam era afetividade. Os pais queriam essas crianças. Mas no processo há relatos de que, lá na Casa Lar, haveria a tal promiscuidade. Eu posso citar? Está quebrado o sigilo ou não? Posso? Foi aprovada a quebra de sigilo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu acho que nomes e... Eu achava melhor não, Presidente. Vamos fazer uma audiência reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós não citamos. Em caráter reservado, depois.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Mas o que eu digo aos senhores é que o nome “promiscuidade”, que foi usado, pelo relato que há ali... Desculpem-me. Ali relata um problema de um dos meninos que, na idade da puberdade, acabava tocando as partes íntimas dele mesmo, e que as crianças viram. É isso que relata. Nós temos sete crianças.

Do jeito que foi colocado, antes de eu ler o processo, eu falei: “*Meu Deus do céu, o que está acontecendo!*” E nós chegamos a perguntar, inclusive, para a família, e eles ficaram ofendidos: “*O que é isso? A gente morava, todo mundo, primeiro num cômodo. Todo mundo dormia junto, sim*”, como tantas outras famílias pobres brasileiras espalhadas por este País. Primeira pergunta.

Segunda: parentes intimados. Os parentes nos disseram: “*Não. Ninguém nos procurou. Nós não sabíamos. Ninguém bateu na casa...*”, de acordo com as gravações que eu tenho. Ninguém bateu na casa desses parentes, mesmo daqueles que queriam estar com essas crianças, para perguntar, como manda a lei: “*Vocês querem?*” Então, eles alegam que desconheciam esse processo, Deputado.

Cadastro Nacional de Adoção. A promotora me disse que houve uma intensa procura nesse Cadastro Nacional de Adoção. Esse também é um desafio para a CPI. Sobre o Audelino de Souza, no meio da entrevista que eu fiz na segunda, eu perguntei para a promotora: “*Quem é Lino?*” E ela disse: “*Lino?*”, com uma cara de espanto. Ela falou: “*Lino é o intermediador.*” E mais para frente, ela me diz que em nenhum momento houve contato entre ela, o Lino e a família estrangeira. Eu queria saber se ela se preocupou, eventualmente... Nem era o papel da promotora. Mas, eventualmente, se ela se preocupou em saber como as crianças estavam, se a família estava lá tratando bem ou não, ou se ela tinha alguma informação, porque a gente queria chegar ao Audelino para ouvi-lo — trabalho jornalístico, ouvir todos os lados. A gente só queria ouvi-lo. Ela me disse: “*Não. Não tive contato com eles.*” Mas pode ser que a promotora tenha se esquecido. Eu não sei. Eu estou com uma foto, que foi tirada há mais de 10 anos, em que está na frente a mãe adotiva, a Sandra, e, atrás, o Lino e a promotora. São facilmente reconhecidos na foto, está disponível lá no meu *blog* para quem quiser ver. Então, essa é uma pergunta que



precisa ser feita também, porque mostra que havia uma relação, que houve um contato entre eles. E também há relatos, Deputado — talvez as apreensões feitas na casa do Sr. Audelino possam demonstrar isso —, de que havia, durante um bom tempo, uma ajuda financeira, que dinheiro era entregue por ele para a Casa Lar. Aí, talvez, o senhor possa comprovar ou não na sequência das investigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu quero, em poucas palavras, parabenizá-la, Joice, pela coragem. Eu fico feliz em saber que há pessoas como você. Eu acho que seu relato foi muito importante. Acho que você já falou bastante. E fica o nosso compromisso, como Relatora — E eu vou articular junto à CPI —, para buscarmos condições para as crianças que ficaram nos Estados Unidos. Eu faço esse compromisso com você: nós vamos buscar informações, onde for preciso, para sabermos o que está acontecendo, onde estão essas outras crianças.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Muito obrigada, Deputada. Obrigada, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Antes de dispensar a jornalista, peço-lhe que fique aqui, se puder, porque à tarde nós teremos outros depoimentos.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Eu só tenho um programa de rádio para apresentar ao meio-dia. Apresento e volto correndo. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. Eu queria saber se, durante todo esse processo de investigação, você sofreu alguma ameaça.

A SRA. JOICE HASSELMANN - É uma pergunta que tem uma resposta óbvia, não é? Houve uma certa pressão. Pelas próprias gravações, vocês vão entender, as expressões e mesmo, depois, ligações dizendo “*olha, nós estamos acompanhando tudo, hein, para o futuro; tudo está printado no seu blog*”. Como eu tenho esse blog de notícias, tudo que a gente acaba fazendo vai para lá também. “*Tudo está sendo printado no blog para eventuais ações*”. Aí, eu fico pensando cá com os meus botões: “*Tudo bem, eu estou falando do que está gravado. Eu estou falando do que está gravado*”.

Eu também recebi um recado de que não seria muito bom, muito inteligente, eu criar uma indisposição com integrantes do Poder Judiciário. Mas eu creio que



isso não provém... Claro que isso é sempre apócrifo. Eu creio que isso não provém, em nenhum momento, do Tribunal de Justiça.

Eu, de fato, confio que haverá uma investigação. Creio que haverá imediatamente a suspensão, porque tem que acontecer, Deputado. Tem que suspender, já, esse trabalho feito por essa ONG aqui no Paraná. Suspende já. Não deixe acontecer mais uma adoção. Tem que ser imediato. Aliás, no dia da primeira matéria, isso tinha que ter acontecido. Se alguém adormeceu em cima do processo, é preciso que acorde e que se suspenda. Se for comprovado que tudo foi feito de forma legal... E não foi, primeiro, porque nem o Presidente da ONG admite que haja essa atuação no Paraná. Então, não tem justificativa. Não existe justificativa. Terceirização da terceirização, não!

Agora, quanto aos processos de pressão, ameaça, coação ou intimidação, que é uma palavra mais leve, eu já estou acostumada, Deputado. Já faz parte de um longo processo do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Eu queria, também, perguntar para você o seguinte — É claro que, com a veiculação dessas denúncias, você disse que todas elas estão gravadas —: se você tem recebido de outras mães procurando para...

A SRA. JOICE HASSELMANN - Diuturnamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diuturnamente.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Algumas eu até relato para o Deputado Francischini, porque, como ele acaba sendo a ponte mais próxima, depois até nós trocamos contatos, eu acabo relatando para o Deputado Fernando Francischini, como esse caso dos *flats*. A pessoa ligou, me deixou nome, telefone, denunciou e se calou depois: *“Eu estou com medo, eu estou com medo, eu estou com medo, eu não quero falar, eu estou com medo”*. Então, você percebe que as pessoas criam a coragem e daqui a pouco elas se escondem atrás do medo. E outros estão nos procurando. Todos os dias, eu recebo ligação ou por parte da minha assessoria ou por parte... Lá na televisão mesmo, gente dizendo: *“olha, eu tenho casos”*, ou no meu blog.

Anteontem, às 5 da manhã, uma senhora ligou do interior para a minha assessora dizendo *“tem um caso assim, assim, assim”*, relatando para ela. E eles



querem que a gente vá imediatamente. Eu tento dizer que não dá para sair daqui de Curitiba e cair de paraquedas em um lugar a 200, 300 quilômetros daqui. Mas eu estou orientando: “*fotografe, faça um filme* — todo o mundo tem um celular na mão com uma câmera —, *filme*. Se você vir casos em que haja de fato crianças chegando, *imagens suspeitas*, que há uma denúncia, *filme*”.

Eu tenho protegido essas pessoas com base na Constituição, sigilo de fonte. Conheço todas elas que têm trazido informações até a mim. De fato, os casos não param de chegar. Vocês vão ter muito trabalho. Foi feito aí meio que um braço para fazer uma triagem aqui em Curitiba, na Câmara de Vereadores. Eu acho que vocês vão ter que espalhar braços em outros Municípios do Paraná, porque há casos chegando da região de Maringá, outros de Campos Gerais, outros da região norte do Paraná. É claro que é preciso filtrar muito, porque é uma onda. Então, é preciso entender. Espere aí: essas pessoas, de fato, têm elementos? Não dá para sair feito um doido achando que tudo pode ser a expressão da verdade. É como nesse caso de São João do Triunfo, a gente foi até lá; a gente esteve com as pessoas, com as famílias. E hoje vocês estão aqui graças a esse início de investigação que vocês vão continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Outra indagação: o Dr. Ulisses Gonçalves da Costa, que é o Presidente da ONG Limiar, no Brasil, esteve lá, foi convocado e, quando perguntado da relação dele com o Sr. Lino, disse que... Deu informações que era um homem de boa conduta, de moral ilibada. Nas suas investigações, o que pode ter sido colocado sobre essa relação entre Ulisses e Sr. Lino?

A SRA. JOICE HASSELMANN - Em nenhum momento houve essa ação do Presidente da ONG Limiar, no Brasil, durante esse processo de investigação, por nenhuma dessas pessoas com as quais nós conversamos, nem com o Lino. A única coisa que o Lino disse é que ele estava migrando para uma ONG mais séria, para uma ONG mais séria. Nós temos essa gravação. E, num determinado momento, ele admitiu que a Limiar não teria condições para obedecer aos critérios legais nem àquilo que é proposto pela Convenção de Haia para fazer essa tal intermediação. Ora, então, por que fazia, não é?



Agora, o Ulisses foi uma surpresa, porque o Ulisses, em nenhum momento, apareceu. Nem o Corregedor, o Procurador com quem eu conversei, o Dr. Fontoura, comentou algo sobre o Ulisses — talvez nem tenha conhecimento —, nem a Promotora Tarcila Teixeira, ninguém da família, nem mesmo o Audelino de Sousa. Então, esse personagem, que chegou e disse “*nada disso é referendado pela nossa ONG*”, é um personagem novo que simplesmente dá mais coro e força a toda essa voz que mostra que há problemas, não é, Deputado? Está bem claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Joice. Nós lhe agradecemos e registramos a chegada do nosso Presidente da CPI, Deputado Arnaldo Jordy. Você está dispensada.

Muito obrigado. Muito obrigado mesmo.

Quem quiser falar ou registrar a presença deve procurar o Cerimonial da Casa para informar o nome. Os que quiserem falar podem se inscrever. Depois, faremos a agenda para o registro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Se for possível, solicito à D. Rivenete, a mãe das crianças, que chegue mais para a frente. Não sei se ela ainda está aí... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós agora vamos ouvir a Dra. Samia Saad Gallotti Bonavides, Subprocuradora de Justiça do Estado.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Srs. Deputados, Deputado Luiz Couto, Deputada Flávia Morais, Deputado Fernando Francischini, Deputado José Augusto Maia, eu vim aqui atendendo a um convite recebido pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Giacoia, quando noticiado de que haveria neste plenário a realização de uma audiência pública convocada pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo — CPI - Tráfico de Pessoas no Brasil —, para dizer o seguinte. Obviamente, o Ministério Público do Estado do Paraná, como uma instituição que tem o papel constitucional que tem, está atento, está comprometido também com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



E o trabalho realizado, que nós ouvimos aqui, agora, pela jornalista Joice Hasselmann, um trabalho investigativo, e que tentou levantar, e busca ainda, continua a levantar elementos para que todos nós, como instituições públicas, possamos, obviamente — eu acho que a finalidade tem que ser essa —, possamos fazer avaliações sobre o processo e o procedimento que existe para a adoção internacional e dos eventuais problemas que tem esse processo, que possibilitam que algo que é tido como um meio para a alocação de crianças, de adolescentes, que eventualmente não podem continuar por esse razões — e aí não vamos entrar nisso —, com os seus familiares, a adoção internacional, que já foi regulada pela Convenção de Haia, que é regulada pela Convenção de Haia, que só trata da questão da adoção internacional, para que se possam levantar problemas que pessoas, que organizações possam se aproveitar de problemas que existam nesse procedimento para cometer graves crimes contra crianças, adolescentes. E o tráfico de pessoas, nós sabemos, não envolve só crianças e adolescentes, infelizmente, no Brasil, pelas notícias que nós temos.

Eu diria o seguinte, com relação ao caso ocorrido em São João do Triunfo: é difícil, porque essa é uma questão também jurídica. Esse é o nosso sistema jurídico. É difícil agora a gente fazer uma avaliação sobre aqueles que atuaram no caso. E, sabe-se que, até a questão do controle jurisdicional, existe um sistema do controle jurisdicional. Como é que se ataca uma decisão jurisdicional? Dentro do próprio sistema jurisdicional, é pelos recursos, e a última palavra sobre a questão do que aconteceu dentro do processo, se não houve nada que obviamente conspurcou a atividade daqueles que estavam dentro do processo, se..., porque existe um procedimento legal. Então, esse controle jurisdicional é exercido pelo próprio Poder Judiciário, pela via recursal, e existe a independência funcional daquele que atua no processo.

E acreditamos que isso é o que está dentro do processo, que existe o sigilo do processo ainda. É difícil fazer assim uma avaliação sobre se houve acerto, se houve erro, qual era a situação. Agora, nós entendemos perfeitamente que, distanciados agora no tempo — essa situação aconteceu até o ano de 2002; parece-me que o ano de 2002 foi o ano em que as crianças foram em adoção internacional para os Estados Unidos —, com esse distanciamento e tudo o que se recolheu no



passar desse tempo, para se fazer hoje uma avaliação, e houve inclusive, sob o ponto de vista legislativo, um aprimoramento da legislação. Houve uma legislação em 2009 que implementou um maior rigor no acompanhamento das adoções, e nas adoções internacionais, tudo isso resultado e consequência da avaliação de todas as autoridades envolvidas nessa questão relativa aos problemas no sistema eventualmente verificados. Agora, vamos falar do sistema como um todo. Eventualmente, havia problemas no sistema que foram corrigidos pela legislação agora de 2009, legislação que veio promover alterações nessa questão da adoção internacional.

As notícias daí, nesse caso específico de São João do Triunfo, foram veiculadas pela imprensa; as explicações, dadas pela Promotora de Justiça. Não há elementos, até aqui. Não há elementos para se reprovar a atuação técnica. Eu estou falando sob o ponto de vista técnico. Não há elementos para se reprovar, sob o aspecto técnico, a atuação que foi feita, até porque houve pedidos e houve decisão judicial, no caso específico, no caso dessa destituição do pátrio poder. Houve a decisão judicial. Houve a intermediação da comissão para a adoção das crianças, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, que é a responsável por indicar e cadastrar esses pretendentes à adoção. Quer dizer, sob o ponto de vista do procedimento, é a avaliação que nós podemos agora fazer neste momento: o procedimento foi cumprido.

Mas o Ministério Público do Estado do Paraná, também aqui nesta audiência pública, veio — e está presente — para dizer que entende que uma Comissão Parlamentar que cuide deste objeto é da maior importância; que nós não podemos, obviamente, agir por intuição, mas temos que levantar, temos que ouvir, temos que buscar, justamente porque o que se espera com tudo isso, obviamente, é que se corrijam distorções que existam no sistema. Nós partimos do princípio de que, se existem situações que estão sendo levantadas — e eu gostaria de deixar bem frisado isto — com esse distanciamento no tempo, algo que aconteceu lá em 2002... Foi um procedimento para essas crianças deixarem o lar, irem para a casa lá e, de lá, irem para a adoção internacional, isso lá atrás. Foi uma coisa que aconteceu, não em um ano, não em seis meses, não em um mês, mas em cinco anos. A jornalista



disse que teve acesso ao processo e analisou o processo. Isso é uma coisa que levou um tempo.

E o que foi recolhido não cabe nesse momento, nesse momento — vou deixar bem claro. Nesse momento, não nos cabe fazer uma avaliação, até porque nós não estamos nesse momento, acredito eu, julgando essas pessoas que estiveram envolvidas no processo, mas estamos envolvendo... Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a qual o Ministério Público quer aqui contribuir e dizer: *“Estamos presentes, estamos atentos, queremos contribuir para o aprimoramento legislativo, queremos contribuir para o aprimoramento institucional, de todas as instituições que estão envolvidas”*... Não há, nesse momento, nós não podemos nesse momento... Não temos, assim, elementos, porque não está estabelecida exatamente uma... Não é questão de estar acusando alguém, mas levantando elementos, investigando. A investigação, ela é muito importante. Uma situação complexa como essa é muito importante.

Acho eu que o caso se tornou um caso holofote na imprensa por envolver uma situação de uma família, que é daquela família de brasileiros que não tem... Sob o ponto de vista da situação na escala social, é uma família que enfrentou dificuldades de ordem econômica e os desdobramentos disso — porque isso acontece. Esse caso que se tornou holofote, tanto por representar uma família numa situação de hipossuficiência, que é uma situação com que nós no Brasil efetivamente temos que nos preocupar, e temos que nos preocupar no sentido de que nós consigamos implementar aquilo que vem da Constituição Federal, que é a Constituição Cidadã, da promoção da pessoa humana, da dignidade da pessoa humana... É uma família que, nesse sentido, é representante de uma parcela da população com a qual todos nós temos que nos preocupar, enquanto instituição — o Congresso Nacional, a Nação brasileira, a sociedade brasileira e suas instituições.

A outra situação é o fato de serem sete irmãos, sete irmãos que foram para a adoção. Mas essa situação também tem justificativa, e justificativa de ordem legal, de por que foi feita.

Agora, eventuais equívocos que tenham acontecido, que envolvem inclusive essa situação que não estava nas mãos só da Promotora, do Juiz da Comarca, a



questão de existir uma comissão responsável por indicar aqueles que estão habilitados para as adoções internacionais...

Então, o que eu queria deixar ressaltado — e o Ministério Público está aqui aberto — é no sentido de que há, pode haver problemas no sistema. E isso é responsabilidade, sim, de todos nós. É de todos nós, como instituições, a responsabilidade de procurar levantar, para que possamos ajudar a apontar quais são os problemas do sistema, se está propiciando esses eventuais desdobramentos, que não são aqueles desdobramentos que neste momento — isso quer crer o Ministério Público... Pelos elementos que nós temos recolhido, isso não estava no desdobramento jamais imaginado — não é indesejado, mas sim jamais imaginado — por um dos seus membros que atuou no processo em São João do Triunfo, jamais! Esses desdobramentos — o Ministério Público quer deixar bem claro —, não há elemento nenhum para se imaginar que sequer chegou a ser imaginado. A exigência que existe hoje — exigência essa prevista na legislação alterada em 2009 —, desses relatórios, era uma exigência que não estava... Esses relatórios que devem vir das instituições envolvidas na adoção internacional, como a ONG ou qualquer outra que fosse eventual interveniente, dar essas notícias posteriores à adoção são exigências legais hoje, a partir de 2009. Antes, elas estavam presentes na Convenção de Haia.

E por que isso lá atrás não era exigido, não era exigido pelas instituições responsáveis, como, por exemplo, essa comissão judiciária? Todas as questões devem ser levantadas, para que nós possamos apontar as eventuais fragilidades, os eventuais equívocos que devem ser corrigidos no sistema.

Dito isso, o Ministério Público está aqui à disposição. Não sei se os Srs. Deputados têm alguma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Passo agora a Presidência ao Deputado Arnaldo Jordy, para que S.Exa. possa dar continuidade aos trabalhos.

Pelas contribuições, agradecemos à Dra. Samia, que foi convidada e representa aqui o Procurador de Justiça do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas.



Agradeço ao nosso Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente da nossa Comissão, a gentileza.

Peço mil desculpas a todos, porque esse atraso foi involuntário, por certas razões. Ontem, a Câmara dos Deputados realizou sessão até quase meia-noite. E não dá para toda a CPI sair de lá. Alguns Deputados puderam sair antes, mas eu tinha um papel designado pelo meu partido a cumprir e não pude ausentar-me. E hoje, de manhã, houve um atraso das nossas companhias de aviação, que são muito contumazes nisso.

Quero agradecer a presença a todos os Deputados, a todas as entidades e instituições presentes.

Agradeço à Dra. Samia, que representa aqui o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná. Agradeço o aceite ao convite. Muito me agrada — e a todos nós — ouvir de V.Exa. o desejo do Ministério Público de ajudar. Acho que a responsabilidade de todos nós é procurar, a partir de uma investigação isenta, criteriosa e técnica, os anúncios e muitas vezes as informações que nos chegam sobre supostas irregularidades ou crimes que são praticados contra o interesse do cidadão e da cidadã. Esse é o nosso papel. Nós somos eleitos, entre outras coisas, para isso.

Eu aproveito para fazer esse esclarecimento porque instituições como o Ministério Público têm sido de extrema importância na defesa dos interesses da cidadania deste País. Quero dizer inclusive que nós — acho que todos os Membros desta CPI — estamos absolutamente alinhados com a preocupação de não quebrar o poder de investigação que os Srs. Promotores e Procuradores de Justiça têm, na defesa dos interesses da sociedade. Portanto, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público têm sido convidados — porque não temos a prerrogativa de convocá-los —, presumindo-se o interesse maior na defesa dessas causas, que são causas de interesse da sociedade como um todo.

Por isso, agradeço muitíssimo a V.Exa. a presença e peço que transmita ao Procurador-Geral os nossos agradecimentos.

Pergunto se há alguma indagação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com a palavra o Deputado Fernando Francischini e, depois, a Deputada Flávia Morais.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, a Dra. Samia é uma referência aqui no Estado na área da criança e do adolescente, S.Exa. e o Dr. Olympio — cito o Dr. Olympio porque acho que é bem mais velho que a senhora, participou até do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu não sei se a Dra. Tarcila vai comparecer, mas quero tirar duas dúvidas com a senhora, em tese, pois não vamos falar em caso concreto.

A senhora participou de muitos processos de adoção, até estar hoje na coordenação da área que cuida de criança e do adolescente. A senhora pegou algum caso em que a senhora tomou conhecimento de que houve, pós-adoção, movimentação financeira do casal no exterior ou o casal brasileiro em relação à ONG que intermediou esses casos? Indago se a senhora tomou conhecimento disso e o que a senhora faria se tomasse conhecimento, a posterior, de que houve uma doação financeira para a ONG que fez a aproximação entre as partes. Essa seria a primeira pergunta.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Deputado Francischini, eu gostaria muito até de que a minha atuação no Ministério Público fosse vinculada à área da infância e juventude. Talvez o senhor tenha se confundido, mas não: estou há muitos anos no Ministério Público, já tive atuações em diversas comarcas, estive depois em Londrina, atuei na área ambiental, atuei na área do direito do consumidor, envolvi-me em inúmeras causas institucionais importantes. Depois, como Procuradora de Justiça, atuei em algumas outras Câmaras do Tribunal de Justiça, mas na Primeira Câmara Criminal, que atua em homicídios, crimes contra a vida. Depois, fui para o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, para trabalhar com a capacitação dentro do Ministério Público, o aperfeiçoamento funcional de membros, de servidores — nós temos uma preocupação muito grande em manter essa atualização, em estimular essa capacitação. Mas eu vim acompanhada hoje do Promotor de Justiça Márcio Teixeira — este, sim, um integrante do Ministério Público vinculado às causas da infância — juntamente nesse grupo, nessa equipe que por muitos anos foi capitaneada pelo Procurador da Justiça, nosso ex-Procurador-Geral Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Mas eu, efetivamente, não: há muitos anos, só no



começo da minha carreira, estive ligada à atuação na área da infância. Hoje eu sou — desde o ano passado — Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. E este é o motivo por estar aqui representando o Dr. Giacoia: estou cumprindo uma função que é especificamente minha. E pelo fato de o Ministério Público dar uma importância imensa ao tema, e não deixaria o Dr. Giacoia de apresentar alguém, de enviar alguém o representando.

O senhor gostaria de fazer um comentário a respeito dessa pergunta feita pelo Deputado Francischini? O senhor poderia fazê-lo, por favor?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu acho que o Dr. Márcio é da Coordenadoria da Criança e do Adolescente. Essa pergunta é muito importante, visto que há a possibilidade de a resposta do Ministério Público se dar através da representação do Dr. Márcio. Essa pergunta vem, em tese, no caso de posteriormente o Ministério Público tomar conhecimento de que houve doações em relação a uma adoção que ocorreu dentro da legalidade, mas depois se tomou conhecimento disso.

Qual seria o procedimento padrão do Ministério Público, em tese, no caso de tomar conhecimento de que houve um pacto financeiro entre um casal que veio para adotar e a ONG que estaria intermediando ou uma pessoa que representaria a ONG?

O SR. MÁRCIO TEIXEIRA DOS SANTOS - Bom dia, Deputados e pessoas presentes, autoridades que acompanham a Mesa. Meu nome é Márcio Teixeira dos Santos, sou Promotor de Justiça e atuo no Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

O Ministério Público tem por dever de ofício a apuração de toda irregularidade que constitua crime e que chegue ao seu conhecimento, independentemente de ser um crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente ou na legislação penal específica. Portanto, se chega ao conhecimento de um Promotor de Justiça um fato que constitua crime especificamente relativo a intermediação irregular e que tenha havido pagamento ou qualquer espécie de intermediação onerosa, o fato será, sim, objeto de investigação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nesse caso, Dr. Márcio, tem o procedimento criminal aberto no Ministério Público?



O SR. MÁRCIO TEIXEIRA DOS SANTOS - Por provocação até do seu expediente, ofício expedido pelo Deputado Francischini, e também da própria Promotora de Justiça Tarcila Teixeira, chegou ao conhecimento formalizado da Procuradoria-Geral de Justiça de suposta situação irregular na intermediação, através da ONG aqui citada, e foi deflagrado o procedimento de apuração, inicialmente junto ao gabinete do Procurador-Geral e, após colhidas as informações, será desmembrado para as áreas afins.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dr. Márcio, o Ministério Público participa também como membro da CEJA? Estou correto, não é? Como é o procedimento de verificação das entidades que são credenciadas junto à CEJA? Existe um grupo de trabalho? A gente pede recomendação do Governo americano? O caso da Limiar, nós tínhamos documentos do Governo americano, da autoridade central americana, no caso da Convenção da Haia, dizendo que a Limiar ou o Sr. Audelino, eles eram representantes que podiam fazer essa intermediação? Ou a CEJA também instaurou um procedimento e está apurando isso? Eu não sei se o senhor tem acompanhado isso.

O SR. MÁRCIO TEIXEIRA DOS SANTOS - Nós não temos conhecimento dos detalhes, como foi o trâmite de aprovação ou não dessa instituição junto à CEJA. O que se sabe é o que prevê a lei. E, aliás, a questão do cadastramento, do credenciamento dessas instituições, ela foi regulada por lei federal, a partir de 2009. É a nova Lei de Adoção, a Lei 12.010, de 2009, que alterou profundamente diversos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Antes, o que se pode dizer, é que a CEJA ou qualquer instituição desse ramo deveriam atender aos princípios da Convenção da Haia, que é de 93, através de decreto legislativo, que aconteceu em 99. Então, sempre foi respeitado, ou deveria ter sido respeitado, mas foi incluída, no Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 8.069/90, a partir de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Flávia, por gentileza.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Queria agradecer a participação dos dois, dizer que é muito importante a contribuição de vocês. E, apesar de a gente ver essa “suspeição” — entre aspas — colocada, nós temos um respeito muito grande pelo Ministério Público. Entendemos a importância do papel do Ministério Público no



nosso País. E gostaríamos que o Ministério Público pudesse nos ajudar, e muito, na investigação desse caso e de outros casos e nesse enfrentamento que nós já citamos aqui.

Sra. Samia, a senhora tem informação se a Dra. Tarcila vai estar conosco hoje? Ela foi convidada também, não compareceu, não justificou.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Acredito, obviamente, que a Dra. Tarcila deve ter feito essa avaliação. Não fez contato conosco se iria efetivamente participar. O que foi é comunicado a ela, como foi comunicado em âmbito de gabinete, que o Ministério Público estaria presente. Eu efetivamente não conhecia que ela também tinha sido convidada a participar, mas que o Ministério Público estaria aqui representado, e para esclarecer as dúvidas que tivesse esta Comissão, por meio da Sub-Procuradoria-Geral, ela estaria aqui presente. Com relação à Dra. Tarcila...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É bom então a senhora saber que o convite foi feito a ela, especificamente, além do Ministério Público, até para que ela pudesse... É um espaço até pra ela se defender, apresentar a sua defesa, seus argumentos, que, com certeza, seriam importantes para a composição das informações que nós estamos buscando. Ela teve o convite separado e, infelizmente, ainda não compareceu. Talvez ainda chegue, não é?

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Sim.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E, em relação à questão dos elementos técnicos que a senhora colocou, e nós entendemos, eu queria questionar em relação... Porque uma coisa que nos intriga muito é a quantidade de adoções estrangeiras que foram feitas no mesmo local, no mesmo Município, São João do Triunfo, na mesma época. E, na verdade, o que nós entendemos do ECA é justamente que — e da Lei de Adoções — a adoção estrangeira é uma exceção da exceção. E nesse caso parece que virou a regra; então, foram 12 crianças. Além das sete, mais cinco crianças, no mesmo Município, na mesma época, foram entregues, através de outra ONG, para a Itália, para pais da Itália.

Então, é um esclarecimento, e tenho certeza de que a Dra. Tarcila deve ter respostas para ele, mas a gente vai deixar como representante do Ministério Público essas dúvidas que nós temos em relação a esse acontecimento. No Paraná,



aconteceram 39, especificamente em São João do Triunfo, 30% delas, que foram 12 crianças — 37 —, 12 crianças que foram encaminhadas.

E nós gostaríamos de fazer uma solicitação também ao Ministério Público que nos ajudasse a conhecer melhor, a buscar informações do funcionamento do CEJA do Paraná, de como que ele está se reunindo, como ele está fazendo esse acompanhamento das adoções, quem está participando. Acho importantíssimo a gente entender. As informações que eu tenho são as de que o CEJA do Paraná foi o primeiro criado no Brasil; então, eu tenho certeza de que ele deve estar bem estruturado; já tem uma história de funcionamento. E a gente gostaria muito que pudéssemos, juntos, abrir, e até dar explicações mesmo para a sociedade sobre a condução dos trabalhos do CEJA do Paraná.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - É, como já foi dito aqui na tribuna, por requerimento do Deputado Francischini, há um procedimento para esse tipo de apuração. Esse procedimento foi instaurado dentro do Ministério Público agora é encaminhar para o setor responsável, para que preste as primeiras informações, dentro do Ministério Público. Ou seja, é o CEJA.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Também.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Obviamente.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas tem participação, há membros do Ministério Público no CEJA.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Há membros do Ministério Público que participam do CEJA.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Isso.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Inclusive que foram ouvidos pela... não sei se pelo Procurador Fontoura. Mas eu gostaria também... Soube que o Dr. Olympio, que estava numa outra atividade, não podia chegar desde o início, está aqui, o Dr. Olympio, uma referência no campo... no Ministério Público do Estado do Paraná, ex-Procurador-Geral de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio à Infância por muitos anos, uma referência; participou inclusive dos trabalhos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não sei, Dr. Olympio, se há algum interesse da Comissão também de ouvi-lo, se há alguma coisa que o Dr. Olympio pudesse ainda esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, eu queria...



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu gostaria de cumprimentá-lo, Dr. Olympio, e dar as boas-vindas a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria inclusive convidá-lo para fazer... Era um dos nossos... O próximo convidado nosso aqui.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES - Ah, sim, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E eu já pego carona no seu preâmbulo para convidá-lo, para que possa também nos ajudar aqui.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Dizer que o senhor foi muito bem representado pela Dra. Samia, na sua ausência.

Eu quero encerrar aqui, Deputado Arnaldo, Presidente, as minhas colocações em relação à Dra. Samia.

Muito obrigada.

A SRA. SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES Muito obrigada. É uma satisfação estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bom. Eu lhe agradeço.

Pois não, Dr. Olympio, também, Procurador de Justiça da 1ª Procuradoria da Justiça Criminal e Coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público aqui do Paraná. Eu queria... O senhor está com a palavra facultada. Depois nós vamos passar aos nossos Deputados, para fazer as indagações.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Pois não. Eu quero cumprimentar todos e pedir licença para cumprimentá-los na pessoa da Deputada Flávia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - É a única mulher que compõe neste momento a Comissão, e dizer da satisfação de poder estar aqui colaborando, elogiando a iniciativa da instituição desta Comissão Parlamentar, e elogiando especificamente o Deputado Francischini, do Paraná, que se empenhou, por certo, de que isso pudesse ocorrer, e nessa perspectiva também de se poder avançar no cumprimento da legislação, eventualmente até na alteração da própria legislação no que diz respeito a esse tema tão importante.



Eu estava participando da Comissão da Verdade aqui, do Paraná, até agora, saí correndo de lá para vir aqui. Então, peço desculpa por não ter assistido aos depoimentos anteriores. E vou tomar cuidado para não repetir temas que possivelmente já tenham sido tratados aqui.

Fico à disposição para eventuais indagações.

Eu fui fazer, lá, uma pesquisa no que se encontra no baú do tema referente à infância e à juventude, e começo dizendo que o Paraná foi responsável — está num texto que eu apresentei no Congresso Nacional — pela inserção no Estatuto da Criança e do Adolescente da melhor das regras que trata desse assunto, que é aquela no sentido de que a falta ou a carência de recursos materiais não pode, por si só, justificar a destituição do pátrio poder ou do poder familiar, com alteração. Nessas hipóteses, a criança ou o adolescente devem ser mantidos na família de origem, e a família encaminhada a programas oficiais de auxílio.

Essa regra, como eu disse, foi gestada aqui no Estado do Paraná exatamente em razão do fato, daquilo que acontecia na realidade concreta na época da vigência do Código de Menores, na qual a indicação de uma situação irregular, que era dos pais não terem condições de atender às necessidades básicas dos filhos, determinava a destituição do pátrio poder. Quer dizer, os empobrecidos e despossuídos impossibilitados do exercício da paternidade e da maternidade. O mesmo Estado que não oferecia à família a possibilidade de ascensão social e a possibilidade de acesso aos serviços públicos para garantir aos seus filhos o exercício de direitos fundamentais de saúde e de educação, ia lá e retirava de maneira perversa os filhos dessas famílias, como se elas tivessem feito opção voluntária por viver na marginalidade, por viver à margem dos benefícios produzidos pela sociedade.

Então, o Paraná também instituiu, bem antes dos Conselhos Estaduais, dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito dos Municípios, do Estado e da União, uma Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular, que foi embrião da criação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. E essa Comissão foi responsável por apresentar inúmeras sugestões ao Estatuto da Criança e do Adolescente dentre o conjunto — esta que quero destacar pela importância exatamente do tema. Por que é que eu trago essa regra?



Porque é absolutamente necessário. E aí uma sugestão: embora a Lei — recente, inclusive — da Adoção destaque novamente isso, é absolutamente necessário que todos os Municípios possuam programas oficiais de auxílio às famílias para, nessas situações concretas em que as crianças e adolescentes se encontram sem possibilidade do exercício de direitos fundamentais, possa, então, a família... A promoção da criança e do adolescente se dê com a promoção da própria família.

Eu acho que a preocupação da Comissão pode ser no sentido de se criarem mecanismos mais rígidos para obrigar todos os Municípios a instituírem os programas, previstos já no Estatuto da Criança e do Adolescente, para auxílio à família e, dessa forma, manter a criança e o adolescente, como um direito seu, na sua família de origem.

Diz o Estatuto, como regra, então, que deve a criança permanecer com a família e a atividade ser no sentido de fortalecimento ou de restabelecimento desses vínculos familiares.

Se isso não for possível, diante da perspectiva do direito à convivência familiar e comunitária de todas as crianças, tem-se como claro que o espaço de permanência da criança e do adolescente não deve ser no estabelecimento de acolhimento. O estabelecimento de acolhimento é transitório, é passageiro, até que ele possa ser encaminhado, e, então, se for o caso, se houver graves violações aos direitos e deveres do poder familiar, ser encaminhada a criança ou o adolescente para uma família substituta. Então, em não sendo possível mantê-lo na família de origem, encaminhá-lo a uma família substituta.

Aí, eu acho que seria importante, a partir disso, para a Comissão, o exame, então, de, quando não for possível manter na família de origem, de quando não for possível a colocação em família substituta, no Brasil, para brasileiros, pensar nessa hipótese que eu ouvi a Deputada falando; quer dizer, a exceção da exceção. A exceção é colocar em família substituta e a exceção da exceção é a colocação em família substituta estrangeira dos mecanismos que são necessários para que isso só ocorra efetivamente...

Eu sempre me manifestei contrariamente à adoção internacional. Eu me lembro, como Promotor de Justiça da Vara de Menores, das pessoas passando pelos gabinetes mostrando álbuns de crianças em palácios da Suíça, em mansões



na Itália e tal. Enfim, não é isso. Nós temos é que... A sociedade brasileira, o Estado brasileiro, tem que garantir a permanência dessas crianças no Brasil, tem que garantir e assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes aqui, na família delas ou em família substituta.

O Paraná também foi pioneiro na criação — foi mencionado agora —, de uma Comissão Estadual Judiciária de Adoção, que é a CEJA. E a ideia da CEJA era especialmente — é, e continua sendo... E é assim que o Estatuto da Criança e do Adolescente acolheu — de que se pudesse ter cadastros de crianças e de adolescentes em situação de serem adotadas e um cadastro de pretendentes à adoção.

Então, a primeira sugestão que eu faria... a segunda, aliás, é a verificação se todos os Municípios já possuem os programas oficiais de auxílio a essas famílias, para poder garantir a manutenção do vínculo ou restabelecimento do vínculo familiar.

A segunda sugestão é exatamente no sentido de verificar se efetivamente esses cadastros que a lei obriga a ter... Cada Juízo precisa ter o cadastro para saber, afinal de contas, quem são os pretendentes à adoção, primeiro, lá na própria localidade; depois, no Estado; depois, nacionais, para se concluir que efetivamente não existe nenhum pretendente brasileiro à adoção, para se cogitar o encaminhamento para uma adoção internacional.

Eu quero lembrar que a nova Lei da Adoção, inclusive, indica a ilicitude de se deixar de instituir e de funcionar adequadamente esses cadastros. É o art. 258-A, estabelecido no Estatuto pela Lei da Adoção exatamente nessa perspectiva.

Como é que se vai dizer que essa situação excepcionalíssima se concretizou se você não tem o cadastro adequado para fazer esta verificação?

Eu tenho a impressão de que, se funcionassem adequadamente os cadastros nos Juízos, nas Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção e numa Comissão nacional que registrasse os pretendentes à adoção, nós teríamos, penso eu, nenhum caso para se fazer..., para ser encaminhado à adoção internacional.

Essa seria, então, a segunda sugestão que eu faria.

A terceira... E causa espanto quando se imagina que uma criança ou adolescente brasileiro seja encaminhado para uma adoção no estrangeiro, e não se



tenha uma efetiva fiscalização de como se deu a adaptação da criança nessa outra família, nessa outra comunidade, nesse outro País, e que não haja relatórios regulares sobre essa situação.

Embora a lei também faça previsão, a minha proposta seria a obrigatoriedade, não como está previsto na Lei da Adoção, de anualmente, para a autoridade central federal e, semestralmente, para a autoridade estadual, mas que se estreitassem, porque, na verdade, o chamado estágio de convivência que é obrigatório, que o estrangeiro, no caso da adoção internacional que ocorra no País, o período de adaptação desse estágio obrigatório, é o período de um mês. Diz a lei, no mínimo, de um mês. E, normalmente, isso se dá em um mês. Quer dizer, um mês é um tempo absolutamente insuficiente para se identificar exatamente essa necessária adequação, essa inserção adequada da criança e do adolescente numa família. Então, eu tenho para mim que a regra que prevê relatórios semestrais é uma regra que deve ser alterada para se diminuir. Eu acho que aqui fala: *“Semestralmente, no período de dois anos”*. É o comando legal. Nós temos que diminuir esse espaço, para que haja um acompanhamento efetivo, ainda que à distância, da adaptação dessa criança, enfim, se efetivamente ele está lá exercitando esse direito fundamental à família.

Eu sei que a Comissão deve ter o seu tempo limitado, e eu vou depois, se me permitirem, fazer por escrito essas sugestões, especialmente de ajustes da legislação, e encaminhá-las à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais do que um pedido, sinta-se intimado a fazê-lo, com todo o respeito.

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse é um dos objetivos da nossa CPI: apresentar rapidamente ao Congresso Nacional... Temos um prazo, acho que no máximo em 30 dias, nós vamos apresentar um conjunto de propostas de alteração do nosso ordenamento jurídico, do nosso arcabouço jurídico, dada a defasagem, a impropriedade, a impotência da nossa legislação diante da complexidade e da gravidade, eu diria, do crime de tráfico humano de uma maneira geral, não só a questão da adoção, mas também a questão da exploração sexual e outras modalidades. Mas nós ficamos muito felizes e agradecemos desde já a sua



contribuição, no que o senhor achar que tem validade, no sentido desse aperfeiçoamento do nosso ordenamento.

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR - O Sr. Deputado me permite mais 30 segundos para dizer da extrema preocupação com uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, porque o tráfico pode se dar por essa forma, enfim, ainda imaginada de uma adoção feita de maneira irregular, ilícita. Mas há outra maneira, que é simples, passando para o aeroporto mesmo, e levar a criança, o adolescente, para o exterior de forma ilegal.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, como forma de prevenção especial, criou mecanismos para que a viagem da criança e do adolescente para o exterior se dê sempre acompanhados dos pais ou acompanhados de um dos pais, com autorização expressa, e reconhecida a firma do outro. O CNJ, através de uma relação que o Ministério Público do Paraná questionou formalmente, fez uma alteração dessa regra para dizer da possibilidade de, desacompanhado dos pais... Desculpem-me, eu não disse que, em estando desacompanhado dos pais, tem que ter autorização judicial, em que se vai verificar quem é essa pessoa, quais são os vínculos familiares, enfim.

Essa resolução do CNJ permite que, desacompanhado dos pais, a criança ou o adolescente possa viajar para exterior, apenas com um documento em que haja reconhecimento de firma da assinatura. Ora, na realidade brasileira, imaginar que — e o Delegado e Deputado Francischini sabe bem disso — obter um carimbo de reconhecimento de firma e uma assinatura... Então, eu fico imaginando. E, aí, nós estamos falando de crianças e adolescentes que já não têm mais família, não têm vez na sociedade; estão aí, entregues ao próprio azar, e que, daqui a pouco, vão mesmo ser levados pelo tráfico de pessoas, de crianças e adolescentes, com um documento falsificável com a maior facilidade de você pegar um carimbo lá e fazer... como se tivesse... Esses dias, inclusive, casualmente, eu tinha me esquecido dessa regra, e tinha um..., enfim, pessoas conhecidas que disseram que o filho estaria viajando, não é? Eu disse: “Não; tem que pegar autorização judicial.” “Não, mas...” “Você tem que ter autorização judicial porque você vai viajar...” Eu fui verificar e, claro, a Polícia Federal faz isso para atender à resolução do CNJ. A própria Polícia Federal já tem um requerimento padrão em que a pessoa só vai lá, preenche, leva



isso para reconhecer, leva ao sujeito que faz os carimbos ali, na esquina, põe o carimbo ali e pronto. Olha que porteira aberta para... em relação a essa...

Então, eu gostaria também de trazer esse tema para a reflexão, não mais na questão da adoção, mas nessa preocupação do tráfico de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ok. Eu vou passar a palavra à Deputada Flávia.

Gente, gostaria apenas de pedir o máximo de objetividade, porque nós temos ainda várias pessoas aqui para ouvir, além das oitivas específicas que nós vamos fazer na parte da tarde. Eu peço a todos um pouco mais de brevidade.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Olympio, é só para dizer que nós agradecemos muito as contribuições. Nós temos um grupo de trabalho que está justamente aperfeiçoando o processo legislativo para apresentar, no relatório, sugestões, a contribuição do senhor vai ser muito importante. O Ministério Público também tem nos ajudado, e esse apoio pessoal e institucional do senhor também é muito importante.

A questão da idade da criança que pode viajar só com a autorização expressa, isso está no ECA. Talvez não seja só uma decisão do CNJ; o Estatuto da Criança prevê isso, e é uma das mudanças que nós estamos propondo que exija, na ausência dos pais, a autorização judicial.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Não, o ECA exige. A regra... O que causa surpresa é exatamente uma resolução que é *contra legem, contra legem*, porque a lei exige a autorização judicial.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É, aí, nós estamos aqui, o Deputado está nos corrigindo em relação ao transporte interno, ao deslocamento interno e internacional.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Ah, sim. Exatamente.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E até o interno, ele... Porque nós temos o tráfico interno também. E hoje está prevista, no ECA, a possibilidade do...

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Acima de 12 anos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Exatamente, acima de 12 anos.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Para adolescente.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Exatamente. Nós já vamos fazer uma alteração também em relação a isso.

E eu queria, complementando, dizer que esta CPI está à disposição para que a gente possa, juntos, construir soluções e avançar no sentido desse enfrentamento.

Eu quero agradecer muito o apoio do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, acho que o Dr. Olympio é a autoridade mais credenciada para responder àquela primeira pergunta do CEJA. O senhor não pegou a pergunta que eu fiz sobre o CEJA, não é, Dr. Olympio? Vou repetir para o senhor: o que o CEJA faz para credenciar uma entidade? Ele busca, conforme prevê a Convenção de Haia, um documento da autoridade central americana dizendo que ela é representante; no caso da Limiar, ou seja, tinha um documento da autoridade central americana dizendo que ela era representante? É essa a nossa dúvida, porque eu acho que o importante agora é a gente descobrir como é que ele fraudou essa relação, já que o próprio Presidente da ONG foi ouvido e nos trouxe um caso sintomático. É óbvio que, desde 1999 até 2008, a Convenção de Haia não tinha sido aderida, vamos dizer assim, pelo Governo americano.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Pelos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, houve um vácuo em que mesmo a Limiar, autorizada até 1999, passou a não poder operar, e mesmo assim ela continuou operando. Uma hora ele diz que foi Limiar; uma hora eles usam outro nome, AVA. Mas a AVA, a gente já viu, e Brasília também não tem autorização ainda para atuar.

Então, a gente queria entender qual foi o instrumento, se ele usou um documento fraudado do Governo americano, se não usou. O senhor tem conhecimento de como é que ele...

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Não, é que, especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria.. Permita-me, Dr. Olympio, só para complementar, pegando carona aqui, nessa...

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Porque, pela previsão do ECA, no art. 52, que prevê a criação, e o Paraná foi, talvez, um dos primeiros Estados onde...

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Não, nós tínhamos o CEJA antes do Estatuto da Criança.

O SR. PRESIDENTE - Antes do estatuto; exato. Quer dizer, acho que final da década de 80, início da de 90, ou seja, já estava funcionando no Estado do Paraná. Portanto, foi uma experiência, eu diria, que pioneira, está certo? E pela legislação tanto o Ministério Público quanto a OAB e outras entidades têm assento, fazem parte.

Então, eu pergunto ao olhar do Ministério Público, não do seu olhar, mas, enfim, da instituição: como essa Limiar transitou, de forma tão folgada, digamos assim, com todas as implicações que hoje vem à tona, sem ser questionada, sem ser indagada, sem ser investigada, sem ser apreciada de alguma forma? É, mais ou menos, a direção da pergunta do Deputado Francischini. Se o senhor tem condições de nos informar.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Essas entidades devem estar cadastradas na autoridade central, em Brasília, e o cadastramento nos Estados, onde elas atuam. Eu, enfim, não saberia... Até peguei um rol, agora, das entidades que estão já, aqui cadastradas, tem italianas. Enfim, eu tenho pra mim que todas elas deveriam estar regularizadas, porque a regra é essa de ter...

Inclusive, essa regularização tem que se dar no próprio país de origem pra se certificar a idoneidade da... Porque não é qualquer entidade que pode ser... Como a entidade também não pode — depois eu vi pelas... — fazer a indicação das crianças em condições de serem adotadas, que é absolutamente inaceitável, porque a atividade da entidade tem que ser, a partir de alguém, no exterior, que pretenda adotar alguém, uma criança ou adolescente, e não, por fim — eu ia dizer por atacado, a palavra não se ajusta —, você indicar inúmeras crianças para serem colocadas. Isso é absolutamente irregular.

Enfim, eu acho que, infelizmente... Mas pelo menos agora serve para se ter um olhar absolutamente cauteloso sobre essas entidades, sobre o funcionamento delas. Eu vi lá no site o nome das crianças indicadas e o valor da...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fotos e...

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Quando há o lucro, há uma figura típica penal estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Quando se encaminha para o exterior criança e adolescente com o objetivo de lucro, há uma figura típica penal. Enfim, eu acho que isso será objeto, por certo, da verificação da própria Comissão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dr. Olympio, a outra pergunta eu fiz também à Dra. Samia. Eu até coloquei ela como especialista. Crianças e adolescentes que nos respeita...

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Ela é professora de Direito Civil.

(Não identificado) - Especialista em muita coisa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Especialista em capacitação. Mas é uma pessoa bem quista por todos nós.

Eu vou falar, em tese, porque o senhor não é o promotor do caso em concreto. Mas se o promotor descobrisse que houve essa intermediação financeira, qual instrumento que tem na mão o promotor que, depois que ele fez uma adoção, descobre, nas costas dele, vamos dizer assim, sem ele ter o conhecimento, domínio do fato, que houve essa doação de 9 mil dólares para que pudesse a ONG trazer o casal de um outro país e apresentar ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, fazer a junção das pontas, caracterizando, talvez, o crime de remessa para lucro financeiro?

E outro, o senhor, como promotor de uma comarca, identifica uma ONG brasileiro-americana — porque a gente descobriu que são a mesma coisa as duas — fazendo doações em dinheiro, em bens, para uma Casa Lar ou para o Conselho Tutelar da cidade em que o senhor é promotor, e, depois, crianças são adotadas na mesma comarca, com pareceres positivos do Conselho Tutelar e da Casa Lar, qual é a posição que o senhor tomaria, em tese, como promotor nessa cidade?

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - É. Vamos falar em tese, porque cada situação tem as suas peculiaridades. No caso específico, e aí é um outro indicativo sobre a importância dos programas oficiais de auxílio, de um lado o



Estatuto da Criança e do Adolescente comanda no sentido de manter os irmãos, o grupo de irmãos. E até é do CNJ essa pesquisa, parece que 0,2% daqueles que aceitariam adotar duas crianças. Então, eu acho que esse é um ponto também que tem que procurar essa solução de auxiliar a família, etc.

Lá, nos casos de São João do Triunfo, eu também não tenho conhecimento total. Mas eram casos de grupos de irmãos. Enfim, não vou adentrar em caso específico porque essa é uma análise que a própria Comissão vai fazer.

Agora, a lei também veda que essas entidades façam doações para outras entidades. A lei prevê a possibilidade de doações para os fundos que são instituídos junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e não para doações diretamente a nenhuma casa de acolhimento, a nenhuma entidade privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Enfim, eu acho que o caso concreto depois tem que ser esmiuçado de outra maneira. É o papel da própria Comissão, e o Ministério Público está à disposição para o que for.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Dr. Olympio, rapidamente, o senhor conhece o funcionamento da CEJA aqui no Paraná? Ela está funcionando? Há uma sala?

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Funciona, funciona regularmente. Inclusive, enfim, salvo equívoco da minha parte agora, é o próprio Corregedor da Justiça que preside a CEJA. Então, é uma estrutura que, enfim, tem anos e anos de funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - E tem um Procurador de Justiça que também integra a CEJA, representando o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós vamos ouvir ainda o Deputado Luiz Couto e o Deputado José Augusto Maia. A gente insiste na brevidade, porque esta é uma audiência pública, e nós temos ainda para ouvir o Vereador Francisco, que está aí, e temos também o Dr. Gillyard Ferraz. E também facultamos — esta é uma audiência pública — a qualquer cidadão ou cidadã, independentemente de entidade, que queira fazer uso da palavra aqui. Os microfones estão abertos. Nós estamos aqui para ouvi-los a todos: instituições,



sociedade civil. Então, se alguém quiser ainda, em seguida, fazer alguma consideração ou trazer alguma informação à CPI, a palavra ficará franqueada.

Eu passo a palavra ao Deputado José Augusto Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu queria parabenizá-lo, até do conhecimento que o senhor tem e a contribuição que o senhor pode nos dar nesta CPI na questão da legislação. O senhor tem mostrado, pelo que observamos, um largo conhecimento e vai contribuir muito. Mas o que a Deputada Flávia Morais reclamou e a gente achou a reclamação muito justa de que o representante da CEJA não compareceu a esta audiência pública, que seria de fundamental importância.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Não, mas, desculpe. Deve ter havido algum equívoco. Eu tenho certeza de que tanto o Dr. Fontoura, eu ouvi falar também da Dra. Tarcila, está à disposição da Comissão. Enfim, deve ter havido algum equívoco de comunicação, porque eu tenho certeza de que estarão aqui e vão participar e vão colaborar com a Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então era isso, assim, o meu pedido no sentido de que a interferência dos senhores aqui, das autoridades do Ministério Público, fazer com que... Nós estaremos aqui à tarde ainda, para que seja ouvido, porque é muito importante para o nosso relatório. Eu tenho certeza dessa grande contribuição do Ministério Público, faz parte, observamos aqui que seria muito importante que estivesse aqui ainda hoje para que pudéssemos...

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - ...ter a contribuição, porque, ligado a isso, por que nós viemos aqui? Essa questão dessas ONGs e a forma dessas doações irregulares que aconteceram. O Sr. Audelino vai ser ouvido agora à tarde pela gente aqui. É isso, eu queria essa contribuição do senhor.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Pois não. Eu acho que não há nenhuma...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E agradecer mesmo a sua contribuição nessa mudança de legislação, como o senhor e todos aqui que deram seus testemunhos podem contribuir com essa CPI. Obrigado.



O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Eu sugerí até por que não o Corregedor-Geral da Justiça, que preside a CEJA? Ele foi também convidado? E ele virá?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Presidente, o Lauro.

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Eu acho que era um depoimento importante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Quem mais foi convidado, Presidente?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O Dr. Lauro foi convidado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - O Dr. Lauro e quem mais?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A Dra. Tarcila também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se bem que o Dr. Fabian está convidado para a tarde também, é o braço direito do...

O SR. OLIMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - O Dr. Fabian, sim, integra a CEJA, conhece, foi juiz da Infância e da Juventude e conhece sobremaneira toda a matéria. Talvez eles tenham escolhido, então, o Dr. Fabian para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Olhem só, permitam-me, por favor, Deputado. Nós convidamos várias instituições e pessoas que nós consideramos importantes para prestarem algum esclarecimento na condição de colaboradores. Ninguém está aqui convocado, salvo as pessoas que estão supostamente denunciadas como envolvidas de forma dolosa nessa organização, nessa suposta organização criminosa.

Agora, a CPI, esse aqui é um primeiro... Todas as pessoas que nós considerarmos fundamentais nós vamos convidar novamente para ir a Brasília. Isso não impede de a CPI voltar aqui. Quer dizer, o nosso papel aqui é procurar suprir todas as informações e esclarecimento, investigar com critério, com isenção e procurar dar uma satisfação à sociedade.

Portanto, todas as pessoas que depois nós considerarmos imprescindíveis para que possamos ouvi-las nós vamos chamar novamente, seja na condição de convidado, porque os convocados nós temos outras prerrogativas constitucionais para fazer.



O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Deu para entender bem o que o senhor quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo?

Então, Deputado José Augusto, V.Exa. já concluiu?

Deputado Couto?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dr. Olympio, o problema todo está, como V.Exa. disse... Ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente fala que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Com prioridade absoluta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com prioridade absoluta, com primazia de receber proteção e socorro, de precedência no atendimento dos serviços públicos, de preferência na formulação e execução das políticas públicas e destinação privilegiada de recursos públicos.

O grande problema está aí. O art. 3º diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade, em geral, e do poder público, em geral, assegurar com absoluta prioridade todos os direitos fundamentais. Ele cita lá quais são os direitos. Esse é o grande problema. Quando há uma adoção a razão que é colocada é de caráter social, ou seja, se a família não tem condições, está aqui, o poder público tem que assegurar àquela família as condições para que aquela criança possa viver. Ou seja, aí se coloca, procurando depois, porque o pai era alcoólatra, vive-se na miséria, ou seja, agora vai se colocar a tirar.

O problema é que, quando a adoção é um ato de adesão da família que não quer e segue os princípios todos daquilo que a lei determina, o problema é que, em alguns casos, é rapto, é tirada abrupta da criança. Inclusive como a gente viu lá em Monte Santo, onde foram tiradas duas crianças depois que a mãe foi enganada, ludibriada, chamada porque havia uns familiares dela que estavam lá e queriam vê-la. Não tinha nada disso aqui. No momento em que a mãe disse que não iria entregar os dois filhos, foi dopada. Quando acordou, não estava mais com os dois filhos.

Então, o senhor colocou um aspecto que é a questão do controle da fiscalização. Ou seja, a CEJA tem a obrigação de controlar, de acompanhar esse processo, para que não ocorra, mesmo naqueles casos legais, casos em que a



criança é explorada sexualmente, é abusada sexualmente, é também ameaçada, muitas vezes é usada para tirar órgãos, não é para ser adotada, é para tirar órgãos para transplante. Então, nesse sentido, a responsabilidade maior, a culpa maior do que está acontecendo, eu diria na escala que tem maior competência, é do próprio poder público. Aí se colocam Legislativo, Executivo, Judiciário e as Forças, Ministério Público e Defensoria, cada um fazendo a sua atividade, mas não fazendo de forma articulada.

Nesse sentido, a sua fala, quando coloca... É importante que nós tenhamos esse sistema, a CEJA, com "c", seja aquele, com "s", que vai acompanhar o processo, não apenas assegurar as instituições que podem adotar ou mesmo o cadastro daqueles que podem ser adotados.

Então, nesse sentido é que a gente acha que há uma preocupação básica, quando a gente convida alguém, aí vem lá o Presidente do conselho, ou da comissão, ou da associação daquela organização e diz: "Oh, vocês estão convocando o que não pode". Querendo dar lição para a gente, dizer que a gente estaria convocando e que não pode comparecer, pedindo para que a gente mude e não convide mais a juíza. Ou seja, aí não dá, porque aí é a impunidade, e a impunidade é a mãe de toda a criminalidade. Nesse sentido, muito do que está acontecendo é porque a impunidade nesta questão da adoção ou do tráfico de pessoas continua como algo que só chama a atenção em alguns momentos.

Então, nesse sentido, não estou falando nada com relação ao senhor, mas como o senhor falou da questão de que é preciso fazer que haja esse controle social da família, da sociedade em geral, da comunidade, então, todos nós somos responsáveis por isso que está acontecendo, infelizmente, em nosso País.

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO - Deputado, eu concluo rapidamente. O Deputado Luiz Couto trouxe a base jurídica para aquilo que eu falei em relação aos programas oficiais de auxílio, que é o princípio da prioridade absoluta. Como disse V.Exa., significa preferência na formulação e na execução de políticas públicas, e mais que isso, destinação privilegiada para a área da infância. Aqui, no Paraná, dizemos que lugar de criança é na família, na escola e nos orçamentos públicos, porque há um discurso sempre a favor da infância e da



juventude, mas, na hora das leis orçamentárias, não se faz a canalização daquilo que é necessário para os programas e ações necessários.

Deputado Arnaldo, se o senhor me permite, concluindo, então, eu me esqueci de dizer uma coisa que é importante neste contexto, que é uma regra do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da chamada guarda subsidiada. Mesmo que não se tenha, então, a possibilidade da colocação em família substituta, na modalidade de adoção, o legislador do Estatuto traz esta possibilidade, de que ele possa ficar em uma família, ou nessa dita família extensa, ou na família, enfim, do vizinho, do padrinho, de alguém conhecido, e o Poder Público subsidiar essa guarda, para a garantia do exercício desse direito à convivência familiar.

A minha última observação, Deputado Arnaldo, eu quero fazer o registro, por dever de justiça. A Dra. Tarcila é estudiosa da matéria. Eu a acompanhei, inclusive. Eu lecionava no curso de pós-graduação na área da infância e da juventude, na Pontifícia Universidade Católica. E a Dra. Tarcila esteve lá. Ela tem dedicação. Enfim, claro, a Comissão vai fazer análise que a incumbe fazer, mas considerar que a Dra. Tarcila tem também uma história como Promotora de Justiça, preocupada também com a área da infância e juventude, estudiosa, pós-graduada nessa área.

Eu agradeço, então, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Olympio.

A nossa impressão é essa também. Todas as informações que nós temos sobre a Dra. Tarcila correspondem ao que o senhor falou. Queria só agradecer as suas contribuições, reiterar o convite, que o senhor possa fazer essas sugestões, formalizar essas sugestões, até para que a gente possa dar o crédito ao senhor, que é um estudioso do assunto. Além de estudioso, é um militante da causa. Isso faz a diferença em todos aqueles que atuam nessa área da criança e do adolescente, dos direitos humanos de uma maneira geral.

É importante apenas ressaltar, na sua fala, dentre tantas coisas importantes que o senhor nos falou aqui, que é criminosa essa avaliação, que é recorrente. Em todos os casos que nós temos investigado, em geral, a justificativa ou o cobertor de abrigo dessas imprudências ou crimes que são praticados contra crianças é a condição material. Como se num país que tem quase 30 milhões de pessoas que



não vão comer hoje, a condição da pobreza fosse a justificativa ou o passaporte para justificar o crime de retirada do ambiente familiar de crianças.

Foi assim no caso da adoção de São Paulo, Iá de Monte Santo, onde tudo que nós recebemos como objeto de sensibilização eram fotos, com as crianças em quartos maravilhosos, com a imagem do Mickey e do Pato Donald, bem vestidas, num ambiente de berço de ouro, contrastando com a condição de pobreza com que essas crianças viviam.

Quer dizer, esta expressão da coisificação da dimensão humana chegou ao limite que, para muita gente, passa a ser o senso comum e o único critério de avaliação. Está certo? Então, nós não podemos nos render a isso. Nós dissemos isso lá, todos nós, em Salvador: *“Se isso for um critério, não precisa haver mais lei que possa regular isso”*. No sertão semiárido do Nordeste, na minha região da Amazônia, em lugares mais vulneráveis, do ponto de vista econômico deste País, se essa moda pega, todos estarão vulneráveis ou sujeitos a ter os seus rebentos, os seus tutelados, sacados, como disse o Deputado Luiz Couto, sequestrados do seu convívio familiar, sob a suposta tese de que eles estarão mais confortáveis ou mais seguros, está certo, em uma família de condição financeira mais adequada.

Eu acho que isso faz parte da nossa luta de tentar revogar essa mediocrização da dimensão humana, em que se transforme em coisa; em que o poder público, de uma maneira geral, se sensibiliza, via de regra, muito mais com os crimes de ordem patrimonial do que com os crimes contra a dignidade humana, contra a pessoa. Eu acho que é contra essa maré que nós estamos remando aí.

Felizmente, essa coisa tem tido certa repercussão, basta a gente acompanhar os noticiários da imprensa, para verificar. Agora, a *Carta Capital* desta semana, já foi na semana anterior, traz o problema da adoção de órgão; a revista *Placar* falando das escolinhas de futebol, onde essas crianças são submetidas a abusos sexuais, a condições sub-humanas, por conta do sonho, quase que sedutor, de uma criança ou de uma família pobre, de ter um desses meninos transformados em um Ronaldinho, em um Neymar, sendo capa de revista, ganhando dinheiro, tendo uma Ferrari do ano, empoderamento e coisas do gênero. Como, da mesma forma, as meninas em relação às agências de modelo, que acabam sendo presas fáceis, para que essas moças possam acabar na prostituição de luxo, no Brasil ou fora do Brasil.



Eu acho que nós temos que sacudir um pouco, cada vez mais, a sociedade. E essa é uma das razões de nós estarmos aqui, peregrinando este Brasil, tentando discutir com a sociedade civil o compartilhamento desses desafios, que são civilizatórios na sociedade brasileira.

Portanto, queremos agradecer ao senhor, como um desses que, com certeza, abraça esta causa, na condição de estudioso do Direito, na condição de Promotor de Justiça e na condição de cidadão também. Parabéns pela sua contribuição a isso.

Eu queria convidar agora o Vereador Francisco Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania da Câmara Municipal de Curitiba. É isso?

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Vulgo Chico do Uberaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, aqui não tem negócio de vulgo, Deputado. (*Risos.*) Aqui é Francisco Costa mesmo.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Se falar Francisco Costa, em Curitiba, no Paraná, nem conhece, é Chico do Uberaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, não conhecem? Então, desculpe-me por tê-lo chamado pelo nome.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Não, tudo bem. Não, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É que estou seguindo o *script* do ceremonial.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Mas eu agradeço o carinho de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, é Chico do Uberaba. Pronto, com a palavra o Vereador Chico do Uberaba.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Sr. Deputado Arnaldo Jordy, Deputada Flávia, Deputado Luiz Couto, Deputado José Augusto, em nome do Deputado Francischini, eu quero agradecer a presença de todos os senhores aqui pela relevância do trabalho do Deputado Francischini, o qual engrandece nosso Estado. Quero também agradecer a todos os senhores, à nossa equipe da Câmara Municipal, que está aqui, da Taquigrafia, que fez o trabalho durante as duas semanas, ajudando a gente a poder ouvir algumas famílias.



Sem a gente anunciar nada, foram aparecendo alguns casos. Eu gostaria de, pelo menos, relatar dois casos aqui, que eu acho de suma importância. E todos os casos já foram repassados, por escrito, ao Deputado Fernando Francischini.

Um dos casos que houve em Curitiba — até na fala do Dr. Olympio aqui é uma coisa que a gente vê — é a forma que essas crianças são retiradas das suas mães, pegas de uma forma assim indefesa, sem terem conhecimento, de uma forma assim muito bruta. Inclusive, tem uma mãe presente com a gente aqui ouvindo o que eu estou falando. Casos de crianças que foram retiradas de posse de suas mães e levadas para abrigos, onde já estão há mais de 3 anos, e as mães não podem chegar perto dessa criança. Estão permanentemente proibidas de chegar perto dessas crianças. Nesses 3 anos, de lá pra cá, elas têm uma vida decente, trabalham, têm lar, têm outros filhos. Nós não entendemos por que elas não podem participar com os seus filhos. Por que o Governo não dá essa condição à mãe? Ela só vê o lado ruim, o lado de dificuldade financeira, a necessidade que ela passou, mas o Governo não foi o primeiro a ir lá. Ele poderia pelo menos atender à família antes de sacar o seu filho, retirá-lo de uma forma desumana.

Houve dois casos parecidos, aliás, três, mais dois que eu relatei, de mães que foram retiradas. A médica é a mesma médica que atuou nesse caso, é a mesma juíza, o mesmo lar onde estão essas crianças. E, pasmem os senhores, a juíza que retirou essas crianças dessas mães é a mesma que está julgando hoje o processo aqui no tribunal no Paraná. Não sei se juridicamente isso é possível. Até fiz uma consulta ao doutor. Ele falou que não é possível. Então, uma coisa muita estranha está acontecendo no nosso Estado. Se isso está acontecendo aqui, que é um país de Primeiro Mundo, Curitiba, Paraná, imaginem no do nobre Deputado que falou ali, Arnaldo, lá no seu Estado, que é um Estado assim com maiores dificuldades, no interior.

Ouvindo esses dois casos, até porque as mães acabaram se conhecendo, no mesmo dia da audiência — tratava-se da mesma médica, da mesma juíza —, uma outra situação da mãe, sabendo que essas duas crianças tinham sido tiradas de uma forma bruta das mães, sendo que uma foi tocada de dentro do hospital, dizendo-se “A senhora se retire do hospital”, e a mãe chorando, vendo o filho sendo



levado por uma enfermeira e uma assistente social, e nunca mais viu a criança, sabendo onde está hoje, num abrigo em Curitiba, não pôde fazer nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor pode nos revelar o nome dessa juíza por escrito?

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Está no papel. Vou usar do mesmo processo da jornalista. Está aqui nos papeis, vou entregar oficialmente.

Não pôde fazer nada. Uma mãe, ouvindo essa situação anteriormente no hospital, sabendo o que houve, que era a mesma médica, sabendo há uma semana ou duas daquela manobra que estava acontecendo, ela não podendo atuar...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor poderia explicar melhor onde entra essa médica? É isso que é importante entender. A médica deu o parecer para tirar a criança? A médica encaminhou, chamou o Conselho Tutelar? Qual é a participação? A gente não entendeu ainda.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Não entendeu ainda. A situação da médica... É a mesma médica que chegou para essas mães. E as mães não têm conhecimento se tem uma investigação policial. Elas não têm conhecimento. Se ela disser assim: “Olha, vocês não têm condições de (*ininteligível*) a mãe...” Simplesmente pediu que retirasse as crianças. E houve uma determinação da juíza para esse caso.

Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Curitiba, da qual sou Presidente, e na Comissão de Segurança, nós não tivemos tempo ainda de investigar porque o nobre Deputado nos convidou faz menos de duas semanas, mas o que a gente pôde ouvir e apanhar e que a gente iria passar ao Ministério Público e inclusive aos senhores para poderem fazer mais investigações em cima disso aí.

A terceira pessoa, ouvindo toda a situação, sabendo que ela poderia correr o mesmo risco de perder a sua filha, fugiu do hospital com a criança, porque, senão, ela também talvez fosse vítima dessa mesma situação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, acho que nesse caso o encaminhamento dos documentos das oitivas que a Comissão de Direitos Humanos fez serve para que na próxima reunião deliberativa em Brasília possamos discutir mais detalhadamente, talvez um requerimento de busca de informações junto ao Poder Judiciário com as informações e, se confirmadas, abrir



um novo caso. Acho que seria essa a participação da Comissão da Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos aguardar o material...

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Sim, já está aqui... Já vou repassar para os senhores. A maior preocupação de tudo isso, Sr. Presidente dos trabalhos, é a questão da juíza que me chamou a atenção, de que ela manda retirar as crianças e, em sequência, ela mesma vai julgar o próprio processo. E essa Casa Lar, de Curitiba, a qual foi informado por uma mãe, a proprietária é filha de um ex-Governador do Estado do Paraná. Eu não sei se isso tudo tem a ver, mas eu acho assim que é muito preocupante para nós curitibanos, paranaenses. E tudo isso está relatado no papel.

Outro caso de um pastor, que também foi acusado de pedofilia pela sua neta, e ele jura, com todas as letras, que ele não, de forma alguma, abusou dessa criança. A assistente social foi quem fez a denúncia. É a palavra do pastor contra a da assistente social. Isso já na Região Metropolitana de Curitiba, foi um dos casos que nos chegou, no único fórum de Curitiba, esse da Região Metropolitana, onde os avós, a mãe faleceu, a criança com problemas de saúde, eles tentaram ficar com a criança, não foi possível porque surgiu em seguida uma denúncia que o avô, um pastor evangélico, estaria abusando de sua neta.

Então, são casos assim que estão relatados, têm mais coisas assim que não dá... Eu não quero tomar muito tempo dos senhores, mas está tudo no papel ali, tomados esses depoimentos. É isso que eu tinha que relatar. Estou aberto para algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Deputado José Augusto, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Os motivos que levam, que a enfermeira leva à juíza, por que essa criança ser levada a esse abrigo, a essa entidade? Os motivos alegados.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Algumas situações foram crianças que estavam meio desnutridas, com problemas de saúde, que eles



achavam que a mãe não tinha condições de cuidar da criança. Então, mais ou menos nessa situação que foi constatado, todos para adoção. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado pela sua colaboração, pelo seu depoimento, pelos casos que o senhor traz. Reitero aqui o desejo de receber esse material com todos os elementos, que o senhor possa nos ajudar a informar sobre isso, e lhe dar a certeza de que nós vamos analisar e, se houver razão de investigação, nós vamos tomar as providências necessárias. Muito obrigado pela sua contribuição.

Eu queria convidar aqui o Sr. Gillyard Ferraz, representando a ONG JOCUM e IWT de trabalhos socioculturais.

O SR. GILLYARD FERRAZ - Cumprimento todos. Meu nome é Gillyard, faço parte da JOCUM e da Associação Internacional de Pactos Culturais - IWT Brasil. Cumprimento a Mesa, a CPI, a Comissão que está investigando o tráfico humano.

Eu gostaria apenas nesta audiência pública de fazer um apelo e uma proposta, porque eu tive... Nós temos trabalhado com os projetos Não às Drogas, Não à Violência, trabalhos socioculturais no Brasil e fora do Brasil. No último ano, eu estive na África do Sul trabalhando na sociedade lá como voluntário em vários projetos sociais. Dentre os quais, eu tive contato com uma ONG, que tem parceria com o governo sul-africano e que trabalhava nessa área de tráfico humano. Eles mencionaram, compartilharam conosco sobre o alto índice de pessoas que foram para a África do Sul, durante a Copa do Mundo, para prostituição, e muitas dessas pessoas foram fruto do tráfico humano, pessoas que eram vítimas de cárcere privado, eram obrigadas a trabalhar sexualmente para as pessoas lá, onde era retirado seu passaporte, documentação, não era dado nenhum tipo de alimentação para eles, e eles foram vítimas dessa situação.

Em relação a essa minha grande preocupação, nós temos planejado várias ações sociais para agora durante a Copa das Confederações, Copa do Mundo e até mesmo das Olimpíadas, que vão acontecer no Brasil, pelo número de pessoas que virão para cá como profissionais do sexo. Nós ouvimos em torno de 20 mil pessoas que foram para a África do Sul para trabalhar como profissionais do sexo durante a Copa do Mundo, pessoas de outros países que foram para lá.



E nós sabemos que muitas pessoas, talvez, voluntariamente, talvez pensando na questão de dinheiro, que podem ganhar dinheiro no Brasil durante esses grandes eventos, mas muitos poderão vir para cá como fruto do tráfico humano. E nós gostaríamos de solicitar, de pedir, como sociedade civil, como ONG, como instituições e parceiros de várias instituições sociais, temos procurado mobilizar a sociedade de Curitiba, para que nós possamos prevenir isso, com as crianças, com os adolescentes, nos lugares mais carentes da cidade. Mas também nós sabemos que as pessoas que realizam tráfico humano são criminosas. Nós precisamos de apoio, de gente qualificada, como a Comissão tem trabalhado junto à Polícia Federal, órgãos competentes que podem realmente dar um apoio para a sociedade civil, para que possamos denunciar, para que possamos realmente procurar fazer a diferença para ajudar essas pessoas, tanto os que virão de fora, que infelizmente isso pode acontecer, mas também para guardar as nossas crianças.

Eu sou pai, tenho dois filhos. E quando eu escuto a história dessas crianças, tenho uma dor no coração muito grande, porque, quando você tira uma criança do seio da família para poder realmente dar para outra pessoa, para vender ou colocar em situações terríveis, é muito difícil. Então, nós queremos contribuir, mas solicitar, propor talvez que haja uma extensão desta CPI, porque nós vamos ter os grandes eventos que vão acontecer no Brasil, e se não tiver uma fiscalização, se não tiver uma ação nacional, não somente aqui em Curitiba, mas em todas as cidades que vão receber os jogos da Copa, talvez, nós ouçamos muitas coisas ruins sobre a questão de tráfico humano, de pessoas que virão e que podem aliciar crianças, adolescentes, para irem para fora com essa grande movimentação de pessoas de outros países aqui em nosso Brasil.

A minha fala seria isso, solicitando, pedindo, talvez uma extensão desta Comissão para esses grandes eventos que acontecerão no nosso País agora nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Já fica aqui, nós temos aqui um Vereador, temos aqui, estamos aqui na sede do Poder Legislativo, e eu aproveito para agradecer ao Presidente pela cessão do espaço.



Mas uma das possibilidades, nós estamos estimulando isso em todo lugar, isso já vai acontecer na Bahia — lá na Câmara Municipal do meu Estado, da Capital de Belém, também um Vereador já promoveu —, é abrir uma CPI do tráfico de pessoas aqui, porque a nossa CPI tem prazo definido, limitado. E um dos objetivos para a gente manter aceso este debate, esta agenda na sociedade — e a gente sabe que isso contraria muitos interesses econômicos, de poder político, e outros interesses —, é nos Estados abrir, nas Assembleias Legislativas, a partir das Comissões de Direitos Humanos, uma CPI de tráfico de pessoas, na Câmara Municipal, CPI de tráfico de pessoas, porque isso vai ter uma agenda de controle mais local, que a nossa vinda aqui é episódica, não tem como ser diferente.

Neste Brasil, nós estamos viajando de Porto Alegre ao Amapá, ao Acre, onde já estivemos. E nosso papel nessas audiências públicas, nessas oitivas nos Estados, é um pouco dar um estímulo, agendar o debate, provocar situações que possam sensibilizar instituições, sociedade civil, sobre a relevância do tema, apurando casos, inclusive, como nós temos feito, mas a continuidade mais consistente, eu diria, disso seria infinitamente melhor acionada se a Câmara Municipal, a Assembleia Legislativa, desde que haja razões pertinentes, e me parece que há, pelo conjunto de informações aqui já apresentadas nesta audiência pública, que justifique a abertura dessas Comissões Parlamentares de Inquérito. Até porque essas CPIs têm prerrogativas que muitas vezes o Vereador, individualmente, o Deputado, individualmente, nós, como Deputados Federais, não temos. As CPIs têm prerrogativas constitucionais que nos permitem avançar nas investigações.

Eu lhe agradeço pelas suas contribuições e facuto agora a palavra a quem quiser fazer uso na nossa audiência.

O Sr. Israel Borges.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Sr. Presidente, só quero passar em suas mãos o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

Aqui já tive uma boa notícia aqui: o Vereador Chico é do PMN. Portanto, agora, do MD, Mobilização Democrática. Perfeito.

O SR. ISRAEL BORGES DA SILVA - Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. ISRAEL BORGES DA SILVA - É uma satisfação estar presente.

Deputado Fernando Francischini, membro da nossa Igreja, Assembleia de Deus; como pastor que sou dessa Igreja, fico muito feliz em vê-lo atuante num trabalho tão relevante. Meus parabéns, Deputado. Que Deus abençoe o senhor e todos os outros Deputados, que Deus possa estar abençoando vocês!

Eu gostaria de fazer uma pergunta específica na questão de São João do Triunfo, na atuação da nossa Polícia Civil do Paraná e da Polícia Militar. Não vi a jornalista Joice, que falou pela manhã, falar em momento algum que a Polícia Civil ou que a Polícia Militar prestou qualquer tipo de cuidado com a família que sofreu essa violação. Não sei se houve, realmente, contribuição, ou se a Polícia Civil do Paraná atuou nesse caso, e se a Polícia Militar atuou nesse caso. A gente está vendo, ouvindo que o que está acontecendo, na verdade, é praticamente vistas grossas de todos os que se envolveram nesse caso, inclusive, das nossas Polícias.

Uma outra coisa é na questão da adoção. Não existe... Os nossos abrigos não estão lotados de crianças para adoção? E por que é que a prática de tomar da família tem sido reiteradamente... A gente vê nos noticiários, inclusive, agora, acontecendo aqui pertinho da gente. Não existe uma priorização das crianças que estão abrigadas nos abrigos públicos para adoção? Não existe essa política de priorização? Nesse caso, é possível passar por cima de todas essas coisas e chegar à família e tomar esse tipo de atitude? Não sei se a Comissão podia informar a gente. Essas perguntas, para mim, foram o que mais me impressionaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sr. Israel, nós já... Eu já aqui fiz uma... Nós não temos informação sobre o nível específico da atuação da Polícia Civil e da Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Acho que o Dr. Jefferson, Presidente, que é o advogado das famílias, vai poder responder a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. A palavra está facultada, e vamos ouvir. Não vamos entrar nessa... Porque isso não temos informação devida. Se houver algum questionamento, alguma provocação sobre alguma coisa de negligência, nós vamos tomar... Pedir as informações devidas. Mas não sabemos.



O SR. ISRAEL BORGES DA SILVA - Agora, não é de estranhar isso? Acho com estranheza, sendo que as Polícias estão para proteger. A Polícia Militar está para proteger o cidadão e é paga com os nossos impostos. A Polícia Civil, da mesma forma. Não importa se a família é pobre, se não tem condições, se está morando à beira de um lixão. Isso não interessa. Interessa que a Polícia está ali para isso. Agora, é impressionante que... me parece que há um destacamento da Polícia Militar lá em São João do Triunfo, me parece que há uma delegacia de Polícia Civil lá. Agora, o que acontece é que não foi mencionado nada disso dentro do processo.

E a questão dos abrigos, que até comentei com o Dr. Olympio, ali perguntando rapidamente para ele sobre essa questão, por que é, então, que essa prática é tão comum? Não há como coibir isso? Gente, há uma lista enorme de crianças que estão lá perdidas há 8, 9, 10, 11 anos aguardando uma família. Aí, você sai, passa por cima de tudo isso? Pega-se uma família, toma-se a criança dela, leva embora, e a gente fica aqui sem explicação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está tudo errado. O senhor tem razão.

Só para lhe informar que a Polícia Civil e a Polícia Federal foram convidadas aqui e, por alguma razão, não estiveram presentes. O Sr. Diretor-Geral da Polícia Civil do Paraná e o representante também da...

O SR. HORMÍNIO DE PAULA LIMA NETO - (*Intervenção fora do microfone. Início inaudível.*) Sr. Presidente, sou representante da Secretaria de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, pronto, desculpe. Retiro o que acabei de dizer. Contamos aqui com a representação de duas representações da Polícia Civil, me desculpem. E a Polícia Federal também está presente. Então, retificando a minha gafe, corrigindo a minha gafe...

O SR. ISRAEL BORGES DA SILVA - A questão da Polícia Federal foi mencionada com muita clareza, a atuação da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

O SR. ISRAEL BORGES DA SILVA - A minha preocupação é na nossa questão... Estado. Estado do Paraná. Polícia Civil do Paraná, Polícia Militar do Paraná, o que fez por essa família? Qual foi... O que a Polícia Civil do Paraná fez



por essa família? O que a Polícia Militar do Paraná fez por essa família? Se houve um ato, então não foi mencionado aqui. Se não houve, eu gostaria de ficar sabendo, como cidadão que sou, e fui convidado a estar aqui. Gostaria de saber qual foi a atuação. Deve haver um delegado, deve haver um comando da Polícia Militar naquela cidade. Qual foi a postura dessas pessoas que estão lá representando o poder público no Paraná e o nosso Governo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Israel Borges da Silva.

A palavra continua franqueada. Apenas faço uma precisão: se alguma das pessoas aqui não quiser prestar seu depoimento como estamos fazendo aqui de forma pública, aberta, transparente — esta audiência está sendo taquigrafada, gravada na sua integralidade —, e quiser fazê-lo em particular, em depoimento fechado para a CPI, também pode fazê-lo. É só a gente combinar para ouvir as pessoas que queiram fazê-lo de forma reservada, de forma privada, de forma particular. Também pode.

A palavra continua franqueada. (Pausa.)

Se não há ninguém mais... Há alguém? Você? Não.

Não havendo, então, mais ninguém inscrito para falar, eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui. Nós vamos fazer um brevíssimo intervalo e estaremos de volta aqui para ouvir as oitivas dos nossos convidados, para ouvir o Sr. Audelino de Souza, que está convocado para esta CPI; a Sra. Ana Paula Grechaki Halila, assistente social da Casa Lar em São João do Triunfo; o Prof. Pedro Antunes Oleniki, professor de música, também de São João do Triunfo; o Sr. Adão das Neves Furtado e Rosana Furtado, pais das crianças que foram vítimas; o Sr. Antonio e Rivenete dos Santos, que me parece já estão aí; o Sr. Mauro Sérgio Campos; o Sr. Jefferson Biancolini, que é advogado da família, que já está aí presente também; e o Dr. Fabian Schweitzer, juiz de Direito substituto em segundo grau. Vamos ouvir essas pessoas a partir das 14h, impreterivelmente.

Agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta primeira parte. Portanto, suspensa nossa audiência. Retornamos às 13h45 aqui. Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde a todos. Agradeço a presença dos nossos Deputados e Deputadas, das entidades, das pessoas, dos nossos convidados, dos convocados, da imprensa em geral que está aqui.

Queria registrar que boa parte dos nossos convidados e convocados já estão aqui presentes. Nós vamos começar já imediatamente a nossa oitiva. Há várias outras pessoas que ainda querem conversar com a CPI e vão ter o direito, ainda que não... Aqueles que quiserem fazê-lo publicamente vão poder fazê-lo, até porque a nossa audiência é pública sempre, mas aqueles que queiram fazê-lo de forma reservada nós vamos também poder acolher.

Eu sei que há algumas pessoas aí que querem fazer denúncias e colocações à CPI de forma restrita, de forma reservada. Nós vamos dar a oportunidade para todos revelarem ou denunciarem aquilo que acharem pertinente. Nós estamos aqui exatamente para isso.

Queria anunciar, com igual satisfação, a presença do Deputado Sandro Alex, que é daqui do Paraná. É do PPS do Paraná, nosso companheiro. Não sei por onde ele está. Cadê o Sandro? Há muita luz aqui. Deputado Sandro Alex esteve aqui presente na nossa CPI.

Nós vamos já iniciar. Estamos só aguardando um microfone, está faltando um microfone sem fio, para que a gente inicie nossa oitiva.

Registro também, mais uma vez, nesta reabertura, a presença da nossa Relatora, Deputada Flávia Morais; do nosso Vice-Presidente, Deputado Luiz Couto; do Deputado Francischini, que é conhecido de todos aqui; e do Deputado José Augusto Maia.

Queria convidar para sentar aqui à frente o Sr. Audelino de Souza, que foi convocado para prestar seu depoimento na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. O Sr. Audelino está acompanhado do seu defensor, o Dr. Jarbas Afonso de Oliveira Pedroza, advogado inscrito na OAB do Estado do Paraná, que hoje está fazendo a defesa do seu constituído, o Sr. Audelino. Muito obrigado por sua presença aqui.



Nós reservamos esse espaço. O ideal era que pudéssemos fazer aqui da tribuna, mas não temos assento na tribuna. Então, pedimos o microfone. Já está o microfone com fio aí, não é? O.k.

Eu queria só, então, dar por aberta formalmente esta audiência pública, dizer que nós vamos facultar a palavra ao Sr. Audelino para fazer suas considerações, presumindo que são do conhecimento dele, do seu defensor e de todos aqui as razões que motivaram a CPI em convocá-lo até aqui, em função desse episódio envolvendo a ONG Limiar.

A aparição do nome do Sr. Audelino nesse episódio é recorrente. Inclusive, o depoimento que nós ouvimos, semana passada, na Câmara dos Deputados, do Sr. Ulisses também ratifica essa referência feita a ele. Nós nos sentimos no dever de convocá-lo para ser ouvido aqui nesta audiência pública.

Apenas esclarecendo ao Sr. Audelino, ao seu defensor e a todos que estão aqui nos ouvindo: sobre esta CPI, não repousa a responsabilidade principal de investigação do caso, isso é papel do Ministério Público, da Polícia Civil, das instituições republicanas que têm a missão de exercer esse tipo de atividade.

Nós também não estamos aqui para fazer julgamentos *a priori*, porque também o Estado brasileiro tem suas instituições competentes para fazê-lo. Também não queremos aqui substituir e nos confundir com nenhuma responsabilidade nem de Polícia, nem de Ministério Público, nem de Justiça para julgar.

Nós somos uma Comissão Especial, prevista na Constituição brasileira, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem por obrigação acompanhar situações que sejam motivadas para deliberação no Congresso, e no nosso caso é a investigação de crimes praticados contra a dignidade humana, considerados tráfico humano, tráfico de pessoas, praticados no Brasil em todas as suas vertentes. E, por conta disso, nós ao tomarmos conhecimento e, ao mesmo tempo, sermos provocados pelo fato, esse episódio, que envolveu a ONG Limiar, nós estamos aqui por deliberação unânime dos membros da CPI para compreender melhor. O nosso objetivo aqui é buscar a verdade e compreender melhor a natureza dessa relação, e dando oportunidade inclusive para as pessoas que estão envolvidas de apresentarem a sua defesa, os seus argumentos. E a gente espera que possam ser convincentes para que a gente possa esclarecer e prosseguir no caminho devido.



Então, feitos esses esclarecimentos eu queria facultar a palavra. Antes, porém, pedir que ele possa fazer o cumprimento do juramento constitucional e facultar-lhe a palavra durante 20 minutos, podendo ser prorrogado a desejo do nosso depoente, depois a gente faculta a palavra para as perguntas e esclarecimentos dos nossos Deputados e Deputadas, que são os únicos que podem fazer manifestações específicas nessa oitiva ao Sr. Audelino.

Então, eu lhe facuto a palavra, Sr. Audelino.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom. Eu lhe facuto a palavra, para o senhor prestar os esclarecimentos que achar conveniente para esta CPI.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Bom, primeiramente, boa tarde a todos. Queria agradecer pelo momento de estar aqui, prestando esclarecimentos, e agradecer a presença de todos. Bom, primeiramente, eu gostaria de dizer que o meu trabalho iniciou aqui no Paraná em 1993, quando a primeira família americana veio adotar aqui no Paraná. Então, a Limiar, naquela época, já estava cadastrada na CEJA. E essa primeira família veio adotar e ficou hospedada no hotel em que eu trabalhava, que era o antigo Braz Hotel, hoje, acho que é Slaviero, ali na Boca Maldita. Essa família ficou hospedada ali durante 30 dias. Na época não havia ninguém aqui da Limiar que trabalhasse aqui no Estado do Paraná. E eu voluntariei-me, como não tinha ninguém — a família ficou 30 dias aqui —, eu me ofereci como voluntário no meu tempo de folga. O meu turno era das 3 às 11 da noite, então, até às 3 da tarde eu tinha tempo de folga, e eu fiquei ajudando a família em tudo que fosse possível, principalmente ajudando na interpretação da criança com a família e vice-versa. Daí então eu fui convidado, se eu gostaria de trabalhar. Eu estava na época muito encantado com essa questão de a família estar adotando essas crianças, que eram crianças, obviamente, visivelmente muito sofridas. E eu aceitei com muita alegria e comecei esse trabalho. E, então, como eu falei já faz mais de 20 anos que eu faço esse trabalho aqui junto com a CEJA, com a Comissão de Adoção. Em 1999 nós já tivemos um problema com a imprensa sobre a questão de cobrança e tudo mais. E eu acho que naquela época tudo foi devidamente esclarecido, tanto



que o credenciamento da Limiar foi restabelecido, foi suspenso por 6 meses, de outubro a fevereiro, e em fevereiro foi restabelecido esse credenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De que ano?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - De 99. Então, foi restabelecido esse credenciamento e nós continuamos com o nosso trabalho. Então, assim, eu fiquei muito chocado com tudo isso, a forma com que tudo isso veio à tona, como tudo isso foi colocado na imprensa. E eu estou aqui para esclarecer, tentar dar todos os detalhes, os maiores detalhes possíveis, para que não fique nenhuma dúvida, porque eu nunca recebi dinheiro nenhum de família, diretamente. O único valor que eu recebo é dos honorários mensais pelo meu trabalho prestado, pelas minhas horas trabalhadas. Eu, até o começo do ano 2000, logo após esse incidente, eu era registrado em carteira, na Limiar, recebia pela Limiar de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Até 2000?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Começou em 2000.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Até 2000 eu fui registrado. Até começo de 2000 eu era registrado em carteira. Consequentemente, após esse problema, nós tivemos alguns problemas financeiros. Então, eu fui a... a entidade, então, preferiu que as pessoas passassem a trabalhar como prestadoras de serviço, para não onerar tanto. Então, eu passei a prestar serviços para a Limiar, continuei como representante e continuei recebendo através da Limiar São Paulo até o ano de 2010, até meados de 2010. Após isso aí, eu passei a receber os meus honorários diretamente da Limiar Estados Unidos, na pessoa do Sr. Stuart Cameron, que é o Presidente da Limiar nos Estados Unidos. O meu salário, como eu já coloquei, meu pagamento, meus honorários, enfim, como eu já coloquei na Polícia Federal, é condizente com a minha função. Eu não tenho problema nenhum para falar que eu ganho em torno de 3 mil reais — isso declarado em imposto de renda. Como o Stuart mesmo coloca numa carta que eu recebi, que eu posso estar lendo depois, posteriormente, eu recebo pelos meus serviços prestados, pelas minhas horas trabalhadas e também pelas despesas que eu tenho. Despesas em geral de escritório, gasolina, telefone, Internet, enfim. Então, eu estou aqui para esclarecer isso aí. Não sei se eu tenho mais alguma coisa para falar. Acho que já podem começar as perguntas. (Pausa.) Então, é interessante colocar que, em 99, quando



nós tivemos esse problema com a imprensa — que foi muito duro para mim, eu confesso que eu sofri demais, assim como eu estou sofrendo hoje, hoje eu estou sofrendo muito mais do que eu sofri lá atrás, eu achei que tinha sofrido muito lá atrás, porque hoje teve uma situação muito pior —, lá atrás, quando a gente foi denunciado, porque a imprensa divulgava que a gente exigia, cobrava 5 mil e 500 dólares na época, ficou tudo esclarecido, e o que foi esclarecido, e eu não sabia, porque a questão do dinheiro doado para a Limiar eu não tenho participação nenhuma, porque essa doação é feita lá nos Estados Unidos. Então, como eu já falei, eu só recebo os meus honorários mensais. Então, quando isso tudo veio à tona, eu confesso que eu não sabia, eu juro que eu não sabia quanto que as famílias contribuíam. Então, em 99 que eu fiquei sabendo que eram 5 mil e quinhentos dólares. Fiquei sabendo que a Presidente Nancy Cameron, já falecida, fundadora da Limiar, não recebia salário, e ela trabalhava de segunda a segunda. Ela fazia isso como uma missão, com muito amor, com muita dedicação pelas crianças. Eu também fiquei sabendo que várias famílias, quando não podiam contribuir, elas não contribuíam, principalmente famílias quando adotavam grupos grandes de irmãos, que queriam adotar, mas não tinham condição para estar contribuindo. A Limiar é uma entidade sem fins lucrativos. Ela não tem vínculo com igreja, não tem vínculo com Governo. Ela precisa de dinheiro para se sustentar. Então, eu acredito que o dinheiro tem de vir de algum lugar, não é só através das adoções. Nós temos outros projetos nos Estados Unidos. A Limiar tem outros projetos nos Estados Unidos, da qual eu não participo, para angariar fundos. Então, é interessante colocar que muitas famílias não contribuíram nada e vieram e adotaram. Na época, eu fiquei sabendo que teve famílias... Foi muito bem colocado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que se interessou em querer mostrar a verdade na época. Se os senhores pesquisarem, os senhores vão achar várias matérias, várias reportagens de *O Estado de S. Paulo* de famílias que adotaram dando entrevistas e colocando que não contribuíram. Inclusive, a Nancy, a Limiar, chegou a custear a vinda de algumas famílias aqui para o Brasil. Nesse caso específico que veio à tona de São João do Triunfo, essa família em específico não contribuiu com nada. Eles adotaram totalmente gratuito. Então, é importante colocar isso aí, porque eles não contribuíram com nada. Isso aí eu não sabia. Eu mandei um e-mail para os pais adotivos, porque eu estava muito



desesperado com tudo isso. Mandei um e-mail para ele e falei: “*Escuta, eu lembro que a Nancy dizia que, quando a família era muito grande, quando eram grupos de irmãos, ela dispensava, as famílias não contribuíam. Por acaso, você lembra se vocês contribuíram ou não?*”. Ele mandou um e-mail para mim dizendo que não, que eles não contribuíram com nada, que eles lembravam que a Nancy, na época, falou que a prioridade dela e, consequentemente, da Limiar, era a manutenção dos irmãos na família. Então, acho que esse é o principal lema da Limiar. (Pausa.) Acho que eu não tenho mais nada a falar agora. Posso estar respondendo às perguntas aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Sr. Audelino, muito obrigado pelos seus esclarecimentos e pelas suas considerações aqui.

Nós vamos agora passar a palavra aos Deputados para fazerem as perguntas. Eu peço que a nossa assessoria possa deixar um papel e uma caneta para que ele possa anotar as perguntas para que não fique respondendo uma a uma. Senão, nós vamos demandar muito tempo, e acho que isso ajuda a fixar as indagações e a esclarecer as perguntas dos Deputados.

Eu vou passar à nossa Relatora, Deputada Flávia Moraes, para ela fazer suas considerações.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Boa tarde a todos os presentes.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a participação de todos os órgãos que participam conosco e a cessão deste plenário da Assembleia Legislativa local.

Já objetivando, Lino, porque acredito que vão ser muitas as perguntas: qual é a sua formação profissional?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu tenho segundo grau só, ensino médio. Posso explicar por quê?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Pode.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, eu venho de família muito humilde. Não tive condições de ingressar na universidade. Com 17 anos, eu vim para Curitiba. Eu sou lá de Brusque, Santa Catarina. Quando eu vim para Curitiba, tentei até vestibular, mas eu ganhava muito pouco e não tinha condições de pagar um cursinho. Na época não existia PROUNI e todos esses incentivos que tem hoje. Então, daí, quando eu tinha 23 anos eu já estava fazendo esse trabalho. Então, foi quando eu podia cursar uma faculdade, mas aí eu não tinha tempo, na verdade.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mesmo assim, esse serviço que você faz exige um certo conhecimento da legislação, mesmo assim você conseguiu acompanhar e...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Conseguí. Conseguí sim. Na época, eu já falava inglês. Eu tinha feito muito curso e já falava inglês. Eu fui para São Paulo. Eu fiquei, antes de eu começar meu trabalho, em março de 93, eu fiquei em São Paulo por dois meses, fazendo uma espécie de estágio.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Explica para nós em que consiste esse seu trabalho. Esse seu trabalho começa e termina onde? Quais as funções? Quais as atividades que você realiza nele?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, como representante da Limiar junto à CEJA, aqui no Paraná, quando as crianças são destituídas do poder familiar e daí é buscada uma família brasileira no Cadastro Nacional de Adoção, depois de esgotada essa possibilidade, que é cadastrada na CEJA, a CEJA encaminha para mim, assim como encaminha para os outros representantes que também atuam para outros países, as crianças que estão em situação de adoção. Então, o meu trabalho é de receber esses relatórios, traduzir e encaminhar para os Estados Unidos. Lá a Limiar tem a Luciana, que é funcionária da Limiar lá. É brasileira.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quem assina os relatórios? Os relatórios vêm técnicos? São relatórios técnicos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Os relatórios vêm técnicos, vêm da comarca, no caso.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Aí você traduz e você assina, mas você não é técnico?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Eu não...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você traduz... Só a tradução que você faz?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Só a informação do que consta no relatório para poder estar repassando para as famílias.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - O original vai junto? Vai o relatório e vai a tradução junta? Você só encaminha?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim. Sim. Eu encaminho. Nem sempre eu que traduzo. Às vezes, eu encaminho. Dependendo do trabalho que eu tenho aqui, eu encaminho para a Luciana e ela traduz lá e repassa para a agência de adoção, que não é a Limiar. A Limiar nunca foi agência, não é e nunca foi agência de adoção. Então, encaminha para as agências americanas, daí, então, para tentar localizar uma família para aquela criança. Daí, só para resumir, quando se consegue achar uma família para aquela criança ou aquele grupo específico, a documentação da família toda é cadastrada na CEJA e, daí, então, começam os preparativos para a vinda da família. Existe todo um trâmite de documentação entre Brasil, CEJA e Governo americano. Tudo isso seguindo, eu gostaria de deixar claro que vocês podem pegar essas informações com a CEJA, mas existem todas as resoluções de Brasília, todos os documentos e as informações que vieram do Governo americano. Isso é seguido rigorosamente para fazer a adoção. ,Então, a CEJA expede documentos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quem acompanha isso é você ou é a CEJA?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A CEJA.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Aí você não acompanha nada? Você só leva para a Luciana? A documentação você ajuda a acompanhar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A informação das crianças para chegar à agência nos Estados Unidos a CEJA passa para mim. Eu repasso para a Luciana. A Luciana repassa para a agência, que repassa para a família e assim vice-versa. A família tem mais dados, tem mais questionamentos, quer mais informações das crianças. Então, é feito esse caminho inverso e de volta. No cadastramento da família, após o cadastramento... Então, é assim: quando a família aceita um grupo de irmãos, ela escreve uma carta comunicando à CEJA a intenção delas em adotar aquelas crianças em específico. Daí, então, a CEJA, já com a família habilitada para adotar no Paraná, expede vários documentos, dentre eles um chama-se acordo de continuidade. Essa documentação eu que pego na CEJA e encaminho para tradução, para a Luciana, para ser traduzido e juramentado e, então, enviado para a agência. A agência encaminha para o Governo americano. O Governo americano dá a aprovação para aquela família adotar aquelas crianças em específico. Nesse meio



tempo, eu também preciso mandar outros documentos para o Consulado americano no Rio de Janeiro. Eu encaminho. Então, quando o Governo americano dá a aprovação daquela família para aquelas crianças, em específico, o Governo americano manda um comunicado para o Consulado do Rio de Janeiro. O Consulado do Rio de Janeiro, que responde a esse documento chamado acordo de continuidade, responde a CEJA diretamente, se está tudo o.k. com o lado de lá do Governo americano para a família poder estar vindo ao Brasil. Então, a família marca a vinda. A CEJA, nesse meio tempo, vai começando a entrar em contato com a comarca, a preparar as crianças e tudo mais. Daí a família chega. Eu vou buscá-los no aeroporto.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quantos dias a família fica?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A família cumpre, no mínimo, 30 dias de estágio de convivência. Esse estágio é acompanhado por uma profissional da CEJA. Eu estou junto...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Qual o nome dessa profissional?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - São três.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Qual o nome delas?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Amélia, Dayse e Denise.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Elas são efetivas ou são comissionadas?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Aí eu não sei. São efetivas, eu acredito.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Amélia, Dayse...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - E Denise.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Elas são assistentes sociais?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Assistentes sociais e psicólogas.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Contratadas pela CEJA?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Trabalham na CEJA. São da Corregedoria.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Elas estão aqui?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu acredito que não. Então, o meu trabalho maior se dá nesses 30 dias de adaptação, quando eu acompanho a família para tudo. Existe a barreira da comunicação e eu faço todo esse acompanhamento. Uma



ou duas vezes por semana a CEJA faz uma visita para a família, conversando, ajudando nas dificuldades que eles, porventura, estão tendo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Depois da adoção isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, durante os 30 dias de estágio, conforme manda o ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, após esses 30 dias, havendo adaptação da criança ou aceitação — a criança aceitando a família, e a família aceitando a criança —, existe a sentença. Essa profissional da CEJA informa, faz um relatório e encaminha para o Juiz, informando que nos 30 dias de estágio ocorreu tudo bem e é favorável pelo deferimento do pedido de adoção do casal, pedido esse feito lá no início, 30 dias atrás. Daí então que o juiz decreta, dá a sentença; o Ministério Público se manifesta em cima desse relatório. Daí então são expedidos outros documentos, como...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Luciana é funcionária da Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É funcionária da Limiar.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Da Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Da Limiar Estados Unidos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E essa doação que os pais americanos fazem, nem todos, você falou que nem todos, mas quando fazem, acontece antes ou depois desse processo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Antes, antes do processo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eles doam antes, aí depois tudo acontece.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso. É importante ressaltar também que, após os Estados Unidos terem ratificado a Convenção de Haia, em 2008, esse repasse é feito da agência, que é obrigatoriamente uma agência certificada pela Convenção de Haia. A agência é que repassa esse valor para a Limiar, que é para cobrir os gastos e as horas...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Qual agência?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, no momento, depois de 2008, ficou mais restrito em duas agências. Ficou totalmente restrito em duas agências: a AWAA, America World Adoption Association...



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A Luciana trabalha na Limiar, não é na agência não?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, na Limiar. Porque a AWAA, ela... Na verdade, a Limiar faz a... Em outras palavras, a Limiar ajuda esse processo entre a agência de adoção e a CEJA, porque a agência de adoção, como o nosso Presidente coloca na carta — e posso estar lendo depois —, a agência de adoção, eles não têm pessoas que falem em português, eles não têm pessoas que...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É a AWAA e a outra... Como é que chama?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - OWA.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - AWAA e OWA?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso, One World Adoption — OWA.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - No caso, depois de 2009...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - De 2008.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Dois mil e oito. Aí, no caso, a doação dos pais, que era feita para a Limiar, é feita hoje para a agência?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É feito... Então, daí a agência... É porque é assim: as agências de adoção nos Estados Unidos não é como aqui no Brasil — eu digo até infelizmente. No Brasil, uma família que queira adotar, um casal que queira adotar, eles procuram o Juizado de Menores, eles fazem tudo gratuitamente. Nos Estados Unidos, tem que... É tudo particular. O Governo americano não faz esses estudos, é tudo particular. Então, existe o estudo social para ser feito, a avaliação psicológica do casal. Isso tudo é feito particular, por uma agência particular. As agências são certificadas por Haia. Elas não têm fins lucrativos, nenhuma delas. Também não têm fins lucrativos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas recebem essa doação dos pais.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Recebem, para poder manter...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Apesar de lá ser privado, não é uma contribuição legal; é uma doação, não obrigatória.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Bem, daí eu não sei responder, porque eu não...



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A doação — você falou — alguns fazem, outros não; então não é obrigatória. Doa quem quer doar para essa agência. Apesar de lá ser privado, o serviço lá é privado, mas a doação faz quem quer fazer?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não sei responder, sinceramente. Como eu falei, essa parte eu posso responder até onde eu sei. Agora, antes de 2008, antes da Convenção de Haia, as famílias, acredito eu que ora elas contribuíam através da agência. A agência repassava para a Limiar. Ou às vezes pode ter acontecido de elas terem contribuído diretamente para a Limiar. Mas desde 2008 para cá, elas contribuem lá, pagam lá. Agora, eu não sei se é uma taxa, como que é feita essa contribuição. Teria que ser investigado lá. Sinceramente, eu não tenho...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sempre a família vem buscar, ou às vezes você leva as crianças?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, nunca levei. Sempre, sempre...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você trabalha mais na intermediação, acompanhando o processo de adoção internacional, ou também ajuda a Limiar nos processos de adoção internos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não, eu cuido...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sempre internacional?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Só internacional, só internacional.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E depois da adoção, quando as crianças vão? A família vem, fica 30 dias, vai. Aí você tem o registro das famílias, onde essas crianças estão? Você continua acompanhando? Como é feito esse acompanhamento?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu não faço o acompanhamento. Esse acompanhamento é feito lá pela agência, pela AWAA. A cada 6 meses, eles fazem — isso aí é até uma exigência da Convenção de Haia —, a cada 6 meses eles fazem um relatório, de 6, de 12, de 18 e de 24 meses. Então, é feita uma visita na casa da família, com todos presentes, e esses relatórios são encaminhados para a Limiar; a Limiar encaminha para mim; e eu que traduzo esses relatórios e encaminho para a CEJA.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Tudo através de relatório? Não tem visita *in loco*, não tem...?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Não vê mais as crianças, nunca mais?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Elas vão...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, é a agência...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Depois, só o relatório escrito.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A agência é que faz as visitas lá, durante os dois anos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E manda só o relatório escrito.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Manda os relatórios. E a família, no último relatório, depois de dois anos... Elas ficam à disposição da família, se elas precisarem de mais alguma coisa. Mas aí, depois de dois anos, não tem mais acompanhamento, acredito eu.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Antes de 1999, quando houve aquela denúncia, você falou que não sabia que tinha essa questão do dinheiro, do...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, porque eu fui contratado. Eu tinha registro em carteira, recebia um salário fixo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você não sabia que tinha essas doações.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, eu sabia que...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas aí você descobriu. Depois da denúncia, você descobriu, não é?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu sabia que existia doações, porque senão a entidade não tinha como sobreviver financeiramente, porque eu sabia que ela não tinha vínculo com nenhuma igreja ou...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas na época da denúncia, você assustou. Assustou, e aí você percebeu que tinha alguma coisa que você... Você tinha o seu salário, mas que passava ali um dinheiro que você acabou sendo envolvido sem saber.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, o que eu coloquei é que eu... Eu não me assustei. Eu não sabia se existia um valor ou se não existia. Eu sabia que existia



a doação, não sabia como que era feito. Eu ficava imaginando se a Presidente da Limiar tinha salário, se não tinha. Essas coisas é que ficaram para mim esclarecidas. Eu achava que todas as famílias contribuíam. Depois eu fiquei sabendo que não, que não eram todas as famílias que contribuíam; que algumas famílias, elas não contribuíam quando tinham o desejo de adotar. Então, assim, o que eu quero deixar claro com isso? Que a Limiar nunca teve fins lucrativos, como eu já coloquei em depoimento na Polícia Federal. Existe a Limiar Brasil, existe o abrigo em São Paulo...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas, depois que cessou, que houve essa denúncia, você falou agora há pouco que a Limiar ficou em dificuldades financeiras.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Depois de 1999?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É, depois que aconteceu a denúncia. Você mesmo colocou que a Limiar ficou em dificuldades. Ela não tinha fins lucrativos, mas a hora que teve a denúncia e que por isso teve que parar, aí ela teve dificuldades financeiras.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Teve dificuldades financeiras. Daí foi quando a gente foi demitido em carteira e passou a representar e ser prestador de serviço.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E aí, mesmo você percebendo isso, nessa época da denúncia, e toda a dificuldade, você continuou assim mesmo? Você continuou e aí você achou que estava tudo o.k., que...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, porque estava tudo o.k. com o tribunal. Existe um artigo, o 32, da Convenção de Haia que é bem claro: que as entidades, as pessoas envolvidas com adoção, elas podem receber honorários pelos serviços prestados. Isso é da Convenção de Haia. Não pode ser um valor absurdo, não se pode ter lucros absurdos, mas se pode ter um salário razoável, compatível com a função. Isso aí está no art. 32 da Convenção de Haia. E eu fico tranquilo com isso, porque acho que a gente não está fazendo nada contrariando a lei.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você conhece bem o Estatuto da Criança?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Conheço, posso dizer que sim.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E quando você percebeu, agora, essas denúncias que aconteceram agora nos últimos dias, aí alguma coisa foi nova para você ou tudo que foi denunciado era conhecido? Você sabia que estava acontecendo? E você acha que é tudo normal ainda? Qual é a sua visão em relação a essas denúncias que existem hoje?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A minha visão? Eu fiquei assustado, eu fiquei muito chateado, eu fiquei muito triste da forma com que as coisas foram colocadas, da forma com que as coisas foram veiculadas. Deu a entender que eu que recebia 9 mil dólares, quando numa conversa por telefone que eu tive com uma jornalista, eu coloquei para ela, eu expliquei, eu tentei explicar, fiquei muito tempo no telefone com ela, tentando explicar...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quem que você acha que recebe esses 9 mil dólares? Quem recebe esse dinheiro? Para onde ele vai?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Quem recebe é Stuart, que é o Presidente da Limiar nos Estados Unidos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ele recebe os 9 mil dólares?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Ele recebe 9 mil dólares. Ele não tem salário. Ele colocou numa carta aqui que ele não recebe salário. E ele inclusive faz uma doação anual também, para a Limiar. Mas ele cuida dessa parte financeira. Ele é que recebe, ele é que manda...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E a Limiar Brasil, ela recebe dinheiro de onde?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Limiar Brasil, ela... Nós tivemos um problema muito sério em 2009, 2010, com questão financeira. As adoções diminuíram bastante, drasticamente, no Brasil.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Porque ela vive de adoções. A Limiar Brasil vive de adoções, não é? De onde que vem o dinheiro?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não, não vive... A Limiar Brasil não faz mais adoções em São Paulo. Ela não trabalha mais com adoção. Existe hoje, em São Paulo, só a Casa Limiar. O Ulisses é o Presidente da Casa Limiar em São Paulo.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Como que a Limiar Brasil vive? De que ela... De onde que ela recebe?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Limiar Brasil é só um abrigo. Ela recebe da Prefeitura a maioria do... Então, até no... Aí eu não sei, porque, como eu falei, eu não sei da parte financeira, como que as coisas...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ela paga o seu salário hoje?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Que eu sei, é só dos meus honorários, que eu recebo. Agora, a parte...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A Limiar hoje... Você é funcionário da Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Da Limiar.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você é funcionário da Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Limiar Brasil ainda está cadastrada na CEJA, ainda está habilitada na CEJA.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E o cadastramento da CEJA? O seu nome está cadastrado pela Limiar Brasil?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você confirma isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Confirmo. Até 2010, eu recebia o meu salário através da Limiar de São Paulo. A partir de 2010, eu comecei a receber através dos Estados Unidos. Por quê? Porque não estava mais existindo adoção em São Paulo. O escritório foi fechado. Ficou só o abrigo em São Paulo. Aí, com a dificuldade... Nós tivemos uma dificuldade financeira muito grande, e ficou decidido entre a Limiar Estados Unidos e a Limiar Brasil... Eu não participei disso. Eu não participo de diretoria, de discussões, de como que vão ser feitas as coisas, mas eu imagino que ficou acordado que eu passaria a receber meus honorários diretamente dos Estados Unidos. E esses honorários eu recebo, e todos são declarados em Imposto de Renda.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você conhece a Dra. Tarcila?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Conheço.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Conhece? Qual o contato que você tem com ela?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Meu contato foi somente naquela adoção.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Qual adoção?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - De São João do Triunfo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ela está presente, a Dra. Tarcila?

(Pausa.)

Então, o único contato que você teve com ela — registre para nós, de novo —, o único contato que você teve com a Dra. Tarcila foi quando e onde?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Foi na adoção em 2006.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Em 2006?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Depois que a família estava habilitada, depois que a CEJA fez todos os trâmites legais entre o Brasil e o Governo americano, e a família veio ao Brasil. A documentação, a habilitação do casal foi enviada... Não sou eu que envio, é a CEJA que envia para a Comarca. Então, quando eu cheguei com o casal na Comarca em São João do Triunfo, foi quando eu conheci a Dra. Tarcila, que já estava com toda a documentação para o início do estágio de 30 dias.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Depois você não a viu mais?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Teve uma outra adoção também do mesmo Município, na mesma época, intermediada por outra ONG, que foi para a Itália. Dessa você não participou?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Não acompanhou?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, a Itália é um outro representante.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você conhece quem é o representante da Itália?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Conheço de vista.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Como é o nome dele?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Acho que Sandro. Não estou lembrado agora, mas acho que é Sandro. Eu não sei qual que foi a entidade, porque são... É mais de uma entidade italiana que trabalha com adoção para a Itália.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Hoje o Estatuto do Idoso fala que é condição excepcional a adoção internacional. Ela é a exceção a exceção. Prioritariamente, seria a adoção nacional, próxima.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Isso não traz uma dificuldade muito grande para o seu trabalho?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Traz. Por isso é que eu digo que as adoções... Eu fico até feliz em falar isso, porque as adoções caíram. O número de adoções internacionais caiu bastante em função disso: porque foi criado o Cadastro Nacional de Adoção, aonde qualquer juiz, qualquer assistente social de qualquer comarca tem acesso às crianças que estão em situação de adoção no Brasil inteiro, e os casais que estão querendo adotar. Então, isso aí aumentou muito a adoção no Brasil. E acabou, consequentemente, tendo menos crianças disponíveis para adoção internacional.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas continua havendo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Continua havendo, mas em número muito pequeno.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente, eu encerro aqui as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Flávia.

Deixa eu fazer só algumas coisas que ficaram aqui ainda confusas. Sr. Audelino, o senhor disse, no início da sua fala aqui, que o seu trabalho começou em março de 1993, quando, coincidentemente, o senhor encontrou uma família que se hospedou no hotel que o senhor trabalhava.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E, a partir desse contato, o senhor encaminhou para a ONG Limiar essa família que estava querendo adotar.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Essa primeira família, quando eu trabalhava no hotel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, eu voluntariei... Eu ainda não trabalhava com a Limiar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Eu queria entender como foi, se o senhor pudesse nos revelar com nitidez.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - O processo foi o mesmo que eu expliquei para a Deputada Flávia. A família se habilitou na CEJA. Após a habilitação na CEJA, após todos os trâmites legais entre a CEJA e o Governo americano, a família foi convidada a vir para o Brasil e fazer os 30 dias de estágio de convivência com as crianças. Então, eu trabalhava no hotel. Aí eu não sei quem escolheu o hotel que eu trabalhava. E a família veio e se hospedou no hotel. Eu falava inglês e fiquei encantado com uma família vindo do interior dos Estados Unidos, já tinham, na época, outros filhos e estavam adotando duas crianças. Eu voluntariei, porque a Limiar não tinha nenhum representante aqui no Paraná e a família não tinha como ficar sozinha ou a Limiar também acho que não tinha condições de ter alguém para ficar 30 dias. E eu voluntariei, acompanhei... Não... Eu fiz... Acompanhei assim, eu não fiz os trâmites... Eu não fiz... Nas entrevistas da CEJA com o casal, na adaptação, nos 30 dias de estágio, eu não acompanhei. Eu digo assim, eu ajudei, voluntariei, diariamente, ajudando-os na comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor antes não tinha nenhum contato com a Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Limiar veio com... Esse casal veio por indicação da Limiar, nos Estados Unidos...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...e se habilitou aqui, na CEJA e, coincidentemente, lhe encontrou e o senhor, por falar inglês, talvez tenha facilitado e se envolvido nisso. E, a partir daí, o senhor teve contato com a Limiar, se eu bem entendi?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso. Daí a família voltou para os Estados Unidos e me indicou, dizendo: "Olha, eu indico o Lino, uma pessoa tal, tal..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Até então, o senhor não tinha contato nenhum?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sabia, sequer, da existência...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...nem de que havia processos dessa natureza?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor já falou aqui que o senhor tem o segundo grau completo e, por conta do trabalho, acabou não podendo desenvolver.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor... Qual é a sua idade?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Quarenta e três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quarenta e três. O senhor é casado?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tem filhos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Solteiro.

A outra coisa que eu queria o seu esclarecimento, se o senhor puder me responder: o senhor tem insistido aqui que a Limiar não tem, pelo menos do seu conhecimento, e nunca teve, fins lucrativos nenhum; que a Sra. Nancy, que já é falecida, fazia um trabalho exclusivamente voluntariado.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Do seu conhecimento isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o senhor disse também que nunca recebeu também recursos de família alguma. O senhor já disse isso aqui.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor reitera.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Nunca.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor recebia os seus honorários pelo trabalho, até 2000, que era registrado em carteira, assinada, como manda a lei...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...direitinho. E, a partir daí, recebia como prestador de serviço...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...e representante da Limiar em São Paulo.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E até hoje o senhor é representante da Limiar em São Paulo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E até porque isso está no site da Limiar, a gente abre e está lá o seu nome como representante da...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim. Perante a CEJA aqui, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Da Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas esse trabalho o senhor disse ao mesmo tempo que é como autônomo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor podia me explicar como é isso? O senhor é representante e recebe como autônomo, por serviços prestados, e o senhor recebe também da Limiar dos Estados Unidos. Eu queria que o senhor me esclarecesse isso. Não ficou nítido para mim. Esse é o objeto da minha pergunta. Eu queria que o senhor discriminasse exatamente essa relação sua, jurídica e não jurídica. Como é que o senhor é ao mesmo tempo autônomo e é o representante da Limiar no Brasil? O senhor acabou de dizer pela segunda ou terceira vez já aqui hoje.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, daí, juridicamente, eu não sou advogado para estar falando como que seria legalmente. Eu acredito que eu já... quando eu tinha registro em carteira, eu atuei, trabalhei durante muitos anos com a



CEJA, e após eu passar a ser um prestador de serviços, eu entendo, no meu entendimento, que não há problema algum se eu sou autônomo ou registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, deixa eu só ver se bem entendi. O senhor, até 2010, tinha carteira assinada com a Limiar...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, até 2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aliás, perdão, até 2000, de 1993 a 2000. De 2000 a 2010, o senhor é representante da Limiar São Paulo/Brasil, recebendo como prestação de serviços. E, de 2010 em diante, recebendo agora pela Limiar Estados Unidos.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim. Mas eu continuei representando a Limiar Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Brasil. Então...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu só passei a receber dos Estados Unidos, porque os Estados Unidos, a Limiar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas é isso que eu quero saber o seguinte. O senhor passou a receber... O senhor continuou recebendo por serviços prestados da Limiar Brasil e dos Estados Unidos ou só da Limiar dos Estados Unidos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Só da Limiar dos Estados Unidos

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, assim, repetindo aqui. De 1993 a 2000, carteira assinada; de 2000 a 2010, Limiar Brasil, como prestador de serviços...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Não, carteira assinada também.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, sem carteira assinada. E, de 2010 em diante, pela Limiar Estados Unidos. É isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O esquema grosso modo é esse?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o senhor, hoje, recebe um salário, um pró-labore pelo seu serviço da ordem de 3 mil dólares ou reais?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, 3.500 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Três mil a 3.500 reais pelas horas trabalhadas.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso. E mais algum dinheiro para despesas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor tem casa própria?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Casa própria. O senhor tem outros patrimônios, se o senhor puder revelar? Porque aqui é uma curiosidade de...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Acho que está na minha Declaração de Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está na sua Declaração de Imposto de Renda.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Se eu não precisar revelar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não... Claro, claro, é um direito seu.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Mas, assim, tudo que eu consegui adquirir foi com a minha renda, sempre tudo declarado à Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor recebia quanto na carteira assinada?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Quando eu comecei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Na época, lá de 1993 a 2000.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, ainda era em cruzeiros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aproximadamente, nos dias de hoje.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Nos dias de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O equivalente aos 3 mil reais que o senhor recebe hoje?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, mais. Eu recebia, mais ou menos, uns... Nos dias de hoje, eu acredito que o equivalente a uns 4 mil reais, 5 mil reais talvez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De 3.500 para 4 mil, 4.500, 5 mil, era um pouquinho mais do que é hoje, vamos dizer assim.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - É. Hoje eu estou recebendo menos até justamente por uma contenção de despesas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, quando eu digo hoje não é hoje, dia 18, 19, sei lá...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quando eu digo último é nos últimos períodos em torno de 3 mil a 3.500.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E lá atrás o senhor ganhava em torno de 4 a 5. É isso, mais ou menos, a grosso modo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Grosso modo, nos dias de hoje, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não... Sim, nos dias de hoje. Eu estou traduzindo tudo... O senhor se disporia a abrir o seu sigilo bancário?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sem problema?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A CPI pode formalizar isso sem nenhum problema?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sem nenhum problema, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O seu telefone, fiscal, bancário. Bom, outra informação. O senhor disse também aqui que tem... A Limiar tem um trabalho voluntariado, mas o senhor disse também que tem outros projetos nos Estados Unidos que são destinados a captar recursos, a angariar fundos. A expressão é sua: "angariar fundos". Que outros projetos, o senhor, se é do seu conhecimento, o senhor pode nos...?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Que é do meu conhecimento é um leilão que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É o quê?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Um leilão na Internet. Chama-se *silent auction*. Eu não sei detalhar como é que é feito, não sou eu que faço. Como eu falei, a parte lá de arrecadação...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas é um leilão de que exatamente?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Doação de alguma família, geralmente alguma família que já adotou, que tenha algum bem, que queira doar para o leilão. Elas doam para o leilão, e a Limiar faz o leilão e angaria fundos, e esse dinheiro é enviado para a Casa Limiar em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Parte da arrecadação da Limiar, o que eu sei, com toda a propriedade, senão eu nem estaria trabalhando com a Limiar, a Limiar é sem fins lucrativos e, por ser sem fins lucrativos, ela, o dinheiro que é arrecadado é para honorários prestados, os meus, da Luciana, nos Estados Unidos, e o restante, o que sobra, é repassado para a Casa Limiar em São Paulo. Isso eu posso falar com toda a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor — nós vamos requisitar a sua declaração de bens, que é uma prerrogativa da CPI —, mas, além da sua residência própria, que o senhor já disse que mora em residência própria ou apartamento, enfim, sua residência, sua moradia própria, o senhor tem outras propriedades?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor pode nos revelar quantas e quais?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu tenho um apartamento em Balneário Camboriú, que eu adquiri por 28 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - No Rio?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Balneário Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, em Camboriú?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Camboriú, Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Santa Catarina. Certo.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - ...que é próximo da minha família, de onde eu vim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu adquiri em 99, e está declarado em imposto de renda. Eu adquiri em 1999 por 28 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Então, o senhor tem o seu local de moradia hoje, em que o senhor mora, e mais esse, só? Em propriedade?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - De propriedade, sim. Daí, eu tenho... Daí recentemente eu adquiri outro apartamento, em 2006, eu adquiri um apartamento por 53 mil reais — isso também está declarado no Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Onde é?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Ficava — eu vendi —, ficava na Gastão Câmara, no Bigorrilho, aqui em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - E esse apartamento eu adquiri em 2006 por 53 mil reais, e ele foi vendido por um valor maior. Eu depositei esse valor em processo judicial numa compra de um outro apartamento em que eu pretendo morar futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Além do apartamento que o senhor tem aqui, além da casa em Camboriú, o senhor está já investindo, comprando um outro apartamento com a venda...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Cinquenta por cento. Eu estou comprando junto com um amigo meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, claro. Então, o senhor tem, hoje, três propriedades.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É, não tenho ainda, porque, como eu falei, é um depósito judicial, e a gente está pedindo revisão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse é o apartamento do Jardim Botânico?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor está comprando.

O senhor conhece o Sr. Ulisses bem? De quanto tempo o senhor conhece o Sr. Ulisses, que é o Presidente da Limiar aqui?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu conheci o Ulisses depois que o escritório fechou. Nós tínhamos... A Limiar tinha uma funcionários lá, e ela também saiu. Aí, o Ulisses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Desde quando? Desde 93?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Eu conheci o Ulisses agora, mais ou menos, em 2009, eu acredito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dois mil e nove?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor conheceu o Sr. Ulisses em 2009, aproximadamente, não é?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso. Depois que saiu essa funcionários que nós tínhamos, ela era a encarregada da parte financeira, ela que fazia o meu... ela que mandava os meus honorários e tudo o mais. Depois que ela saiu, daí o Ulisses assumiu essa parte, foi quando eu conheci o Ulisses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dois mil e nove.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Agora, eu não sei exatamente, 2009, 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, 2009, 2010, 2008...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Em torno de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Em torno de 2009. Eu estou lhe perguntando isso porque o Sr. Ulisses disse para nós, há pouco tempo na CPI, que lhe conhecia há bastante tempo, que ele já foi diretor — ele é Presidente hoje —, mas ele já foi diretor, já foi tesoureiro, já foi secretário, já foi da diretoria, já foi Vice-Presidente. E lhe conhece já há bastante tempo, desde a década de 90. Mas aí é questão de memória ou sua ou dele. E como nós já aprovamos na CPI uma acareação entre os senhores, nós vamos poder esclarecer isso lá em Brasília, numa próxima acareação feita com o senhor e o Sr. Ulisses.

A outra coisa que me causou curiosidade: o senhor tem contas em que bancos? O senhor pode nos revelar aqui quais são suas contas bancárias e em que bancos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - BRADESCO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - BRADESCO. Só BRADESCO?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu abri uma conta no Itaú e fechei logo em seguida porque era para receber esses honorários que vinham dos Estados Unidos, que eu recebo através do Itaú. E eu abri, mas daí não me isentaram de taxas e tudo, e eu acabei fechando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, só tem no... No Itaú o senhor não tem?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só no BRADESCO.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Só no BRADESCO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor conta nos Estados Unidos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Só aqui no Brasil.

O seu contato com o Sr. Ulisses era com que frequência? Porque assim numa escala de 0 a 10, grosso modo, não precisamos, não estamos aqui querendo que o senhor seja preciso, não. Isso também não tem nenhuma implicação, não. Eu quero só saber a sua relação com o Sr. Ulisses, de conhecimento, de frequência, de contato, até porque ele era presidente, é presidente, já foi secretário, já foi vice-presidente, já foi tesoureiro e o senhor é funcionário da Limiar, pelo que eu sei, com carteira assinada ou como pró-labore, como prestador de serviço, mesmo sendo representante até hoje dessa mesma empresa, eu imagino que há uma relação com alguma frequência. Eu queria lhe perguntar se o senhor pudesse nos precisar isso: qual é a sua relação com o Sr. Ulisses?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Tá. Eu não tenho muito contato com a Limiar de São Paulo. Meu contato era maior quando nós tínhamos escritório, quando a Limiar fazia adoções em São Paulo também. Então, em algumas situações, quando tinha muito trabalho lá e eu tinha pouco aqui, eu me deslocava daqui pra lá para ajuda-los lá. Então, eu conhecia o pessoal que trabalhava no escritório da Limiar, mas a diretoria da Limiar, eu tenho pouco contato. O Sr. Ulisses eu conheci pessoalmente numa reunião que fui a São Paulo, acho que foi em 2009 ou 2010. Que eu lembre foi a única vez que o conheci pessoalmente, que eu fui e participei dessa reunião, que era quando a Limiar estava numa situação financeira muito



delicada, e o Stuart veio ao Brasil e estava se discutindo o fechamento da casa Limiar ou não. E eu fui convidado a participar, e foi quando eu conheci o Ulisses. Mas, assim, eu tinha contato com ele por *e-mail*, porque ..., como eu falei, depois que essa funcionária que trabalhava conosco saiu, que ela cuidava da parte financeira da Limiar em São Paulo, depois que ela saiu da Limiar, Ulisses que passou a fazer o meu pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, o senhor teve contato assim pessoal uma única vez. O senhor disse isso aqui.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Que eu lembre, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Claro. Tudo o que nós estamos perguntando aqui é o que o senhor lembra.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Uma única vez, pessoalmente.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Pessoalmente, mas tive vários contatos por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por *e-mail*, por telefone.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo. Eu lhe agradeço pelas suas informações. Eu vou passar agora ao Deputado Maia porque ele problema de voo agora e eu queria facultar a palavra ao Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu queria lhe perguntar o seguinte: o senhor já nos mostrou aqui que trabalhou na Limiar desde o ano de?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Desde de ... 93.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Noventa e três.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso. Até os dias de hoje.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E o Sr. Ulisses também participava e trabalhava na Limiar. Como já foi dito aqui, ele foi presidente, vice-presidente, secretário, e tal. E o senhor diz aqui que a Limiar São Paulo, ela parou de fazer esse intercâmbio, de adoções...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Adoções.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - ... adoções de crianças. Em que ano?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Olha, eu não sei certamente agora informar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas parece que o que foi dito aqui, o que a gente escutou, até 99. É isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Foi uma das resoluções que veio de Brasília. Uma das resoluções de Brasília deixava a critério das CEJAs Estaduais, de cada Estado, continuarem a trabalhar com os Estados Unidos por via diplomática, através do Governo, do consulado americano ou não. E alguns Estados continuaram trabalhando e outros não. São Paulo foi um Estado que não quis continuar enquanto não tivesse um organismo credenciado em Brasília. Então, daí, as adoções, elas pararam por completo. Elas não diminuíram, não cessaram, elas foram interrompidas. Então, eu, sinceramente, eu não lembro que ano, mas eu acredito que foi em torno de 2007, talvez, 2008. Não estou lembrado, sinceramente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - O senhor disse aqui também que a Limiar não recebia contribuições, nenhuma. O senhor falou aqui agora, agora há pouco.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não recebia contribuições?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - De poder público?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim. Poder público, de igrejas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não recebia?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não tem nenhum vínculo com Igreja ou com o poder público.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Nenhum. O senhor diz da Limiar São Paulo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Casa Limiar tem, em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não estou te entendendo. Se a Limiar não tem, a Casa tem?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Casa Limiar. Mas a verba da Prefeitura é para a Casa, para o abrigo em São Paulo. Eu entendo dessa forma.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Certo.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - E não para manter as adoções.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom, nós escutamos o Sr. Ulisses e estamos te escutando. Inclusive, no momento em que nós o escutamos lá em Brasília, não é, ele mostrava-se assim em total desconhecimento, contato ou ligação alguma com a Limiar Estados Unidos.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não sei por que ele afirmou isso. Isso aí teria que ser esclarecido novamente por ele. Eu não posso responder por ele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Inclusive, na hora, nosso Presidente mostrou um gráfico e os sites, e um dava claramente — e nós observávamos, a observação que fazíamos qualquer pessoa faz, se for hoje, a não ser que tenha mudado, pois foi a semana passada — a publicidade feita nos Estados Unidos e aqui também.

Quer dizer, mostra-se nos sites claramente que há um intercâmbio, uma ligação das duas, tanto os Estados Unidos como o Brasil.

Pelo que nós escutamos o senhor agora, a coisa parece que, pelo que ele diz e pelo o que o senhor diz...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, como eu falei para o senhor. Eu trabalho especificamente com adoções aqui no Paraná. E eu não tenho muito conhecimento do abrigo. Já fui algumas vezes à Casa Limiar em São Paulo visitar, mas eu não sei de maiores detalhes da diretoria de São Paulo, eu não sei maiores detalhes de como está o relacionamento da Limiar lá de São Paulo com a Limiar dos Estados Unidos. Isso aí quem poderia responder seria o Stuart e o Ulisses.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É. Eu acho que vai ser muito importante uma acareação entre os dois, como já falou o nosso Presidente, o que nos deixa muito assim equivocados, não é, no que o senhor fala e no que ele fala. Dá-se a entender que tudo é, como o senhor diz aqui, perfeitamente correto. O senhor fala aqui dos contatos que tem e de todo o trâmite legal dos Estados Unidos para cá, não é?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E existem acusações sérias de pessoas reclamando, até nos Estados Unidos, não é, de doações em dólar — e altíssimas. E, quando se escuta aqui o senhor, a gente percebe que tudo está na maior normalidade possível.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, Deputado José Augusto, o que eu tenho para dizer para o senhor é que essas acusações todas que foram veiculadas na Internet, acredito, foram muito distorcidas. Não é a realidade. Nunca recebi dólar, nunca recebi pagamentos de famílias aqui no Brasil. Sempre recebi honorários. Como já descrevi, eu recebia quando eu tinha registro em carteira; depois continuei recebendo como prestador de serviços e continuo até hoje. É só o que eu recebo, que são meus honorários mensais, nada além disso. Então, o que existe de alegações de que recebo algo aqui no Brasil não é verdade. Quando a isso estou tranquilo, porque estou tranquilo com a minha verdade. Acredito que isso pode ser investigado e esclarecido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Justamente é isso: acho que tudo tem de ser investigado mesmo. Na realidade, pelas informações que chegam à nossa CPI...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Posso interromper?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Pode.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - V.Exa. me daria permissão para eu ler a carta do Stuart, do Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Pode sim. Tem V.Sa. todo o direito.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Inclusive, vou passar uma cópia aos senhores. O Stuart diz o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - V.Sa. pode deixar depois uma cópia disso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Posso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Algum cinegrafista presente poderia dar uma contribuição de iluminação? Dá para V.Sa. ler?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não há necessidade. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - O.k.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, ele escreve assim: "A Limiar USA é uma organização sem fins lucrativos constituída de acordo com o art. 501-C. Sua missão é angariar recursos para ajudar crianças brasileiras com deficiência física e abandonadas e, principalmente, sustentar a casa Limiar, nosso abrigo em São



Paulo, no Brasil. A Limiar Associação de Apoio à Criança ou Família Substituta, ou Limiar Brasil, tem como principal atividade administrar esse abrigo — a pessoa que traduziu isso coloca a palavra “orfanato”, que estou substituindo por “abrigo” — e apoiar seu trabalho, tanto do ponto de vista financeiro quanto com doações de bens: roupas e sapatos usados, etc. Nossa site na Internet mostra muitos dos eventos realizados durante anos visando a angariação de fundos. A Limiar Estados Unidos não é e nunca foi uma agência de adoções. Devido a nossa presença de muitos anos de trabalho de grande reconhecimento, envolvendo a colocação de crianças órfãs de difícil colocação junto a famílias estrangeiras, um trabalho feito pela Limiar a pedido dos tribunais no Brasil, nosso nome é conhecido pelos Juizados de Menores de vários Estados do Brasil, e mais recentemente das CEJAs de vários Estados. Nossa trabalho nessa área sempre visou servir de intermediário entre os tribunais do Brasil, que solicitam que procuremos famílias para crianças de difícil colocação em agências internacionais de adoção, que enviam para CEJA os nomes e estudos sociais de famílias que sabem que estão interessadas em adotar essas crianças. Dessa forma, determinadas famílias recebem a indicação de determinadas crianças e, eventualmente, após a família ser aprovada pela CEJA, ela é convidada a vir ao Brasil e começar o período de convivência de um mês, para ter a certeza de que a indicação procede. As crianças têm a palavra final quanto a serem adotadas ou não. A CEJA somente considera famílias dos Estados Unidos para indicação depois de que as tentativas de colocação dessas crianças com famílias brasileiras fracassam. A segunda prioridade da CEJA quanto à adoção internacional é com agências da Itália, França, Alemanha. A Limiar é contactada como último recurso antes da decisão de uma institucionalização permanente. Como comentário final, a Limiar, mais do que qualquer outra organização internacional, tem trabalhado no apoio à adoção de crianças brasileiras abandonadas por famílias. É uma bênção que, em 2013, haja o potencial de famílias adotivas brasileiras para quase todas as crianças que aguardam serem adotadas, inclusive as portadoras de deficiências físicas. Vemos com positivismo o dia em que a adoção internacional não será mais necessária. Audelino de Souza é representante da Limiar no Paraná há quase 20 anos. Há algum tempo ele preferiu trabalhar na qualidade de autônomo e deixou de ser um funcionário da Limiar Brasil. Na qualidade de nosso representante ele serve



de contato com a CEJA-Paraná e os tribunais, traduz e apresenta relatórios. E quando as famílias chegam para o período de convivência, Lino fornece o transporte e tradução para as famílias para atender as exigências da CEJA. Nós da Limiar Estados Unidos, no presente, o reembolsamos pelo tempo e despesas incorridos. As agências internacionais de adoção dos Estados Unidos não possuem escritórios no Brasil, nem tradutores para o português, nem mesmo funcionários que falem português. Por esse motivo é prático e razoável que contratem a Limiar para servir de intermediária perante a CEJA. Os recursos que recebemos das agências — não recebemos nada das famílias — são usados para o pagamento de despesas-padrão, como correio, material de escritório, traduções e o custo de manter uma pessoa contratada por tempo integral e seu escritório para servir de contato entre as agências e Lino. Não recebo nenhum salário ou remuneração pela manutenção do escritório-sede da Limiar nos Estados Unidos e faço uma doação anual de 8 mil dólares para material de escritório, viagem e outras despesas. No último exercício fiscal, a receita total declarada à Receita Federal dos Estados Unidos foi de 70 mil dólares, sendo que boa parte dessa quantia foi doada de volta à Limiar Brasil, para sustentar a Casa Limiar. Esse é um verdadeiro trabalho benéfico. Em resposta às suas perguntas específicas, Lino não recebe nenhum salário. Ele é reembolsado pelo tempo e despesas incorridos. Ele também tem liberdade para trabalhar para quem desejar. A Limiar Brasil solicitou a Limiar Estados Unidos, em 2010, que assumisse os reembolsos feitos a Lino. A Limiar Brasil fechou o escritório e demitiu seus funcionários, não dispondo de meios para administrar os fundos. Pelo que eu saiba, Lino não recebe nenhum dinheiro diretamente das famílias adotivas. As famílias devem cuidar de suas próprias despesas enquanto estão no Brasil. Conheço Lino há muitos anos e trabalho com ele desde 2006, e ele sempre teve o melhor interesse das crianças em mente. Ele, melhor do que ninguém, sabe que esse trabalho é uma obra de caridade e não uma ocupação. Pelo que ele tem feito, o Senhor o abençoará e o recompensará no céu. É lamentável que essa controvérsia venha caluniar ele e a Limiar, pelos nossos quase 30 anos de trabalho em prol das crianças abandonadas do Brasil." É isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Nós da CPI, cada um de nós e eu, meu jovem, pelas minhas andanças, pelas perguntas que fiz — e estamos



andando há muito, já fomos para São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, Acre, enfim, fomos a 10 Estados aproximadamente e agora estamos no Paraná — digo-lhe o seguinte: isso nos deixa muito confusos.

Na minha concepção, do que tenho visto até agora, todas as pessoas que são acusadas estão preparadíssimas como o senhor.

Sobre isso cada um faz o seu próprio juízo. Claro que vamos fazer os nossos relatórios. Tudo o que dito contra o senhor e o que o senhor diz nas suas defesas vai depois para a Justiça. Nós vamos fazer o nosso relatório.

Mas eu lhe digo uma coisa: hoje esteve aqui a Sra. Joice, que, como jornalista corajosa, mostrou-nos e fez um relato aqui. Inclusive ainda vamos verificar tudo, porque ela entregou um calhamaço de gravações, de vídeos, de um trabalho que ela vem fazendo no Paraná.

A São Paulo também fomos. Escutamos todas as pessoas. Inclusive o fizemos em todos os Estados, em Brasília também.

E eu lhe digo, na minha concepção — e eu quero dizer aqui o que eu penso —, para mim, o que o senhor diz aí é uma coisa, e o que já chegou até mim e aos nossos colegas aqui é totalmente diferente. Existem absurdos. É claro que ainda vai se observar acareações e tudo, mas interessante é que, quando a gente conversa com o senhor, se a gente conversar com o Sr. Ulisses ou se até for com o Stuart, lá nos Estados Unidos, todo mundo tem uma versão muito correta das coisas. Até eu dizia ao senhor: se fosse fazer um filme de bangue-bangue com essa turma, ia ser difícil — só ia ter mocinho. É muito santo, é muito milagre, muita caridade. Quando a gente sabe, e somos informados, que muito dinheiro — pelo menos as informações, isso aí depois será julgado pela Justiça, não somos nós —, mas o que chega a esta CPI são coisas horríveis.

Eu acho, eu vou ter que viajar, porque eu tenho outros compromissos. Esperava que o senhor estivesse até de manhã, mas não deu tempo, ainda há mais gente para ser ouvida aqui, foram muitos bons esclarecimentos. Aqui houve o Ministério Público, aqui houve... Bom, mais gente ainda para... Mas eu saio daqui com a certeza de que precisamos observar muita coisa. Eu acho que não bate muito o que a gente escuta das vítimas, seja em todos os tráficos, de crianças, de órgãos, de jovens, que a novela mostra em todo o País, que chamou, inclusive, muito a



atenção do País. Por isso que esta CPI, a cada dia... E ela já pediu e vai se prolongar, pois vai fazer 1 ano agora. A CPI foi criada antes da novela. Mas a novela contribuiu muito para que chamassem a atenção das pessoas e que as pessoas, aquelas pequeninhas, vendo aonde nós estamos chegando aos Estados, as vítimas desse... que eu posso... dá para se considerar que existe no Brasil uma rede muito organizada em vários setores do tráfico.

Mas eu vou ter que sair. Os meus colegas aqui vão continuar. Temos andado juntos em todo o Brasil, e acredito que esta CPI vai contribuir muito.

E eu sempre tenho dito em todas as vezes que fazemos oitivas e que eu faço perguntas, às vezes, que é muito bom a gente falar a verdade, porque, às vezes, você, não sendo correto, não dizendo a verdade, daqui a pouco a coisa vai ficar meio feia, porque é muita contradição. Eu lhe digo que é muita mesmo. Isso deixa aqui a nossa CPI e os nossos Deputados aqui meio confusos, porque é muita contradição.

Presidente, eu vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, caríssimo José Augusto Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Os Deputados aqui têm o nosso...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Deputado, posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Não é só ele que está fazendo coisa errada. Até o Conselho Tutelar prova que uma mãe é drogada, a família prova que a filha não é drogada, e eles acompanham...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Precisa ser registrado ao microfone, porque na CPI tudo o que é dito tem que ser gravado. A senhora pode falar. Qual é o seu nome, por gentileza?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Meu nome é Rosana Sartor Mendes de Oliveira, sou brasileira, nunca tive ilicitamente nada envolvido com esse negócio, só que eu estou sendo acusada de perder um neto pela Vara da Infância, através do Conselho Tutelar, que acusou minha filha de ser drogada. Ela



tem problema mental, ela sofreu problema pós-parto, que é uma doença, e eu tenho todas as crianças na minha companhia, tenho moral e financeiramente condições para educar essas crianças, e eles querem mandar meu neto para a adoção. Eles disseram que a minha filha era drogada, tiraram a criança do hospital e não me deixam ver essa criança. Meu marido é funcionário público aposentado, e somos pessoas de bem. Essas pessoas tiram os filhos de nós brasileiros. Eles não perguntam se nós temos nada. Eles chegam e mandam as crianças nossas para adoção, sem pedir. A pessoa tem sofrimento o resto da vida.

Eu tenho quatro netos que perguntam todo dia por essa criança, e nós não podemos ver a criança. Temos condições moral e física para sustentar as crianças, e eles não querem deixar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eles quem?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - O Conselho Tutelar e a Vara da Infância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o seu nome, de novo?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - O meu nome é Rosana Sartor Mendes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - D. Rosana, deixe-me lhe dizer uma coisa... Alguém dê um pouquinho de água para a D. Rosana, para ela se acalmar um pouquinho...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Eu já estou calma, só que eu fiquei muito indignada, porque eles não perguntam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Queria que a senhora pudesse, D. Rosana, aguardar um pouquinho, porque depois nós vamos reunir com a senhora para ver essa situação direitinho, está certo?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe agradeço. É normal que a senhora fique nervosa.

Veja um pouquinho de água para a D. Rosana. Veja também um cafezinho para ela também.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Vocês me desculpem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nada. Eu não tenho que desculpá-la por nada. A senhora tem o direito. Isso aqui é uma audiência pública exatamente para a gente ouvir as pessoas.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Eu tenho 64 anos e nunca tive um problema de roubar nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, claro. Ninguém está duvidando disso. A gente vê que a senhora é uma pessoa de bem, uma pessoa honrada.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Só que eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está com o coração apertado por conta da sua menor.

Nós vamos conversar com a senhora. Mas vamos concluir aqui, porque o nosso Deputado está aqui. Mas vamos ouvir a senhora. Foi bom a senhora fazer essa denúncia aqui, publicamente, porque nós estamos aqui para isso.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Eles mandam nossos filhos para adoção. Eles não perguntam se a família... Por que eles não acolhem a família antes de mandar para a adoção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, que é o que a lei diz, inclusive.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Quando a criança é órfã, eu concordo; mas se tem família...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a lei diz isso. A lei diz que tem uma escala de prioridade para esse processo de adoção, que não é tão simples como parece, não.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - E o Dr. Lauro me deu a guarda das quatro crianças. E eu provo para o senhor que estão na escola. A menina de 12 anos está na oitava série, sétima série, não tem falta nenhuma na escola. E muitas mães estão sofrendo por gente que nem ele, sabe? O senhor me desculpe, mas é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aguarde, aí, um pouquinho, porque nós vamos...

Deputado José Augusto, vamos concluir.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Estas audiências públicas são importantes por isso. Aí é quando a gente vê alguém do povo, uma senhora do povo. A gente sente a sua sinceridade. Como ela, acho que existem muitas com o mesmo problema e com outros também muito graves.

A SRA. REGINA ALVES DE LIMA - Deputado, eu queria fazer uma pergunta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Como é o seu nome?

A SRA. REGINA ALVES DE LIMA - Boa tarde. O meu nome é Regina. Eu só queria fazer uma pergunta para o senhor antes de o senhor se retirar. O senhor, como Deputado Federal, participando desta CPI: por que uma ONG tem que cuidar de questões desse trâmite que está havendo? E já faz tempo que está. Por que o Ministério Público e a Vara de Infância não cuidam dessas adoções? Por que tem que ser uma ONG? A minha pergunta é antes de o senhor se retirar daqui desta CPI.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Obrigado, senhora. É uma pergunta muito pertinente. Eu acredito que, depois desta CPI, depois de ouvirmos o Brasil inteiro e todos os setores sobre o tráfico de pessoas — porque isso aqui vem muito na questão da criança, do tráfico de crianças e do tráfico de órgãos, que é tão sério quanto —, depois do levantamento geral que vai ser entregue à Justiça, acho que uma transformação vai acontecer. Quando se faz uma ONG, todo mundo sabe que geralmente as ONGs são organizações da própria sociedade que querem contribuir de forma gratuita, humanitária. Nós sabemos disso. Mas, às vezes, o que acontece... E não quero aqui citar todas as ONGs, porque a gente tem que respeitar, pois existem ONGs sérias. Isso vai ser revisto e analisado depois, na realidade. Agora, depois desta CPI, acredito que nesta questão inclusive de adoções, a coisa vai...

E haverá modificações nas leis, tal como estamos propondo aqui. E aqui foi proposto até pelo próprio Ministério Público aqui, com pessoas altamente "credibilizadas" no assunto. Portanto, espero que possamos ter diferenças, depois, e mudanças no rigor dessas ONGs. Porque, às vezes, eu não posso dizer hoje, uma ONG se coloca de uma forma, para contribuir, mas pode ser que aquela ONG esteja



sendo usada, como várias acusações aqui existem, para fazer o tráfico de pessoas, e não contribuir, como é a fala que estamos até o momento escutando.

Alguma coisa a senhora tem para dizer?

A SRA. REGINA ALVES DE LIMA - Eu tenho só uma observação. A última observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Desculpe, querida. Desculpe, perdão.

A SRA. REGINA ALVES DE LIMA - Só uma coisa, Deputado: as ONGs que funcionam... A Justiça, ela cobra tanta coisa, mas ela dá margem para terceiras pessoas, segundas pessoas, fazerem uma função que era do Ministério Público e da Justiça. Só isso, para concluir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria só pedir a compreensão de todos. Aliás, nós estamos aqui exclusivamente para ouvir a todos, a todos; só que nós estamos no meio de um depoimento e não poderíamos... Nós gostaríamos que não houvesse mais interrupção para que a gente pudesse... Todos os que estão desejosos, e a gente os felicita por isto, de estarem querendo falar, informo que vai ter um momento adequado. Nós estamos no meio de um depoimento, de uma oitiva, e gostaríamos que esta oitiva pudesse continuar, porque assim o nosso Regimento e a boa técnica exigem.

Deputado José Augusto, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Então, para finalizar, meu caro Presidente, é como eu disse: nós estamos, no momento, nos dirigindo ao final. Mas foi importante a intervenção de vocês e será mais importante ainda que vocês todos fiquem. Cada um que tenha o que dizer, esta é uma boa hora. Em uma audiência, como eu estava dizendo, que é pública, assim o é para o povo, é para vocês virem aqui, só que ela tem a sequência. Neste momento, estamos ouvindo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Já que a senhora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas nós vamos aqui, senhora. Nós vamos ficar aqui ainda. Todos vamos ficar aqui até final, viu?



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu não estou lhe repreendendo, apenas estamos dizendo que tem o momento. Será importante a sua intervenção, como a que houve agora e também as outras, para que todos deixem aqui às claras. O objetivo é ouvir tudo. Ouvir vítimas e escutar acusados. A Justiça, depois, vai dizer.

Bom, era só o que tinha para dizer. Eu vou deixar com os meus colegas a palavra. Vou ter que viajar para Pernambuco, tenho um voo marcado e tenho que sair agora.

Obrigado a todos, fiquem com Deus e até outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado José Augusto Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Um momento, só para finalizar quero dizer à jornalista que eu não tive o prazer, quando ela falou hoje — se ela ainda estiver presente —, de elogiar o seu trabalho. Eu acho que é um trabalho difícil porque, se realmente tudo for como se observa — e pode acontecer —, precisa-se ter muita coragem para entrar nessa rede criminosa que se instala em todo o Brasil.

Obrigado a todos. Fiquem com Deus e até outra oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado ao Deputado José Augusto Maia, nosso Deputado pernambucano, poeta, compositor, músico, dentre outras coisas, pela sua presença. Boa viagem.

Nós vamos passar a palavra aqui ao Deputado Luiz Couto, para que S.Exa. possa fazer as suas considerações. Em seguida, falará o Deputado Francischini. (*Pausa.*)

Nós recebemos aqui a carta do Sr. Stuart. Peço que a CPI aqui, Marcos, registre-a como material. Essa carta é muito interessante porque...

(Intervenção fora microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, senhora, por favor, pois estamos no meio da oitiva. A senhora aguarde aí, pois nós vamos ainda conversar com a senhora, viu, D. Rosana? Nós vamos ainda conversar sobre esse caso, Dona Rosana Sartor.



Mas essa carta é esclarecedora, Seu Lino, porque é uma situação que contradita bastante com o depoimento do Sr. Ulisses, Presidente da ONG que o senhor representa. Ele disse, por exemplo, reiteradas vezes, que ele nunca recebeu nenhum centavo da ONG Limiar dos Estados Unidos. E aqui o Sr. Stuart, que é o Presidente da ONG, da Limiar americana, não é isso? Que, me parece, é viúvo da finada Nancy, que foi a fundadora, ele fala aqui da ordem de 70 mil dólares, de parte desse recurso é destinada à ONG Limiar. Está expresso.

O Sr. Ulisses, no depoimento que fez para nós, disse que essa ONG não recebia um palito, um centavo da ONG. Que só recebia da Prefeitura e que mal dava para pagar os custos desse abrigo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Um funcionário por menor abrigado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O que, para nós, é apenas um depósito de crianças para justificar todo um jogo muito maior que está por trás disso.

Essa carta — desculpe a impressão que eu tenho, porque nós estamos aqui em busca da verdade — me parece um jogo combinado, jogo combinado para poder parecer aqui um conto de fadas, como disse o Deputado José Augusto Maia, um conto de fadas.

Eu acho que o Prêmio Nobel vai ser em junho agora. Eu acho que a CPI poderia sugerir o Prêmio Nobel para essa ONG Limiar, o Prêmio Nobel da Paz pelo processo de caridade com que a ONG...

Olha, nós não estamos aqui brincando, Seu Lino. O senhor me desculpe a sinceridade; nós não estamos aqui brincando. Nós já temos muita informação do senhor, e o senhor já entrou aqui em várias contradições, várias contradições com o que nós já temos: sobre o seu patrimônio, por exemplo, sobre as suas contas bancárias. Nós temos acesso a *sites*, fotos do seu *site*, dos seus computadores. Nós temos acesso. Nós temos aqui uma assessoria da Polícia Federal, apesar de o Deputado aqui ser da... Nós temos a assessoria da Polícia Federal lá de Brasília, na CPI, porque é uma prerrogativa nossa.

Então, eu só estou lhe dizendo isso porque eu acho que a coisa chegou a um limite, e eu não quero que o senhor agrave a sua situação. O senhor está



respondendo na Justiça, na polícia, tem inquérito policial, tem uma série de coisas. Da mesma forma que o senhor pode atenuar a sua situação, o senhor pode agravar a sua situação, porque o senhor está sob juramento aqui nesta CPI.

Esta CPI tem prerrogativas constitucionais. Não é de lei ordinária; é de lei constitucional, da Constituição da República Federativa do Brasil. O senhor tem o direito, inclusive, aqui, de ficar calado, se não quiser responder. O seu defensor já deve ter lhe dito isso, com todas as implicações prós e contras. O senhor não tem por que produzir provas contra o senhor.

E nós estamos aqui; nós não temos nada contra o senhor. Estou lhe conhecendo agora, como o Deputado Luiz Couto, o Deputado Maia. Todos nós aqui não temos nada a favor nem contra. O nosso compromisso aqui é para apurar as coisas, porque o que nós sabemos é que existem redes organizadas, criminosas, ganhando muito dinheiro à custa da tragédia humana dessas crianças.

Então, o senhor, por favor, pelo menos... Porque as contradições estão ficando muito flagrantes. Está certo? É só isso.

O Deputado Luiz Couto vai fazer as perguntas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, Audelino de Souza é o seu nome, não é?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você nasceu em que ano, Audelino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Em 69.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual o mês, a data?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Dez de dezembro de 69.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sessenta e nove.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você nasceu onde?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Em Brusque, Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Santa Catarina. Você esteve também em Mato Grosso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Foi de Santa Catarina, e de Santa Catarina veio morar aqui?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você veio morar aqui há quantos anos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você veio morar aqui há quantos anos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu vim em 87 pra cá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estava com quantos anos naquela época?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Dezessete anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dezessete.

Aí foi trabalhar no hotel?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Tive vários trabalhos antes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. E quais foram os trabalhos que você teve antes?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Ah, eu trabalhei em banco, trabalhei...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como estagiário, no caso. Dezessete...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não. No banco eu tinha 18 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dezoito anos. Banco. E você começou a trabalhar nesse hotel quando?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Em 92. Eu não fiquei muito tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Noventa e dois.

Foi lá que você conheceu esse casal americano?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quem era esse casal? Os nomes você pode citar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - O primeiro nome eu não lembro. Eu me lembro do sobrenome. Era da família Johnson.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Johnson?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso em...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Noventa e dois.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Noventa e dois. E aí você disse que eles estavam aqui interessados em fazer adoção, você sentiu que eles estavam preocupados com isso e resolveu ajudá-los.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. O que eu falei é que eles tinham vindo, já estavam habilitados na CEJA, a Limiar já era credenciada na CEJA. Eles já estavam habilitados na CEJA. Eles vieram fazer o estágio de convivência. Depois de todos os trâmites terem sido feitos, eles vieram fazer o estágio de convivência na CEJA, os 30 dias de estágio de convivência em Curitiba, com as crianças, para vinculação, para adaptação, e foi onde eu me voluntariei. Eu conheci o casal e me voluntariei. E, após isso, eu fui convidado para trabalhar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O problema é que, na realidade, a Convenção de Haia, que o senhor conhece muito, porque o senhor a citou também, os primeiros tratados realizados foram a Convenção de Haia, de 1899 a 1907, a Convenção sobre a Resolução Pacífica. E depois houve outra convenção que colocou a questão da adoção.

Essa convenção foi concluída no dia 29 de maio de 93, ao tempo em que você começou a trabalhar aqui em Curitiba. Foi também nesse tempo que o senhor começou a trabalhar nessa relação de adoção?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Foi em 93 que eu fui registrado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Noventa e três?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como é que o senhor explica que só os países que a ratificaram é que podiam fazer adoção? Os Estados Unidos não ratificaram a Convenção de Haia. Ela só foi ratificada em 2008 pelos Estados Unidos.

Como é que se poderia fazer adoção para um país que estava não assinando a Convenção de Haia e o senhor trabalhava de forma ilegal para um país? O senhor não sabia disso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Existem resoluções de Brasília. Todo ano, Brasília se reúne com todas as CEJAs de todos os Estados, e lá eles fazem determinações, eles fazem leis, eles criam resoluções. Através dessas resoluções é que eles definiam como a adoção de crianças brasileiras podia ser feita.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o Brasil só ratificou essa convenção em 14 de janeiro de 99.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Mesmo antes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas antes não podia. Estava ilegal. Se tivesse sido feita, estava ilegal, porque a Convenção é clara, e o Brasil, para poder entrar nesse processo, tinha que ratificar. E isso foi apenas no dia 14 de janeiro de 99, promulgado pelo Decreto 3.087, de 21 de junho de 99. Só a partir daí é que o Brasil estava autorizado a fazer esse tipo de adoção, e não podia fazer para os Estados Unidos, porque ele não ratificou.

Como é que se explica isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, Deputado Luiz Couto, eu sigo as resoluções de Brasília, a CEJA segue as resoluções de Brasília. E as resoluções permitiam, deixavam claro — antes de os Estados Unidos terem ratificado a Convenção de Haia — como se deveriam proceder as adoções entre Brasil e Estados Unidos. E eu sigo o que a CEJA determina. A Limiar — não eu — segue o que a CEJA determina. São resoluções de Brasília. O senhor tem que se informar com a CEJA, para que elas apresentem o material.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - V.Exa. disse que fazia isso de acordo com essa resolução. V.Exa. devia ter acesso a essas resoluções. Nós queremos que o senhor nos apresente cópia dessas resoluções, porque nós consideramos que há um ato de ilegalidade, e, se a CEJA fez isso, sem ratificação da Convenção de Haia, estava agindo incorretamente. Só após a Convenção que foi ratificada no dia 19 de janeiro de 99 e promulgada pelo decreto, a partir daí que o Brasil pôde entrar para fazer as adoções, respeitando aquilo que foi definido pela Convenção de Haia. E os Estados Unidos só entraram em 2008, e o Sr. Ulisses disse: *"Paramos por isso"*. Porque não havia autorização.

Não tem dúvida, Seu Audelino, de que a entidade Limiar dos Estados Unidos e a Limiar Brasil é a mesma coisa. Usam a mesma marca, a mesma marca. Não tenho dúvida. Esse negócio de dizer que é uma coisa e lá é outra, não. É a mesma coisa. Eu diria, é uma organização, e eu diria, criminosa, criminosa, que, de fato, o senhor disse que apenas recebe os honorários, né? Mas o senhor sabe que nós temos, como disse o Presidente aí, temos informações, temos vídeos, inclusive



vídeos onde o senhor diz assim, no vídeo, no YouTube, em que o Sr. Lino admite a cobrança pelas adoções. Como é que o senhor explica isso? O senhor disse que não recebe nada por essas adoções, mas apenas pelos trabalhos que o senhor faz para a entidade Limiar. Limiar, que, antes, o senhor recebia da Limiar Brasil, não era? E, depois, começa a receber da Limiar Estados Unidos, ou seja, mostrando que é a mesma relação. Então, como é que o senhor explica essa questão que está nos vídeos, no Youtube e em outras gravações a que nós tivemos acesso, onde o senhor, em conversa com outras pessoas, o senhor diz cobrar, cobrar por essas adoções para os Estados Unidos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, na questão do vídeo, eu acho que o senhor se refere ao vídeo da jornalista, quando ela me ligou, que ela me entrevistou por telefone. Eu confesso que posso ter me expressado mal, posso ter colocado erroneamente, quando eu falei “a gente”, “a gente”, “a gente”. E eu tenho esse hábito de falar “a gente”, quando eu me refiro à Limiar como um time. Eu faço parte dela, eu represento ela, então, eu falo “a gente”. Mas “a gente” não é eu, é a Limiar Estados Unidos. Eu repito: a Limiar Estados Unidos que recebe doações, recebe dinheiro, depois de 2008 somente através das agências, pra fazer essa ponte entre a CEJA e os Estados Unidos. Então, eu não recebo nada além disso, além dos meus honorários.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conheceu o Sr. Stuart Cameron?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, várias vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele esteve aqui no Brasil ou o senhor esteve nos Estados Unidos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Ele já esteve aqui, e eu vou com frequência para os Estados Unidos, porque nós temos uma... A Limiar tem uma reunião anual, chama-se...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa passagem que o senhor vai e a hospedagem lá, quem é que...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Limiar que paga.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Limiar que paga.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Limiar que paga.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há uma informação de que o senhor, por exemplo, várias pessoas, várias crianças e adolescentes que foram adotadas, que o senhor levou essas crianças para os Estados Unidos.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não adotadas. Nós tínhamos um... A Limiar tinha um programa chamado Medkids em total acordo com a CEJA do Paraná. Essas crianças eram levadas para tratamento médico. Quando elas tinham algum tratamento que precisava de algo mais especializado e tinha alguma família nos Estados Unidos que poderia estar recebendo essa criança e dando esse tratamento, próximo da casa deles, essas crianças eram levadas. Daí, aí, sim, eu levava essas crianças — foram poucos casos —, essas crianças ficavam lá fazendo tratamento e a família providenciava a documentação, durante esse tempo em que a criança estava lá, voltava para o Brasil com a criança e fazia todos os trâmites normais de qualquer outra adoção. Eles preparavam toda a documentação com a agência, lá nos Estados Unidos; essa documentação toda era mandada aqui para a CEJA, o casal era habilitado. Aí eles vinham com a criança para o Brasil e faziam a finalização, todos os trâmites da adoção. E aí, sim, voltavam para os Estados Unidos com a criança adotada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor tinha autorização para levar essas crianças?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, do consulado americano.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas e da família?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Da família... Qual família?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Das famílias...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Lógico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor levava crianças daqui, e os pais... Quem autorizava?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - São crianças que estavam na CEJA em situação de adoção, porque já tinham sido destituídas do poder familiar e já estavam aptas para uma adoção internacional.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas como é que se explica esse ir e voltar, depois vir para cá, ou seja, é confusa essa situação aí. A CEJA, no momento em que autorizava aquele processo... Quem fazia a intermediação era o senhor?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor. As famílias, ao resolverem adotar, não eram elas que deveriam estar aqui para fazer o estágio de convivência, até para poderem dizer se essas crianças seriam ou não adotadas? Mas o senhor recebia essa autorização diretamente da CEJA?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Recebia autorização da CEJA. Eu jamais levaria uma criança se não tivesse autorização para sair.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quantas crianças o senhor levou desse jeito para os Estados Unidos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Foram, talvez, quatro, cinco casos. Eu não me lembro agora corretamente, me desculpe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E voltaram com o senhor também ou voltaram com as famílias?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, voltaram com as famílias e foram adotadas. Um ou dois, nesse caso aqui, não foram adotados, não houve adoção, e a criança voltou para o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse tratamento... Nós identificamos — não estou dizendo que é o caso aí, em outros lugares — casos em que as crianças que eram colocadas e retiradas passavam por um estágio chamado de “lugar de engorda”, onde essas crianças eram alimentadas, fortalecidas para chegarem bonitinhos e serem vendidas para adoção ilegal. Ou seja, se essas crianças foram retiradas da família porque não as famílias estavam em condições de criá-las, pela sua pobreza — segundo a Justiça, elas deveriam ser tiradas para que houvesse, por parte do poder público, um trabalho para que elas pudessem ter esse estágio —, como é que se explica — não está claro para mim —, como é que se explica o fato de que se retira o pátrio poder e se manda as crianças para os Estados Unidos, e lá elas ficam lá sendo tratadas? Normalmente, a gente sabe que, hoje, as crianças que estão lá na Casa Lar, em São Paulo, é porque ninguém de fora quis adotá-las. E essas crianças que foram adotadas são crianças... Inclusive, uma delas, depois da maioridade, voltou para cá e contou que foi abusada sexualmente pelo pai adotivo, enfim, essas questões todas. O senhor diz que levou quatro ou cinco crianças. As informações que nós temos são de que o senhor levou muito mais, que o senhor foi



várias vezes para os Estados Unidos e levava crianças, também, com o objetivo, conforme o senhor dizia, de serem tratadas de doenças, mas doenças que poderiam ser tratadas aqui no Brasil. O senhor só levou mesmo quatro ou cinco crianças ou levou outras em outras situações?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não, senhor. Eu não me lembro do número exato, mas eu acredito que fique entre quatro ou cinco crianças.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo o site da Limiar USA, a ONG Limiar Brasil atua nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. O senhor trabalha ou trabalhou na Limiar de São Paulo. A relação do senhor foi com essa. O senhor esteve também em Pernambuco ou no Rio de Janeiro?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. A trabalho, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. A Limiar tinha um representante em Recife durante muitos anos. O mesmo trabalho que eu fazia aqui era feito em Recife, com muito respeito lá do juiz — esqueci o nome dele —, que tinha um apreço muito grande pelo nosso trabalho. Só que a Limiar não trabalha mais com Pernambuco e...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Rio de Janeiro?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Rio de Janeiro eu desconheço. Pode ser muito no passado, antes de eu começar a trabalhar com a Limiar, que existe desde 1984. Ela foi fundada em 1984.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor pode dizer quantos processos de adoção o senhor intermediou e que foram requeridos pela ONG Limiar Brasil?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - São em torno, que eu lembre, de 360 crianças, nesses 20 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Todas para os Estados Unidos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Estados Unidos e Canadá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E Canadá. Todas essas crianças tinham cadastro de adoção ou foram levadas...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Todas as crianças, como eu já informei várias vezes, passam por um processo na comarca de destituição do poder familiar. Isso não cabe a mim julgar. Eu acredito que o Ministério Público, o juiz, eles fazem



todo um trabalho no sentido de... Enfim, eu não posso falar por eles, mas eu imagino que seja um trabalho em que são esgotadas todas as possibilidades de reinserção familiar e tudo o mais. Não havendo essa possibilidade, é quando o juiz decreta a perda do poder familiar. Aí se procura uma família no Brasil. Somente após isso, se não for encontrada uma família no Brasil, é que essas crianças são encaminhadas para o cadastro internacional da CEJA, e a CEJA... E mais uma coisa que é interessante eu colocar é que, como os Estados Unidos não têm ainda uma entidade credenciada em Brasília, isso nós vimos tentando desde 2009. Logo após a ratificação da Convenção de Haia pelos Estados Unidos, a gente vem tentando, de uma forma muito ativa, credenciar a AWAA, essa agência que eu respeito muito, acho que eles fazem um trabalho fantástico, têm famílias muito boas. E nós não temos conseguido, tem tido muito resistência aos Estados Unidos em Brasília, imagino eu, porque eu cheguei a mandar uma documentação inteira da AWAA para o credenciamento. E existem várias entidades — italianas, alemãs, francesas — atuando em adoção. Só italianas são cerca de nove ou 12, não lembro agora. Nós tentamos credenciar uma entidade americana e não conseguimos. Mandamos toda a documentação. Custou muito caro para a AWAA juntar toda essa documentação. Foi mandada para o Ministério da Justiça em 24 de outubro de 2011. Essa documentação foi extraviada. Eu mandava e-mails e não me retornavam, tentava ligar e não conseguia falar. Agora nós, a AWAA está novamente juntando toda a documentação, porque foi, inclusive, sugestão da autoridade administrativa federal, da CAF, numa conversa que eu tive com a Sílvia Marques na CAF. Foi quando ela sugeriu... Ela disse: *“Não, não tem nenhum impedimento para credenciamento de uma entidade americana”*. Foi então que ela pediu que novamente a AWAA fizesse toda a documentação de novo e tentasse. E a AWAA está fazendo toda essa documentação, e vai tentar o credenciamento, inclusive junto à Polícia Federal, e esperamos conseguir o credenciamento, porque aí eu posso representar essa entidade aqui no Brasil, com meus 20 anos de experiência. E eu digo, com muita honradez, que é um trabalho que eu gosto muito de fazer, Sr. Deputado. Eu gostaria de deixar claro aqui também que eu poderia, nesses anos todos, estar fazendo outra atividade. Fui convidado para trabalhar como intérprete, fui convidado para fazer outras atividades em que eu poderia estar ganhando mais do que eu ganho, e eu



nunca aceitei. Primeiro, porque eu gosto muito desse trabalho, esse trabalho me completa muito, esse trabalho, espiritualmente, me satisfaz muito. Eu faço uma coisa que eu gosto muito de fazer. Eu fico muito feliz de poder, nesses 30 dias, 40 dias em que a família fica aqui, no Brasil, fazendo a adaptação com essas crianças, ajudar, de ver a felicidade delas em ter um pai, uma mãe. E é isso, eu gosto muito do que eu faço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Registro a presença do Deputado Estadual Pastor Gilson. Seja bem-vindo.

Todas essas adoções que foram encaminhadas para os Estados Unidos e o Canadá foram através da Limiar.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - As adoções?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Não teve nenhuma outra...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, só a Limiar. Via diplomática, quando um dos pais é brasileiro, residente no exterior e é brasileiro, ele pode adotar diretamente com a CEJA, no Paraná.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas foi intermediado também por você?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu digo: mas a que você intermediou?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A que eu...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aquelas em que você representava a Limiar.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, as em que eu representava...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foram todas por ela, não teve nenhuma outra entidade...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seu Lino, o senhor, em depoimento que prestou à Polícia Federal, disse que o senhor é um intermediador entre as crianças brasileiras e famílias americanas para adoções internacionais. O senhor se lembra de que no início jurou dizer a verdade do que soubesse e daquilo que lhe fosse perguntado. O senhor sabe que a sua fala de hoje será confrontada com outras falas e com documentos que foram, inclusive, apreendidos pela Polícia Federal. Então, é



importante. A verdade pode fazer até sofrer, mas a verdade nos liberta de muitas coisas. É importante que o senhor, é claro que o senhor não vai ter que construir provas contra o senhor, mas aquilo que é importante colocar... E eu queria ver o seguinte: o senhor disse que desde 1999 atua como autônomo nas intermediações, apesar de manter vínculo com a ONG Limiar. Como é que o senhor, o intermediário, é pago por essa entidade, e o senhor trabalha também de forma autônoma? Como é que o senhor explica isso aí?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, como eu já disse anteriormente, eu continuo, perante a CEJA, como representante da Limiar e autorizado a fazer essa ponte entre a CEJA — eu não devo ter colocado “entre as crianças” — e os Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quais são os seus contatos na CEJA na intermediação, com quem o senhor faz o contato lá?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A CEJA tem...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pode dizer os nomes?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - São três secretárias: Sílvia, Nilza e Sueli. A Jane é a coordenadora. A Jane Pereira Prestes é a coordenadora da CEJA há mais de 30 anos, desde quando a CEJA foi criada. A CEJA do Paraná foi uma das pioneiras, aliás. E há também as técnicas: Amélia, Dayse e Denise.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conheceu a Sra. Nancy Cameron?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, muito. A Nancy Cameron foi... Em 1993 eu a conheci. Foi quando ela veio me conhecer para dar o o.k. para eu poder começar a trabalhar com a Limiar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando você esteve nos Estados Unidos, esteve na residência dela?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Na residência, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, porque ela morava em San Anthony e a reunião nossa era sempre na Pennsylvania. O senhor me permite falar um pouquinho dessa reunião?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - É uma reunião anual, onde as famílias que adotaram levam suas crianças e então as crianças brasileiras podem conhecer outras crianças brasileiras, fazer amizade com outras crianças. E lá eles contratam grupo de capoeira, promovem atividades assim, para manter as raízes brasileiras das crianças. Exibem filmes brasileiros, fazem artes manuais, e outras atividades mais. Anualmente há essa reunião, na cidade de Bradford, na Pennsylvania, no norte. Então, eu vou a essa reunião para trabalhar com as crianças, e para as crianças me reverem também. É muito gratificante. E a Nancy sempre esteve presente nessa reunião. Então, eu a via uma vez por ano.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Explique-me como é que, em 1991, a Limiar Brasil se licenciou junto à CEJA-Paraná. A partir de 1999 o senhor deixou de ser funcionário da Limiar para prestar serviço à entidade como autônomo. Mas o senhor disse que até junho de 2010 recebia salário. Como se explica isso? Eu não consegui entender como é que o senhor se licencia e, ao mesmo tempo, o senhor passa a ser funcionário recebendo salário da Limiar.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, eu não tinha mais registro em carteira. Eu passei a ser um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Prestador de serviço.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - ...autônomo, prestador de serviços.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor disse que até junho de 2010 recebia salário e tinha carteira registrada pela ONG Limiar Brasil.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, até...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - 2010.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Até o ano 2000. Se eu falei 2010 eu me equivoquei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Até junho de 2010. Está no seu depoimento.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Até 2000 eu tinha registro em carteira. Até 2010 eu recebi honorários pela Limiar São Paulo, pela Limiar Brasil. A Limiar Estados Unidos, Deputado, foi criada para arrecadar fundos para a Limiar Brasil. Então, esses fundos sempre eram repassados para a Limiar no Brasil. A Limiar Brasil é que fazia o pagamento dos meus honorários até meados de 2010. Inclusive,



como eu já repeti, os escritórios foram fechados e ficou uma funcionária apenas, que fazia essa parte financeira. Quando ela saiu o Ulisses assumiu — era o Ulisses que fazia o pagamento dos meus honorários. Então, se ele disse que não me conhecia...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Ulisses afirmou de forma categórica que *"Lino não tinha autorização para realizar as intermediações pela ONG Limiar"*. E entre as suas atribuições que o senhor disse lá na Polícia Federal estava a de *"traduzir os laudos sobre a situação das crianças adotadas, sobre como elas estavam e entregar à Comissão Estadual Judiciária de Adoções"*. Ora, como é que o senhor explica a tradução desses documentos quando, pela própria lei, ela deve ser tradução juramentada? O senhor é tradutor juramentado?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não sou juramentado. Mas não há... Pode ser um problema interno da CEJA, mas nunca houve a exigência da CEJA...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A CEJA aceitava a sua tradução.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - ... de que fosse tradução juramentada, porque custa muito dinheiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca exigiu tradução juramentada que...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Desses relatórios de pós-adoção, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Todo o restante da documentação, Deputado, tem que ser traduzido por tradutor juramentado, inclusive autenticado no Consulado brasileiro nos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor acha que é correto o negócio? Se tem uma legislação brasileira, se tem a Convenção colocando que é necessário que em toda a documentação seja feita a tradução por um tradutor juramentado, o senhor, não o fazendo, não estaria, de certo modo, entrando na seara de quem, efetivamente, tem a competência para aquele fim?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, esses relatórios de pós-adoção, como eu falei, nunca foram traduzidos por tradutores juramentados. Eu acredito que as outras entidades também não fazem tradução juramentada. Então, se existe um equívoco, não é culpa minha. Isso foi a CEJA que não exigiu. Como eu falei desde o início, a gente sempre seguiu rigorosamente os critérios da CEJA, que segue os critérios de Brasília.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, considera que a CEJA errou, ou seja, traduziu os laudos sobre a situação das crianças adotadas... Isso é muito grave. Quer dizer, vem lá um documento, você traduz, a tradução não segue aquelas normas, aquele rito do tradutor, você pode pegar um termo na língua inglesa e traduzir para outro termo no português que não corresponde àquilo e pode haver problema de interpretação.

O tradutor juramentado assume que aquilo corresponde, na língua inglesa e na língua portuguesa, à mesma coisa. E assina embaixo.

Então, pelo que o senhor está dizendo, não houve, da parte da CEJA... Em nenhum momento eles lhe disseram: “*Olha, Lino, esse documento tem que ser traduzido por um tradutor juramentado*”. Nunca disseram isso para o senhor?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nunca cobraram do senhor?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Por que o senhor vem lá de Santa Catarina trabalhar aqui em Curitiba e tem uma atenção especial com São João do Triunfo? Por que São João do Triunfo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu não tenho atração por São João do Triunfo. Como eu já disse, Deputado...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor já esteve lá?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu estive lá na adoção.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na adoção. Por que São João do Triunfo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Porque as crianças que haviam sido destituídas do poder familiar e procurado família brasileira, sem encontrar, foram cadastradas na CEJA, assim como existem crianças de várias outras comarcas. Eu não fiz adoção somente em São João do Triunfo. Existem adoções em Cascavel, em várias outras cidades. São João do Triunfo era o caso específico dessas crianças.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só que a mídia nacional traz uma matéria em que divulga com clareza o que aconteceu lá em São João do Triunfo. Segundo a matéria, essas crianças foram retiradas — eu diria sequestradas — de uma mãe que saiu para trabalhar e quando voltou verificou que as suas crianças — exceto o mais



velho, que não estava em casa, e o outro, que fugiu na hora — foram sequestradas e levadas para adoção.

O senhor está dizendo que aquilo foi feito corretamente? Ou o senhor está dizendo que a matéria publicada pela mídia é fantasiosa? Quem está mentindo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - O que eu quero dizer é que eu não tenho conhecimento da destituição do poder familiar, não tive participação nisso. Tenho conhecimento dos problemas que havia na família, infelizmente, mas não participei da destituição do poder familiar. Como eu falei, eu só tenho acesso quando existe uma família interessada, quando a CEJA repassa essas crianças. São João do Triunfo foi cadastrado na CEJA, a CEJA repassa para mim e para todos os outros representantes de outros organismos. Aí a gente vai procurar, eu envio essas informações para os Estados Unidos, para a Limiar nos Estados Unidos, que, consequentemente, envia para as agências. Havendo uma família interessada na adoção daquelas crianças, aí então é que eu vou ter contato para conhecer melhor essas crianças. Eu não tive contato nenhum quando da destituição do poder familiar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor esteve lá também na residência dessas crianças?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não. Onde elas moravam, no abrigo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, lá na casa dos pais?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não. Eu não tenho contato e nem é permitido o contato com os pais que tiveram o poder familiar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor esteve lá em São João do Triunfo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Estive, no fórum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No fórum?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor esteve também na casa onde essas crianças estavam?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - No abrigo, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No abrigo?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Porque a família vai ao local onde as crianças moravam para conhecer e para fotografar — a família adotiva —, para ter como recordação para o futuro delas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essas informações foram colocadas no site?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele disse que teve o contato com as crianças na casa de abrigo que estavam lá e que levou os familiares que queriam adotá-las.

E quantas crianças havia naquele momento nessa casa de abrigo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não estou lembrado. Não estou lembrado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Havia muitas?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Havia outras. Não, não eram muitas, não. Não me lembro de ser um abrigo grande.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas o senhor já ia sabendo o que queria: é aquela, essa, esse aqui? Por que só os filhos de uma família, por que é que o senhor está interessado neles?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, senhor, não sou eu o interessado. Foram essas crianças que naquela época, naquela ocasião, foram destituídas do poder familiar e cadastradas na CEJA, disponibilizadas para adoção internacional.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tinham outras crianças para adotar.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Mas eu não posso ter acesso às outras crianças, somente às que estão na CEJA, cadastradas, que após a Limiar encontrar uma família nos Estados Unidos é quando eu vou conhecer as crianças aqui para poder passar mais informações.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor esteve quantas vezes lá em São João do Triunfo?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Que eu lembre, duas vezes. Não, três vezes: uma para conhecer as crianças, uma para iniciar o estágio de 30 dias e outra para a finalização.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em quais datas?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Em 2006.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Todas em 2006?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Todas em 2006.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E qual foi o espaço de tempo entre uma viagem e a outra?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A primeira visita, eu não me lembro de quantos meses levou até a família vir, até a família preparar toda a documentação nos Estados Unidos, cadastrar na CEJA e vir para o Brasil. Então, eu não me lembro de quantos meses passaram da primeira para a segunda. Mas da segunda para a terceira houve um prazo de 40 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor ia com os casais que já estavam interessados na adoção?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Depois de todos os trâmites feitos na CEJA, de toda a documentação feita na CEJA...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor tem todas essas datas da sua ida com esses casais?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Precisamente... Eu tinha, mas foram levadas as minhas informações na busca e apreensão. Eu tinha tudo lá registrado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, a busca e apreensão tem essas informações?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Tem, tem, tem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para concluir, eu perguntaria ao senhor Lino: o senhor disse que é solteiro, que não tem filhos. É?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É claro que o senhor, se fosse pai... O senhor disse que veio de uma família pobre. Eu também. Na minha família éramos 13. Era uma família pobre mesmo, mas nenhum filho foi entregue para adoção, embora houvesse até parentes querendo. Meus pais disseram: *“Não, nós vamos criá-los com a graça de Deus e daremos a eles a educação e a orientação necessária. Se passarmos fome, passaremos juntos. Mas não tiraremos nenhum, porque essa família é fundamental”*.

É claro que o senhor estava fazendo um trabalho profissional. O senhor disse que fazia caridade, mas era um trabalho profissional, porque o senhor era pago por



isso. E o senhor, durante um tempo, viveu do pagamento da Limiar Brasil e, depois, da Limiar Estados Unidos.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Depois que o senhor terminou isso aí e que apareceu essa denúncia, do que o senhor vive hoje?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Qual denúncia?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Depois desse caso agora.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Desse caso agora?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não tem mais isso aí. Continua fazendo processo de adoção?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, porque está tudo legalizado na CEJA. É isto o que tem que ficar claro: não existe nenhuma...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, o senhor continua fazendo trabalho de intermediação para adoção?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Até que a CEJA suspenda o meu trabalho, sim. Porque não existe, até então, qualquer...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas através de qual ONG?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Através da Limiar. Até que não exista qualquer irregularidade...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a Limiar Brasil diz que o senhor não é mais o intermediário.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso foi o que o Ulisses falou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Dr. Ulisses disse que o senhor não é mais intermediário. Então, se o senhor continua fazendo isso aqui, vamos pedir a acareação novamente para que... Ou seja, o senhor se proporia a estar frente a frente com o Dr. Ulisses para contestar essa situação?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, porque tudo o que eu falei é verdade, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, só estou perguntando porque para que isso aconteça é preciso que tenhamos sua autorização.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, na minha quebra de sigilo bancário, se olhar no meu extrato bancário lá de 2010, acho que 2009 também, consta o nome do Ulisses como depositante dos meus honorários.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É só para dizer, Lino, que, de fato, o seu depoimento é totalmente diferente do depoimento do Sr. Ulisses.

Então, nesse aspecto, quando nós procuramos saber da relação dele, ou seja, do relacionamento dele com você, ele foge para não falar sobre isso aí. E acusa você de estar... Se você está agindo dessa forma, continua fazendo a intermediação, se está recebendo dinheiro por essas ações, o dinheiro está ficando com você. Foi isso o que ele disse. Então, é importante essa acareação para que, de fato, possamos definir quem é que está, efetivamente, dizendo a verdade ou escamoteando a verdade.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sem problemas. Não tenho...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E vamos fazer essa acareação em Brasília, para que nós possamos ter a sua presença e a presença do Ulisses, e também vamos ouvir aquelas pessoas que você cita como pessoas de contato na CEJA e também nas intermediações, porque a informação é de que o senhor seria o único intermediário. E o senhor fala de outros intermediários em relação à adoção, também ligados à Limiar.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, a Limiar não é a única... Não, não ligados à Limiar, são outras entidades como a Limiar, que estão credenciadas, cadastradas na CEJA para intermediar as adoções. Acho importante, Deputado, que a CEJA seja convocada para falar, para explicar também.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Foi feita uma pergunta ao Sr. Ulisses, que respondeu: *“O Lino era uma das pessoas que fazia. Ele fazia no Paraná a intermediação.”* “Vendedor autônomo?”, perguntou um Parlamentar. *“Não, não, não, Deputado, de jeito nenhum. Ele fazia isso. Era um dos que fazia isso para a Limiar, representando a Limiar.”* “Como pessoa jurídica?” — foi perguntado. *“E representava, sim, a Limiar, como pessoa jurídica. A Limiar tinha credenciamento, naquela época, junto à autoridade do Paraná.”* E aí foi perguntado o seguinte: *“E ele fazia isso em nome da Limiar, essa intermediação de adoção?”* O Sr. Ulisses diz: *“Ele fazia isso em nome da Limiar até*



99.” “E depois?” Ele diz: “Depois a Limiar, como instituição, principalmente a Limiar Brasil, não tem credenciamento para fazer isso, e não mais fez.”

Você confirma isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É o depoimento que ele deu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou você continuava fazendo depois de 99, em nome da Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Em nome da Limiar, porque a Limiar, até hoje, continua cadastrada na CEJA, e o Ulisses, inclusive, pagou meu salário até 2010.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí diz: “O Sr. Lino continuou fazendo de forma autônoma, como já fazia antes, só que agora a Limiar não pode mais fazer isso. A Limiar não tem o credenciamento lá de fora, por conta de que os Estados Unidos não assinaram a Convenção de Haia até 2002.”

Então, veja como se explica essa situação. Por isso, nós iremos fazer o confronto dos dois depoimentos e iremos, é claro, em Brasília, fazer a acareação para saber se a verdade está de um lado ou de outro, ou se nenhum dos dois está dizendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto, só para informar que nós ainda temos uma lista de pessoas que deverão ser ouvidas aqui na nossa CPI.

Nós vamos passar agora para o último inscrito, antes de liberar o nosso convidado e convocado, Sr. Audelino.

Vou passar a palavra ao Deputado Francischini para fazer as suas considerações.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quero cumprimentar todos os presentes aqui nesta tarde.

Sr. Audelino, o senhor me conhece?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor assistiu ao depoimento do Sr. Ulisses pela TV Câmara, ou pedaços dele?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor ficou sabendo do depoimento?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Fiquei sabendo de partes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor soube que eu quis dar voz de prisão a ele por falso testemunho no depoimento?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Fiquei sabendo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então o senhor sabe que ele mentiu no depoimento dele?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu sei que eu estou falando a verdade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, se o senhor está falando a verdade, ele mentiu?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não sei quais foram as razões dele para ter falado isso. Porque, como eu já disse, eu confirmo que ele fazia o pagamento dos meus honorários até meados de 2010.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor já foi preso alguma vez?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi levado para uma delegacia, foi algemado?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu vou ler os nomes de algumas cidades, Sr. Audelino, e queria que o senhor dissesse se já esteve nessas cidades e se fez adoções. Eu vou ler a lista inteira e o senhor me confirma se fez adoções nessas cidades ou se ficou fora.

Curitiba, Papanduva, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Campo Largo, Iriti, União da Vitória, Mafra, em Santa Catarina, Piraí do Sul, Campo Mourão, Telêmaco Borba, Guaíra, Guarapuava, Rio Negro, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Iporã, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Faxinal, Ponta Grossa, São João do Triunfo, Ivaiporã, Xambrê, Palotina, Palmas, Catanduvas, Paranaguá, Florianópolis, Caçador, Chapecó, Campo Erê, Joinville, Aberlado Luz e Seara.

O senhor fez adoções em todas essas cidades?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Confirmo todas.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu tenho uma lista de 355 crianças, desde 1993 a 2013. É uma lista, acho, confeccionada pelo senhor mesmo, de uma planilha Excel.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor confirma essas adoções? O senhor intermediou todas elas?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor sabe me dizer quais tiveram doações e quais não tiveram?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, porque, como eu falei para o senhor, as doações são lá nos Estados Unidos, e não aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, o senhor não tem como dizer quantas tiveram e quantas não tiveram?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não tem noção de quantas foram?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aproximadamente, o senhor não tem como dizer?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, porque, como eu falei, da parte financeira, da arrecadação eu não tenho nenhuma informação aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu não queria chegar ao final e, novamente — quero fazer o meu juízo de valor, Sr. Presidente —, ter de encaminhar um pedido de prisão preventiva à Polícia Federal, que estará tocando esse inquérito, desta feita em relação ao Sr. Audelino.

Então, eu gostaria que o senhor fosse o mais sincero possível, se o senhor acredita que está falando a verdade e ele falando mentira.

O senhor recebe seu salário legalmente aqui no Brasil, Sr. Audelino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Acredito que legalmente, porque eu declaro tudo ao Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas a forma como o dinheiro chega para o senhor é lícita?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Lícita. Sempre, até 2010, através da Limiar São Paulo e, a partir daí, através...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Como chega esse dinheiro para o senhor?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - De 2010 para cá, antes de 2010, até meados de 2010, eu recebia direto em conta corrente. Era creditado na minha conta corrente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E agora?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Agora vem através de um programa chamado MoneyGram, que eu recebo no Banco Itaú.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vem na conta do senhor?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu recebo no Banco Itaú e daí eu vou e deposito na minha conta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o senhor recebe como?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É uma transferência dos Estados Unidos para mim, chamada MoneyGram.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Que vem com um código, não é isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E só quem tem o código retira.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Exato.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não tem como identificar quem envia, não é? Só quando o senhor deposita na sua conta. É isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não identifica quem envia, mas, com certeza, quem envia para mim é o Stuart Cameron, Presidente da Limiar nos Estados Unidos. Com certeza ele se identifica lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Chega em dólar ou em real, Sr. Lino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Ele envia em dólar e é convertido para real no dia em que eu recebo.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nós temos vários *e-mails* aqui do Sr. Stuart Cameron para você, informando essas referências...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... e pagamentos em dólar.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, todo mês. Às vezes atrasa. Tinha mês em que ele não repassava.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mil cento e vinte e cinco dólares em outubro de 2002.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dois mil quatrocentos e cinquenta dólares em fevereiro de 2013. Agora, há poucos dias, mais 900 dólares. E depois ainda fica devendo 3 mil dólares. É um *e-mail* só do Sr. Stuart, enviado no dia 1º de fevereiro para o senhor.

Foi um mês atípico esse em que veio maior quantidade?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Fevereiro...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Fevereiro de 2013. Mandou 2.450 dólares para você...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, porque eu tinha duas famílias aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sei. É um valor maior.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É. Como eu recebo por hora, Deputado, eu repasso o número de horas — o senhor deve ter tido acesso aos *e-mails* do Stuart —, eu repasso sempre o número de horas. E ele me repassa o dinheiro em cima do número de horas trabalhadas. Então, quando eu tenho mais famílias, acabo trabalhando mais.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esse mês, então, foi bem atípico. Porque, veja: 3 mil dólares mais 2.450, mais 900. Dá quase 7 mil dólares.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, mas acontecia, às vezes, Deputado Francischini, que no mês anterior eu não recebia. Então, vinha o acumulado de dois meses. E também aí, junto, estão as minhas despesas com gasolina...



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se eram lícitas, Sr. Lino, por que a orientação que eu vejo nos *e-mails* entre o senhor e a Luciana Matson de que deveriam ser só em pequenas quantidades, para não serem identificadas?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Teve algum problema de algumas dessas vir como doação e ficar travada no banco?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não me lembro de ela ter falado isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dia 30 de junho, na sua agenda pessoal de 2011, têm mais duas transferências de 1.500 e dois mil cento e poucos dólares. O senhor confirma...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Creio que sim...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...que recebeu no mês mais 3.500 dólares e não reais?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Qual mês?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Trinta de junho de 2011, onde o senhor faz uma conta de 119 horas trabalhadas. É isso, mais ou menos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Quando eu tinha mais famílias, e quando eu tinha mais famílias aqui, sempre me deu mais horas trabalhadas, com certeza.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - No dia 16 de agosto de 2011 o senhor tem duas transferências: uma de 1.450 dólares e uma de 1.900 dólares, o que dá novamente no mês desse ano quase 3.500 dólares.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Mas aí é que é reembolso também para as passagens, porque a reunião na Limiar, a reunião que eu comentei aqui, é justamente no final de julho, final de julho começo de agosto. Então, provavelmente, é reembolso de passagem aérea e mais outras despesas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu vou ler para o senhor um trecho aqui de um *e-mail* dessa Sra. Luciana, mandando para o senhor poucos dias antes desta audiência para ouvi-lo. É como se fosse uma orientação. Ela diz ao senhor que o senhor e ela — ela deve ser funcionária também da Limiar nos Estados Unidos — ...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...devem ficar repetindo para vocês mesmos, várias vezes. Como se fosse assim: nós temos que ficar martelando que é isso o que nós fazemos para a ONG Limiar.

Eu vou ler aqui e o senhor me confirma. Ela bota aqui um, dois, três itens que o senhor deveria ficar martelando e repetindo para você mesmo:

"1 - Limiar é um intermediador entre famílias e agências. Nós somente providenciamos suporte para as famílias no Brasil, como transporte, ajuda na questão da papelada legal e aprovação junto à CEJA; 2 - Pagamentos. Limiar recebe uma doação de 9 mil dólares que cobre esses serviços, mas sempre deixa bem claro que a adoção no Brasil é grátis. E a família assina esses documentos, e esse custo não é lucro. E falar sempre que o Stuart pode provar isso; 3 - Seu pagamento. A agência que está fazendo a adoção é que faz o pagamento à Limiar (não à família) — ela coloca entre parênteses para o senhor não esquecer —, e esse é para custo de tradutor, etc. Por favor — ela fala ao senhor — deixe o nome da AWAA fora disso o mais possível. Eu não quero que eles contatem a AWAA para isso".

Então, esse foi um e-mail que o senhor recebeu da Luciana?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Recebi. O medo dela e o medo meu é de que, com o nome da AWAA envolvido, de novo, novamente, nós tivéssemos problemas de credenciamento em Brasília. Como a gente vem tentando desde 2009 credenciar e já havia uma resistência, acredito que contra os Estados Unidos, não sei, então a preocupação dela era quanto a isso. E quanto aos outros itens...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi uma orientação isso que o senhor...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, nós estávamos, na verdade, discutindo. Eu coloquei para ela tudo o que estava acontecendo. E ela, na verdade, estava discutindo comigo, e a gente trocando várias coisas.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor mandou um e-mail, dia 5 de abril agora, para a Sra. Eliana (*ininteligível*), que é a representante que quer ajudar a regularizar a AWAA. É isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A Eliana foi funcionária da Limiar em São Paulo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu vou ler um trecho novamente e pedir o seu comentário, do senhor reclamando sobre o salário que o senhor tem recebido.

“O problema é que em 2012, por exemplo, foram quatro adoções, em 2011 foram só três. Daí, tem que se pagar o nosso salário do ano todo, pois eu continuo tendo trabalho, encaminhando crianças que estão em situação de adoção na CEJA, indo visitar abrigo.”

O seu salário era vinculado ao número de adoções pela quantidade de dinheiro arrecadado pelas doações lá na Limiar Estados Unidos ou não?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Justamente o que eu estava colocando ali é que, quando há poucas adoções, obviamente entra pouco dinheiro, e que eu e a Luciana, nós temos salários... nós temos outras atividades para fazer, como tradução dos relatórios de pós-adoção, como a CEJA continua passando as crianças que estão em situação de adoção, a gente continua passando para as agências e traduzindo esses relatórios. Então, existe muito trabalho. Mesmo não tendo os meses que não tem adoção aqui, existe muito trabalho. Então, a arrecadação de — vamos dizer assim: que a gente consiga arrecadar — somente três adoções, tem que dar para pagar o salário anual, ou tem que pagar os honorários meus e da Luciana para o ano todo. Era isso o que eu estava colocando com a Eliana.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vou ler, em novembro, uma comunicação sua com a Luciana. O senhor manda para ela título: *“Pagamento. Estou realmente com sérios problemas financeiros (risada), não tem como você assumir esses pagamentos, Lú?”* Daí, ela responde: *“Agora não, Lino. É um pouco complicada a maneira que Stuart manda para você. E, como não sou cidadã americana, não quero me arriscar”*.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - É que o Stuart é aposentado. Ele é um senhor de setenta e poucos anos e, às vezes, ele se esquece de mandar, ele atrasa. Como eu falei ali, às vezes...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas que risco teria nisso, de esquecer de mandar? Porque ela diz aqui que ela não é cidadã americana e que ela não quer se arriscar. É como se fosse uma remessa não declarada nos Estados Unidos?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não. De forma alguma, de forma alguma.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ela continua, ou melhor, você faz uma nova pergunta para ela: "O.k., Lu". Em inglês o senhor diz: "*Por favor, não deixe de falar o assunto com o Stuart, sobre o seu pagamento. Eu preciso de dinheiro urgentemente*". E daí vem a pergunta que eu quero lhe fazer. "*As famílias têm pago a vocês, certo?*" — você pergunta a ela. E ela responde: "*Sim, Lino*" — e diz que vai falar. Então, a Luciana é a encarregada de receber as doações na Limiar USA?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Os Estados Unidos que recebem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Os Estados Unidos. Mas a Luciana não é funcionária da Limiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Lá nos Estados Unidos. Mas ela trabalha da casa dela na Flórida. O Stuart é o Presidente da Limiar nos Estados Unidos. O Stuart é quem recebe o dinheiro. Eu não tenho contato direto com o Stuart para saber quais famílias contribuíram, quais famílias não contribuíram. Então, o nosso questionamento estava nesse...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor conhece a Sra. Patrícia Lamego Teixeira Soares?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Conheço.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é essa Patrícia?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não conheço pessoalmente. Ela trabalhava na ACAF.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O que é a ACAF, Sr. Lino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Autoridade Central Administrativa Federal.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ela que é a autoridade central no Brasil, então, da Convenção de Haia?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não. Ela trabalhava, mas foi exonerada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu tenho aqui vários e-mails do senhor para a Sra. Luciana e vou lê-los. O Sr. Alex Nunes é o representante da Itália?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso. Um dos representantes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Da ONG italiana que também é credenciada junto ao TJ para fazer adoções pela CEJA?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ele manda cópia ao senhor, e a todos os outros membros de algumas ONGs que fazem adoção internacional ele manda o decreto de exoneração da Sra. Patrícia Lamego, feita pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. E o senhor manda para a Luciana, nos Estados Unidos, este e-mail que diz: *“Olhe isso, Lu. Você precisa vir urgente ao Brasil. No máximo, chegar amanhã, pois teremos que comemorar com champanhe. Espero que quem assuma no lugar dela tenha mais respeito e não tente dificultar tanto os trabalhos”*. E ela responde ao senhor: *“Estou pegando o avião amanhã. Prepare o champanhe. Ela foi demitida ou transferida? Perfeita a hora, Lino. Temos agora que preparar os papéis da AWAA e novas pessoas. Luciana.”* E você responde em inglês para ela: *“É a hora perfeita mesmo. Exonerada, tirada do cargo, transferida”*.

Eu falei com a Sra. Patrícia, por telefone, há poucos instantes, aqui fora, e a Sra. Patrícia se colocou à disposição, Presidente, para ser ouvida pela CPI e disse que ela é o calcanhar de Aquiles da Limiar e da AWAA há muitos anos, porque ela impede o credenciamento de vocês desde 1999.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Ela falou isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, vocês não são credenciados junto à Autoridade Central? A Limiar não é cadastrada nem a AWAA?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, a Limiar nunca foi agência de adoção, como eu já coloquei. Então...



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas vocês tentaram se cadastrar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não como Limiar; como AWAA, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, é a mesma coisa?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Se vocês tentaram como AWAA... Você está dizendo: “Nós, *Limiar*, tentamos nos cadastrar como... Nós *Limiar* tentamos entrar com o nome AWAA”.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não, não. Não foi isso o que eu coloquei. A AWAA, que é a agência principal que a gente está trabalhando no momento, vem tentando, como é uma agência certificada por Haia e é uma agência muito séria, tem conseguido famílias maravilhosas para adotar aqui, grupo de irmãos principalmente, crianças com problemas e necessidades especiais, que é muito difícil a colocação... Nós temos tentado, desde que os Estados Unidos ratificaram a Convenção de Haia, Deputado, vimos tentando credenciar um organismo americano. A Limiar vem tentando assessorar uma agência para o credenciamento, porque a Limiar não é agência de adoção e nunca foi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E por que ela é cadastrada na CEJA? O senhor não avisou ao desembargador-corregedor que a Limiar é... Porque no site do Tribunal de Justiça daqui tem: “*Limiar, Estados Unidos*”.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Como entidade, mas não como agência de adoção. O Tribunal sabe disso. E sabe também da necessidade de credenciar um organismo, uma agência de adoção. Então, nós temos tentado porque, depois que a AWAA... se conseguirmos credenciar a AWAA, eu passaria a representar a AWAA, e não mais a Limiar. A Limiar não precisaria mais fazer a intermediação...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Lino, o senhor está mentindo. Eu falei para o senhor que o senhor tem que tentar trazer a verdade, para diminuir os efeitos, porque eu entendo o senhor como a pontinha do *iceberg* do que está lá nos Estados Unidos. O senhor era um mero funcionário. Eu vejo que chegavam pedaços das doações nas suas contas. Quando tinham adoções, quando tinha pressão, muitas vezes, o senhor sabe que parte desses valores doados se perderam no caminho, principalmente com o Ulisses. O senhor confirma que uma



das doações que tinha que chegar ao senhor, de mil dólares, para comprar livros para uma casa de abrigo de Curitiba não chegou? E o senhor sabia que foi no Ulisses que essa doação não chegou? Isso está nos seus *e-mails* aqui. Confirma ou não, senhor?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Repete a pergunta. Desculpe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Uma doação de mil dólares de uma família americana, que adotou crianças e quis doar uma biblioteca. E o senhor cobrou várias vezes que o Ulisses embolsou esses mil dólares e nunca mandou para o senhor comprar os livros. O senhor confirma? É verdade? Está nos seus *e-mails*.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu não lembro isso. Posso ter comentado que eu não recebi. Mas eu recebi uma vez uma doação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E o senhor comprou os livros? Qual foi a Casa Lar que o senhor mandou os livros?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Que ano foi isso? O senhor sabe?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Em 2010.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Em 2010, agora? Não. Não estou sabendo disso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu tenho aqui, Sr. Lino, alguns cruzamentos da sua agenda com doações a casas-lares e até a conselhos tutelares, doações proibidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, proibidas pela Convenção de Haia, proibidas pela Lei nº 12.010, que regulamenta atualmente os casos de adoção — a lei mais moderna que temos —, mostrando ligações de doações financeiras que vieram para essas instituições. E, logo em sequência, saíram adoções, meses depois. Eu vou ler alguns, e o senhor comenta comigo. Há um do dia 4 de janeiro — eu vou voltar a 2004 aqui, um domingo. O senhor põe na sua agenda: "*Mil reais, Iporã*". Há vários nomes aqui, talvez de autoridades, nessa página aqui. Mas eu busco a sua lista e vejo que, dia 4 de janeiro de 2004, o senhor escreve: "*Iporã, mil reais*". E a gente vê que no dia 12 de fevereiro de 2004, em Iporã, o senhor faz a adoção, fecha a adoção. Inclusive na outra página tem o sobrenome Meredith. É o casal de americanos que adota uma, duas, três, quatro,



cinco, seis crianças em Iporã. O senhor confirma? Para quem foram esses mil reais, Sr. Lino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Devem ter ido para abrigo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor tinha costume de doar para os abrigos e conselhos tutelares antes das adoções ou não?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esse foi um caso diferenciado?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não sei se foi antes. Eu nunca... Eu não estou lembrando essas doações, como que foram repassadas. Mas não... O que eu tenho certeza absoluta, Deputado, é que não tem nada a ver com compra de criança ou algo assim. Sinceramente, eu não lembro esses repasses, tá. E se houve esse repasse, foi um repasse legítimo da família que adotou e quis fazer uma contribuição para a criança que estava abrigada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Um mês antes... O senhor conhece a legislação, já falou para vários Deputados, conhece a Convenção de Haia. Organismo internacional pode fazer doação para organismo brasileiro ou para pessoa física no Brasil, Sr. Lino? Pode pela Convenção de Haia? O senhor disse que entende. Não pode né?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não falei que eu entendo a Convenção por inteiro. Mas eu não...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é Ângela lá em Iporã, Sr. Lino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu não lembro mais.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tem os telefones dela aqui. E o Dr. Guilherme?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Deve ter sido o juiz que...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor tinha contato com algum deles lá, antes da adoção?



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Antes da adoção, para conhecer as crianças antes da vinda da família, como eu já coloquei aqui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dia 10 de dezembro do mesmo ano, acho que de 2004, o senhor tem aqui: *“Doação de 250 dólares. Campo Mourão. Will Rutinson”*. Na página há uma anotação: *“Banco Itaú, Agência 0318, 37425-3”*. Bateu em uma Casa Lar lá de Campo Mourão.

Então, no dia 10 de dezembro... Eu venho aqui para as anotações. E no dia 26/12/95, quer dizer, no final do ano subsequente, quase 1 ano depois — deixe-me achar os Rutinsons aqui —, o Sr. William Wesley Rutinson adota um jovem, um menino, lá em Campo Mourão. Foi a mesma coisa? O senhor fez doações...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Algumas famílias, quando adotavam, como eu já repeti, algumas famílias — não todas, algumas famílias —, quando adotavam, gostavam de fazer uma doação para o abrigo que acolheu a criança durante tanto tempo. Mas nunca com o intuito de comprar alguma criança.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputado Francischini, só quero ler o art. 52-A do Estatuto da Criança e do Adolescente: *“É vedado, sob pena de responsabilidade e descredenciamento, o repasse de recursos provenientes de organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de adoção internacional a organismos nacionais ou a pessoas físicas”*. Está claro aqui.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu falo com toda a minha consciência tranquila que eu não estou mentindo. Se foram feitos esses repasses, eram de famílias que queriam contribuir com o abrigo que acolheu as crianças que eles adotaram e que, agora, passaram a ser seus filhos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor não sabia que eram ilegais esses repasses?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não sabia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Existiam pareceres das casas-lares e do conselho tutelar nos processos de adoção?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Encaminhados para a CEJA, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, eu coloco sob suspeição direta, Presidente, muitas dessas adoções em que vieram doações.



Vou trazer mais uma: dia 19 de outubro, ainda de 2004, Banco Itaú, 341, agência e conta. Mais uma Casa Lar, agora de Ponta Grossa, no dia 19 de outubro de 2004. No dia 24 de novembro de 2004: três crianças; uma menina e dois meninos adotados por um casal de americanos em Ponta Grossa. No ano de 2005, mais três crianças. No mesmo ano de 2005, mais três crianças. Mostrando-se repetido o mesmo modo de operação.

E vou ler para o senhor um trecho da sua agenda, em 27 de abril de 2004, para ver se o senhor reconhece esse trecho. Queria que todos vocês prestassem atenção na descrição que vou fazer de um grupo de crianças que o Sr. Lino, com seu próprio punho, com sua letra, sua caligrafia, faz: *"Vínculo forte com todos da casa e com eles. Nenhum problema na escola. Não são agressivos. Aceitam muito bem limites. Aceitam um 'não' sem emburrar. Todos saudáveis. Não tomam medicamentos"*. E daí, por final, uma linha, cita um nome e diz: *"Antes de entrar foi internado por desnutrição"*. O senhor sabe de quem é essa descrição aqui ou não?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não lembro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essa descrição é das sete crianças de São João do Triunfo, que o senhor fez para mandar. Quando elas entraram na Casa Lar, estavam com um ano. O senhor acha que essa descrição que o senhor mesmo fez, de punho — o nome delas está aqui, são cinco meninos e duas meninas, com a idade —, com referência a São João do Triunfo, é uma descrição para destituição do poder familiar?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Hum... Quanto à destituição do poder familiar eu não posso comentar. Mas as crianças, as crianças...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor se mostrou tão ético, tão pró-direitos humanos. E o senhor acha que o senhor olhando uma família como essa, o senhor não se sentiu constrangido, não se sentiu muitas vezes um monstro por destruir uma família, quando o senhor mesmo descreve essa família como saudável, o vínculo forte com todos da casa e entre eles, nenhum problema na escola, não são agressivos...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, é a descrição. Deputado Francischini, sempre quando a CEJA repassava os casos para mim e para os outros representantes, e nós íamos até a comarca — eu já falei e repito. Depois que tinha a



família interessada naquele grupo específico, que eu ia conhecer as crianças e obter mais informações, eu sempre perguntava para a mãe social como eram as crianças na escola, se elas tinham dificuldade na escola. Enfim, qualquer informação das crianças que eu pudesse estar repassando para as famílias interessadas na adoção, porque é de interesse da família que quer adotar as crianças saber do comportamento, se têm agressividade, se a criança tem alguma dificuldade de aprendizado e tudo mais. Agora, a destituição do poder familiar, como eu falei, eu não participo. As crianças são encaminhadas para a CEJA, depois...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Minha pergunta, Sr. Lino, é ética. O senhor, que é uma pessoa acima de qualquer suspeita, como muitos diziam antes, até integrantes da CEJA com quem eu tive contato para saber quem era o senhor, não se sentiu constrangido eticamente, como ser humano, quando fez uma descrição de uma família normal — o único ponto negativo dizia: *"Desnutrição do mais novo"* —, de não ir e até falar: *"Eu não vou levar essa família; não vou levar esses sete para os Estados Unidos, porque no meu próprio parecer de intermediador da adoção não estou vendo a motivação da destituição"*. Eticamente o senhor não se sentiu constrangido, como pessoa humana, nada?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Mas eu não poderia ir contra a decisão de um juiz, de um Ministério Público que, depois de 3 anos...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ou avisar a promotora e ao juiz que, às vezes, estão confiando nos laudos que lhes chegam à mão, na letra fria do papel...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, porque daí eu estaria indo contra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor avisar: *"Olha, tem alguma coisa estranha"*. Por que o senhor fez uma descrição dessa?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - De todas as crianças que estão nessa situação e que a família quer saber mais informações, eu vou lá e pego informações das crianças.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu coletei, em quase dez agendas do senhor, 300 descrições de todas essas crianças que estão aqui. Das 355,...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, eu anotava nas agendas.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...eu tive várias madrugadas nos últimos dias olhando uma por uma. Em várias têm abuso sexual, pai alcóolatra, várias coisas muito... Mas nessa não tem nada. Isso foi o que me deixou espantado. Por que nessa o senhor não fez nenhuma referência negativa como nas outras? Não tinha?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Foi o que o abrigo passou para mim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, não foi o senhor quem fez. Foi o abrigo que lhe passou?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu vou até o abrigo e converso com a pessoa que conhece as crianças, para ela estar passando informações para mim e para eu repassar para a família interessada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dia 31 de dezembro, uma sexta-feira, o senhor anota com a mesma caneta, mesma cor, com sua letra, um número de telefone e uma agência do Banco do Brasil, 2635-2, Conta Corrente nº 63991. De onde é essa agência do Banco do Brasil? O senhor lembra?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não lembro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Do lado tem: "Adam, sete sisters. São João do Triunfo".

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essa conta bate na casa de abrigo Associação Triunfense de Abrigo e Proteção à Criança. O senhor fez doações já no ano de 2004 ao abrigo, quando o senhor conheceu essas crianças?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não estou lembrado. Acredito que não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nenhuma?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Se eu fiz, como eu falei para o senhor, eu não lembro todas essas contribuições que as famílias gostavam de fazer para o abrigo. Mas, não sei se foi o caso de São João do Triunfo, nunca foi com a conotação de estar comprando — pelo amor de Deus! — alguma criança; sempre foi com o intuito da família de querer doar e ajudar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essa aqui é uma relação de despesas que o senhor mesmo fez, né?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Apreendida na sua casa. De 1.12.2004 a 31.12. Nós tivemos a paciência de cruzar todos com todas as informações da sua agenda. E no dia 21.12.2004, próxima data da sua agenda, tem um trecho assim: *“Despesa com doação em dinheiro para o lar Triunfo das Crianças, em São João”*. O senhor confirma?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Agora que eu estou lendo, confirmo. Mas, repito, nunca com o intuito de comprar criança alguma, porque a criança já está destituída do poder familiar, a adoção vai acontecer, a família está...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem passou esse número ao senhor de agência e conta bancária?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Provavelmente no abrigo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi no abrigo? Este número de telefone o senhor conhece, 447-1474, que está junto com agência e conta?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não lembro...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não conhece?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, não conheço. Não lembro, na verdade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Em 2005, Sr. Lino, há várias instituições aqui de Curitiba, casas-lares, todas com o mesmo cruzamento. Eu não vou voltar ao mesmo modo de operação de doações, doações em dólares e em reais, para vários lares que fazem um trabalho sério em Curitiba, porque eu, Deputado Luiz Couto, sou ator até de emendas parlamentares para todos esses lares que estão aqui e não vou ter o desprazer de ler o nome de nenhum deles, porque eu sei o trabalho sério que esses lares fazem e como eles fazem para se segurar. Mas o senhor, antes de cada adoção aqui em Curitiba, também fazia a mesma coisa, ajudava. Depois eu vou trazer um por um. O senhor está balançando a cabeça. Se quiser, eu posso depois ler um por um os lares de Curitiba, casas-lares. Mas tem mais um aqui em 2005. O senhor bota: *“Ligar São João do Triunfo”*. Quem é Joice no lar, sem ser a nossa jornalista que ali está. No lar tinha alguma Joice?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não lembro, devia ser alguém que trabalhava no lar.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - 34471213? No dia 20 de 2005, é uma terça-feira de dezembro, do ano seguinte, tem assim a anotação: “200 dólares, São João do Triunfo; 450 reais, cartões de Natal para o set da família”. Lá embaixo, a mesma conta, Banco do Brasil, que já bateu na Casa Lar, com mais uma doação de 450 reais. Do lado: “Adam, 65/05”. Deve ser o número do processo, 65/05?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Pode ser. Deputado, o senhor falando ali eu também lembrei: às vezes, acontecia de as famílias mandarem presentes para as crianças.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É, no dia 20/12/2005, também no seu relatório de despesa está: “Despesa com doação em dinheiro, Lar Criança São João do Triunfo”. Então, no ano seguinte também o ano anterior à adoção.

No dia 13 de dezembro de 2005: “Lar em Ivaiporã, 14 crianças disponíveis. Banco Itaú, agência, conta corrente, Maria José Pereira”. Quem é Sr. Lino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Devia ser alguém que trabalhava no abrigo.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - No dia 1º/8/2006, quer dizer, 8 meses depois, uma, duas, três, quatro, cinco crianças adotadas de Ivaiporã para um casal americano.

Aqui eu volto para aquele caso que eu lhe falei: dia 17 de novembro de 2010. Vou pular 2010, que, no meio desse caso, são milhares de casos com o mesmo modo de atuação. Os Dotsons. Você se lembra dos Dotsons?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - De nome, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor cita... Eu vou ler um e-mail para o senhor do Lino para o Stuart, o assunto é cifras de dinheiro, o assunto do e-mail que o senhor manda. O senhor manda assim para ele: “Quando o Dotson pagar, se você enviar o dinheiro para o Ulisses e ele não pagar todo o dinheiro que tenho para receber, e eu estou falando em mais de 8 mil reais, sem contar julho, ainda, que ainda está em execução, duvido que a Limiar vai ter outra chance para me pagar em breve. Mas essa é a realidade. Já perdemos a M, que era a funcionária que fazia a mesma coisa que você no Rio de Janeiro, por irresponsabilidade do Ulisses”. Resposta do Stuart: “Lino, concordo em usar todos



ou a maioria da doação dos Dotsons para pagar seu salário em falta e as despesas. Perguntei à Luciana quando eles vão pagar a AWAA, e ela está esperando para ouvir da AWAA. Você aconselhou: Pretendo enviar um cheque em seu nome através do correio expresso”.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eram dificuldades que a gente estava tendo, financeira, e que eu estava com meus honorários atrasados, e não tenho como trabalhar sem receber honorário, porque eu tenho contas para pagar e acho que não há problema nenhum de estar cobrando o Stuart para que me pagasse, lembrando ele, cobrando dele.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Como é que o senhor soube que teve a doação dos Dotsons?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Porque a família estava para vir adotar e provavelmente (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor supôs, então, que teve a doação. Foi isso?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - É, provavelmente sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eles não te contaram?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Porque depois de dois mil e... Depois da ratificação das famílias — são as agências que repassam esse valor para cobrir gastos e honorários para a Limiar —, eu acredito que eles devem ter passado com mais regularidade esse valor, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vou pular para 2012. Tem um nome aqui, no dia 26 de janeiro de 2012, Weiss, 468 dólares, e o nome de uma casa aqui de Curitiba, uma Casa Lar aqui de Curitiba. E a gente vem à sua relação de adoções e acha o Sr. Jeffrey Weiss e Heather Weiss adotando uma menina, em fevereiro de 2013, agora há poucos dias.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Isso eu lembro bem, que é recente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Que adoção foi essa?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, essa família...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não precisa dizer a Casa Lar nem o nome da criança, que é o que estamos procurando preservar.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Essa família, Deputado, eles tinham adotado, oito anos atrás, três irmãos dessa pequeninha que foi adotada. Então, a família já, oito anos atrás, havia adotado essas três crianças e estava fazendo a preparação para vir adotar a irmãzinha, porque o juiz de Curitiba entendeu que deveria manter os irmãos juntos. Era uma vontade dos irmãos adotivos, dos irmãos biológicos dela lá nos Estados Unidos; queriam muito a irmãzinha. E a família acho que — com certeza; acho, não, com certeza absoluta — enviou esse dinheiro para, eu não lembro agora o quê, mas para comprar alguma coisa para a menina.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor não se lembra?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não lembro o que necessariamente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quatrocentos e sessenta e oito dólares, quase mil reais... Foi há menos de um ano e pouco atrás. O senhor não lembra?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Mas, com certeza, não para pagar a criança...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, com certeza, não. Só estou querendo mostrar o modo de operação, Deputado Luiz Couto, de realmente ver as coitadas das casas-lar, que passam um sufoco tremendo, desesperadas, vendendo rifa, a gente ajudando como pode, e muitas vezes instituições internacionais se aproveitam disso e começam a cevar, como a gente diz em pescaria. Isso é um procedimento que já estava proibido na legislação.

Sr. Lino, o que é Operação XMAS?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - XMAX?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Um "X", "MAS" depois. O que é essa operação?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - MAS? Não lembro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vários e-mails que o senhor tem com a Sra. Luciana, com a Sra. Helena...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - *Christmas, Christmas.* "XMAS" é a abreviação em inglês para *Christmas*.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então me explique o que é isso.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Provavelmente, tenha sido repasse de dinheiro para Natal...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor abriu...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - ... para as crianças.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor abriu conta bancária em nome de duas crianças...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... de 9 e 10 anos de idade aqui em Curitiba...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... para receberem essas doações? Duas crianças abrigadas em uma casa que estavam judicialmente afastadas da família? Como é que o senhor abriu... O juiz autorizou o senhor a abrir essas contas bancárias?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, abertura de conta judicial.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quanto foi depositado nessas contas e quem fez a doação?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não estou lembrado agora, não lembro como que foi. Não lembro por que foi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor tentou, de outra forma, trazer o dinheiro ao Brasil e não conseguiu trazê-lo? Parece que a doação ficou parada no HSBC, pela forma da doação.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Ah, sim. Eu me lembro desse caso. É...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O que me espanta é a facilidade que a gente... Talvez muitos estão aqui estarrecidos de movimentação de valores, de dólares, de doações, mesmo que em pequenas quantidades, mas que...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, é importante...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Como uma ONG americana circula desse jeito? Porque o depoimento do Sr. Audelino é claro, de mostrar que é uma coisa só.

Eu queria continuar aqui...



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Mas, Deputado, esses valores repassados para os abrigos sempre tiveram o intuito de doação da família para o abrigo que abrigou as crianças, como um presente, como uma ajuda de custo, ou presente de Natal. Porque, assim, Deputado Francischini, as famílias, quando elas identificavam um grupo de irmãos para adotar, demorava... Às vezes demorava muito o processo, porque elas ainda tinham que fazer toda a documentação lá nos Estados Unidos e levava muitos meses. Agora, o senhor falando assim eu consigo entender melhor para poder estar explicando e dando esta versão, que é a pura verdade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Existiam mais crianças que recebiam essa operação *Christmas*...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Estou falando lá atrás, que o senhor falou de todas essas remessas para...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - São várias, várias, várias.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - ... para os abrigos. Então, sempre, Deputado Francischini, foi... Eram famílias que identificavam um grupo de irmãos para adotar e demorava, às vezes, um ano, às vezes demorava até dois anos, para eles adotarem, e eles mandavam dinheiro para estar comprando, para mandar comprar alguma coisa para as crianças, roupa, alguma coisa para as crianças que eles iam estar adotando. Isso aí eu tenho total, plena convicção de que era isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Audelino, nós vamos voltar ao túnel do tempo, 15 anos atrás, mexer em mais uma ferida aberta, talvez muito parecida com São João do Triunfo, uma adoção feita pelo casal Schur, lá em Curiúva, no ano de 1997. O senhor se recorda dessa adoção? Foi uma das primeiras que o senhor fez.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Recordo, recordo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Depois de tanto tempo, com a busca realizada, a gente acha aqui várias doações em dinheiro para a Casa Lar e para os menores também. Por exemplo, aqui, no dia 20/01/97, doação em dinheiro ao menor Wesley Lima, que foi um adotado.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Despesa, doação em dinheiro, em nome de Larry Honda Schur: mil reais, em 98.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, eu lembro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Despesa, com doação em dinheiro para os infantes Pamela Schur e Wesley Schur: 2 mil reais. Isso, há tempo, lá atrás, em noventa em poucos, isso era dinheiro. Isso não é hoje, os 2 mil reais de hoje.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, Deputado, agora...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Estou falando de 15 anos atrás.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Agora, com toda a clareza, eu posso falar para o senhor que eu recordo que eram adoções que demoravam muito o processo para a família fazer, essa documentação toda nos Estados Unidos. Então, por essa demora, a família já tinha identificado as crianças, já tinham foto. Então, elas estavam já, de certa forma, conectadas com as crianças. Elas já tinham fotos espalhadas pela casa, que elas iam adotar. Então, elas ficavam mandando dinheiro para comprar alguma coisa para as crianças. Com certeza absoluta, todos esses casos foi isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor se lembra desse caso? Você se lembra desse caso, em que as crianças...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu lembro...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI -... já estavam há 90 dias com o tio-avô, com guarda provisória, e que foi tirada a guarda do tio-avô? Esse caso foi até o Supremo Tribunal Federal, em recurso.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Sim, eu lembro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu vou ler o nome do Promotor de Justiça que recorreu até o Supremo Tribunal Federal para que esse caso não ocorresse. Chama-se Gilberto Giacoia, por acaso, Procurador-Geral do Estado. E a Promotora, Procuradora-Geral da Justiça, Dra. Valéria Teixeira de Meiroz Grilo... É isso, Meiroz Grilo? Meiroz? Meiroz Grilo.

Eu vou ler alguns trechos aqui do recurso deles: “*Mesmo pendentes os feitos de adoção formulados pelo tio-avô e o tio das crianças, o MP, em data, através da Promotoria, comunicou o Presidente da CEJA que, na Comarca de Curiúva, existiam vários casais interessados em adotar as duas crianças conjuntamente.*”



Mais um trecho, um trecho em que o Ministério Público se insurge aqui, entre aspas, um trecho da decisão do juiz: *“Em favor do interesse maior, que é dos maiores, dispenso o prazo recursal, surtindo efeito a presente imediatamente. Foram embora as crianças.”* Mais um trecho do MP: *“Desconsiderados os pedidos de adoção formulados por nacionais, priorizou-se induvidosamente o casal estrangeiro e, não com a devida vênia, os interesses das crianças, que mais uma vez sequer foram ouvidos.”* Mais um trecho: *“E nem se diga a saída rápida do País que era do interesse das crianças, que, aos 6 e 7 anos, com 30 dias de convivência com um casal americano, saíram do Paraná para Ohio sem ter mínima noção da língua inglesa, de local que fazia relativo calor para outro com frio intenso.”*

E vai indo assim até o Supremo. E, agora, por perda de objeto, os meninos já estão há mais de 17 anos morando nos Estados Unidos, não tem mais o que se fazer. Mas tem uma ferida aberta de uma mãe, de um tio-avô, de um avô, de pessoas no Brasil que queriam adotar essas crianças.

Vou fechar com a última pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu não interrompi o senhor, mas, na primeira audiência, eu fiz um requerimento a V.Exa. e à nossa Comissão pedindo a quebra de sigilo fiscal, bancária e telefônica do Sr. Audelino, e a CPI quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico. Eu tenho as informações iniciais da quebra de sigilo fiscal do Sr. Audelino, conforme decisão da CPI, publicada por unanimidade, Presidente.

Eu quero fazer só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... sobre a evolução patrimonial do Sr. Audelino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Adelino, em 2008, o senhor tinha um patrimônio de 160 mil reais declarados em Imposto de Renda. Em 2012, a evolução patrimonial do senhor pulou para 460 mil reais. O senhor é economista, contador? Como é que o senhor fez a multiplicação em 300% do patrimônio; passou a ser proprietário de um apartamento, como o senhor disse, em



Camboriú, que o senhor declara aqui por 36 mil reais — a gente sabe que esse apartamento em Camboriú, ali na... Não vou dizer o endereço em preservação à sua intimidade, mas vale muito mais do que 36 mil reais um apartamento em Camboriú. Aplicação de 50 mil reais no Bradesco Previdência; caderneta de poupança, 36 mil reais; fundo de investimento dinâmico de 18 mil reais; um automóvel; Bradesco Fundo de Investimento, 15 mil reais; um apartamento onde o senhor mora, que teve a busca, o senhor declara 60 mil reais — por mais que esteja financiado, acho que ele vale um pouquinho mais, ali na Padre Anchieta; Bradesco Fundo de Investimento, mais 28 mil reais; Banco Bradesco agência, 190 mil reais aplicados; e aquisição da metade — acho que foi o seu companheiro que adquiriu a outra metade. Não? Só adquiriu a metade — de um apartamento no Condomínio Botânica, que o senhor declara por 244 mil reais; totalizando 463, que é o preço que o senhor declara, talvez, o preço de escritura, que a gente sabe que vale muito mais.

Como é que o senhor, ganhando 3.500 reais por mês, construiu um patrimônio desses em 5 anos, Sr. Audelino?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Bom, conforme falei, tudo, desde o início, desde março de 93 que eu venho declarando imposto de renda, então, acho que tudo pode ser explicado no Imposto de Renda, começando pelo apartamento em Balneário Camboriú. Eu, na época de 1999... Isso, em 1999, foi o... Bom, o primeiro bem que eu adquiri, Deputado Francischini, eu gostaria de detalhar bastante essa questão para o senhor entender, que eu não sou um bom economista, mas eu sou um bom poupadão. Esse apartamento que eu moro eu não comprei sozinho; eu comprei junto com um amigo meu. Nós pagamos 11.700 reais. Isso tudo está em contrato de compra e venda e tudo o mais. Eu comprei junto, morei junto com esse amigo meu, que ele era da minha cidade, lá, que eu morei. Antes de eu vir para cá para Curitiba, eu morava em Itajaí. Então, compramos juntos esse apartamento, moramos juntos até 2002, pagávamos as prestações baixíssimas de 120, 130, 140 reais. Ele, em 2002, saiu do apartamento, eu comprei a metade dele, que não tinha valorizado muito até então. Aí, depois desse apartamento, eu continuei pagando as prestações, que eram de 140 reais, e era aquele contrato que tinha um, como é que eu vou dizer, ele tinha um FCVS, um seguro FCVS, que, depois de pagas as 240 parcelas, ele quitava o saldo devedor. Então, eu fiquei pagando essas parcelas



baixinhas até a quitação, até eu pagar todas as parcelas, e transferi para o meu nome. Claro que hoje ele vale mais, mas foi o que eu paguei por ele, foi o que eu imagino que paguei por ele, 60 mil reais.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esse apartamento do Jardim Botânico, Sr. Audelino, quanto vale esse apartamento?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, posso, posso chegar lá depois?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Pode, sim.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, aí, o apartamento de Balneário Camboriú eu comprei como investimento, em 1999; eu paguei 28 mil reais, 28 mil reais, está no contrato de compra e venda. Os imóveis, naquela época, valiam esse valor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor vende por esse preço esses imóveis ou não?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, porque valorizou, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quanto valorizou?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Valorizou bastante, graças a Deus. Agora, eu paguei 28 mil reais, fiz uma reforma, por isso é que ele está na minha declaração por 36 a 38 mil reais. Aí, em 2006... Ah, sim, eu gostaria de lembrar que eu ganhava, como eu já coloquei aí, hoje eu ganho menos do que eu ganhava antes; antes eu ganhava o equivalente hoje a 5 mil reais. Então, eu consegui... Eu sempre... Eu nunca morei sozinho, foram poucos anos que eu morei sozinho; eu sempre dividi apartamento. O meu apartamento tem 40 metros quadrados, que eu moro por 19 anos. Então, nesses anos todos, nesses 19 anos que eu morei nesse apartamento de 40 metros quadrados, e dividindo com outras pessoas, como eu divido hoje com um colega meu também, então, assim, as despesas ficavam muito baixas. Eu sou uma pessoa muito modesta, eu nunca comprei um carro zero quilômetro na minha vida, eu nunca comprei roupa de marca. Quando... Eu tenho roupa de marca, mas eu trago dos Estados Unidos, que eu pago muito pouco dinheiro nessas roupas. Nunca fui de comprar roupa cara aqui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas, Sr. Audelino, a conta não fecha. Em 5 anos, Presidente...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não, já vou chegar lá.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nem em 10 anos, economizando todo o salário, o seu patrimônio sobe de 160 para 460.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Deputado, o senhor tem que ver a cada ano, a cada declaração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor conclua, só para a gente...

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Certo. O valor, o valor maior, o *boom*, ali, do valor maior da minha declaração foi um apartamento que eu adquiri por 53 mil reais, que está em contrato, está em contrato que eu adquiri por 53 mil reais, que eu falei anteriormente, e foi vendido por 190 mil. Esses 190 mil entraram na minha conta, ficaram um tempo lá. Aí, eu comprei, com esses 190 mil, eu juntei mais o que eu tinha um pouco aplicado e investi nesse apartamento do Botânica, que são 50% — porque 50% são do meu amigo que atualmente mora comigo e é um grande amigo meu. A gente comprou junto. Até porque ele, na época, comprou esse apartamento para investimento, e é uma obra que atrasou, e ele me convidou, porque ele não conseguiu vender esse apartamento, ele ia perder muito dinheiro, e ele me convidou para comprar junto com ele, porque tem duas suítes, e a gente poderia até morar junto ou até vender depois que ficasse pronta a obra. Eu depositei o valor do saldo devedor, esse saldo vai ser revisto ainda, eu depositei em juízo, porque a gente abriu um processo para que seja revisto esse saldo devedor da construtora, que a gente acha que não é 244 mil e que esse saldo devedor tem que ser menos. Então, tem um processo judicial disso. E, então, eu fiz um depósito judicial para poder entrar com esse processo de revisão de saldo, para poder até pegar um pouco de volta, porque 244 mil não é o saldo que a gente deve. Com certeza, o juiz vai determinar menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, assim, esse salto, Deputados, esse salto na minha declaração foi de um apartamento que eu comprei por 53 e vendi por 190. Então, isso aí está evidente lá na declaração do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá certo. De qualquer forma, vamos continuar, porque essa conta é difícil de fechar, hoje aqui pelo menos.



Mas eu queria, só rapidamente, uma última dúvida que eu queria que o senhor pudesse me responder. O senhor jamais recebeu pagamento por processo de adoção concluído?

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Jamais. O senhor insiste nisso.

Queria agradecer ao Deputado Francischini pelas considerações e queria lhe facultar a palavra, se o senhor tem mais alguma coisa que gostaria de esclarecer e de declarar a esta CPI, Sr. Audelino.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Então, eu gostaria de esclarecer o vídeo que foi gravado, que foi a polêmica toda dos 9 mil dólares. Esse vídeo foi gravado, ele não foi publicado na íntegra. Eu gostaria que os senhores ouvissem esse vídeo, essa gravação, na íntegra, para poder entender um pouco o que eu quis dizer para a jornalista. Eu comecei conversando com ela que nós, sim, tivemos problemas em 99, mas que, em 99, já foi tudo prestado conta. A Nancy Cameron, na época, veio ao Brasil, trouxe a contabilidade de quanto foi arrecadado nos últimos meses, onde foi investido dinheiro, ficou tudo comprovado que a Limiar não tinha lucro, e, daí, nós voltamos. Tanto que o Tribunal voltou a trabalhar com a gente, com a Limiar. E daí, assim... Quando, no vídeo, Deputado Francischini, no vídeo, eu comecei falando para ela que nós tivemos esse problema em 99, que tinha tudo sido resolvido, que tinha tudo sido esclarecido e que eu falava sempre "a gente, a gente, a gente", colocando-me como Limiar, mas não eu, "Lino". Eu estava me colocando como "a gente" e não como "Lino", como eu. A gente, Limiar, a gente pede uma doação de 9 mil dólares, uma contribuição de 9 mil dólares para... Eu tentei explicar para a jornalista que era para cobrir custos, que era para cobrir honorários meus, honorários da Luciana nos Estados Unidos; falei que nós tínhamos um abrigo em São Paulo, que o dinheiro era repassado para o abrigo em São Paulo, que nós não tínhamos fins lucrativos. Eu coloquei tudo isso para ela, e ela publicou os 9 mil dólares. Então, acabou dando um entendimento, uma conotação diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só para lhe esclarecer... Nós temos o vídeo, já o vimos na íntegra, inclusive, e depois, qualquer dúvida...



Eu volto a perguntar ao senhor se o senhor ainda tem mais alguma coisa que queira esclarecer, que seja facultado ao seu juízo nesta CPI.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Se não tiver, queria lhe agradecer pelas suas considerações; agradecer ao seu Defensor, o Dr. Jarbas, não é isso?, Dr. Jarbas, que acompanha o seu depoimento, e dizer que o senhor está dispensado, agradecendo, mais uma vez, pelas suas considerações.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu me coloco à disposição, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Tudo o que eu falei aqui, eu novamente faço o juramento, é a mais pura verdade. Eu nunca fiz esse trabalho por dinheiro, eu nunca fiz por enriquecimento, eu faço por amor. É a mais pura verdade. Eu poderia, como já mencionei antes, eu poderia estar fazendo outro trabalho, eu poderia estar ganhando, talvez, até mais do que eu ganho, mas eu faço esse trabalho porque eu faço com amor. E eu tenho pessoas que me conhecem há muitos anos e que sabem disso. Então, assim, a minha consciência está tranquila. Qualquer dúvida que tiver, eu me coloco à disposição para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu agradeço.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - A minha ida a Brasília, para conversar junto com o Ulisses, eu me coloco à disposição. Tudo o que eu falei é a mais pura verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Esses repasses que o senhor leu, Deputado Francischini, na hora, eu fiquei nervoso, não lembrava do que poderiam ser. Depois, clareou quando ele falou a palavra “*Christmas*”, quando o senhor falou a palavra “*XMAS*”, eu lembrei de Natal e lembrei que famílias, que tinham identificado um grupo de crianças para adotar, que estavam preparando a documentação — a CEJA pode confirmar isso — e demorava, às vezes, um ano, dois anos, para concluir a documentação toda nos Estados Unidos, e cadastrar na CEJA. Enquanto isso, a família ficava mandando presentes para comprar para as crianças. Então, eu tenho certeza de que esse dinheiro era para essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.



O SR. AUDELINO DE SOUZA - Tá o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. O senhor vai ter oportunidade de fazer ainda os esclarecimentos que, porventura, a sua memória tenha... O senhor pode... Depois, o senhor vai ter oportunidade. A CPI com certeza vai ouvi-lo ainda em outro momento, e qualquer lembrança que o senhor tenha de algum episódio que o senhor considera importante é do nosso dever ouvi-lo.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, lhe agradeço a colaboração.

O SR. AUDELINO DE SOUZA - Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria... Está dispensado. O senhor está dispensado, Sr. Audelino.

Queria convidar a Dra. Tarcila Teixeira, Promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná, que atua na Comarca de São Mateus, para fazer...

A senhora não está aqui como... A senhora está aqui como colaboradora; a senhora não está aqui como... Pode prestar... Antes, porém, gostaria de passar...

Se a senhora quiser ficar sentada ali e ouvir aqui da tribuna, a senhora...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Manusear, pois não.

Queria agradecer, passar aqui a Presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente, Deputado Luiz Couto. Vou ter que me retirar porque me avisaram que, pelo horário — eu imaginava que pudesse ficar mais um pouco —, mas já me avisaram que eu tenho que sair agora se não vou perder o voo. Eu já perdi ontem para vir para cá. Se eu perder hoje novamente, vai... Só amanhã de manhã.

Então, quero agradecer ao Deputado Francischini e ao Deputado José Augusto Maia, que esteve aqui, à Deputada Flávia e ao Deputado Luiz Couto, a quem eu passo a palavra, e dizer que de todo esse material que temos aqui, que está sendo registrado e gravado, nós vamos produzir um relatório, ainda que parcial, sobre esse caso.

A CPI, alguém tem perguntado aí fora... Nós estamos iniciando as investigações sobre esse processo, está certo? A primeira atitude nossa é esta



audiência pública, onde estamos recolhendo um conjunto de impressões, de contextualizações, de casos, de denúncias.

Vamos ouvir ainda as pessoas que estão aqui, os Deputados Francischini e Luiz Couto vão ouvir as outras pessoas e ainda vão ser produzidas, por esta CPI, uma série de iniciativas relativas a este caso. Em seguida, vamos apresentar o relatório, e todos aqueles que têm interesse vão poder ter acesso a esse relatório parcial.

Eu passo, então, a palavra aqui, agradecendo a presença de todos e pedindo desculpas aos senhores pela minha ausência.

Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com a palavra a Dra. Tarcila Teixeira, Promotora do Ministério Público do Paraná, atuando na Comarca de São Mateus do Sul, Paraná. Correta a informação?

A SRA. TARCILA SANTOS TEIXEIRA - Correta, correta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, V.Exa. terá até 20 minutos, podendo ser prorrogado por mais tempo, se V.Exa. precisar.

A SRA. TARCILA SANTOS TEIXEIRA - Boa tarde aos Srs. Deputados membros da CPI - Tráfico de Pessoas.

Como o Sr. Presidente disse, o Ministério Público está aqui para colaborar, e temos muito a informar e muito com o que colaborar, até porque é interesse do Ministério Público esclarecer essa questão e, mais do que isso, esclarecer se efetivamente estiver havendo algum tipo de desvio nesse processo, que está sendo feito de forma escusa, e tanto o Ministério Público quanto o Judiciário podem estar sendo enganados nesse fim do processo da adoção. Então, a nós, com certeza, recorre até a obrigação de esclarecer essas questões.

Eu quero começar entregando oficialmente para a CPI a cópia do processo, haja vista que o sigilo que por mim foi tão guardado e que acabou me colocando em situação até vexatória, porque eu tenho compromisso com o sigilo sim, que deve pautar todos os processos que envolvem interesses de crianças e adolescentes, e, mais do que isso, eu tenho um compromisso com a imagem das pessoas envolvidas... Então, por isso, em outros momentos, eu evitei entrar no mérito do



processo. Mas, hoje, vou fazê-lo, até porque esse sigilo já foi quebrado até pelas pessoas mais interessadas. Então, eu me sinto autorizada a tanto.

Então, entrego aos senhores cópia da ação de destituição do poder familiar, cópia do processo de habilitação de casal estrangeiro feito pelo CEJA — Comissão Estadual Judiciária de Adoção e cópia do processo de adoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

A SRA. TARCILA SANTOS TEIXEIRA - Na sequência, entregarei mais uma pequena quantidade de documentos, que eu só vou explorar antecipadamente.

Bom, o que eu tenho a colocar diante de toda essa celeuma estabelecida? Primeiro, que nós temos que separar as situações. Primeiro, temos que falar sobre a destituição do poder familiar e, num segundo momento, falar sobre a adoção internacional, no caso, que me compete.

Vejam, o que está sendo colocado e o que se faz entender, principalmente pela mídia, é que essas crianças foram tiradas do colo da mãe e colocadas dentro de um avião. Isso não aconteceu. Jamais isso aconteceria.

Nós temos um processo aqui que teve início, e eu até entreguei antecipadamente para, se os senhores quiserem acompanhar, já irem me indagando, se for o caso. O processo maior de destituição de poder familiar, só para nós estabelecermos uma data, teve seu início a partir de um relatório do Conselho Tutelar, que está bem no início, pág. 12, datado de 21 de novembro de 1999. Esse relatório foi encaminhado ao Ministério Público dando conta de que:

“Naquela data, por volta das 21 horas, o Soldado Fulano de Tal, da Polícia Militar, deslocou-se até à residência do Conselheiro João Assiris Tansk, levando, em sua companhia, o menor Arivaldo dos Santos, filho de Antônio Everaldo e Maria Rivonete.

Segundo relatos do soldado, este foi chamado pelo menor, pois seu pai encontrava-se alcoolizado, ameaçando espancar sua mãe e, com a chegada da polícia, o mesmo evadiu-se do local. Mas, por ter ameaçado o menor com uma faca, este ficou com medo de que, ao retornar a sua casa, o pai pudesse vir querer a



se vingar dele. Como não tinha um local onde pernoitar, o menor ficou na residência do Conselheiro acima citado.

Informamos que, basicamente, todo final de semana o Sr. Antônio Everaldo faz uso de bebidas alcoólicas, torna-se violento, e ameaça espancar a família. O Sr. Everaldo é uma pessoa que não desempenha as suas obrigações de pai, vive sem trabalhar, não faz questão nenhuma de procurar por emprego, prefere viver por bares, bebendo, e deixando assim a sua família passar por necessidades”.

Eu li este relatório por quê? É claro que eu não posso ler todo o processo, mas para mostrar para os senhores qual foi a motivação inicial da minha iniciativa. E qual foi a minha iniciativa? No dia 30 de novembro de 1999, eu apresentei ao Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude um pedido de autuação como procedimento para aplicação de medida de proteção. Eu pedi a aplicação da medida de proteção, eu pedi que fosse determinado ao Conselho Tutelar que realizasse breve estudo social do caso e pedi que seja designada audiência para ouvir a Sra. Maria Rivenete Santos.

Então, na primeira fala que eu tive no processo, eu já pedi para que nós marcássemos data para ouvir a mãe. Deixo isso bem marcado e deixo a data bem marcada. Gostaria que todos acompanhassem que esse meu pedido de instauração do processo data de 30 de novembro de 1999.

O que é uma medida de proteção, o processo para aplicação de uma medida de proteção? O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, no seu art. 101, várias medidas de proteção que podem ser aplicadas em favor da criança e refletem na família — porque eu sempre digo que não adianta nós querermos trabalhar a criança se não trabalharmos a família.

Então, esse processo de medida de proteção tramitou até 2001. E o que aconteceu nesse meio? Todo tipo de investimento foi ofertado à família: a família teve acompanhamento de assistente social, teve acompanhamento do Conselho Tutelar; a família recebeu investimento material; a família foi orientada dentro do fórum, em audiência formal, onde assinaram o que estava acontecendo e o que



poderia vir a se colher como consequência, caso não houvesse uma alteração de conduta. E o processo caminhou neste sentido.

Eu gostaria que os senhores verificassem que as assinaturas dos pais estão em mais da metade das páginas deste processo, com intimações, com acompanhamento de audiências e tudo mais.

Já em janeiro de 2000, ou seja, 2 meses, veio um novo relatório. Eu estou fazendo questão de acompanhar isso pelo processo porque são informações que estão registradas e são provas produzidas num processo judicial em que se observou o devido processo legal, o direito à defesa, o direito ao contraditório, há depoimentos de profissionais, há provas colhidas. Eu não estou falando isso da minha cabeça, certo?

No dia 4 de janeiro de 2000, o Conselho Tutelar apresenta um relatório que está a págs. 19 do processo dando conta de que:

“Estudo realizado na data de 04 de janeiro de 2000, onde podemos constatar a precária situação em que a família vive, condições de higiene são inexistentes, vivem em meio a uma sujeira sem igual, convivem com verdadeiros enxames de moscas, o quintal da residência é cercado de fezes, cachorros, muitas vezes doentes, com sarna, por exemplo, toda espécie de lixo que as crianças possam carregar são jogados em volta da casa.

Podemos observar também que, a cada visita por nós realizada, encontramos as crianças completamente nuas e sujas, e mãe, a Sra. Maria Rivonete, parece não se importar com a situação, pois, quando questionada sobre os fatos, nos relata que sempre coloca roupas nas crianças, mas elas não param vestidas porque preferem andar peladas, andar nuas”.

Ao final eles colocam:

“Informamos que o Sr. Antônio Everaldo esteve em tratamento apenas por 15 dias, recusando terminantemente a continuar o tratamento já na referida



casa de saúde, prometendo a todos com quem conversa que não irá mais beber e que vai cuidar da família. Por isso, esse já participou de uma reunião do AA e nos prometeu que não deixará de participar dessas reuniões”.

Muito bem, esse encaminhamento para tratamento de alcoolismo foi feito como uma das primeiras medidas tomadas pelo pessoal da assistência social, da equipe que compõe a rede de proteção, justamente para vencer aquele problema, porque todos nós, eu sei e a equipe que trabalhava, na época, na Prefeitura, no Conselho Tutelar, sabia, que alcoolismo é doença. Nós sabemos muito bem disso. Nós respeitamos uma pessoa doente e ajudamos ela a se tratar. Só que a pessoa tem que também aderir ao tratamento. Nós não podemos obrigar uma pessoa a fazer um tratamento se ela se recusa. Nós não podemos obrigar a pessoa a aceitar a ajuda que nós estamos oferecendo.

Muito bem. Assim, na sequência, nós temos vários estudos sociais. Nós temos já, a folhas 21, nova informação dando conta de que a família está se mantendo graças à cesta básica do Programa Comunidade Solidária e também ao auxílio da comunidade. Lá embaixo, situação de saúde: todas as crianças apresentam problemas de pele, feridas e alto índice de contaminação por vermes.

Esses relatórios são todos oficiais e estão todos dentro do processo.

Parecer do Conselheiro:

“Tendo em vista a situação encontrada, não vemos, em curto prazo, a melhoria das condições da família citada. O pai e a mãe não apresentam a menor vontade de, junto com os seus filhos, levar uma vida melhor e decente. Com a comodidade de poder levar quatro filhos para a creche municipal e outro para a APAE, a mãe não faz questão alguma de melhorar a sua atual situação, mesmo porque permanece durante todo o dia na creche, onde presta serviços e faz as refeições do dia, deixando, portanto, o marido e os filhos mais velhos à própria sorte”.



E, no final, ele conclui: “*Sendo assim, a única fonte de sobrevivência da família tem sido a cesta básica do Programa Comunidade Solidária e doações da municipalidade*”.

A folhas 24, os senhores vão encontrar o mandado de intimação da Sra. Maria Rivenete Santos, para ser ouvida no fórum, e, logo atrás, a certidão de que ela foi efetivamente intimada. Na sequência, no dia 10 de fevereiro de 2000, ela é ouvida no fórum, na presença do Juiz de Direito e na presença da Promotora de Justiça — na época, eu. E ela assina, aqui, no verso. Ela coloca que...

Nessa ocasião, ela foi inquirida acerca daquelas notícias que nós tínhamos no processo para que explicasse o que estava acontecendo. Ela disse que, desde que se casou, o seu marido se deu ao vício de ingerir bebida alcoólica; que sempre chegava alcoolizado em casa e agredia a depoente e, a vezes, até os filhos; que, em certa ocasião, Antônio inclusive ameaçou as crianças com um facão; esclarece a depoente que o Antônio queria pôr fogo em toda a casa, tendo a mesma que se retirar com todos os filhos; que consente que Antônio permaneça na residência porque presume que será melhor para os seus filhos.

Quando ela respondeu a essa questão de que ela consente foi porque eu perguntei a ela por que ela tinha permitido que ele voltasse, se ele tinha sido afastado por conta dessas agressões, dessa violência contra a família. E ela acabou consentindo. Ela disse que achava que era melhor.

Ao final, responde a depoente que tem conhecimento de que, da situação em que se encontram os seus filhos, poderá até vir a perdê-los.

Na sequência dessa audiência, eu me manifestei no processo e pedi, a folhas 27 — o senhor pode verificar —, a aplicação da medida da advertência, que é uma medida prevista no art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu inciso VII, que são as medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis. São várias medidas ali, inclusive suspensão e destituição do poder familiar. Mas nós, obviamente, iniciamos tentando resgatar essa família, tentando dar um alerta em relação à situação que estava se verificando ali, e que não poderia continuar, sob pena de as crianças acabarem sendo atingidas ou vítimas de alguma coisa mais grave.

Então, eu iniciei — página 27 —, no dia 18 de fevereiro de 2000. Eu pedi ao juiz que aplicasse a medida de advertência como forma de tomada de consciência e



de alerta e pedi também que fosse determinado ao Conselho Tutelar que procedesse ao acompanhamento e à orientação ao casal, pelo período de 3 meses, emitindo relatório circunstanciado.

Muito bem, na sequência, os senhores veem o despacho do Juiz de Direito deferindo e designando audiência de advertência para o dia 14 de março de 2000. Na sequência, intimações. O casal é intimado. E, a folhas 31, o termo de audiência, onde, os senhores podem perceber, estão a assinatura do casal, a assinatura do juiz e a assinatura do então Promotor de Justiça, Dr. Ricardo Kochinski Marcondes.

Consta do termo:

“O Meritíssimo Juiz alertou o casal de suas responsabilidades para com os filhos e mesmo para com a residência, ficando ambos cientes de suas atribuições para com os filhos, bem como esclarecidos de que a situação não deve mais se repetir. Situação essa verificada nos presentes autos; que o Sr. Antônio e a Sra. Maria Rivenete dos Santos ficam cientes, a partir de agora, de que não devem mais repetir as situações relatadas pelo Conselho Tutelar”.

Isso, em 14 de março de 2000.

Já no dia 7 de julho de 2000, o acompanhamento continuava, as crianças continuavam com os pais. Desde o primeiro momento sempre estavam com os pais.

Em 7 de julho de 2000 vem a notícia que:

“Referente à casa, temos a informar-lhes que as condições encontradas são terríveis: fezes humanas ao redor da casa, lixo espalhado ao redor dela, restos de comida espalhados em cima da mesa e do fogão, tudo desorganizado, uma verdadeira bagunça. Além disso, o casal possui grande número de cachorros, o que, muitas vezes, dificulta o acesso à residência. Sempre que realizadas visitas na família, é comum encontrarmos cachorros dormindo em cima das camas.”



Na sequência, eu gostaria que os senhores prestassem bem atenção a esse trecho, porque é um trecho que certamente será objeto de comentários: *"Informamos, ainda, que, em contato com o Sr. Renato e também com o Sr. Nelson Lechinski, esses nos relataram que quando chega o caminhão de lixo os filhos da Sra. Maria Rivonete vão remexê-lo e não admitem que alguém chame sua atenção. E quando comunicado à Sra. Maria Rivonete, esta defende os filhos, dizendo que os senhores acima citados não mandam no lixo local onde trabalham, sendo que, muitas vezes, ela mesma vai junto com os filhos."*

Relatamos, ainda, que o Sr. Antônio Everaldo, depois que fez tratamento de alcoolismo, ficou meses sem beber, mas, no momento, aos poucos, o senhor já citado vem ingerindo bebidas alcoólicas, como nos relatou a sua esposa, Maria Rivonete.

Na sequência, o juiz dá um despacho no processo. E os senhores observem que esse processo anda do juiz para o promotor; o promotor faz os requerimentos; o juiz defere ou não defere. Ou seja, nós temos um devido processo legal, nós temos rigorosa observância da lei, porque até então, até pouco tempo atrás parecia que não existia juiz nesse processo. O juiz despacha dizendo: *"Tendo em vista o lamentável relatório às folhas 23 e 24, dê-se vistas ao Ministério Público"*.

O processo vem para mim, e eu me manifesto no dia 11 de julho de 2000, entrando com pedido de suspensão do poder familiar. Essa minha manifestação, de três laudas, data do dia 10 de julho de 2000.

O que é a suspensão do poder familiar? Vejam, hoje em dia, nós sequer entramos com um pedido de suspensão do poder familiar de forma isolada. Nós entramos com ação de destituição do poder familiar e pedimos liminarmente a suspensão. Mas, como, neste caso, efetivamente não havia... nós não tínhamos efetivamente a ideia de que fosse culminar com uma destituição, nós apenas queríamos proteger as crianças daquela situação e ter mais condições de exigir da família uma mudança de conduta, uma mudança de postura... Nós precisávamos exigir desse pai um tratamento, nós precisávamos exigir que essa mãe cuidasse da alimentação, cuidasse da casa, trabalhasse, que esse pai trabalhasse. Enfim, que se comportassem como pais e mães de um grupo de nove filhos, à época.



Então, eu entrei com uma ação com um pedido de suspensão do poder familiar. Apenas suspensão. O que é? O nome já diz: suspende o poder familiar, por hora, enquanto se trabalha em cima das deficiências da família, sempre naquela busca do resgate social, da busca do vencimento da situação de risco.

Muito bem, nessa ocasião foi pedida a suspensão do poder familiar, com o acolhimento das crianças na Casa Lar, no caso, à época, e também foi requerida a produção de provas, designação de audiência e tudo mais.

Esse pedido de suspensão do poder familiar foi deferido no dia 12 de julho de 2000 e foi determinado o acolhimento das crianças. A decisão do juiz de Direito está a folhas 38, determinando o acolhimento. Contudo, como V.Exas. já devem ter conhecimento, as vagas em instituições de acolhimento são sempre muito difíceis. É sempre muito difícil se conseguir uma vaga para encaminhamento de crianças. E nessa época, em 2000, a Casa Lar de São João do Triunfo não existia, não funcionava, a Prefeitura a estava construindo, e ela não estava pronta para receber crianças. Nós não tínhamos nenhum abrigo em São João do Triunfo nessa época, até essa época, julho de 2000. Então, o Juiz de Direito determinou à escrivã que providenciasse vaga em entidade de abrigo pra encaminhamento dos menores pra outras cidades. E isso realmente não aconteceu, porque não se obtiveram vagas. As crianças então permaneceram, ainda que com a ordem de suspensão do poder familiar, as crianças permaneceram com os pais. Vejam, nós estamos falando de julho de 2000.

Às folhas 40, os senhores podem observar, há a citação dos pais, onde eles assinam, ambos assinam, que estão sendo citados, e receberam cópia da decisão que determinou a suspensão do poder familiar e o acolhimento das crianças, mesmo que esse acolhimento não tenha se efetivado.

Nesse momento, nós imaginamos que o casal, verificando que a Justiça efetivamente está tomando providências mais rigorosas pra garantir uma mínima proteção às crianças, eles poderiam ter reagido, poderiam ter revertido todo esse quadro, que é efetivamente o que a gente sempre espera.

Às folhas 41, o casal requerido apresenta, através de advogado, apresenta rol de testemunhas para serem ouvidas no processo. O advogado arrolou três testemunhas que foram indicadas pelos pais para serem ouvidas judicialmente.



Às folhas 43, a juntada de procuração do advogado.

E às folhas 44, o juiz designa uma audiência pra ouvir as testemunhas tanto indicadas pelo Ministério Público, quanto indicadas pela parte. As intimações acontecem: a intimação do casal, a intimação do advogado às folhas 49, e a intimação do casal às folhas 50. Observem que é feita uma intimação para o advogado e uma para o casal.

No dia 5 de setembro de 2000, acontece a primeira audiência de oitiva de testemunhas.

Eu só gostaria de deixar bem registrado, Srs. Deputados, que em todos esses depoimentos, que são bastante longos, os senhores vão poder observar a assinatura de ambos os requeridos ao final de cada depoimento, haja vista que eles acompanharam os depoimentos; e, mais do que isso, se os senhores pudessem observar que em todos os depoimentos nós temos reperguntas pelo advogado dos requeridos. Ou seja, houve uma defesa efetiva. Houve uma defesa como deve ser: uma defesa que fez reperguntas, que arrolou testemunhas e que participou ativamente do processo.

Aqui, nós temos informações muito importantes. A primeira testemunha viu o Sr. Adriano Górdia, que era conselheiro tutelar... Ele relata, entre um depoimento de praticamente quatro páginas — eu vou só passar alguns trechos para os senhores acompanharem — que receberam notícia da escola que os filhos do casal não estavam frequentando a escola; que, efetivamente, o Sr. Antônio foi internado, mas a duração não foi mais do que 30 dias; que, mesmo diante de todos os conselhos que realizavam durante todas as visitas a situação nunca melhorava quando da situação posterior; que, inclusive, as próprias crianças retiravam objetos do lixão e traziam para o interior da casa; que constatou-se a existência de fezes, inclusive dentro da cozinha, e que também havia fezes no quintal, perto da residência; que algumas vezes constatavam-se dois ou três cachorros perambulando no interior da residência; que os requeridos são beneficiários do Programa Comunidade Solidária, da Prefeitura; que as crianças não tomavam banho; que as necessidades fisiológicas eram feitas no próprio terreno onde estava localizada a casa; que o filho maior não vem frequentando a escola; que o depoente esclarece que, na verdade, não vem frequentando regularmente a escola; que o depoente confirma que na



maior parte das vezes, após ingerir bebida alcoólica, Antônio acaba por agredir e expulsar a família de casa; que anteriormente ficou consignado que, como a Maria Rivenete não trabalha fora, era dona de casa, e que, agora — o depoente esclarece —, embora isso, Maria Rivenete não zela, nem cuida da casa e dos alimentos que recebe do Programa da Prefeitura; que Maria Rivenete se mostra desleixada com os cuidados da casa; que, inclusive, em certa ocasião, dirigiram-se até a residência, sendo que não havia ninguém. No entanto, constataram que, além da comida que estava espalhada pelo chão, havia um saco de feijão, que era um saco de 10 quilos de feijão, sendo que o mesmo estava aberto; que em cima do saco de feijão havia um cachorro dormindo; que o depoente conceitua como péssimo o aspecto de limpeza da casa, dos alimentos e da higiene dos filhos; que o depoente pôde constatar que os requeridos, na verdade, não se preocupam com a educação e o futuro dos filhos; que não há nenhum empenho para que os filhos frequentem escola; o depoente esclarece que a situação precária em que os requeridos se encontram hoje, que a grande e principal razão se deve ao fato do desleixo dos mesmos, tendo em vista que nunca procuraram melhorar após os conselhos e orientações que receberam; que não houve empenho para mudança durante todo esse tempo em que o Conselho Tutelar realizou as visitas na residência; que quando da pergunta do Ministério Público sobre o empenho dos requeridos em mudar e progredir na qualidade de vida e na situação financeira, o depoente esclarece que a situação deveria ser muito diferente se houvesse iniciativa e empenho dos requeridos; que os requeridos se acomodaram com a ajuda vinda da comunidade e da Prefeitura. Na sequência, nós vemos as perguntas dos advogados dos requeridos. E, ao final, eles assinam.

Na sequência, a testemunha João Assiles Tanski, que também era Conselheiro Tutelar, relatou que durante todas as visitas realizadas o depoente pôde constatar uma enorme sujeira que envolvia; que constatou que as crianças estavam sempre muito sujas. Em várias ocasiões, inclusive, uma delas estava nua; que o depoente esclarece que existe um verdadeiro desleixo por parte dos requeridos em relação à sujeira; que o fato não pode ser atribuído à situação financeira precária; que já aproximadamente há 2 anos a Maria Rivenete trabalha para a APAE e para a creche, recebendo comida em troca; que, após os conselhos e orientações do



Conselho Tutelar, o depoente esclarece que não viu nenhuma mudança de atitude por parte dos requeridos; que durante todo o acompanhamento o depoente não constatou nenhum empenho ou iniciativa dos requeridos para melhorar a qualidade de vida da família — eu estou lendo só pequenos pedacinhos, mas o depoimento também tem quase três páginas —; que havia, muitas vezes, fezes ao redor da casa quando das visitas do Conselho Tutelar; que as fezes eram humanas e, para chegar até a porta da residência, tinha que se pisar com cuidado para não pisar nas próprias vezes; que presenciou também cachorros em cima do colchão onde dorme a família. Respondendo a um pergunta do advogado dos requeridos, ele falou que a Maria Rivonete sempre defendia os filhos das acusações que eram feitas; que defendia mais na intenção da sua defesa pessoal, mas não com preocupação em relação aos filhos.

A terceira testemunha ouvida é a Dona Sofia Levandoski Micharki que, à época, era Diretora do Departamento Assistencial da Prefeitura Municipal. Ela diz que a própria depoente é quem cuida do Programa Comunidade Solidária, que consiste na doação de cestas básicas; que, em relação ao feito — a depoente esclarece —, por várias ocasiões, realizou visitas na residência dos requeridos e que, na maior parte das vezes, a depoente sempre deparou-se com uma situação precária da residência; que constatou roupas espalhadas, lixos nos vários cantos, colchão inclusive do lado de fora da residência; que, nas outras vezes, até cachorro em cima do colchão; que por várias vezes aconselhou a requerida de como deveria proceder.

Às folhas 56, 57 e 58 são ouvidas as três testemunhas arroladas pela defesa. Elas muito pouco acrescentam ao processo. O Sr. Antônio Santana apenas diz que o espaço ao redor da casa é muito pequeno, mas que há a possibilidade de fazer uma pequena plantação; que a requerida não aceita a posição do requerido sobre a educação dos filhos; que Antônio quer educar os filhos e a requerida não quer. Essa questão da plantação era uma questão que a gente sempre batia. Dizíamos para eles: “*Olha, se vocês têm dificuldades financeiras, vocês poderiam plantar uma hortinha, vocês poderiam ter uma couve, ter um alface, ter uma cenoura para oferecer para as crianças. Vocês têm que melhorar a condição de vida dessas crianças*”. Então, por isso é que foi feita essa pergunta.



A segunda testemunha arrolada pela defesa disse que não conhece a residência dos requeridos, entre outras coisas.

E a terceira, Afonso Amâncio da Silva, disse que o que sabe é que os filhos são obedientes e que não demonstram rebeldia, mas que não sabe nada sobre a vida deles.

Muito bem, no dia 11 de setembro de 2000, o processo veio para mim, e eu pedi que fosse determinada a realização de novo estudo social na residência dos requeridos por assistente social do Município. O juiz deferiu e foi determinado esse estudo, que se realizou e está juntado a folhas 62. Esse momento do processo é muito importante, porque mostra como nós procedemos a uma efetiva avaliação da evolução da família em relação a suas obrigações com os filhos. Encontramos a residência com aspecto superficial de limpeza, apresentando melhorias em relação às condições anteriores.

Com relação à convivência familiar, tomamos conhecimento de que o casal e os filhos vêm se relacionando bem. O juiz mandou ao MP, no dia 04/10/2000, relatório do dia 02/10/2000. Diante desse quadro de melhora, eu me manifestei, às folhas 64, dizendo o seguinte: *“Tendo em vista o teor do relatório de folhas retro, o Ministério Público requer que os presentes autos aguardem em cartório pelo prazo de 3 meses, após o que, somos pela renovação do estudo social, o qual deverá ser feito de forma minuciosa, de forma a propiciar uma conclusão acerca da situação familiar dos requeridos.”*

Vejam, senhores, quando a família acenou com uma melhora, a primeira providência do Ministério Público foi pedir a suspensão do processo, que já era um processo de suspensão do poder familiar. As crianças permaneciam com os pais, a família continuava — aqui nós estamos em outubro de 2000, quase 1 ano de processo — intocável, lá na sua residência, recebendo apoio técnico, recebendo apoio material, houve uma pequena melhora, e o Ministério Público pediu para que a ação fosse suspensa. Com isso, com a suspensão da ação, não tem recolhimento de criança, não tem nenhuma penalidade a ser aplicada. O juiz deferiu, mandou aguardar por 3 meses e, depois, renovar o estudo.

Na sequência, alguns documentos que dizem respeito à busca de vagas e tudo mais que a escrivam estava fazendo. Muito bem. Em 10 de fevereiro de 2001,



vem um relatório que foi realizado logo que terminou o período de suspensão do processo. O processo parou. As crianças estavam com os pais, a situação estava se estabilizando, volta a informação. A informação dá conta que: em denúncia do dia 29 de janeiro de 2001, ocorreu que Rivonete, juntamente com seus filhos, estavam fuçando lixo atrás de comida e outras possíveis utilidades para seu lar, atrapalhando o serviço dos funcionários, os quais usam luvas, máscaras e botas de borracha, onde os funcionários se preocupam com a contaminação do lixo em que as crianças podem contrair doenças, pois vão descalças, sem nenhuma proteção. E o mais grave é que a mãe acompanha-os. O Conselho foi, pegou-os em flagrante e falou com a Rivonete. Essa sempre tem muitos argumentos, fala além da conta. Passaram uns 2 dias, o Sr. Antoninho, esposo de Rivonete, compareceu ao Conselho, falando mal da esposa, dizendo que essa é uma porca, não cuida dos filhos e que está traindo ele com o filho da Rosa Preta, assim conhecida na cidade — ele tem 18 anos. Fomos até a casa do Antoninho e foi nos mostrar um monte de roupas sujas num canto da casa, começou um bate-boca entre o casal, onde eu, fulana e sicrano, que são os conselheiros, não conseguimos ter uma conversa com eles. Rivonete saiu para fora da casa pegou um pedaço de pau e foi para cima do marido. Francisco, o conselheiro, separou a briga. As crianças assistiram tudo. Levamos o Sr. Antoninho junto e o aconselhamos para que não retornasse para a casa, para que seus filhos pudessem permanecer tranquilos em sua residência. Esse falsamente mostrou compreender a situação.

Nessa mesma noite, dia 08 de fevereiro de 2001, por volta das 22 horas. Fomos chamados para resolver a situação dos filhos da Rivonete que estavam todos na rua, próximo ao hospital. Segundo relato, o Sr. Antoninho, à noitinha, retornou para casa, começou nova briga. Antônio pulou na mulher, ela escapou pela janela; as crianças correram para a casa dos vizinhos. Rivonete foi e chamou o menino que Antoninho desconfia que seja amante de Rivonete. Antoninho pegou uma espingarda de chumbinho e atirou ferindo o rapaz. Depois disso, Antoninho fugiu. Foi avisada também a polícia, mas não conseguiram pegá-lo.

O Conselho Tutelar há muito tempo acompanha o caso onde não há melhorias. Mesmo com toda ajuda que a comunidade oferece, o Conselho acompanhando, todas as chances oferecidas a essa família, é sinal de que não tem



mais jeito. Precisamos da ajuda do Poder Judiciário para que essas oito crianças ainda possam ter uma vida digna com direito a toda a proteção integral assegurada por lei. Janete Stadel Coelho, Presidente do Conselho Tutelar.

Muito bem, só para evidenciar mais essa questão. Essa questão dos tiros aqui, que ele chegou em casa e pegou o rapaz, lá que ele dizia ser amante da mãe e disparou três tiros contra o rapaz, isso na presença das crianças. As crianças correram para a rua. O rapaz foi para o hospital, depois, a mãe foi para o hospital, e as crianças ficaram lá à mercê da própria sorte. Esse fato aqui tanto é verdade que eu estou entregando aos senhores uma certidão do Sistema Oráculo, que é o sistema de antecedentes criminais, onde consta que o Sr. Antônio Everaldo foi a júri popular por conta dessa tentativa de homicídio que ele praticou dentro da casa, na presença dos filhos. E ele foi condenado, nesse júri popular, por tentativa de homicídio em 2006. Isso tudo está registrado, tem certidão oficial e tudo mais. Veio para mim, no dia 14 fevereiro de 2001, dizendo: *"Sobre o relatório diga o MP"*, o juiz de direito mandando. Eu me manifestei nos seguintes termos: *"Levando em consideração a situação trágica descrita no relatório de folhas 76 e 77, requer o Ministério Público que seja determinado o cumprimento da suspensão do poder familiar deferido às folhas 29, devendo, para tanto, serem contatadas as instituições apontadas pelo IASP. No mais, requeremos seja determinado ao Conselho Tutelar que proceda a verificação quanto à matrícula e à frequência dos filhos dos requeridos à escola."*

Vejam bem, nós estamos em fevereiro de 2001. Aquela decisão de suspensão do poder familiar era de julho de 2000. Nós temos aí... faltaram 3 meses para completar 1 ano, e só nessa data eu pedi para que fosse efetivado o acolhimento das crianças, porque aquele episódio de violência era muito grave. Uma tentativa de homicídio dentro da casa, as crianças no meio da rua, polícia sendo chamada, é muito grave. De repente, se eu não tivesse agido naquele momento e uma dessas crianças tivesse, num outro episódio, levado um tiro, daí iam dizer que Ministério Público, que o Poder Judiciário estavam recebendo relatórios diários dando conta daquela situação de violação, de violência, de maus-tratos e que não estava tomando nenhuma providência. Então, nós estaríamos nos omitindo na nossa obrigação constitucional de defender as crianças. O juiz determinou, então, ao



escrevão que providenciasse contato com as instituições para que fosse feito o acolhimento institucional das crianças. Em março de 2001 a Casa Lar do Município concluiu suas obras, as suas instalações, mobília e estava em condições de receber essas crianças. Então, eu pedi... eu informei ao juiz que a Casa Lar já estava em condições, pedindo, então, que as crianças ficassem na Casa Lar do município, não fossem tiradas da cidade. E assim o juiz determinou às folhas 87. Às folhas 88, os senhores podem verificar o mandado de recolhimento, mandato de recolhimento assinado pelo juiz de direito, que foi quem determinou efetivamente o acolhimento das crianças. O Ministério Público requer; o juiz determina. Ninguém vai lá, põe a mão na criança e põe dentro de uma casa, assim, sem ordem judicial. Muito bem. A partir de todo esse relato que eu fiz para os senhores e a partir desse acolhimento, a lei diz que o acolhimento é medida excepcional e temporária. Nós não podemos prolongar a vida da criança numa instituição de acolhimento.

Então, nesse momento, e eu me posicionei novamente e entrei com uma ação de destituição do poder familiar, que vem capeando o processo, porque, por ser ação principal, ela vai à frente de todo o processo, e o que aconteceu até então passa a instruir aquela ação. O juiz recebeu a ação e ainda observou que o "*procedimento obrigatoriamente será provido do contraditório*". Então, nos termos do art. 158 do Estatuto, mandou citar os requeridos para contestarem a ação no prazo de 10 dias. Eles foram citados e intimados novamente às folhas 93. O primeiro requerido... A segunda requerida, havia informação de que ela tinha ido para Curitiba. Foi expedida carta precatória. Enquanto isso, o processo ficou parado. As crianças... A Sra. Maria Rivenete voltou a residir na cidade — foi informado pelo escrevão —, então o juiz determinou que ela fosse citada pessoalmente da ação, citada pessoalmente da ação e constando do mandado de citação e intimação que: "*Conforme determina o art. 159 do ECA, se o mesmo não possuir condição financeira para constituir advogado, poderá requerer em cartório que lhe seja nomeado o dativo*". E assim aconteceu.

Foram nomeados vários advogados para patrocinar a defesa dos requeridos. Os advogados não aceitavam a nomeação. Inclusive, justificavam dizendo que a defesa estava prejudicada porque os interessados não compareciam ao escritório para fornecer elementos, porque a mãe não mostrava interesse na situação, não se



mostrava preocupada com o processo. Essas informações... Os senhores vão ver que são três advogados que se manifestam no processo dizendo que a defesa está prejudicada pela falta de interesse dos requeridos.

Às folhas 103, em relatório do Conselho Tutelar, datado de 26 junho de 2001, a conselheira vem informar que estão ocorrendo problemas de ordem libidinosa na Casa Lar. Isso foi uma surpresa para todos nós, porque nós não esperávamos esse tipo de corrupção sexual por parte das crianças. As crianças estavam tendo um envolvimento íntimo entre elas na hora de dormir, e isso a gente realmente não esperava. Foi um desespero. Eu me lembro muito bem de que nós não tínhamos psicóloga no quadro da Casa Lar nessa época. Havia uma psicóloga de São Mateus do Sul chamada Zeli Postai Lugarini, que trabalhava na APAE de São João do Triunfo, e eu pedi a ela: *"Pelo amor de Deus me ajude a atender essas crianças, fazer uma terapia com essas crianças, porque está acontecendo esse tipo de situação e eu realmente não sei o que fazer"*. Eu fiquei bem apavorada mesmo, porque era uma coisa que a gente não esperava.

O relatório do Conselho diz que *"os pais sociais estão com dificuldades devido ao comportamento do menino tal, que vem se masturbando com frequência na frente dos irmãos, e até a mãe social está constrangida, pois não sabe como agir num caso como este"*. E daí vêm algumas informações e nomes: *"Fulano dorme no quarto com Beltrano; que um dos irmãos, certa madrugada, acordou-se com conversas de Fulano e Beltrano, que dizia... Pedrinho reclama de algo para Fulano, e o mesmo pede pra ir ao banheiro. Fulano diz ao colega que vá primeiro ao banheiro, mas que volte logo. Então Fulano volta e deita na mesma cama com Fulano."* E assim...

A senhora disse, pela manhã — eu fiquei sabendo —, que a única notícia que tinha era da minha boca. Então a senhora pode verificar depois às folhas 103 do processo.

A SRA. JOICE HASSELMANN - Eu li o processo e não era disso que estava falando.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - *"A diretora da escola onde Fulaninho estuda nos passou que ele também cria problemas nesse sentido na escola. A professora pediu auxílio da diretora porque flagrou o menino por várias vezes masturbando-se"*



dentro da sala de aula e colocando os colegas de turma em situação constrangedora. Foi consultada a psicóloga que presta serviço à Casa Lar, e essa deu parecer sobre a questão, dizendo que a Casa Lar Triunfo das Crianças não está preparada para abrigar meninos com a idade de Fulano devido à falta de profissionais para trabalhar diretamente com os problemas apresentados pelo adolescente. Temos também relatórios e denúncias feitas sobre o adolescente e sua família na época em que morava com seus pais. Em uma dessas denúncias feitas pelos vizinhos de Fulano, eles falaram sobre o comportamento do menino com sua irmãzinha. Segundo testemunhas, todas as vezes que a mãe saía de casa, o menino molestava sua irmã, que sempre reagia gritando para seu irmão não abusá-la sexualmente. Todos esses problemas relacionados a Fulano estão ligados à vida de promiscuidade que seus pais levavam. Não podemos culpar o adolescente pelos problemas, mas, sim, tentar ajudá-lo."

Então, veio para mim aquela situação de que aquele menino mais velho estava apresentando essa situação e que nós não tínhamos estrutura naquele momento para lidar com adolescente. A casa estava recém-montada, nós não tínhamos, nós não dispúnhamos à época — isso faz 13 anos — de uma equipe profissional disponível todo o tempo. Então, no meu pronunciamento do dia 26 julho de 2001, eu pedi que ele, na condição de adolescente, fosse transferido para outra entidade destinada a adolescentes do sexo masculino que tivesse estrutura para receber adolescentes com aquele perfil. Isso foi deferido. Só que mais uma vez há dificuldade em conseguir vaga. O juiz determinou que fosse buscada a colocação junto à entidade Esperança Cidade dos Meninos, em Ponta Grossa, e a resposta foi negativa, no sentido de que não havia vagas.

Nesse meio tempo, ainda o juiz tentava encontrar um defensor que apresentasse a contestação em nome dos réus. Mais uma vez, vem um dizer que "resta prejudicada a defesa, eis que convidada a comparecer ao escritório para que relatasse sua versão sobre os fatos, a mesma deixou de comparecer". Nomeada mais uma advogada, às folhas 118: "Está prejudicada a defesa da requerida, ante as várias negativas de seu comparecimento ao escritório profissional dessa defensora, para relatar os fatos que corroborariam em elucidar seus interesses na contestação, visto que esta parece não estar preocupada com o conteúdo destes autos". Mais



uma nomeação, que foi negada às folhas 122. E então, às folhas 123, o juiz nomeia, para patrocinar a defesa da requerida, o defensor Renê José Stupak, o qual aceita a nomeação e apresenta a contestação em nome dos requeridos, às folhas 128 e 129 do processo. Essa é a segunda contestação. A primeira foi apresentada na fase de suspensão do poder familiar, e essa foi apresentada na fase da destituição do poder familiar.

Nesse meio tempo, compareceu à Promotoria uma professora do menino mais velho, uma pessoa bastante conhecida na cidade, a Sra. Marie Claire Rodrigues de Souza, dizendo que conhecia bem a situação do menino, que sabia que nós estávamos tentando uma colocação para ele numa entidade e que ela estava disposta a ficar com ele, a cuidar dele. Ela era uma professora que morava só com a filha e ela trabalhava o dia todo com crianças em contraturno social. Então, ela me disse que poderia ajudar, pegar o menino e lhe dar um norte na vida. Eu me manifestei favoravelmente, e o juiz deferiu, às folhas 125. Em 29 de agosto de 2001 foi deferida a guarda do menino para Marie Claire Rodrigues de Souza. O termo de guarda está às folhas 126. Ou seja, nós conseguimos colocar a criança numa família, dentro de uma família, ainda que só sob guarda, para evitar o encaminhamento dele para um acolhimento fora da cidade.

Na sequência, a contestação. O juiz designou audiência de instrução e julgamento. Foram citados os requeridos, como se pode observar às folhas 133. Eles compareceram à audiência, e aqui nesta audiência foram ouvidas mais várias outras testemunhas. A principal testemunha dessa audiência é a Sra. Regina Bugai, assistente social da Prefeitura Municipal e, hoje, Diretora do Departamento de Assistência Social da cidade, que disse o seguinte: *“que acompanha o caso narrado nos autos há aproximadamente 2 anos; que o aspecto mais relevante que chama a atenção da depoente é a falta de higiene dentro da residência, com louças sujas, fogão sem limpar, roupas espalhadas pela casa; que, desde que acompanha o caso, em nenhum momento teve conhecimento de que Antônio tivesse um trabalho; que a família recebe uma cesta básica por mês do programa efetivado pelo Governo Federal; que a depoente diz que, no final do ano passado, a família recebeu da Prefeitura uma casa nova de madeira; que foi muito pouco a melhoria quanto à higiene; que a depoente confirma que, há pouco mais de 2 anos atrás, esteve no*



gabinete da Promotoria de Justiça e solicitou a presença da promotora para que a acompanhasse até a residência dos requeridos; que a depoente confirma, nesse ato, a pergunta feita pelo Ministério Público de que, ao chegar à residência, várias situações deprimentes foram constatadas, como quantidade de fezes humanas depositadas ao redor da residência, o colchão doado pela Prefeitura encontrava-se do lado de fora da casa em estado de putrefação, rasgado e com cachorros por cima, roupas sujas espalhadas pela casa, comida velha espalhada pela casa, comida em mau estado de conservação, panelas abertas, comida doada pela cesta básica se perdendo pelo chão da casa, bem como sacos furados onde se guardava comida; que, em uma das visitas, também se constatou que no local onde a família dormia sempre se permitia que os cachorros perambulassem; que não há cama na casa e, mesmo na época da doação do colchão, a família não se utilizou do mesmo, dormiam sobre cobertores espalhados pelo chão; que se pode observar que, pessoalmente, em relação à segunda requerida, não tinha poder de autoridade e disciplina sobre as crianças; que era costume as crianças se deslocarem até o lixo, o depósito da cidade; que a depoente diz que há espaços, e a família foi orientada, pelo menos os requeridos a plantarem qualquer tipo de hortaliça, mas nada foi feito. Lembra que inclusive Fulaninho teve que ser levado para a APAE com problema de desnutrição; que o comportamento irregular dos filhos mais velhos deve-se à omissão dos requeridos quanto à educação e orientação dos mesmos; que a depoente fez a última visita aproximadamente 2 meses atrás; que, dentro do seu conhecimento, presume que os requerentes não têm condições de receber de volta as crianças por vários fatores, entre eles o problema de alcoolismo de Antônio, o desemprego de Rivenete, bem como a falta de estrutura dos dois em assumirem as funções de pai e mãe para com seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dra. Tarcela, nós já temos a terceira prorrogação em caso de 20 minutos. Há quase 1 hora a senhora está falando.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Então, não vou ler mais. Só vou concluir. Pode ser?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - V.Exa. poderia fazer uma síntese, porque, como nós recebemos agora a documentação, nós vamos analisá-la...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu acho importante porque nós temos plateia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aí, se for necessário que a gente possa ouvi-la outra vez, a partir da leitura dos documentos, da confrontação, a gente...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Com certeza. Eu prezo pela análise da prova, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós também prezamos.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Sim, sim. Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como nós não tivemos... A senhora entregou agora, neste momento. A gente não teve tempo de fazer a leitura mais aguçada.

Quero dizer à senhora que eu sou grande defensor de que o Ministério Público tem de investigar. É a postura que nós defendemos. Somos contrários àquela PEC 37, que quer retirar do Ministério Público essa capacidade de investigação. (Palmas.)

O que nós estamos fazendo aqui não é confrontando o que o Ministério Público fez naquela situação. Nós queremos efetivamente é que, no final, confrontando todas as leituras, nós possamos dizer quem errou mais, quem acertou...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Se houve falha e onde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) -se houve falha, de onde é que partiu.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Esse é o nosso interesse também, definir se houve falhas e onde elas estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não há um juízo de valor. Não estamos aqui para fazer esse... Vamos fazer depois, quando fizermos também a leitura daquilo...



A SRA. TARCILA TEIXEIRA - O que nos motiva a prestar esses esclarecimentos é o fato de que foi colocado que as coisas foram feitas assim do dia para a noite, né?

Então, resumindo, na sequência, nós ouvimos o Comandante da Polícia Militar, que disse que havia nove ocorrências envolvendo os requeridos e os vizinhos, questão de violência entre eles e entre eles e vizinhos. Daí eu pedi estudo social novamente. Foi feito, dando conta de que a situação era a mesma. Veio para alegações finais. Veio duas vezes para mim para manifestação final. Eu não fiz. Eu pedi mais uma vez avaliação psicológica das crianças. Veio um relatório bastante triste em relação à absoluta ausência de compromisso e de vínculo de pais para com os filhos e dos filhos para com os pais. Então, o processo foi julgado com alegações finais apresentadas por uma colega promotora, haja vista que eu estava de licença-maternidade nessa época.

Após a manifestação final da defesa, pedindo a improcedência da ação, o juiz julgou, em sentença datada do dia 2 de dezembro de 2002, decretando a destituição do poder familiar.

Vejam que aqui nós chegamos ao final do processo. Temos a intimação e citação do Sr. Antônio e da D. Maria, a juntada dos registros de nascimento das crianças. E passados... Falamos da sentença de dezembro. No mês 8, dia 26/8/2003, o Juiz determina: *"Oficie-se ao CEJA, para que os infantes sejam colocados em procedimento de adoção nacional ou internacional"*. E aqui são juntados os registros de nascimento.

E o processo termina na comarca, porque é assim que funciona. Nós trabalhamos na destituição do poder familiar, em que foram rigorosamente observadas todas as possibilidades de as crianças permanecerem com a família. Não houve possibilidade. Nós não podemos nos omitir diante de uma situação dessas.

E, de dezembro até agosto, nós não conseguimos colocação local para essas crianças, porque um grupo de sete irmãos ninguém quis adotar. Os casais habilitados foram consultados um a um. Isso está certificado na lista de habilitados da comarca. Ninguém quis adotar.



Nós tínhamos eventualmente uma manifestação: “Ah, eu vou ficar com a guarda do Fulaninho!” Uma professora: “Ah, eu vou pegar a guarda de um, porque eu gosto dele!” Eu falei: “Olha, são sete irmãos. Eles têm muito apego entre eles. Nós não podemos separá-los.”

Então, de agosto de 2003, quando nós mandamos ofício para a CEJA, nós não fizemos mais nada. A comarca não age mais quando manda esse ofício para a CEJA. Nós ficamos simplesmente aguardando.

E, como os senhores podem facilmente observar aí nesses documentos, a CEJA nos deu um retorno acerca da habilitação do casal em dezembro de 2005. Nós ficamos 2 anos e alguns meses de braços cruzados, de mãos atadas, esperando alguma indicação. Enquanto isso, nós simplesmente cuidávamos das crianças no abrigo.

Efetivamente existia uma associação de apoio, várias pessoas da comunidade auxiliavam, inclusive há pessoas aqui presentes hoje, que eu vi. É aquilo que o senhor falou, Deputado Francischini. Era rifa, era bingo, era pedir ajuda para levar as crianças a um passeio e ir cuidando das crianças.

Na verdade, eu acreditava que nós iríamos criar aquelas crianças no abrigo porque eles já tinham muita idade e era muito numeroso o grupo. O mais velho já estava aí com seus 14 anos quando foi adotado. Então, eu realmente não acreditava, e a gente estava acomodada lá. Ocorre que em dezembro de 2005 a CEJA faz a indicação. E a indicação é feita dessa forma que os senhores receberam.

Nós recebemos esse processo chamado “Habilitação de Casal Estrangeiro”. Ele é capeado pela CEJA, ele é todo feito pela CEJA. E nós recebemos com o relatório, que os senhores vão perceber nas folhas 83, que diz, 82: “*Tal cadastramento ocorreu devido à inexistência de casais nacionais interessados na adoção dos mesmos. Esta Comissão realizou levantamento junto ao cadastro central estadual de casais nacionais e estrangeiros residentes no Brasil, com visto de permanência. Verificou-se, então, inexistirem pessoas ou casais interessados na adoção dos irmãos suprareferidos. Prosseguimos com a busca agora direcionada à adoção internacional, realizando novo levantamento, dessa vez no cadastro de pessoas e casais estrangeiros, habilitados junto a esta Comissão, o qual também*



resultou negativo. Com a finalidade de tentar viabilizar a inserção familiar dos infantes, realizamos abordagens junto às diversas organizações nacionais e internacionais que compõem o corpo de conveniadas desta Comissão, no sentido de apresentarem o caso num trabalho de sensibilização, com o intuito de efetuar tentativas de localizar casais com interesse na adoção do grupo dos sete irmãos em questão. A sondagem resultou positiva, com o cadastramento e a habilitação do casal estrangeiro, autuado e habilitado sob nº 65/2005.”

E daí eles fazem o encaminhamento disso para o juiz de direito, mediante ofício. Nós apenas recebemos essa habilitação pronta. Nós não participamos de cadastramento, de avaliação, de entrevista, de nada. Simplesmente recebemos a indicação do casal e a indicação do organismo internacional que faz essa intermediação. Nós não podemos sequer indagar, como foi feito aqui hoje, a questão da existência do organismo internacional de adoção nesse processo porque é uma exigência da Convenção de Haia.

A adoção internacional obrigatoriamente deverá ser feita através de organismos internacionais de intermediação. Isso, inclusive, agora, na última reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi contemplado pela nossa lei, que esses organismos serão previamente cadastrados e tudo mais. Só que todo esse procedimento é feito pela Autoridade Central. Assim determina a Convenção de Haia.

Então, as autoridades locais não têm ingerência, não têm poder de escolha, não participam, não avaliam, não fazem nada. Simplesmente recebemos essa indicação, e, a partir dessa indicação, nós fizemos a autuação do pedido de adoção que eles fizeram junto à comarca, com os documentos pessoais, e eles iniciaram o estágio de convivência, em Curitiba, acompanhados pela CEJA.

Ao final do estágio de convivência, eles voltaram à comarca, onde o juiz de direito determinou que fossem ouvidas as crianças maiores de 12 anos, como determina a lei, em seu art. 28. E foram, então, ouvidos dois dos irmãos. E ambos manifestaram o desejo de ir com o casal. Ambos disseram que o estágio tinha sido muito bom, que estavam muito felizes e que queriam ir.

Então, foi deferida a adoção internacional, nesses termos. Deferida a adoção, nós perdemos toda a autonomia em relação àquele caso. Acaba para a comarca o



processo, porque o acompanhamento depois, os relatórios semestrais e anuais são feitos para a Autoridade Central, não mais para as autoridades locais.

Nós, então, não temos mais qualquer notícia, qualquer ingerência nesse processo, a não ser aquelas que a gente busque voluntariamente. Eu mesma, por duas vezes, pedi notícia das crianças para saber se estavam bem, se estavam adaptadas, e as respostas que eu recebi foram positivas.

Então, todas essas notícias que vêm hoje, para mim, são surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Dra. Tarcila.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu só queria falar mais uma questãozinha bem rápida. Além desse processo, consta — inclusive esta própria CPI já se manifestou nesses termos — que se avalie, que se investigue o porquê de terem ocorrido 40 adoções em São João do Triunfo.

Então, eu até deixo aqui um pedido pessoal meu aos senhores para que esclareçam de onde saíram esses números, haja vista que, a pedido do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Giacóia, foi expedida uma certidão, agora, dia 4 de abril, dando conta de que nos últimos 15 anos — 15 anos — se realizaram duas adoções internacionais em São João do Triunfo.

E eu sei bem dizer ao senhor que uma foi essa adoção dos sete irmãos e a outra foi uma adoção de três irmãos, que o mais velho tinha deficiência mental e que foi adotado pela Itália. Apenas e tão somente.

Então, essas outras 38 adoções eu gostaria, por favor, de deixar registrado aqui que eu queria que alguém me dissesse onde estão, porque eu também tenho muita curiosidade em saber se tem um processo, se tem um fórum, se tem uma equipe paralela realizando adoções em São João do Triunfo, que não oficiais, porque oficiais nós temos apenas duas adoções.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Luiz Couto) - Com a palavra o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dra. Tarcila...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Onde está o Lino nos três procedimentos?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - O Lino está na indicação da CEJA.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o nome dele não está em lugar nenhum aqui no procedimento.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Até não me certifiquei disso. Deixe-me só dar uma olhada. Eu sei que ele...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ou a ONG Limiar, ou a AVA... Não existe em nenhum lugar aqui nos três procedimentos.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Existe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora lembra de ter a Limiar aqui?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu lembro que foi feita a indicação pela CEJA, através da Sra. Jane, que foi a responsável pela indicação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu vi a indicação. A indicação indica direto o casal.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - É, mas consta aqui a atuação da Limiar nesse processo. E, quando eles encaminharam para nós o casal, eles encaminharam pela pessoa do Lino, tanto que eu conheci o Lino no dia que a CEJA encaminhou esse casal para fazer a adoção.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A indicação está aqui. Jane e Dr. Cláudio, médico. Indicam direto eles.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - A Jane, ela fez esse contato inclusive por telefone conosco, dizendo que seria feito pela Limiar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A única instituição que aparece aqui é Golden Cradle Adoption Services, de New Jersey, e mais nada.

A pergunta é justamente essa, a atuação do Lino, muitas vezes nas sombras, pela Limiar não estar autorizada. A verdade é essa. A Limiar não poderia aparecer em procedimento nenhum oficialmente.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Mas olhe, doutor, essa indicação foi feita nominalmente pela CEJA. A pessoa da Jane, que assina esse relatório aqui, nos contatos por telefone que fazia conosco, ela disse que a pessoa que levaria o casal para fazer o pedido formal de adoção seria a pessoa Audelino. Até o nome dele eu conheço hoje, porque para mim sempre foi Lino. E foi ele que compareceu à comarca com o casal habilitado. Até a questão de o nome dele não aparecer aqui...



Realmente eu já vi esse nome, o nome da Limiar eu já vi nesse processo, mas quem levou esse casal habilitado ao fórum com esse processo na mão foi o Lino.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Queria perguntar à senhora: a senhora acompanhou o depoimento do Lino?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E antes do credenciamento da indicação, que a senhora falou que foi em 20 de dezembro de 2005?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - É, a indicação que eles fizeram para nós, né?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É. Em 2004, a senhora vê, ele já começava a fazer pequenas doações.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Isso eu também ouvi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ele já andava lá em São João do Triunfo antes?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não. Em 2004?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É. Em 2004, 21/12/2004, um ano antes, ele já estava fazendo a primeira doação para o Lar Triunfo das Crianças.

A senhora acompanhou alguém da casa lá e relatou que essa ONG Limiar já andava conhecendo as crianças? Porque o que indica para nós é que, por mais que tenha sido uma ajuda de Natal...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não. Eles não conheceram as crianças antes dessa indicação. O que eu tenho bem claro — quando ele estava falando, eu estava tentando me situar — é o seguinte: como essa indicação foi em dezembro de 2005, a Jane nos telefonou dizendo: “*Nós temos o casal*” — o que foi por nós, inclusive, motivo de comemoração —, “*Nós temos a família tal. A pessoa que vai intermediar é o Lino. Ele precisa nos trazer fotos das crianças para que nós façamos o encaminhamento para o casal, porque o CEJA troca informações com... A Autoridade Central do Brasil troca informações com a Autoridade Central dos Estados Unidos para informar sobre as crianças.*”



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E ele é rápido. A senhora vê que, no dia 20/12/2005, mesmo dia que se assina a indicação, ele faz a segunda doação. No mesmo dia 20/12/2005.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - São os dois relatórios apreendidos na casa dele.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - A indicação aqui está em novembro. Desculpe, em 16 de dezembro de 2005, mas a habilitação do casal, se o senhor acompanhar ali...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora veja a última folha do processo que a senhora tem. *"A Autoridade Central Estadual para o Dr. Marcos Takao Toda, de São João. Curitiba, 20 de dezembro de 2005"*. Mesmo dia.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - 20 de dezembro de 2005. Foi o encaminhamento do processo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi quando chegou na mão...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Mas o senhor vê, um pouquinho antes, a indicação, no dia 16 de dezembro de 2005, Comissão Estadual Judiciária de Adoção.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Dra. Tarcila, lá em...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Deixe-me só esclarecer. Eu me recordo que, assim que houve a indicação, que nós começamos a receber o contato deles, eles começaram a nos procurar, porque tinham que levar a documentação; essa documentação toda, ela tem que passar por um tradutor oficial... É um processo bem burocrático a parte que a CEJA encaminha. Eu me recordo dessa história se eles podiam doar um valor para ser feito o Natal das crianças. Disso eu me recordo bem. Que a Joice... Essa Joice, se o senhor quiser, eu tenho o contato dela, porque eu tenho amizade com ela. Ela era mãe social. Ela foi 5 anos mãe social. Hoje ela mora em São Paulo. A Joice até me perguntou se seria possível, se podia... Eles queriam mandar dinheiro para ela comprar comida diferente para o Natal, roupa para as crianças, todas as crianças. E daí eu sei que isso aconteceu no Natal. Fora disso, eu não tenho nenhum conhecimento.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ela falou que era uma ONG estrangeira que ia fazer a doação?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Ela falou que era o casal indicado. Ela falou o seguinte, que o casal indicado... Eu não tenho nem certeza, doutor, se foi ela que me disse isso. Eu lembro que alguém me consultou sobre isso, alguém da própria Casa Lar. Não tenho certeza se foi a Joice, porque não me recordo. Mas me recordo bem que alguém me consultou dizendo que o casal que tinha sido indicado — para nós já era concreto —, *“o casal que vai adotar as crianças quer mandar um valor para o Natal”*, porque já que eles não conseguiram efetivar a adoção antes do Natal, eles querem proporcionar uma festa melhor, comprar um presentinho e tal. Daí, isso aconteceu efetivamente. Fora isso, eu não tenho conhecimento de nada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E de uma anterior, na véspera de Natal?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu tinha uma pergunta também para a senhora. A senhora acompanha bem, é especialista nessa legislação de adoção de crianças e adolescentes. Logo após uma adoção como essa, a Convenção de Haia prevê, a cada 6 meses, um relatório encaminhado dos Estados Unidos à CEJA, ao Ministério Público, à Autoridade Central brasileira. A senhora recebeu algum relatório desse?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, porque é a Autoridade Central que o recebe, doutor. Nós somos autoridades locais. Nós não atuamos neste campo. A nossa atuação termina no momento em que você não consegue a colocação local, porque hoje nós temos o Cadastro Nacional; na época, nem isso. Então, quem não estivesse habilitado dentro da minha comarca eu não podia consultar. Então, acabou ali.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A adoção saiu em 2006? Em 2006 foi a adoção?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Em 2006. A sentença é de 2002, e a adoção se efetivou em 2006.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Em 2010 a senhora cobra do Lino, via telefonema, via e-mail, que até agora a senhora não tinha e que a



senhora, preocupada... E ele manda fotos das crianças nos Estados Unidos para a senhora?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Até ali a senhora não sabia nada do que vinha acontecendo?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Nada. Eu já falei que umas duas vezes eu cobrei por *e-mail* dele... Cobrei não, eu pedi informações de como estavam as crianças, se estava tudo bem, porque eu não tinha notícias, como tenho das outras crianças que foram para a Itália também, dos outros três irmãos; eu tenho fotos no meu *e-mail* deles.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Em 2013, agora, há um mês, o Lino recebe, depois da matéria da jornalista Joice, um *e-mail* do Sr. Thomas Adamo...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Thomas Adamo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É, o pai adotivo das crianças, das sete de São João do Triunfo, penitenciando-se porque não atendia mais as ligações de todos que perguntavam e que nunca mandou nenhum relatório daqueles devidos à Autoridade Central brasileira sobre a situação das crianças, demonstrando cabalmente também — palavras do Lino — que ele estava extremamente preocupado, porque poderia ter acontecido realmente abuso sexual do pai adotivo americano sobre essas crianças.

A senhora acompanhou essa falta de relatórios?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, eu não acompanhei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É importante isso, porque, na mudança da legislação que nós vamos propor, esse é um dos pontos importantíssimos...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu também acho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... a falta de controle total da Autoridade brasileira sobre adoções que vão para outros países, se eles se adaptaram, se a família... Veja esse caso — 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 —, sete anos sem nenhuma informação dos sete, a gente tendo que tomar atitudes...



A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Mas, na verdade, doutor, a Autoridade Central tem... É obrigado...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas não tem nenhuma, tanto que o *e-mail*, que é uma prova que está nos autos agora, mostra que no mês passado ele mandou o primeiro relatório e se penitencia com o Sr. Stuart, e fala: “*Vou descrever como está cada um.*” E descreve a situação de cada criança, mostrando que ele nunca fez nenhum relatório.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Para quem foi mandado? Para a CEJA?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, ele mandou... Foi um *e-mail* do pai adotivo dos Estados Unidos reclamando da matéria que o acusava de ter abusado sexualmente e dizendo: “*Olha, eu nunca mandei mesmo nenhum relatório, mas agora vou escrever.*” E aí escreve no próprio *e-mail* como está cada uma das crianças. Então, isso mostra realmente que nós não temos controle nenhum sobre essas adoções.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não temos, porque, assim, como eu disse para o senhor, nós não recebemos, não somos destinatários dessas informações. Eu nem esperava recebê-las e nem estranhei de não recebê-las. Então, na comarca, o processo, neste momento, vai para o arquivo, ele acaba. Eu busquei umas duas vezes... Inclusive, em uma época, eu acredito que deva fazer uns 3 anos, eu recebi uma ligação do então Prefeito de São João do Triunfo me dizendo que a família biológica tinha muita vontade de saber, os pais tinham vontade de saber das crianças.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O Vereador Presidente da Câmara?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, do então Prefeito, Dr. Luiz de Lima. Ele que me ligou. Ele falou se seria possível. Eu falei: “*Olha, isso fica a critério de quem adotou. Nós não temos nenhum controle sobre isso. O que eu posso fazer pelo senhor, até para facilitar, é perguntar a eles se poderiam permitir esse contato.*” Daí eu mandei um *e-mail* para o Lino dizendo que a família tinha interesse, se era possível. Ele me respondeu dizendo que tinha consultado os pais, que os pais disseram que era possível, desde que fosse um encontro acompanhado, uma coisa assim. Eu falei: “*Vou passar direto o contato do irmão, que é quem foi indicado por*



mim pelo Prefeito." O Prefeito falou que o irmão era quem estava procurando. Eu falei: "Então, vou passar direto o contato desse irmão. Se os pais quiserem que a família tenha acesso, fica a critério exclusivo deles."

Agora, recentemente, quando apareceu a reportagem do *Fantástico*, eu fiquei preocupada, falei: "Meu Deus, o que será que está acontecendo?" Veio essa questão toda à tona que, para mim, até então, era totalmente regular, totalmente legal, com estrita observância do processo legal, e tudo o mais. Então, eu tentei mandar um *e-mail* no mesmo *e-mail* que eu tinha daquela época lá, de 2008, 2009, 2010, para o mesmo *e-mail* que o Lino tinha me dado, que inclusive é identificado com o nome da Limiar. E esse *e-mail* voltou, deu aquele retorno. E eu fiquei preocupada. Eu falei: "Meu Deus, será que está acontecendo alguma coisa?" Daí eu entrei em contato com uma aluna minha, uma ex-aluna minha do curso de pós-graduação justamente na área da criança e adolescente — que essa menina trabalha num outro organismo que é ligado à Itália —, perguntando se, por acaso, ela tinha algum contato da Limiar, que eu estava preocupada, se estava acontecendo alguma coisa com as crianças, porque aparecia uma notícia nesse sentido e tudo o mais. E daí ela me conseguiu o contato do Lino, e eu indaguei para ele, naquele momento, se estava acontecendo alguma coisa com as crianças, se tinha tido algum problema lá nos Estados Unidos. E ele me disse que não, que estava tudo bem com as crianças, tudo em ordem. Eu falei: "Você tem contato? Faz tempo que eu não tenho." Ele dizia que fazia pouco tempo que ele tinha tido um contato com as crianças e estava tudo bem. Ainda ele me falou: "A menina maior completou 18 anos. E lá nos Estados Unidos é muito normal as meninas irem morar com as amigas. Ela foi morar com a amiga, porque ela tinha desentendimento com os pais e tal, mas está tudo bem. Ela continua... tem um relacionamento normal com eles, só que ela mora com uma amiga." Eu falei: "Ah, então está tudo bem. Então está bom. Eu fiquei preocupada que estivesse acontecendo alguma coisa." E ficou por isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Uma pergunta também, Dra. Tarcila: a senhora acompanhou eu fazendo a leitura para o Lino da descrição que ele fez para os sete meninos?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Hâ, hâ, acompanhei.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O que mais me chama atenção é que foi numa agenda de 2004, no dia 27 de abril. Isso mostra, é uma prova de que ele, um ano e meio, 2 anos antes, já estava de olho naquelas sete crianças lá dentro. Não estou falando nada em relação ao Ministério Público.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, eu entendi, doutor, eu entendi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas ele já estava... Essa ação dele era muito anterior à CEJA, ele ia identificando... E agora as ramificações que nós temos que entender dentro do poder público talvez, como nós identificamos lá na Bahia, em Monte Santo, uma assessora — era uma escrivã do juiz — que era quem passava para a intermediadora todas as funções. E o juiz ficou numa calça-curta danada.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu até não sei se a CEJA não autoriza esse tipo de iniciativa, o que me preocupa. Eu realmente não sei, eu não sei, porque eu tive contato com o Lino quando ele foi para... Num primeiro momento, ele não foi com o casal. Eu vi o Lino duas vezes. A primeira vez ele foi para oficialmente levar as fotos das crianças, autorizado pela CEJA, para levar as fotos para serem apresentadas ao casal. Eu ainda me lembro muito bem de que, com essas fotos, o casal fez um álbum e mandou de volta para as crianças com fotos da casa deles e tudo o mais. Disso eu me lembro. E a segunda vez que eu vi o Lino foi o dia que ele foi com o casal buscar as crianças, já com o casal. Foi a única vez que eu vi o casal. Inclusive a história de que a Joice colocou aqui de uma foto, e tudo o mais, eu já vi a foto. O que é aquela foto? É a Casa Lar de São João do Triunfo — eu estava com um copo de refrigerante na mão. No dia que as crianças foram embora, nós fizemos uma festinha de despedida. Nós ficamos 5 anos cuidando daquelas crianças, de 2001 a 2006. Então, naquele dia que eles foram embora, todos foram se despedir das crianças na Casa Lar. E obviamente chegaram os pais com o Lino e levaram as crianças embora.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - No dia 28 de abril, na página seguinte dessa que ele descreve as sete crianças lá de São João, eu vou ler só o primeiro nome de três crianças para a senhora me identificar se eram do abrigo também. Eu ia pedir para as notas taquigráficas não registrar o nome das três crianças, que é só o primeiro, nem a imprensa presente.



A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não eram daquela casa?
Devem ser de outra cidade.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu tenho aqui também, num dos telefones, que é do Ministério Público anotado por ele, uma palavra: "Deina". Tem alguém...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - É o escrivão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É o escrivão?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Deina é o escrivão que atua nesse processo aqui, que é quem faz todos os registros.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O número 3447-1474, que está anotado...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - É da Promotoria.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É ele que atende esse telefone, Dra. Tarcila?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, são os assessores, estagiários.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É o telefone que está anotado junto com a conta do Banco do Brasil que teve as doações, que é a agência da Casa Lar. Então...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não é da Casa Lar, é da associação de apoio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Isso, que banca a Casa Lar.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, não. A Casa Lar é sustentada pelo Município. Essa associação foi montada para dar um incremento. Então, o que essa associação fazia? Ela fazia atividades para tentar angariar um dinheirinho a mais, para oferecer um conforto a mais, digamos assim. Daí fazia bingo, levava as crianças para o zoológico, fazia aniversário das crianças. Essa associação também trabalhava na questão de apadrinhamento para as crianças terem alguém que tivesse um vínculo maior com elas. Mas não era a associação que sustentava a casa, era a Prefeitura.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora ouviu as gravações sobre os 9 mil dólares? Eu ouvi por completo, não só o trecho. E o trecho inteiro, nós que temos experiência de fazer oitivas, é pior em alguns trechos até, que diz que, se falar que é uma doação, ninguém doa. Então, era mais ou menos como uma tabela realmente. A senhora, tomando conhecimento disso, a senhora vai tomar alguma providência em relação...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu já tomei inclusive. Eu, quando eu soube dessa situação toda, eu já protocolei, junto ao Procurador-Geral, um pedido para que o Ministério Público investigue a atuação desses organismos de adoção internacional aqui no Brasil, principalmente junto à CEJA do Paraná, porque nós, o Ministério Público, acreditamos que nós estamos fazendo um trabalho rigorosamente legal. Quando acontece a adoção, para nós é motivo de alegria, porque a gente consegue efetivar o que a gente sempre buscou, que é a observância ao direito da criança, inclusive a convivência familiar, porque as crianças permaneceram 5 anos no acolhimento. Então, isso muito nos preocupava. Então, agora, quando eu começo a ver que essa situação não está tão legal, que não está tão regular, que não está havendo controle, que a gente acredita que deveria ser feito, que esse cadastramento junto à CEJA, que nós simplesmente aceitamos como absoluto, não está dentro dos padrões que nós deveríamos observar, eu fico muito preocupada. E também fico muito preocupada com o fim que isso está tendo no país estrangeiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É uma pena, Presidente, que a CEJA não veio hoje para fazer o que a Dra. Tarcila fez aqui, de ter coragem de botar a cara e vir fazer a defesa do procedimento dela, como as famílias que também têm todo o direito de vir, e a gente o direito de ouvir e defendê-las também. É uma pena que a CEJA não tenha feito isso. Esta é uma audiência pública de transparência, que faria muito bem. Eu deixo talvez a minha preocupação, já que um dos *e-mails*, Presidente, mostra o próprio Lino fazendo troca de dólares com uma funcionária da CEJA... Então, seria uma das perguntas que eu iria fazer da isenção da CEJA, seria de pessoas também da CEJA tendo ligações pessoais de amizade extra, adoções claras nas apreensões. Isso vai ficar no ar, talvez vai ficar para uma próxima audiência nossa.



Então, Tarcila, muito obrigado pelas respostas.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dra. Tarcila...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós ainda vamos fazer alguns questionamentos.

Em 2004, o Lino vai à sua agenda e diz: *“Andrei, três, ainda fraquinho...”* Aí diz: *“Pré, primeiro ano, segundo ano.”* Vai dizendo que os meninos estão, na maioria, na escola. É?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na escola. Esse é um aspecto.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Quando eles foram para a Casa Lar, eles frequentavam a escola regularmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, mas antes disso aqui. Então, significa...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Iam para a escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Iam para a escola.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, os pais tinham preocupação...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, não, mas não é na escola, doutor. Aí eles estão na Casa Lar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, em 2004?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Sim. Eles foram para a Casa Lar em 2001, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas diz, olha, se todos eram bem nutridos, ou seja, tomavam medicamentos. Isso aqui é na casa...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - É na Casa Lar, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é. Mas é o seguinte, veja, se toda vez que a gente tiver problema, a gente tirar as crianças do lar e não cuidar da família como um todo... E não estou culpando o Ministério Público, porque não é



competência, o Ministério Público pode representar contra a família ou contra o poder público por não estar dando as condições efetivas...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Sim, no caso de omissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... porque, na realidade, veja, não estou dizendo que foi o caso de São João do Triunfo, mas, na Bahia, nós tivemos situações em que pessoas ligadas ao Conselho Tutelar, pessoas ligadas à Justiça local, assistentes sociais e tudo o mais, sempre que o juiz ou a promotora mandavam fazer...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - O estudo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... o estudo, era a mesma coisa, se repetia a mesma coisa. Nunca o juiz, e nunca a promotora ou alguém da confiança dele foi lá para verificar.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Mas eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi? Pronto.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu vi fezes humanas dentro da casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Então, se tinha fezes humanas, o que tinha que fazer? Ir à Prefeitura para obrigar-a efetivamente a fazer...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Sim, mas a Prefeitura foi obrigada a dar casa, colchão, comida regularmente, roupa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E deu?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Deu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deu?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Deu. Por isso que eu inclusive fui convidada a ir à casa, porque a gente cobrava tanto da Prefeitura... Era todo dia um pedido: é casa, é colchão, é comida, é isso, é aquilo, que um dia eles ficaram tão indignados quando eles chegaram lá e estava aquela situação, que eles me levaram lá para ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Nós não tivemos tempo de ler, apenas passamos alguma leitura passageira de alguns pontos, mas é o seguinte, veja, o art. 52-A, e pessoas, diz o seguinte: *“É vedado, sob pena de responsabilidade e descredenciamento, o repasse de recursos provenientes de*



organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de adoção internacional a organismos nacionais ou a pessoas físicas.”

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Acolhimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pessoas físicas. E diz que, se houver...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Responsabilização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem que ser feito ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, passando por uma instituição. Pode fazer isso aqui. O problema é que nós verificamos é que, no trabalho feito, a intermediação do Lino, que dizia fazer isso em nome da Limiar Brasil... A Limiar Brasil diz que, em 99, deixou... Não tinha mais autorização. E ele continuou fazendo e continua hoje fazendo...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Mas está cadastrado na CEJA. Como que nós vamos indagar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, estou dizendo, não estou colocando a culpa na senhora. Estou dizendo que era importante que aqui estivesse hoje o representante do...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Do Tribunal, o Sr. Lauro Augusto, que foi convidado para colaborar, como a senhora veio para colaborar. Ou seja, na realidade, nós vamos agora chamar outra vez, porque achamos que é grave o fato de que...

Por exemplo, diz a Convenção de Haia, relativamente à proteção de crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional — e também a nossa Constituição, bem como o ECA — diz assim: a adoção por pais estrangeiros é admitida na Constituição brasileira em seu art. 227, § 5º. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, traz mais disposições sobre o tema, além da Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre adoção. E diz que deve haver estágio de convivência precedendo a adoção, estágio de convivência. Ou seja, o que aconteceu foram visitas lá na Casa Lar.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, senhor. Houve estágio de convivência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas aconteceu primeiro... O Lino foi com o casal?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não, ele foi com o casal só buscar as crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, três vezes ele disse que foi lá antes da adoção.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Com o casal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, com casais.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu vi uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Hein?

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu vi o casal uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, ele disse que foi três vezes lá. Ou seja...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - No dia que eles foram protocolar o pedido eu não sei se eles foram lá. Eu não saí do fórum naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, porque inclusive sempre nos processos a abertura...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - De repente, o juiz o autorizou a sair de lá com as crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... a abertura com o requerimento dos casais.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer, quando, na realidade, quer dizer, nós temos vários, onde o casal...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - O pedido é de 6 de fevereiro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Claro.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Então, de repente, nesse dia ele foram lá na Casa Lar, e eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas diz que deverá ter um prazo mínimo de 15 dias para crianças de até 2 anos e de 30 dias se o adotando contar com idade superior a essa. E havia. Então, requisitos para o deferimento do pedido, aí bota: habilitação no país de origem dos adotantes e estudo psicossocial elaborado no mesmo local. O § 2º do art. 51 assenta como prerrogativa do



magistrado determinar que os adotantes instruam o pleito com cópia da lei alienígena em vigência tratando-se do tema, a fim de que seja cotejada com a brasileira. E não existe isso, não existe essa lei.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Como eu disse ao senhor, esse procedimento é feito pela CEJA. Não sei o que eles decidiram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, mas é o seguinte, eu não estou colocando a culpa, a senhora está colocando...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não. Mas é que eu não sei responder para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Por isso que estou dizendo que tem problemas no processo, e não... O processo não foi preparado como deveria ser. Nesse sentido, o Ministério Público poderia determinar devolver para que se fizesse de acordo com o que determina. Então, nesse sentido, eu me lembro de que tem um bocado de despacho. Só no sexto despacho é que é mandado para a senhora, é que passa por outros organismos; só depois é que é mandado para o Ministério Público. Certo? Não estou dizendo que a senhora tem culpa nisso aqui.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Não. É que eu só quero colocar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Estou mostrando como é importante verificar se o processo segue, porque é um requisito, está lá, é um pré-requisito. Além do mais, olhe aí, devem ainda os interessados anexar declaração de ciência de que a referida prática no Brasil é gratuita. Todos os documentos trazidos aos autos deverão necessariamente ser traduzidos por profissional juramentado e autenticados pela autoridade consular. Não tem isso. Os documentos que vêm...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu acredito que tenha na CEJA. É isso que eu queria falar para o senhor, porque eles que fazem esse cadastramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas no processo... Tem que estar no processo.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Mas é que a CEJA faz esse cadastramento internamente e depois esses aqui que eles mandam é só a habilitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós estamos olhando o processo. Na realidade... Mas aqui é que diz também o processo, aqui onde fala dos depoimentos pessoais, e a senhora pode ler que o depoimento pessoal das crianças



parece a mesma coisa, não tem diferença — brinca com os pais, gosta de tudo isso aqui —, ou seja, como se fosse um depoimento. Ou seja, a gente sabe que acontece, às vezes, em alguns lugares onde a pessoa vá para assinar. Não estou dizendo que isso aconteceu. Mas é por profissional juramentado. Ou seja, significa que há uma falha de procedimento porque é, necessariamente, se traduzidos por profissional juramentado.

Quando a senhora pega o processo, está aqui o processo, tem vários documentos em inglês, e alguns deles foram traduzidos só, e não por entidades. O Consulado americano, que parece que traduziu e botou o selo. Então, o fato é que, neste momento, estou chamando a atenção para o futuro, o que foi, para que se veja isso aqui, porque, na realidade, há a necessidade de que tenha... Porque se alguém que não é tradutor juramentado faz a versão e é alguém interessado também naquela adoção, ele pode traduzir aquele termo com uma outra versão. Então, esse é um aspecto que estou chamando a atenção para isso aqui.

Então, nesse aspecto, nós queremos dizer que não é a nossa preocupação fazer com que... Ou seja, o fato ocorreu. Nós inclusive vamos analisar isso aqui e, dentro dessas questões que nós chamamos, que são fundamentais dentro do processo, se nós vamos entrar também, solicitar,. porque, na realidade, teve, inclusive, crianças que foram adotadas, que fugiram e vieram ao Brasil e deram informações acerca de um pai, inclusive, que a explorou sexualmente.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso prova que, na realidade, não houve estudo psicossocial dos adotantes para saber se, de fato, eles eram pessoas dignas de receber uma criança brasileira como adotante, de forma correta. porque, se existem hoje várias instituições que são intermediadoras, é preciso ter um controle dessas instituições.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Controle, porque tem muito picareta no meio; muito picareta no meio, muita gente ganhando dinheiro, interferências, ou seja, ameaçando pessoas. Porque o fato de você chegar e dizer numa casa — está lá mãe, não é nem o marido dela, nem o pai das duas crianças, mas é alguém que hoje vive com ela, e o marido foi preso — aí chega lá a



intermediária e diz para ela: “Você *tem que dar os seus dois filhos, porque, se você não der, nós vamos prender você como prendemos também o seu amante hoje.*”

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - O senhor tem notícia disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Monte Santo, lá em Monte Santo, na Bahia.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E aí disse: “*Não, eu não tenho nada a ver com ele, pode estar preso. Eu não sou traficante, não fumo, nem nada, estou criando meus filhos. Estão todos na escola, tenho Bolsa Família, estou cuidando.*” Aí ela insistiu. Um dia ela telefona para a Edite, que é a intermediária, liga para a mãe e diz: “*Olha, você não queria ver as suas irmãs que estavam em São Paulo? Venha para cá para o meu bairro, que elas estão aqui, elas querem conversar com você*”. Enganou, foi lá. E ela chegou lá, não tinha irmã nenhuma. Tinha lá a D. Carmem e mais outro casal para levar duas crianças, que ela não queria doar. Ela disse que não dava. Aí a obrigaram beber um líquido, ela foi dopada, e, quando acordou, as crianças não estavam mais nas mãos dela, já tinham sido levadas.

Então, nesse sentido, é preciso ter mais cuidado com essas instituições. Tem algumas que agem corretamente, mas tem outras em que há picaretagem geral. Então, eu queria só dizer: nós vamos ler o documento todo, analisar. Se precisar depois de ouvi-la sobre alguns aspectos...

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... ou mesmo o magistrado, que também foi lá, o escrivão também, que está no meio, que assina. Algumas vezes eu verifiquei em algumas assinaturas. Há umas diferenças, e pode ser ter sido alguém que assinou lá. Tem acontecido também isso aqui: o juiz não estava, alguém assinava. E a gente pediu, inclusive, lá em Monte Santo, para que fizessem um estudo e verificar se havia isso aqui.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Exame grafotécnico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Deputado Fernando Francischini tem mais alguma informação? (Pausa.)



Então, a gente agradece. V.Sa. disse que tinha mais um documento para entregar.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - É, só vou deixar isso aqui, que são as certidões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E dizer para a senhora que o Ministério Público é muito importante para o Brasil, é muito importante para a democracia, é muito importante para continuar investigando. E vamos lutar para que a PEC 37 não seja votada.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E rejeitada.

A SRA. TARCILA TEIXEIRA - Eu é que agradeço e mais uma vez me coloco à disposição para qualquer esclarecimento que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Nós chamamos agora a Sra. Maria Jandira. (Pausa.)

Depois, nós iremos ouvir a senhora também, não é? (Pausa.)

Maria Jandira, se quiser ficar sentada lá com o microfone... Prefere? (Pausa.)

Maria Jandira, pronto. Você diga o seu nome todo.

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - É Maria Jandira Shoel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De que cidade você é?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Eu sou aqui de Curitiba. Moro no Pilarzinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Trabalha a senhora?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Sim, sou auxiliar de limpeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Auxiliar de limpeza. Tem quantos filhos? É casada?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Sou casada há 13 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quantos filhos tem?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Tenho um, o Gabriel, que está comigo; o Jorge Mateus, que está abrigado; e tenho duas meninas falecidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Falecidas?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A senhora agora está à disposição para que a senhora possa fazer a denúncia que a senhora pediu para fazer para esta CPI.

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Tá, então, assim, como eu tive duas meninas que foram a óbito por uma doença genética comprovada em certidão de óbito, eu acabei engravidando do meu filho Jorge Mateus e tive toxoplasmose durante a minha gravidez. Eu já saí do Hospital de Clínicas agendada para uma consulta. Ele nasceu no dia 29 de março, e eu saí da maternidade com uma consulta agendada para o dia 27 de abril, com o infectologista. Chegando ao infectologista, a médica pediu para fazer uns exames, internar ele para fazer uns exames de sangue, para ver se ele não estava com a toxo congênita. Ele internou na segunda-feira à tarde. Daí, na quarta-feira, veio uma enfermeira falar para mim que teria uma médica lá que ela queria conversar comigo a respeito do óbito das minhas outras duas filhas. Ela perguntou para mim o que aconteceu. Eu expliquei tudo para ela o que tinha acontecido com as meninas. Aí, a médica, a Dra. Luci, olhou pra mim e falou assim: *"Mãe, a partir deste momento, eu recebi uma ordem da juíza por telefone que, a partir deste momento, nem você nem ninguém da sua família pode ver o Jorge Mateus"*. Ele, na época, tinha 27 dias de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela disse o nome da juíza?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Dra. Lídia Munhoz Mattos Guedes. Aí, ela mandou, pediu para o médico me acompanhar até a enfermaria onde o meu filho estava internado para eu pegar os meus pertences para sair do hospital.

Quando eu cheguei ao quarto para buscar os meus pertences, o nome do meu filho já não estava no berço. O berço estava limpo, e o meu filho estava no colo de uma enfermeira. Aí, eu peguei os documentos e, quando eu fui sair, eu fui me despedir do meu filho, que ele tinha 27 dias de vida, era muito novinho, e estava mamando no peito, né? Aí, o médico, tipo, me empurrou para trás assim, e falou: *"Mãe, você não pode encostar um dedo no seu filho"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem era o médico?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Dr. Antônio, do HC.

Então, aí a gente saiu dali. No outro dia, a gente foi ao Conselho Tutelar. Chegando ao Conselho Tutelar, me recordo até hoje, o conselheiro que atendeu a



gente foi o Conselheiro Marcos, da Regional do Boa Vista. Aí, contando a situação para ele, falamos assim: *“Nosso filho vai ser abrigado”*. Explicamos a situação para ele. Aí, ele procurou os documentos lá no Conselho Tutelar, que ele falou que, geralmente, quando uma criança vai ser abrigada, o hospital manda documentos para eles lá. Aí, ele procurou de todo lado e não achou nenhum documento. Ele falou: *“Ah, mãe, você deve estar enganada, porque não chegou nenhum documento aqui no Conselho Tutelar”*. Eu falei: *“Então, liga lá, porque a médica falou que ele ia ser abrigado”*. Aí, ele ligou lá no HC, falou com a própria Dra. Luci. Aí, ela falou, explicou que eu estava sendo acusada de ter matado as minhas duas filhas e por isso que o Jorge Mateus ia ser abrigado. Aí, o Conselheiro só olhou pra mim e pro meu marido e falou assim: *“Ó, pais, eu sugiro a vocês que vocês contratem um bom advogado porque, com essa médica aí, ninguém pode”*. Foi o que o Conselheiro Tutelar falou pra gente.

E a partir daí, a gente nunca mais teve acesso à criança, ao Jorge Mateus. A gente até foi ao CRIA, na Delegacia da Criança e do Adolescente, conversamos com os atendentes lá. Os atendentes falaram pra gente: *“Ó, se vocês continuarem a insistir nessa situação da criança, do Jorge Mateus, a gente vai acabar prendendo vocês dois”*. Foi o que os atendentes lá do CRIA falaram pra gente.

E, assim, essa mesma juíza que mandou, que solicitou o abrigamento do Jorge Mateus, é a mesma juíza que está no caso até hoje. O processo está em recurso. Ela tirou a guarda da gente em dezembro. Ela destituiu a gente do pátrio poder, mas é ela que continua no caso. Então, durante 3 anos, é ela que está no caso.

E assim, tem outros dois casos. Até tem uma mãe que está aqui, que a criança dela só não foi abrigada porque ela fugiu do hospital com a criança, o mesmo hospital, a mesma médica e a mesma juíza. Tem mais outro caso, de outra mãe, que ela também não está aqui, porque não pôde vir, mas é a mesma situação que aconteceu. Então, são três casos do mesmo hospital, da mesma médica e da mesma juíza. Eu e a Karine, que é outra mãe que não está aqui.

Eu, faz 3 anos que eu não tenho acesso ao Jorge Mateus. Na nossa família, ninguém conhece ele. E a Karine vai fazer 4 anos que ela não tem acesso à criança dela também. E assim, o que a gente, a juíza pediu para eu fazer um tratamento



psicológico e psiquiátrico durante um ano. Eu fiz o tratamento psicológico e psiquiátrico durante esse um ano. Só que o que acontece? Chegando no dia da audiência, a juíza não aceitou o laudo, nem do psicólogo nem do psiquiatra. Ela falou que não iria aceitar esse laudo, tanto que foi ela própria que pediu o laudo. A gente, há pouco tempo, a gente ficou sabendo também que a Presidente do abrigo onde as duas crianças estão é Nilcéia Braga, que, por incrível que pareça, é filha do Ney Braga, que não sei se foi Vereador ou foi Governador, ex-Governador, alguma coisa. Aí, a gente ficou mais preocupado ainda com a situação.

Mas, assim, a gente tem condições hoje de até, não sei se vocês viram, eu tenho um filho de 1 ano e 8 meses, que estava aí até agora há pouco, o meu marido levou ele para casa. Então, é uma criança saudável, muito bem cuidada e tal. E assim, o Gabriel agora, o Conselho Tutelar nunca foi lá em casa perguntar como o Gabriel está, se o Gabriel estava sendo maltratado, porque a alegação deles era que o Jorge Mateus estava sendo maltratado por mim e pelo meu marido. Então, tanto que o Conselho Tutelar nunca apareceu lá em casa, para perguntar: *“Vocês precisam de alguma ajuda? Vão se inscrever no Bolsa Família, vão fazer alguma coisa desse tipo, desse nível?”* Mas, não, o Conselho Tutelar nunca fez isso lá, nunca apareceu lá em casa.

Então, o que a gente indaga hoje é que, assim, a juíza cortou totalmente o vínculo familiar, tanto de nós quanto da outra mãe. A gente nunca mais teve acesso às crianças, nunca mais vimos. Então, eles falam que a criança está no abrigo, mas a gente não tem certeza que ele está no abrigo. Será que ele realmente está no abrigo? A gente se faz essa pergunta. Nós não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Jandira. Agora, você e o seu marido prestaram queixa sobre essa situação?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Então, que nem eu falei, a gente foi ao CRIA tentar prestar o depoimento, alguma coisa, só que o próprio atendente lá do CRIA falou para a gente que, se a gente insistisse em prestar algum depoimento contra a médica, eles iam acabar prendendo a gente. Foi o que a atendente falou lá no CRIA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Procuraram o Ministério Público ou a Defensoria Pública?



A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Sim. O Ministério Público está no caso, a Defensoria Pública está no caso, tanto que a juíza destituiu a gente do poder familiar. O processo está em recurso agora. Ela já tirou a guarda, só que a própria Dra. Lígia, que solicitou o abrigamento do Jorge Mateus, é a mesma juíza que está no caso, no recurso, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você falou também que tem outra...

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Tem outra mãe. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...outra mãe que está na mesma situação.

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Ahã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela também recorreu para o Ministério Público e também para a Defensoria Pública?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Ah, sim, a outra mãe, a médica chegou, não solicitou o abrigamento, por causa que a mãe fugiu do hospital com a criança. Ela escutou a mesma situação que ia abrigar e tal e ela acabou fugindo do hospital e ficou um tempo escondida com a criança, mas a juíza mandou uma ordem de busca e apreensão, para tentar prender, colocar a criança no abrigo também, só que não conseguiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Essa médica ainda continua no mesmo hospital?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Sim, continua no mesmo hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É o hospital...

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - O Hospital de Clínicas, o HC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o nome dela é...

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Dra. Luci Yara Pfeiffer.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois, não.

O SR. FRANCISCO COSTA (Chico do Uberaba) - No relato, pela manhã, e na documentação que eu entreguei, tem o nome da juíza. E a mãe a que ela se refere, que fugiu do hospital, está presente aqui também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tá o.k. A outra mãe gostaria também de falar? (Pausa.) Pode vir aqui para frente mesmo, para que a gente possa... Muito obrigado, D. Jandira.

Vamos ouvir agora a D. Maria Antônia, para a gente ver os encaminhamentos.

Hoje, você sabe onde seu filho está, não é? (Pausa.)

Jandira, você tem informação sobre o seu filho?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Sim, segundo o que eles falam, está no Lar Bom Caminho, mas a gente não teve acesso à criança. Então, nós não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O.k. Não teve acesso?

A SRA. MARIA JANDIRA SHOEL - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está bom. D. Maria Antônia, a senhora trabalha?

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Eu trabalho de diarista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diarista. Mora aqui...

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Eu moro no Santa Cândida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tá. E o que a senhora teria a falar agora para...

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Eu tenho muita coisa a dizer em relação a esse caso, porque eu vivi um processo 3 anos da minha vida, o qual eu não devia. Meu filho teve uma doença crônica, de nasogástrico, que ele foi fazer esse exame. Como a gente depende de um posto de saúde, e o posto de saúde joga no sistema, e ali se demora anos, meses, para a gente conseguir uma consulta com um especialista, ele começou a passar muito mal, teve uma infecção, uma diarreia muito grave, que começou a sangrar pelo ânus. Eu fui parar no Pequeno Príncipe, numa consulta com ele, de emergência, e lá a médica falou assim, a Dra. Luciana, não me recordo o sobrenome dela, mas eu tenho todos os papéis em casa, que ele teria que ficar internado para fazer um tratamento por uns 4 dias. Aí, ele pegou, ela internou, ele fez o tratamento no Pequeno Príncipe. Daí, ela liberou ele, me deu uma lista do que eu podia dar, do que eu não podia dar para ele.



Fui para casa. Ela falou assim: “É bom que ele passe por um especialista para ver o que causou essa diarreia nele e esse sangramento”.

Aí, eu peguei, fui com ele para casa, em tratamento. Fui ao posto, que nem a doutora tinha me falado, e joguei ele no sistema, lá com as pessoas do posto, com o especialista, mas começou a demorar, demorar, demorar. Daí, ela mandou que ele fizesse um tratamento também com o gastro, que o gastro poderia dizer se tinha algum outro problema nele. Ele foi passado por uma em Curitibana. Em Curitibana, ele ficou com Aristides Schier, um médico lá, que é um gastro. Aí, o médico, com todo o relato que eu dei para ele e o papel que eu apresentei da Dra. Luciana, ele falou assim: “Eu estou com medo que o teu filho tenha uma neuroblastoma”. Até hoje eu não sei o que é isso. Entendeu? Simplesmente, o gastro pegou e falou isso. “Então, eu vou estar internando ele no Evangélico”, porque ele é chefe da pediatria no Evangélico também, o Aristides Schier. Ele ficou lá mais ou menos um dia, um dia e meio, para fazer os exames, que seria bem mais rápido.

Aí, no posto, saiu a consulta dele para o HC, com o infectologista. Levei ele, ele foi lá, passou por quatro médicos: com a Dra. Fernanda, Érica, com a Dra. Stela e mais outros dois médicos que não me recordo o nome, mas eu tenho em casa. E o chefe da pediatria, lá no HC, da infectologia, é o Tony Tanous Tahan. Ele pegou e falou assim: “Ó, nós vamos estar internando teu filho por 2 dias, para fazer um exame nasogástrico, para ver o que ele tem”. E daí pediu exame de fezes, de urina e mais um monte de exames. Nada constou.

Só que daí ele pegou, esses 2 dias, apareceu essa mulher, uma mulher no quarto, e falou assim: “Ó, vai vir uma doutora, entendeu, que ela quer falar com você em relação ao Christian Eduardo”. Então, eu falei: “Não, tudo bem. Se for para ajudar, para descobrir o que ele tem, não é, para mim, pode ser”. Daí, a doutora pegou, se intitulou uma doutora, só que ela não é paga pelo hospital, ela faz parte de uma ONG onde ela criou um tal do Programa Dedica, dentro do Hospital do HC, que ela tem controle também de adolescentes, que ela diz cuidar de adolescentes e de crianças assim, mas, a meu ver, assim, ela é um outro tipo de pessoa. Aí, ela pegou e falou assim: “Vamos numa salinha”. O Christian ficou lá no berço, na Infectologia. E ela começou a me fazer umas perguntas em relação ao Christian, e eu fui dizendo. Daí, ela pegou, olhou para minha cara e falou assim: “Agora, vamos



falar da tua vida pessoal”. Eu falei assim: “*Olha, a minha vida pessoal, eu não acho que vai ajudar em relação nenhuma ao Christian Eduardo. Se ele tem algum problema, não é que a minha vida pessoal que vai adiantar a cura dele*”. Eu falei para ela. Eu acho que ela se sentiu assim com raiva do que eu tinha falado para ela. Minutos depois, eu estava com ele no quarto, ela mandou a mulher ir lá ver como estava o Christian. Aí o Christian pegou, dormiu.

Depois disso, foram-se passando os dias. E eu falei assim: “*Ó, o meu filho não tem nada, não está tomando medicação*”. Eu pedi a alta dele. “*Ah, só a Dra. Luci pode dar alta*”. Eu falei assim: “*Mas, então, deixe eu falar com ela, não é?*” “*Não. Ninguém pode falar com a Dra. Luci. Ela só pode atender na segunda-feira, e ela não quer falar com você*”. Foi isso que falaram para mim no hospital. Tá. Foi indo, foi indo, eu fui falar com a chefe do hospital, e ninguém me dava alta. Aí, eu peguei e falei assim: “*Ó, ou vocês falam com a Dra. Luci ou eu vou ligar no Conselho Tutelar, porque vocês estão me retendo aqui dentro do hospital*”. Eu falei para ela. “*Meu filho não tem nada*”. Daí, a mulher falou assim: “*Não, eu vou avisar a doutora*”.

Daí, ela tinha marcado para me atender numa quarta-feira. Só que, antes disso, aconteceu um fato, que ela julgou que eu tinha jogado o piá do berço. E a enfermeira falou para ela que o menino tinha caído do berço. Ela não acreditou em mim e nem na enfermeira. O meu filho caiu do berço, porque era um berço de encaixe. Ele se segurou, quando eu estava tomando banho, viu que eu não estava lá, porque ele é muito grudado comigo, viu que eu não estava lá, se segurou, o berço abriu e ele foi para o chão. E ela disse que eu tinha jogado ele. Eu fui e expliquei para ela que não, a enfermeira viu que eu estava no banheiro, tomando banho, a enfermeira foi, falou para ela, e ela não acreditou.

Daí, ela pegou e falou assim que estaria recolhendo ele. Deu um telefonema para a Juíza Lídia Mattos Guedes, na Vara da Infância ali, situada na Máximo João Kopp ali. A juíza pegou e falou que estaria fazendo um relato sobre isso. Não, para a Juíza, não. Ligou para a Promotora Michele — Michele Maia Zardo —, entendeu? Aí, tá. Eu peguei, daí as moças estavam comentando, as enfermeiras comentando: “*Ah, a juíza já deu para a doutora o filho da Maria Antônia e vai para a adoção*”.



Entendeu? E eu fiquei com aquilo na cabeça. Eu ouvi. Elas acharam que eu não estava ali escutando. Aí, eu peguei, liguei.

Na hora, o que eu fiz? Eu fiquei com muito nervoso, fiquei com meu filho no quarto, pensando o que eu ia fazer. Eu portava só um celular e a roupa que estava no corpo ali, porque todo dia eu ia para casa, voltava, e o piá ficava ali no berço. Já fazia, acho, quase uns 10, 11 dias que o piá estava ali dentro, sem ter nada, sem tomar remédio, sem nada, dentro do Hospital de Clínicas. Aí, eu peguei e liguei para minha irmã. Liguei para o pai da criança e para a minha irmã. Daí ele falou assim... Isso foi no dia 23, acho, de dezembro, não me recordo direito, mas eu tenho a data marcada em casa. Daí, eu falei para ele, e ele falou assim: *"Ah, então já que está nesse sentido, pega e vai embora, não é?"* Daí, eu falei: *"Mas eles não querem me dar alta. Dizem que é só essa doutora"*. Daí, eu falei assim: *"Mas, como é só essa doutora, se ela não é nem paga pelo hospital, ela só trabalha voluntariamente, dentro do hospital?"*

Eu fui e questionei com todo mundo dentro do hospital, pedi para o chefe de lá, da Infectologia, para ele vir falar comigo, que era o Tony. Ele não vinha falar comigo, estava de férias e não estava nem aí para quem estava lá dentro. Todo mundo que se danasse lá dentro. Essa é bem a palavra correta. Aí, foi indo, foi indo. Eu falei assim, eu acho que eram umas três e meia da tarde, eu falei assim: *"Eu vou ligar para o Conselho Tutelar"*. Liguei para a Cecília Maieves, relatei o que estava se passando. A Cecília falou assim: *"Você não pode fazer isso, não pode fugir do hospital"*. Eu falei assim: *"Não, eu vou fugir do hospital, porque eles estão dando meu filho já para a adoção, e eu não sei nem por quê"*. Daí, ela vem. Daí, eu perguntei para uma enfermeira o que a doutora tinha falado. *"Ela falou assim que você tem a Síndrome de Münchausen por procuração"*. Eu falei: *"Que doença é essa?"* Eu nunca tinha ouvido falar nessa doença. Aí, eu procurei.

Daí, passado esse tempo, eu fingei que eu estava dormindo com a criança, porque eu vi que estava vindo gente, e ele estava dormindo no berço. Aí, ela pegou um casal, uma mulher loira, cheia de colares, com uns anelzões e um senhor muito bem alinhado, polaco também, olhou assim pelo vidrinho, porque era só um vidrinho na Infectologia, olhou, e aí ela abriu a porta, a Luci abriu a porta. Quando ela abriu a porta, ele falou assim: *"Qual é a criança que nós vamos levar em adoção?"* Daí a



Luci mostrou com o dedo que era meu filho, porque já era o primeiro berço, quando chegava na porta. Daí, eu finge que estava dormindo. Ela foi para pegar ele, eu me virei assim e ela saiu de dentro do quarto.

Aí, eu liguei para o pai da criança de novo e para a minha irmã. Isso eram quase umas 5 horas da tarde. *“Desce, que nós já vamos aí. Às 7 horas, nós estamos aí para pegar vocês”*. Foi quando eu saí do hospital. Daí, nós fomos e conversamos com a chefe do plantão da noite. Ela não quis me liberar. Daí, eu falei: *“Tem alguém que vai me segurar aqui dentro do hospital, porque eu estou saindo com meu filho daqui de dentro”*. Daí, ela: *“Não, o guarda...”*. Eu falei assim: *“Então, chame o guarda, porque eu estou saindo daqui”*. Daí, eu peguei a criança, saí e fugi.

Eu saí não com aquela alta pedida, porque ninguém me deu. Eu fui mesmo do hospital com a criança.

Passados, acho, uns 5 dias, vem uma ordem da juíza lá em casa de busca e apreensão para o meu filho, da Juíza Lídia Mattos Guedes e da Promotora lá do Ministério Público, a Michele Maia Zardo, que o meu filho estava com busca e apreensão. Ele estava indo, eu tinha acabado de fazer um exame nele, para ele entrar na creche, porque ele estava entrando na creche da Josiane. Na época, era a Josiane a diretora da creche. O que eu fiz? Eu peguei a criança no colo, empurrei o Oficial de Justiça e saí de dentro da minha casa.

Aí, liguei para a Doracy Martins, que é Presidente do clube de mães lá do Santa Cândida, e contei o relato pra ela. Ela falou assim: *“Eu já passo aí para te pegar”*.

De lá para lá, não vou dizer onde eu fiquei escondida, porque eu tenho medo até hoje, porque no processo todo essa Luci diz — eu posso trazer o processo para vocês verem — que ela diz que, de qualquer forma, ela vai pegar meu filho ainda. Entendeu?

Eu acho assim uma brutalidade. Eu estava trabalhando registrada, eu ganhei a conta, eu fiquei com o meu nome denegrido, a minha imagem, meu filho escuta um carro até hoje e fica assim: *“Mãe, vieram me pegar”*. Entendeu? Ela dizia que o meu filho era uma criança deféctil, que não escutava, que não falava, que não mexia braço, nem perna, nem nada. Tudo mentira dessa doutora. Entendeu? Agora eu pergunto: o que é feito com ela?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A senhora falou o hospital...

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Hospital de Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Clínicas. Mas a senhora falou também que ele esteve no outro hospital onde tinha...

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Ah, ela disse, ele ficou, ele tinha uma infecção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas a senhora falou o Hospital Evangélico.

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - O Evangélico, porque o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que tem uma...

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - ...gastro dele queria fazer um exame para ver ele tinha neuroblastoma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Mas tinha uma pessoa que era de uma ONG.

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - É esta mulher, a Luci Yara Pfeiffer. Ela tem uma ONG.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como é o nome da ONG? Sabe o nome da ONG?

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Não sei o nome da ONG. Eu sei que ela tem uma ONG. Ela faz palestra. Ela está na Internet. Se você entrar ali na Internet, você vai ver ela, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O nome dela é?

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Luci Yara Pfeiffer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Luci Yara Pfeiffer.

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - É. Ela trabalha voluntariamente no Hospital de Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado. Nós vamos analisar. Esse documento também dever estar naquele relatório lá.

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Eu até me propus dar o CD da audiência, porque a juíza nunca quis me escutar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos escutar e vamos pedir...



A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Ela dizia que eu era uma servente de limpeza e eu não tinha um diploma para brigar com essa mulher. Inclusive, eu até relatei para o Seu Chico ali, que tem uma técnica que estava atendendo o meu caso, na época, na Vara da Infância, a juíza destituiu duas técnicas, ela destituiu do meu caso, colocou umas outras duas, que é a Maira e a Andreia. Aí, essa mesma Luci entrou contra, lá na psicologia, contra essa primeira técnica, dizendo que ela me deu os relatos de todos os lugares aonde ir.

Em um mês, eu conheci 75 órgãos relacionados à criança. Foi aonde eu fui. Por último, eu conversei com a Promotora Luciana, na Casa Rosada, entendeu? E, de lá pra cá, eu tenho medo que essa Luci pegue meu filho, porque ela diz no processo — eu trago o processo e mostro, porque eu até grifei — que ela vai fazer de tudo para pegar meu filho. Eu não tenho paz nem sossego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Depois, eu vou pedir também a cópia do processo e encaminhar também para a CPI, porque é importante.

D. Maria...

A SRA. MARIA ANTÔNIA ALVES DE OLIVEIRA - Maria Antônia Alves de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...Antônia Alves de Oliveira, muito obrigado pelo seu depoimento.

Vamos agora ouvir a Sra. Rosana Sartor Mendes de Oliveira.

Pode sentar aqui na frente. Na frente é melhor? (Pausa.)

A senhora mora aqui em Curitiba?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Moro aqui em Curitiba há 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Há 40 anos.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A senhora...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Eu sou mãe de dois filhos e a minha filha tem cinco filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a senhora hoje...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Eu sou avó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...é aposentada ou trabalha?



A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Sou aposentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aposentada. Pronto, então, a senhora pode falar aquilo que a senhora hoje pela manhã começou a falar. A senhora pode falar agora com mais detalhes.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Eu tenho dois filhos e uma filha. Ela tem cinco filhos. E cinco filhos eu tenho a guarda, pelo Dr. Lauro. E a doutora, e a Vara da Infância pegou, não quer me dar a guarda do quinto filho. E ela mandou para a adoção. Só que nós temos condições morais para criar essa criança. E essa criança tem quatro irmãos que estão chorando por causa dela. E desde o hospital, a Dra. Lídia mandou pegou abrigar a criança e não quer nem que nós vejamos a criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É a mesma doutora da...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - É a mesma. E ela não nos recebeu. Ela não quer nos receber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dra. Luci?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Dra. Lídia Munhoz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Lídia.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - É a juíza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É a juíza.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - A juíza. Ela não nos quer receber. Ela já mandou tirar do o pátrio poder familiar da minha filha, e o Dr. Lauro me deu a guarda. E ela disse que não reconhece a guarda. Meu marido é funcionário público, investigador policial, e ela só diz assim que nós somos velhos, que nós podemos morrer a qualquer minuto, que nós não temos condições de criar mais uma criança.

A minha casa eu fiz uma reforma para acolher mais uma criança. O senhor pode ir à minha casa, ela não é bagunçada. E lá está escrito que minha casa é bagunçada, é isso. Quando eles foram lá, estava com cimento, tijolo, areia, cal, e o pedreiro fazendo a reforma. Não estava bagunçada. E ela disse que estava bagunçada e suja. O dia que eles foram lá era isso. Se o senhor vai à minha casa, o senhor será bem recebido, e o senhor não vai ver bagunça. Ah, não, bagunça, tem



bastante: boneca, tem tudo quanto é coisa que as crianças escrevem e colam na parede, os dois pequeninhos.

Ele acorda às 6h da manhã e ele me pede: *“Mamãe, quando eu vou ver o Neto?”* Eu não tenho resposta. Eu não posso chorar perto deles. Eu tenho que ser forte, porque tem quatro crianças pedindo essa outra criança. Eu não posso separar os irmãos, um dos irmãos. É que nem tirar um dedo de uma mão e não voltar. E a Dra. Lídia nos proibiu de ver a criança. Ela mesma disse que a criança vai para a adoção. A Diana, a assistência lá dela, falou para mim assim: *“Não adianta você correr, porque vai demorar, vai demorar. Eu vou fazer de tudo para demorar para você não pegar essa criança”*. Isso é o que as técnicas falam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Essa doutora juíza trabalha...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Na Vara da Infância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na Vara da Infância.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Era primeiro no Santa Cândida e agora ela está aqui no centro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - No centro?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tá.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - E eu tenho a guarda provisória e o termo de responsabilidade. É impossível que um juiz veja que nós temos condições de ter a guarda e a outra, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso aconteceu quando, D. Rosana?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Foi no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ano passado.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - E eu fiquei vendo essa criança 7 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sete meses. E o nome dela completo como é?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - O nome da criança é Vander Mendes de Oliveira Neto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Neto. Certo. Esse é um processo também que deve...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vão ouvir o caso e depois o seguinte, para que a gente possa encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, para ele também...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Mas o processo está na Vara da Infância e na Vara da Família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vara da Família.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - E na Vara da Infância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas é o seguinte: é questão de correição por parte do Conselho Nacional de Justiça, que é quem cuida da corregedoria das pessoas do Judiciário. Se tiverem fazendo as coisas não corretas.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Eu sei que, se o senhor for, eu tenho testemunha de que as crianças não estão nas ruas, sempre dentro de casa. Vão para a escola. Eu posso pegar as duas crianças, a Edna e o Edson estão na creche Maria Gazeta. E o Vander está com uma vaga garantida, esse que está abrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E depois o seguinte: há o princípio de que não pode separar a família, os filhos. Aí, é um princípio básico que existe lá no Estatuto da Criança, na Lei de Adoções, ou seja, não pode fazer. Isso aí é algo ilegal.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Mas, tudo bem, eu tenho uma neta, que ela tem 12 anos, está na sétima série e ela chora todo dia e eu estou vendo que ela está assim com muito desespero e o pior que eu fico também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. A senhora vai... O nosso... O Chico do Uberaba vai ouvi-la, vai pegar mais informações, vai mandar para a CPI e nós vamos encaminhar para as autoridades já para agilizar essa questão do retorno.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Tem uma também, que eu esqueci. O senhor pode me dar dois minutinhos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.



A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Quando a minha filha foi ganhar neném, ela ia ganhar no dia 21, daí ela ganhou antes e eu falei: *"Filha, a mãe não pode ir no hospital com você, porque tenho essas 4 crianças para eu cuidar, mas você fica no hospital e a mãe vai visitar"*. Quando eu cheguei lá, fui falar com a assistente social, a assistente me deu um papel e falou: *"Olha, você tem que falar com esse Conselho Tutelar"*. Eu fui falar com ele, expliquei a situação, ele foi na minha casa. Ele viu tudo etc. e ele, simplesmente, não quis nos ouvir nem nada e falou: *"Não, nós vamos mandar para a Vara da Infância"*. E ele pegou... O Oficial de Justiça pegou a mão da minha filha para ela assinar com o dedo. A minha filha falou: *"Não, eu sei assinar. Não preciso fazer isso. Eu não vou assinar"*. E ele falou: *"Não. Você não tem condições e essa criança vai para adoção"*. Não pode. Essa criança tem 4 irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem fez isso?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - O Conselho Tutelar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sabe o nome do Conselheiro?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Sei. Rosalvo. Agora, o sobrenome eu não... Mas está no processo. Aí ele disse assim que a minha filha era drogada. E eu fiz exame e deu tudo negativo. E de 6 em 6 meses eu faço *antidoping* e agora dia 22 eu vou pegar o resultado e trazer para o Chico sem abrir, quem vai abrir é o Chico, para ver que está tudo negativo. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. Muito obrigado, dona Rosana. A CPI vai tomar as providências.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Desculpe de alguma coisa, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não tem que pedir desculpas não. A senhora está no seu direito.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - É uma ferida que não vai cicatrizar nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu sei. E não tem esse negócio de idade, porque a minha mãe faleceu com 89 e ela criava uma bisneta dela. Então, não tem problema, não.



A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - A minha mãe criou 13 filhos dela e mais 4 dos outros e nenhum saiu ladrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Obrigada, Da. Rosana.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Desculpa de alguma coisa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A gente tem a capacidade ainda de se indignar, D. Rosana, e a senhora encheu a gente de sensibilidade e nós vamos trabalhar muito. A senhora pode ter certeza, se a gente precisar arrastar a CPI de novo e tiver alguma coisa parecida, nós vamos fazer tudo de novo. Não é, Deputado Luiz Couto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - O Chico mora perto da minha casa e ele pode ver que a minha casa é cheia de brinquedo, bicicleta, tudo brinquedo para as crianças se desenvolverem, não tem filme pornográfico, tudo desenho, desenho, desenho. Não é possível tanta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Obrigado, D. Rosana. Que Deus nos proteja.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Tá. Desculpa. Outra, os juízes também erram pelo que o Conselho escreve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual o nome do Juiz?

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Dra. Lídia Munhoz, o resto, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, porque a senhora falou do Juiz, pensei que era Juiz...

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Desculpa, é Juíza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está bom. Muito obrigada.

A SRA. ROSANA SARTOR MENDES DE OLIVEIRA - Tchau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos ouvir agora o Dr. Jefferson Luís Biancolini, advogado de São Mateus do Sul, Paraná. Se quiser a tribuna... Como sempre, os advogados usam muito bem a tribuna. V.Sa. terá o tempo de até 20 minutos, podendo ser prorrogado.



O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Agradeço ao Deputado Luiz Couto e ao Deputado Fernando Francischini por essa cansativa CPI. Eu sei que já está tarde e ainda vamos um pouco mais longe. Eu gostaria que o Deputado Luiz Couto e o Deputado Francischini transmitissem aos Deputados que fazem parte desta Casa, desta CPI as minhas considerações e respeito.

Exmo. Deputado, eu tomei conhecimento desses casos já faz alguns anos e me solidarizei com a família. Não teve outra forma para que a gente conseguisse força para que o processo de adoção fosse revisto. Eu vi que a Promotoria entregou uma cópia a V.Exa. do processo integral. Inclusive eu O trouxe ele, em original, uma parte. Então, suponho que o segredo de justiça já tenha ido para o beleléu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza.

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Então, não há mais por que a gente manter esse segredo.

Ela começou explanando sobre exigir mudanças na família. É fácil pedir mudanças. O difícil é executá-las. Exato, de que forma? Conselho todo mundo dá. Se fosse bom, não se vendia. Em vez de conselhos, deveriam ter sido tomadas providências.

Não vou aqui culpabilizar nem Ministério Público, nem a Justiça, mas o Estado, em geral, desde o Governo até o Judiciário, o Executivo e, em uma parte, o Legislativo, porque as nossas leis são falhas. A gente, como advogado, sabe disso. Nós trabalhamos com as falhas da lei, não só nós, como os promotores também, porque eles também são advogados e fiscais da lei. Então, exigir uma mudança na família não é o correto. Exigir que a família tomasse uma certa atitude também não era o correto.

Vou pedir até ao senhor, se eu começar a me exacerbar aqui, porque advogado criminalista é assim mesmo, o senhor, por gentileza, pode me chamar a atenção e dar um puxão de orelha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - V.Exa. terá toda a liberdade. Inclusive, a própria CPI não pode apartear enquanto estiver falando.

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Eu fico indignado com as situações que a gente acompanha no Brasil todo. Inclusive sou advogado de um casal de traficantes que foi condenado a mais de 22 anos de cadeia e está preso. Isso é em



São Mateus. Lá não foi pedido destituição de pátrio poder de nenhuma das crianças filhas desse casal, inclusive, pela ilustre Promotora que estava aqui, toda cheia de lero-lero.

A solução do auxílio do Estado para a restruturação da família... Eu digo auxílio a fim de que possa ser retirada daquela situação... O que eu vejo nesse caso: a solução foi retirar as crianças e não fornecer uma solução à família. Moram no lixão? Moram. A casa é simples? É. É um cômodo só? É. Tem banheiro? Não. Vão defecar onde? Claro que no terreno, isso é óbvio. Trazer isso aqui para tentar, talvez, mostrar para o senhor que a família era desleixada? Até que não, porque fazia fora da casa. Não tinha banheiro.

Ela teve o trabalho de ler, até foi cansativo, todo o processo. Como sempre, o Ministério Público faz, nada contra, mas sempre o mal prevalece sobre o bem. Você pode ter feito 10 coisas maravilhosas, mas, se o senhor um dia na vida tropeçou, esse seu tropeço vai ser pelo resto da vida. As dez coisas boas que o senhor fez não vão valer para nada.

Na folha 62, se o senhor me permite, somente essas folhas, 62 e 63 dos autos de destituição do pátrio poder, a Dra. Tarcela começou a ler e parou no meio. Por que parou no meio? Porque o Conselho Tutelar informa muito bem que o Sr. Antônio... Um estudo social realizado pela Regina Bugai, Assistente Social:

“O Sr. Antônio Everaldo dos Santos e Maria Rivonete dos Santos estão residindo atualmente com seus 10 filhos em uma casa recentemente construída pela Prefeitura Municipal. A habitação é simples, de madeira e dois cômodos. Em visita domiciliar, constatamos que as condições de higiene da casa são regulares. Encontramos a residência com aspecto superficial de limpeza, apresentando melhorias em relação às condições anteriores.”

Ela parou aí, porque isso não lhe interessa. Continuo:

“Porém, percebemos que a situação ainda requer maior zelo e higiene, principalmente com relação à moradia. Com relação à convivência familiar, tomamos



conhecimento de que o casal e os filhos vêm se relacionando bem. Quanto ao problema do alcoolismo do Sr. Antônio, temos que este, após ter iniciado o tratamento, e apesar de não tê-lo concluído, não nos é dado o conhecimento de que este tenha ingerido bebida alcoólica demasiadamente, chegando a descontrolar-se.”

No processo existem altos e baixos. Qual o motivo? Eu também não sei. Isso aqui deveria ter uma prova técnica, perícia, psicólogos, psiquiatras, uma equipe técnica acompanhando. Não houve. Somente letras... Não tem foto nos processos demonstrando a atual situação das crianças na época, do imóvel onde moravam. Não sabemos se estavam desnutridas, machucadas, lesionadas.

As crianças, maiores de 10 anos, na época, não foram ouvidas nos autos. Pelo Estatuto, têm que ser ouvidas. E, depois, vêm me falar que o processo é perfeito, de destituição! Ora, nós não estamos mais em 1920, onde a palavra valia. Hoje não vale mais a palavra. Hoje o que valem são provas técnicas, periciais, indícios.

A meu ver, a providência rigorosa que foi tomada em relação à família foi a retirada das crianças e não uma solução de auxílio para que ela retornasse à sociedade, com a família reestruturada socialmente, fora do lixão, da pobreza, da falta de higiene, e isso não é, a meu ver, motivo para que se destitua um pátrio poder. Houve uma exacerbação de poder, aí, do nosso Judiciário, do Ministério Público e do Juiz em si, que não atentou as provas e atribuiu como regra a exceção da exceção, como o nobre Deputado já falou.

As assinaturas... A D. Rivenete e o Seu Antonio são pessoas humildes. O Seu Antonio, se não me falha a memória, parece que não sabe ler muito. Dá para perceber pela assinatura. E a D. Rivenete lê muito pouco. Acreditam em tudo o que você leva lá para eles assinarem. O que é dito eles confiam e assinam. Muitas vezes assinaram documentos aqui sem saberem o que estavam assinando. Receberam citações, mas não foi esclarecido a eles de que forma deveriam agir: procurar um advogado, contestação, defesa, recurso. Não foi falado. Passou em aberto. Usaram do desconhecimento deles da lei, da humildade, da simplicidade. Confiam naquilo



que estava sendo dito tanto nas audiências quanto pela situação processual, que eles também não têm conhecimento do andamento.

Os advogados, estranhamente, os advogados de São João do Triunfo, na época em que foram nomeados, declinaram, argumentando que a família não os procurava para justificar ou apresentar provas daquilo que estava sendo apresentado. Isso eu tenho que discordar, porque eu também atuo na Comarca de São Mateus do Sul e em outras comarcas como defensor dativo. Sou nomeado pelo Juiz, muitas vezes não converso com o meu cliente e estou sempre defendendo-o com afinco, sem conhecê-lo. Às vezes, vou conhecê-lo apenas na audiência.

Voltando ao nosso processo, essas assinaturas humildes e mal assinadas levam a crer que eles foram induzidos, no meu ver, como advogado já há alguns anos, a assinar a documentação: “*Seus filhos vão ser protegidos, seus filhos vão ser encaminhados à Casa Lar e lá vão ser cuidados e, mais tarde, vão retornar para a família*”. E assinaram, às vezes, documentos sem saberem o que estavam assinando.

Com relação ao Seu Antonio, espingarda parece que ele nunca teve em casa, muito menos de chumbinho, que não fere ninguém, né, Dr. Francischini? Hoje parece que é comum, no interior, todo mundo ter espingardinha de pressão em casa, até porque ela não exige registro, nada.

A promotora também argumentou sobre as fezes, várias fezes em volta da casa. E comentou que existiam várias cachorros. Pra mim, parece que, em São João do Triunfo, os cachorros não defecam, parece que as fezes eram só das crianças. Na minha casa, eu tenho três cachorros, eles entram dentro da minha casa, sobem na minha cama, lambem os meus filhos, saem, fazem a maior festa. Isso não é motivo. Se fosse assim, eu também ia ser, meus filhos iam ser destituídos do pátrio poder, exato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Meu cachorro faz em casa também, na sala...

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Necessidades fisiológicas no terreno, eu já falei que faziam, porque a casinha em que eles moravam, no lixão, não tinha banheiro, uma choupana. No processo, eu já disse que há altos e baixos...



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor não quer ir respondendo as perguntas e, daí, o senhor vai complementando, doutor, pra ser mais ágil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dr. Jefferson, nós estamos agora, inclusive, porque V.Sa., que é advogado...

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Mais rápido?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, não é pra ser mais rápido, não. É que há pessoas, também, de que o senhor é advogado, que elas pudessem falar, e o senhor, depois, retorna falando, inclusive sobre aquilo que elas vão falar aqui.

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Pode ser, Excelência. Até preferia ter falado no final, porque, daí, eu já complementava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, é nesse sentido que a gente está reconhecendo o erro, porque o advogado, no caso, ele, depois de ouvir os seus clientes

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Pode ser, Excelência. Até preferia ter falado no final, porque, daí, eu já complementava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, é nesse sentido que a gente está reconhecendo o erro, porque o advogado, no caso, ele, depois de ouvir os seus clientes... Se V. Sa. quiser, agora, pode usar os 20 minutos. Depois nós ouviremos as pessoas, e o senhor retornará e terá o tempo necessário pra falar sobre o que eles vão dizer e mais aquilo que está nos autos.

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Certo. Eu sou até humilde, nobre Deputado, em aceitar. O senhor me chamou, não tem problema. Quem preside a CPI é o senhor, e, pra mim, não tem problema a inversão, não tem problema nenhum. Mas a situação processual, a meu ver, resumindo aqui, pra depois eu voltar a falar mais um pouco, ela não condiz com a realidade, e há falhas. E essas falhas, nós temos que vedá-las através da reformulação da lei, dos estatutos, participação do Ministério Público, Ordem dos Advogados, Magistrados e Deputados, pra que a gente possa vedar essas falhas, porque, inclusive, como eu já falei, eu sou advogado, eu uso das falhas da lei, e o Ministério Público também está usando dessas falhas, atualmente, para destituir poder, pátrio poder de família. Obrigado, Excelências. Volto a falar um pouquinho mais tarde.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós vamos agora ouvir os pais. E, aí, chamamos, em primeiro lugar, o Seu Antonio e a D. Rivonete. Estão aí? Podem sentar e fiquem os dois juntos. O que Deus uniu o homem não separe, né?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essa que é a vantagem de um Deputado e padre junto, né, Deputado Luiz Couto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o advogado pode ficar aí do lado também, tá? Então, quem começa a falar?

Dizem que... Não vamos deixar pra gravar. Mas dizem que quem manda em casa... A última palavra é sempre do marido, né? É "sim, senhora".

Quem é que fala lá? É D. Rivonete ou Seu Antônio? Qualquer um pode começar.

O SR. ANTONIO EVERALDO DOS SANTOS - Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Primeiro, o seguinte, Seu Antonio, diga o nome e onde mora.

O SR. ANTONIO EVERALDO DOS SANTOS - O meu nome é Antonio Everaldo dos Santos e moro na cidade de São João do Triunfo.

Então, eu vim aqui no fato das minhas crianças, que foram mandadas pra fora. Eu queria explicar que muitas coisas que foram faladas aqui com a Promotora, que eu assinei os papéis, que muitas folhas, se eu assinei, foi no tempo que eu bebia, que eu era muito alcoólatra. Daí, fui internado, fiz o tratamento e tudo. Ela prometeu que, se eu fizesse o tratamento, ela entregaria as crianças pra mim. Aí, ela pegou e, quando fiz o tratamento, ela falou pra minha esposa, que estava esperando esse piá mais velho que está aqui, com 10 anos, aí ela pegou e falou que, se ela fizesse a laqueadura, ela entregaria as crianças. Aí, ela fez a laqueadura. Daí, ela também pegou e segurou as crianças e disse que não ia entregar, né?

Aí, fiz o tratamento e tudo, fiquei em casa 16 dias, tive, pro tratamento, vi tudo o que acontecia, voltei embora. Daí, ela pegou e me chamou. Disse: "Arruma uma fazenda boa pra você trabalhar, que eu posso entregar as crianças". E, aí, eu fui. Cheguei na fazenda, arrumei serviço, tudo, aí fomos com mudança, tudo, uma casa grande, eram cinco peças a casa.

Daí, nesse Estado em que nós fomos pra fazenda, o Dr. Paulo Tourinho era o Juiz de Direito da cidade. Ele foi transferido aqui pra Curitiba. E, nesse momento em



que esse juiz foi transferido, ela aproveitou o embalo e carregou as crianças na caminhonete e trouxe pra cá pra Curitiba.

Passada uma semana, o conselho tutelar foi lá em casa e avisou que... Se nós sabíamos das crianças, onde estavam. Eu disse: “*Não, não estamos sabendo de nada. A Dra. Tarcila falou que ia mandar pra nós as crianças aqui na casa.*” “*Não, as crianças já estão longe*”. Ela carregou tudo na Casa Lar e na creche, pegou as crianças e levou embora.

Daí, eu vim atrás, vim até aqui, Curitiba, peguei ela e viemos. Chegamos no quarto andar, eles estavam no quinto. Aí, ligaram pra lá, que nós estávamos aqui atrás das crianças, né? Aí, eles pegaram, ligaram pra ela, ela pegou e mandou que nós voltássemos embora, que não adiantava mais. Aí, nós pegamos e voltamos embora.

Ficamos com uma mão na frente e outra atrás. Aí, nós começávamos cada passo. Perguntava pra ela das crianças. Ela dizia: “*Eles estão bem. Um dia eles vão voltar embora.*” Só que passaram uns dias depois daquilo, e já soubemos notícia de que eles tinham mandado para os Estados Unidos, tinham transferido eles daí.

Daí a minha filha veio agora, esses dias pra cá, e estava contando. Disse que eles sofreram muito quando eles foram transferidos. Porque nós, quando viemos aqui, eles já souberam que nós estávamos ali. Aí eles mandaram pra São Paulo eles; daí, de São Paulo, eles foram transferidos pra Rio de Janeiro; de Rio de Janeiro, que foram pra lá. Disse que as crianças sofreram muito lá. Daí a minha filha estava contando, está tudo gravado ainda. O *notebook* ali tem coisa, porque está tudo gravado o que ela falou.

Daí, quando eles estavam na Casa Lar, ela proibiu de nós passar, não podia ver as crianças, não era pra nós ver as crianças. Sempre tinha um mais velho, que hoje está com 22 anos lá. Ele sempre saía e gritava da cerca: “*Pai, traga doce pra nós*”. Aí eu ia lá no mercado e pegava uma caixa de doces, de gibi — sempre eles pediam —, levava. Quando eu estava chegando com a caixa de doces pra entregar pra eles, ela mandou a polícia me prender lá. Daí me fecharam, três dias, eu fiquei fechado lá. Daí ela falou de que não era pra mim ir mais, não para mim passar mais na frente da Casa Lar. Ela proibiu passar lá. Daí não tive mais contato com as crianças depois que saíram de lá. É, foi isso que...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos ouvir também a Da. Rivenete. E depois nós fazemos algumas perguntas aos dois.

O nome completo, Da. Rivenete.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Meu nome é Maria Rivenete Santos. Sou nascida em São Mateus, mas moro em São João do Triunfo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A senhora trabalha?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Estou trabalhando, agora estou por mês, com uma tia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O Sr. Antônio também, Seu Antônio?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Está por mês, com a...

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Estou empregado. Sou chapeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ah, sim. Está bom.

Então, a senhora pode completar o que o Seu Antônio disse aí sobre a história da tirada dos seus filhos da sua família.

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Pois é, foi como ele falou ali. Quando ela pegou eles lá, eu deixava eles na creche, os pequenos, e os maiores iam pra escola. E eu saía a trabalhar por dia, pra ganhar, pra ajudar em casa, enquanto eles ficavam na creche, pois precisava.

E daí, até que um dia, eu fui na creche, pegar eles 4 horas lá, os portões estavam nos cadeados já. Daí a servente que saiu lá e eu falei: *“Por que puseram os cadeados no portão?”* *“A Dra. Tarcila ligou pra nós e mandou tacar cadeado nos portões. E não é pra você pegar as crianças.”* Daí eu falei: *“Mas como eu não vou pegar os meus filhos? Eu deixei aqui, não estavam na rua, estão aí, bem. Se estivessem na rua lá, até tinha um pouco de razão de pegar eles, tirar e levar lá, pra Casa Lar. Mas eles não estavam na rua.”* E aí, pra mim, já nada prestou naquela hora. Aí, Deus o livre!

Até que comecei a ir no fórum lá, conversar com ela. Ela nem me ouvia, me tratava que nem cachorro, batia as portas pra mim. Eu saía chorando. Daí, às vezes, encontrava com eles na estrada lá, já me chamava atenção, eu ia no fórum. Um dia, ela chamou a polícia pra levar eu no carro da polícia. Mandou prender e me levar lá.



Daí ela tirou dos cachorros pra por em mim: “*Por que você tem de parar nas ruas e conversar com as crianças? Você não tem mais nada com as crianças. Você já perdeu o pátrio poder. Se você não largar mão de conversar com as crianças, eu vou prender você e teu marido. E mude.*” E falou pra mim: “*Não passa na frente da Casa Lar e volta lá pela estrada, porque não é pra eles verem você e não é pra você ver eles*”. Só que eles fugiam lá da Casa Lar, pelos matos, e iam lá em casa. Iam fugidos e pediam pra mim: “*Por favor, mãe, não conte pra ninguém que nós fugimos e viemos aqui*”.

Até que um dia, tinha um aniversário lá de um deles, o Valmir pegou um pedaço de bolo na tigelinha, fugiu da Casa Lar e levou em casa pra mim. Daí falou pra mim: “*Ó mãe, não vou levar a tigela embora, porque, senão, eles vão saber que eu estive aqui e, daí, o castigo vai ser pior pra mim*”. Só que ele não contava que castigo que davam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eles contavam o castigo que eles sofriam lá?

A SRA. MARIA RIVONETE SANTOS - Não contou. Não contavam. Acho que eles tinham medo, não é?

Daí, outra vez, ela me chamou lá no fórum. Eu estava grávida desse, do João Felipe que está aqui, está com 10 anos agora. E ela pegou e me agradou essa vez. Ela falou: “*Olha, eu vim trazer um macacão pra você, de gestante, que era meu*”. Me agradando, sabe? “*E não precisa ficar com medo, porque eu não vou pegar esse. É mentira, porque eu...*” Saíram umas conversas que ela falou que ela ia tomar mais esse. Ele ia nascer e ela já ia tirar do hospital, que nem ela fez pra Terezinha, uma pessoa que é meio doente, sabe?

Ela fez pra Terezinha: ela pegou o nenê, ela mandou a enfermeira dar alta pra Terezinha e deixar o nenê. E esse nenezinho, daí, eu não sei. Não ficou nem um mês no hospital. Já carregou não sei pra onde esse nenê. E assim ela ia fazer pro meu, pra esse que está aí com 10 anos.

Só que daí, naquele tempo, estava o Prefeito, que era o Dr. Luiz, no Triunfo. O Dr. Luiz falou: “*Olha, Rivotete, não precisa ficar com medo. Eu não vou deixar ela tirar esse. Nós vamos arrumar encaminhamento pra você; vamos te levar pra Porto*



Amazonas; você vai ganhar lá o nenê; e lá ela nem vai saber. Ela não vai tirar". Daí foi o que eles fizeram, encaminharam.

Daí, antes ela tinha falado pra mim que, se eu fizesse laqueadura, ela ia me devolver todos os meus filhos. "Como que eu vou devolver todos os seus filhos pra senhora, Da. Maria Rivonete, se a senhora não for fazer laqueadura? Faça laqueadura que, daí, eu falo com a social, com tudo. Aí nós ajudamos e até arrumamos a casa, aumentamos a tua casa, fazemos banheiro, mandamos por luz e tudo e devolvemos as outras crianças."

Eu fui fazer laqueadura. Só que eu, como ela andou falando pra algumas pessoas que ela ia tirar mais esse de mim, daí eu, um dia, falei pro Dr. Luiz. Daí ele falou que não ia deixar. E foi o que ele fez, encaminhou tudo. Até ele veio ali em Porto Amazonas junto. Isso eram 7 horas da noite.

Ela nem sabia de nada, senão ela tinha vindo ali mesmo e tirado ele, que nem ela fez com a coitada da Terezinha lá. E ela me proibia, ela me ameaçava, ela mandava a polícia em cima de mim. Porque, quando eu encontrava eles na rua... Ela falou pra mim; "Quando encontrar eles na rua, não precisa você conversar com eles, abaixa a cabeça e passa". Eu falei: "Mas, Dra. Tarcila, como que eu não vou conversar com eles? Eles são meus filhos, são um pedaço meu. Como que vou virar a cara pra eles?"

De outra vez, ela me chamou lá, meio me agradando, pra mim desistir dos mais novos pra ela, pra mim assinar desistindo. Eu não quis. Falei: "Não, eu não vou desistir de nenhum. Se eu criei eles até aquele ponto? Quando ela levou pra Casa Lar, já estavam grandes, crescidos. Só o mais novo que estava pequenininho, que ela tirou do seio, mamava.

Fiquei quase 3 meses: enchiam meus seios, corria, tinha que andar correndo tudo, daí empedrou, tive que ir no médico pedir remédio até pra diminuir, que era leite. Daí a enfermeira falou pra mim: "Não, então eu vou te dar um remédio só pra sarar lá, que estava tudo empedrado. Não vou dar remédio pra secar, porque você pode ter filho ainda." — ela falou — "E você vai precisar daí. E, se secar o leite, daí não vai poder amamentar mais." E foi como ela falou pra mim.

Daí eu tive mais o Felipe — esse aqui —, que ela ameaçava de me tirar quando ele nascesse. Porque ela não conseguiu tirar. Porque, se eu tivesse



ganhado ele lá em São João, ela tinha feito a mesma coisa que ela fez pra Terezinha: ela proibia as enfermeiras, pra não entregar pra mim; pra mim ir embora; e depois ela ia e levava ele; e trazia pra cá. Como ela baldeou os outros, que nem cachorro: ela pegou, carregou e trouxe pra cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A senhora, Da. Rivenete, antes da... O Sr. Antônio falou que houve toda uma ação, que foi pra São Paulo; depois de São Paulo, Rio de Janeiro. Antes da adoção feita, a senhora foi diante do Juiz? Foi chamada? A senhora foi dizer pra ele que não era nada daquilo? Ou não houve nenhuma fala da senhora diante do Juiz?

FIM - GILBERTO

[INÍCIO KATIA]

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Quando ela trouxe as crianças, nós não sabíamos de nada. Não fomos chamados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas quando a senhora soube que ele estava dando a adoção para uns americanos, a senhora procurou o juiz para dizer alguma...?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não. Mas não soubemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não souberam?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não sabíamos de nada. Nós fomos saber quando passada uma semana, porque nós viemos pra Curitiba pra ver se nós conseguíamos alguma coisa. E chegamos ali em Curitiba, a moça já ligou pra ela lá em São João. Nós (*ininteligível*) escutamos a moça ligar pra ela: “*Dra. Tarcila, os pais das crianças estão aqui*”. Eu acho que ela mandou ela mandar nós embora, porque ela não atendeu nós, ela só avisou à doutora lá que nós estávamos aqui. E nós não soubemos mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A senhora tem dois filhos maiores de idade, não é?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Tenho. Casados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É o Ariovaldo e o Luís, não é?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Estão casados os dois. Familiar, eu já tenho um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem dois aqui?



A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Três, tenho três. Tenho dois, o outro maior está em Araucária, não pôde vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não pode. Quem está aqui?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Está o Luís Valdir e o João Felipe, que é o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Luís Valdir tem quantos anos?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Vinte e dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vinte e dois.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Vinte e quatro já? Vinte e quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem é dos dois... Os dois querem falar também sobre isso aí?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, pega o microfone, diz o nome...

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Um dia, eu falei... Ela queria que eu desistisse dos dois maiores, dos mais novos, pra ela me devolver os mais velhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Claro, claro. Nós vamos ouvir a família inteira, está bem? Depois a gente vai fazer as perguntas e ver os encaminhamentos que a gente vai fazer.

Pode passar o microfone para o seu filho Luís.

O nome e a idade.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Primeiramente, boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Boa noite.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - O meu nome é Luís Valdir. Também moro em São João do Triunfo. Agora, há duas semanas, estou trabalhando aqui em Curitiba, estou mais perto do assunto aqui.

Então, eu tenho separado alguns itens sobre esses processos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A sua idade.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Eu vou fazer 24 anos no mês que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O.k. Profissão?



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Motorista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Motorista. Pronto, Luís, pode falar.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Então, aqui, alguma coisa que eu não entendo é sobre a questão da doação. Que eu conversei muito com a Sandra esses dias atrás, enquanto ela estava por aqui, e ela me esclareceu algumas coisas que já saíram na mídia, coisa assim. Mas tem coisa que eu queria tocar no assunto ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode tocar.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Então, eu perguntei a ela se eles queriam ir embora. A Dra. Tarcila falou que eles queriam, não é? Ela me falou que ela não queria ir, ela e o Valmir, que eram os únicos que podiam falar por todos, que eram os mais maiorzinhos. Ela falou que não queria, só que acabaram indo de medo de nunca mais ver eles, os menores.

Diz ela que, os primeiros meses, ela sofreu muito, chorou muito lá, que não queria ter ido e só foi por causa disso, de medo de não ver mesmo os outros. Todos os outros pequenos queriam ir, porque não podiam escolher, não sabiam. Eram muito pequenos ainda, não entendiam muito das coisas. Porque, até quando foram tirados, eram muito pequenos ainda, tanto é que o menor acho que tinha o quê? Quantos meses, mãe, uns 8 meses? Não? Não tinha isso. Foi tirado do peito, como a mãe falou.

Que nem a questão que a Tarcila tocou no assunto ali, que o Sebastião foi pra APAE por comer comida do lixo, que nem ela tocou no assunto. Isso não é verdade. Ele foi pra APAE porque ele tinha problemas. Isso foi acompanhado por assistente social, tudo lá. E por que ela não toca no assunto do Andrei, que é o mais moço, que está lá? Porque, quando nós estávamos na Casa Lar, ele ficou doente, ficou internado em Ponta Grossa, por desnutrição, como está nos papéis ali. E ela até ficou alguns dias. Até tem uma mãe social que cuidava de nós, que está aqui hoje. Ela também ficou alguns dias ali — ali, não, lá em Ponta Grossa —, com esse meu irmão mais novo. Também pode falar um pouco disso depois.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não entendi por que ela não quis tocar no nome do Andrei.



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Isso que eu quis falar. Porque teve um fato até uma vez que aconteceu. Ela toca muito no assunto: tirou nós do pai e da mãe por comer comida velha, do lixo. Ela tocava nesse assunto, falava nisso. Mas por que ela não conta que, uma vez, a Vigilância Sanitária foi na Casa Lar, apreendeu comidas vencidas que nós estávamos comendo lá, que todos ficamos doentes por algum tempo. Até pensaram que era na água. Fizeram análise na água lá, não era, e era da comida. A Vigilância foi lá e descobriu café, comida lá, prenderam tudo. Tiveram que trocar o estoque de comida lá. Eu penso: por que ela não tocou nesse assunto? E ela acompanhava direto. Ela ia direto na Casa Lar, ela sabe de tudo isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você não foi adotado porque você completou a maioridade na Casa Lar, foi isso?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Na verdade, eu fui pra lá com 12 anos, saí de lá com 13. Fiquei um ano, mais ou menos, não chegou a dar um ano. E eu não entendo o porquê deles, os meus irmãos mais novos, e não eu e meu outro irmão mais velho. Ou por que só os sete? Que, tipo, não eram... Eu não era inteligente, mas eu já lembrava, já sabia demais do assunto, das coisas. Por que que nós não fomos juntos? Isso que eu queria saber.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Posso ir fazendo algumas perguntas? Ele é o que tem mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se ele tem mais alguma coisa a falar... E a gente vai tomando nota aqui. Porque ele disse tem uma... Você disse tem uma série de coisas pra você falar. Você fala, e depois a gente pergunta, tá?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - É que aqui agora, na verdade, eu estava anotando ainda o que eu ia falar, mas pode fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode.

Então, Deputado Francischini.

O outro também quer falar?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É pequeno, né, é pequeno.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ele tem 10 anos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É menor, não é?



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ele tem 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De menor não pode, só pode...
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Poderia, inclusive, ter um depoimento com a presença do...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não conhece os irmãos. Está bom.

Com a palavra agora o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Luís, eu acho que você é o que mais contribuir porque você esteve com a Sandra. E, como a gente, neste momento, não pode ouvir a Sandra... Você ficou convivendo aqueles dias com ela, que ela esteve no Brasil.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - O tempo que ela passou pela cidade, que eu estava lá, acompanhando direto o tempo que ela estava lá, na casa do pai, nos passeios, que a gente saiu junto, jantar, eu acho que a maior parte do tempo que ela passou ali quem passou mais tempo com ela foi eu.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ela relatou pra você os problemas com os pais americanos?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Relatou. Até inclusive eu passei um *e-mail* pra Joice — eu acho, acredito que ela deve ter entregado essa cópia pra vocês — sobre uma conversa que eu tive com ela por *e-mail*, onde ela me relatou que ela já chegou a ficar muito brava, triste, fugiu da casa, porque esse tal pai adotivo lá abusava sexualmente dela e das outras meninas; colocava filmes pornográficos pra elas assistirem — eram obrigadas a assistir. E a mãe social dela lá, a mãe adotiva lá bebia muito. E brigavam entre eles, coisa que a doutora complementou que o pai e a mãe brigavam. Como ela tirou do pai e da mãe por esse assunto e colocou em outra família que até, talvez, foi pior, onde o pai abusava sexualmente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu vou perguntar pra você... Não é pergunta, porque nós temos curiosidade, Deputado Luiz Couto, mas esse detalhamento é um detalhamento importante pras providências que nós vamos



tomar como CPI em relação ao Governo americano, semana que vem, que nós vamos até a embaixada.

Quando a Dra. Tarcila começou a falar sobre promiscuidade sexual entre as crianças, eu peguei o relatório e achei que eu cair pra trás de ler a descrição. E a descrição da promiscuidade sexual foi o menino mais velho se masturbar. Acho que não ia sobrar nenhum menino hoje da idade de 14 a 16 anos, sendo muito claro e verdadeiro aqui. Não tem porque a gente ficar colocando papas na língua. Iamos perder crianças por tudo quanto é lugar. O que ela relatou pra você de detalhamento? Eu acho que, por ela ser maior de idade e corajosa e querer realmente trazer seus irmãos de volta, você tem que dizer pra nós se esse abuso sexual... O que é o abuso sexual pra você que ela relatou? É simplesmente assistir ao filme, ou ele tocava nas meninas, havia alguma coisa? Porque isso é importante, é o tamanho da munição que a CPI vai usar pra trazer essas crianças. É um tiro de espingardinha de chumbo, que ele tentou matar a cidade com espingardinha de chumbo, ou é um tiro de canhão que nós vamos ter que usar.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, ela falou pra mim, até conversando com ela, falei: “Você vai me contar o que eu perguntar”? Que ela até... Nós sempre conversávamos lá, mas tudo junto. O pai, a mãe, meu irmão, tudo junto, os parentes se reuniam pra conversar com ela. E ela até tocou no assunto pra mim e falou: “Guinho,” — eu sou mais conhecido como Guinho, é apelido — “o que você quiser saber me pergunte por e-mail, a hora que estiver sozinho, que eu vou te contar tudo”. Deu um dia, isso eram 11 horas da noite, o pai estava já deitado, e eu fiquei conversando com ela lá, por e-mail. E aí eu comecei a perguntar, e ela começou a me contar. Que lá ela saiu da casa por causa desse pai adotivo, que eles não só assistiam a filme pornô, quanto ele tocava nelas, nela e em outras meninas...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - As outras meninas são as outras duas irmãs?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Tem uma outra irmã minha e outras meninas que conviviam com eles na casa lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mais adotivos, não é?
Parece que são mais três adotivos na casa.



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - É, o pai adotivo. Ele acabava tocando nelas. Daí ela saiu da casa, arrumou um namorado, fugiu da casa, com a cabeça muito quente. Diz que sempre lembrou, até hoje ainda lembra tudo o que aconteceu um tempo atrás. Tem saudade, quer voltar, mas ela só não volta porque ainda tem os outros irmãos que são de menor ainda lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tem um maior de idade já lá também ou não?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Tem o Valmir e a Alessandra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E o Valmir tem mantido contato com você também ou não?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, que ele ficou na casa dos pais adotivos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas ele não tem um momento... Você acha que ele já está enquadrado no novo esquema de vida dele nos Estados Unidos?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, que a gente sempre perguntava para ela o que ele fazia lá, que ele tem 22 anos. Perguntava o que ele fazia lá, ela sempre falava: “*Não, ele quer ser pedreiro. Mas ele quer vir embora para cá.*” Ela falava. Daí nós falávamos: “*Por que ele não vem, então?*”. Ela: “*Não, porque ele não tem dinheiro*”. Um pedreiro, aqui no Brasil, ganha muito dinheiro. Se ele quiser viajar para exterior, viaja a hora que quer. Por que lá, nos Estados Unidos, que ganha mais dinheiro, ele pode ser pedreiro e não vem para cá, então? Como é que ele é pedreiro e não tem dinheiro?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Com quantos anos você foi para a Casa Lar?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Foi com 12.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Com 12 anos. Você viu esse Lino na Casa Lar antes do processo de adoção? Ele já vinha espreitando as crianças ou você só ficou sabendo?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, na verdade eu cheguei a conhecer ele hoje, aqui. Eu só tinha visto ele por vídeo e por foto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Naquela festa em que aparecem as fotos da despedida das crianças... Você estava naquela festa?



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, eu já não estava mais lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Já não estava mais?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você tem guardado esses *e-mails* que você trocou com a Alessandra?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Tenho. Tenho guardado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Podia encaminhar para nós na CPI, logo depois, aqui com a nossa equipe técnica, que seria importante, além da Joice, você mesmo encaminhar esses *e-mails*.

Você acompanhou a descrição que a Promotora fez lendo o processo sobre como era a sua casa e a relação dos teus pais? A gente sabe — nós não temos que esconder o sol com a peneira — que o casal passou por dificuldades. O pai veio, assumiu o problema de alcoolismo. A mãe passou por graves problemas. É claro, toda família pobre que tem que morar muitas vezes, não por que quer, na beira do lixão... Mas o clima entre os irmãos era de desagregação? Era, como veio a descrição, comendo no lixo, fezes humanas por tudo quanto é lugar? Eu queria que você fizesse a descrição o mais isenta possível, para que a gente possa separar o que é o relatório do Conselho Tutelar, o que houve de exagero ou não, e o que nós vamos buscar, porque a interação do Sr. Lino nesse meio, para mim, já é o suficiente, e a questão do abuso, para buscar. Mas a gente tem que saber também a que ponto existia a figuração desse Lino, fazendo com que os relatórios pudessem ser influenciados totalmente ao contrário do que existia na sua casa. O que é que existia?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Na verdade, ela pôs lá que a gente vivia no lixo lá, fuçando o lixo, que nem ela falou. A gente fuçava lixo, claro. Mas nós ia juntar latinha. Qual pobre que hoje em dia não vai catar latinha pra vender, pra ganhar um dinheirinho? Nós ia lá catar latinha, ferro velho pra vender, litro, essas coisas. Foi o que ela falou que a gente arrastava tudo em volta da casa. Mas a gente arrastava pra vender e não como ela falou, assim, de levar pra casa pra ter lá, ou fazer tudo em volta da casa lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Acho que é isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dona Rivonete, o Juiz Paulo Bizerril Tourinho, Juiz de Direito, mandou uma carta precatória, ou seja, que a pessoa vai ser ouvida em outro lugar, e depois é para a senhora e para o seu... “Citação e intimação da requerida Maria Rivonete dos Santos, brasileira”... Diz o nome e o endereço... Querendo contestar o feito no prazo de 10 dias. A senhora recebeu alguma intimação na sua casa, em Almirante Tamandaré? A senhora morou lá?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Morei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas recebeu alguma vez uma carta? Uma intimação do juiz, da Justiça?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não. Nunca. Eu morava com a minha comadre, trabalhava pra ela, mas nunca recebi nada lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Isso foi... Então, a senhora não foi... Depois, eles fizeram o seguinte: mandaram por carta precatória. Está aqui: encaminhada em 2001. Aí, o Sr. Ari de Melo Lemos, que era o escrivão, diz: “*Em cumprimento à carta precatória, número tal, oriunda deste Juízo, extraída dos autos tais, Estado do Paraná, requeridos Antônio Everaldo dos Santos e Maria Ivonete dos Santos — botaram Ivonete dos Santos —, solicita a V.Sa. o envio a este Juízo das cópias da inicial para o cumprimento do ato deprecado*”.

Então, pediu cópia. A notificação era para ser ouvido o Sr. Antônio, e também a dona... Aqui disseram Maria Ivonete, mas o nome é Rivonete.

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - É Rivonete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pronto. Já há o próprio nome aqui.

Aí o juiz diz o seguinte: “*Através do presente expediente nos autos tais, de destituição do pátrio poder, em que é requerente o Ministério Público do Paraná e requeridos Antônio Everaldo dos Santos e Maria Rivonete dos Santos,*” — que aqui já coloco o nome — “*solicito as determinações necessárias de V.Exa. no sentido de que seja devolvida a carta precatória registrada neste Juízo, independentemente de cumprimento*”.

Então, fizeram uma carta, aí o Juiz de Direito Paulo Bizerril, que deu um de 10, pediu para que devolvesse sem que a senhora tivesse conhecimento. A



senhora até... (Pausa.) Até 31 de março de 2001, a senhora e o seu Antônio não tinham recebido qualquer notificação para que vocês comparecessem para contestar a destituição do pátrio poder de vocês?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Quando eles iam levar, tirar as crianças de lá e trazer para cá, que o senhor está perguntando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. Se vocês receberam uma carta dizendo: “*Vocês têm 10 dias para que vocês contestem a decisão que estamos fazendo para tirar de vocês os filhos de vocês*”. Não receberam, não?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O seu Antônio também não recebeu?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Não. Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nem recebeu o seu Antônio, nem a dona Rivonete.

Aí, vai continuando — veja como a situação é: o Advogado Demerson Luís Furtado Levandoski, da OAB, diz assim: “*Maria Rivotete dos Santos, já qualificada nos autos, perante a Vara da Infância e da Juventude, por intermédio de seu defensor nomeado, ao final assinado, vem perante V.Exa. comunicar e ao final requerer*”... Veja, é esse advogado que está dizendo que é em nome da senhora. E ele está comunicando ao Juiz de Direito da Comarca de São João do Triunfo: “*Primeiramente, comunicar que resta parcialmente prejudicada a defesa da requerida. Eis que, convidada a comparecer no escritório do seu patrono para que relatasse sua versão sobre os fatos, a mesma deixou de comparecer*”.

A senhora foi chamada por esse advogado?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não foi? Diga ao microfone.

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não. Não fui chamada. Nem sabia que o Demerson estava... Agora que estou sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A senhora conhece esse Advogado Demerson?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - O Demerson é filho do patrão.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - (*Ininteligível*) patrão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É? Mas ele disse que comunicou várias vezes, e vocês não compareceram.

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele ainda continua sendo o seu patrão ou não?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Agora que ele é.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Conhecemos ele desde muito tempo (*inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Aí, diz o seguinte: *“Diante das alegações, acolho a recusa manifestada pelo advogado e, para patrocinar a defesa, nomeio um defensor: a Dra. Célia Gracia”*.

Essa Célia... Vocês conhecem a Dra. Célia?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Conhece?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - É uma advogada ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela procurou vocês para vocês falarem sobre a decisão do juiz... Procurou lá no escritório dela pra ouvir vocês?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É por isso que eu digo: essa coisa tem... O advogado foi em 14 de julho de 2001. Veio pra despachar. Aí, a Dra. Célia, que foi nomeada, também diz que não conseguiu. Aí, o Juiz Paulo Tourinho, também, em 23 de agosto de 2001, nomeia outro defensor: o Dr. Laércio Benedito Levandoski. *“Passo vistas desses autos”*... Não houve... Aí, o...

(Não identificado) - Levandoski.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...diz que que (...) seja designado outro profissional para exercitar honrosa função". Ele não aceitou. Para patrocinar a defesa, ele diz o seguinte: *“O advogado que a esta subscreve, muito embora agradecido pela designação dos autos, não se encontra em condições de proceder à defesa dos requeridos, em virtude de já promover a função pública em outro processo da mesma natureza”*. Aí, o Juiz, o Dr. Paulo Tourinho, diz: *“Para*



patrocinar a defesa do requerido, nomeio defensor o Dr. René José Stupak, profissional colaborador deste Juízo, que atuará sob a fé de seu grau. Intima-se (...)" e etc.

A senhora conhece esse advogado, o Dr. René?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele procurou a senhora ou o seu Antônio para vocês serem ouvidos?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Só quando era para nós levarmos, para eles devolverem o Rivaldo e o Guinho, que ela devolveu. Mas sobre os outros, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas pra falar sobre o processo de adoção?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não. Sobre isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aí, a Dra. Tarcila diz: "Pelas razões já expendidas na decisão, a transferência do adolescente Ariovaldo César dos Santos..." Aqui, já é outra... Pois é, nesse sentido, o Dr. René, nomeado aqui em 30 de agosto de 2001, diz: "Ação de destituição de pátrio poder. Ministério Público. Antônio Everaldo dos Santos e outra. Os requeridos, já qualificados nos autos por seu defensor nomeado às folhas (...) adiante assinado advogado, inscrito (...), com escritório na cidade de Palmeira, na Rua Santos Dumont (...), vêm mui respeitosamente perante V.Exa. dar-se por citados e apresentar sua contestação à presente ação de destituição do pátrio poder, o que fazem pelos seguintes motivos de fato e de direito (...)"". Eles encaminham um documento em setembro: "Intimem-se as partes e as testemunhas (...)"". Aí vem uma série de certidões aqui.

O fato é que eu pergunto: a senhora nunca foi ouvida por nenhum advogado, por nenhum defensor público pra dizer que não concordava com a destituição do pátrio poder?

Seu Antônio, o senhor também não foi ouvido?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não. Não fomos ouvidos. Agora eu estava lembrando: o Dr. René, nós procuramos ele depois que ela tinha mandado



já as crianças pra cá. Só que ele não conseguiu fazer nada. Ele encaminhou nós pra vir até aqui. Daí nós viemos. Foi a vez que nós viemos pra cá, que daí a moça ligou pra a Dra. Tarcila avisando que ele estava ali. Daí não conseguimos nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Esse fato chama a atenção, porque depois o Dr. Juiz manda um outro mandado de citação e intimação, e nós verificamos que, efetivamente, vocês não foram ouvidos no tempo que foi determinado. Só de uma citação para a outra demorou quase 4 meses, quando eram 10 dias para ser ouvido.

Então, na realidade houve um processo não muito bem definido. É por isso que nós vamos fazer a leitura total desse processo pra...

Agora, tem uma coisa que eu queria ver de vocês. O Luís, que talvez teve contato... Tem um momento em que há um depoimento pessoal do seu irmão Valmir Santos e também da Elissandra dos Santos.

O Valmir diz o seguinte: “*Valmir Santos, brasileiro, solteiro, estudante, natural de São João do Triunfo, filho de Antônio Everaldo dos Santos e Maria Rivonete Santos, prestou o seguinte depoimento: que há 30 dias está em companhia do casal Thomas e Denise, que estão em estágio de convivência na cidade de Curitiba, hospedados no Flat Virmond, que o relacionamento com os pretendentes à adoção está muito bom,*” — está muito bom — “*haja vista que houve uma excelente adaptação entre pais e filhos; que o depoente gostou muito do casal, pois são muito divertidos e conversam bastante; que acredita*”...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, só um pouquinho. Eles falavam em inglês?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O quê?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - “*Conversam bastante*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é. É isto aqui. Eu quero saber... Só o tema aqui... Quer dizer, esse adolescente aqui, essa criança não teria como falar todos esses termos aqui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está muito estranho: “*pais e filhos*” não é termo de criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, muito bom.



“Haja vista que houve uma excelente adaptação entre pais e filhos, que o depoente gostou muito do casal, pois são muito divertidos e conversam bastante; que acredita que as intenções” — veja aqui — “dos mesmos em relação ao depoente e a seus irmãos são as melhores possíveis; que tanto o depoente quanto os seus irmãos querem ser adotados por esse casal, bem como ir com os mesmos para os Estados Unidos; que seus irmãos pequenos estão todos felizes com a adoção, tendo, inclusive, falado para o depoente que viesse até esta Comarca e dissesse que querem mesmo ir embora; que sabem que, a partir do deferimento da adoção, serão definitivamente filhos de Thomas e Denise, com o que a mesma manifesta concordância. Nada mais disse do que, para constar, lavrei este termo”. Ái é dito... encerrado.

Aqui, a nomeação do juiz, depoente, também a promotora e o requerente, que é o Thomas, que assina. Eu gostaria que o Francischini pudesse ler agora o depoimento pessoal também da Elissandra dos Santos. Parece o mesmo teor, coisa preparada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Elissandra dos Santos, designação dela aqui, prestou o seguinte depoimento: *“Que há 30 dias está em companhia do casal Thomas Anthony Adamo e Denise Elaine Turner Adamo; que estão em estágio de convivência em Curitiba, hospedados no Hotel Flat Virmond; que o relacionamento com os pretendentes à adoção está muito bom”* — parece ser o mesmo termo — *“haja vista que houve uma excelente adaptação entre pais e filhos”*. Isto aqui é montado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É montado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Isto aqui é depoimento igual. *“Excelente adaptação entre pais e filhos.”* No depoimento de dois irmãos ouvidos em separado, menino simples, do interior de...

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não falavam nem inglês ainda.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - *“Que a depoente gostou muito de Thomas e Denise e quer pelos mesmos ser adotada; que deseja, como filha, residir nos Estados Unidos; que tem conversado pela Internet com as suas outras três irmãs, as quais dizem estarem ansiosas com a chegada dos irmãos para brincarem e compartilharem as amizades; que seus irmãos pequenos estão todos*



felizes com a adoção, mostrando todos ansiosos em ir para a nova casa; que sabem que a partir do" — tudo igual de novo — "que, a partir do deferimento da adoção, será definitivamente filha de Thomas e Denise, com o que a mesma manifesta concordância; que o pai é mais brincalhão, e a mãe é bastante carinhosa e ouve bastante o que todos têm a dizer; que a depoente sente que os mesmos só têm boas intenções com a mesma e seus irmãos". Bom, tem mais um... "Que o pai é mais brincalhão, e a mãe é [...] carinhosa e ouve bastante o que todos têm a dizer".

Acho que nem eles falavam português, nem as crianças falavam inglês. Então, era o louco falando com o maluco. Pode pôr nas notas. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu pergunto ao Luís: a tua irmã falou acerca desses depoimentos? Ela era a mais velha dos que foram adotados?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ela é a segunda mais velha dos que foram. Ela me contou que, quando eles saíram de lá de São João, eles vieram e ficaram um mês aqui em Curitiba. Daí, nos últimos dias antes de eles viajarem, eles foram chamados: ela e o Valmir foram até lá pra dizer se iam ou não. Mas aí, depois de uma conversa entre eles dois, disse que eles toparam de ir, mas só por causa dos outros que eram pequenos ainda, porque eles tinham muito medo de, deles... Se eles falassem que não iam, eles não iam ir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ela falou se leram o depoimento depois que foi feito ou se já chegaram pra que os dois irmãos seus assinassem?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, ela não falou nada de depoimento. Ela só disse que só foram lá pra falar se iam ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas eu achei uma coisa interessante, Presidente: quem assina aqui a vista dos dois é o tal de Luiz Carlos Deina. Deina é o nome que eu achei junto com a conta bancária no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É. Que é o escrivão, né?

(Não Identificado) - É o escrivão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É o escrivão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, aí tem... Acho que a síndrome de Monte Santo está aqui também, presente em São João do Triunfo também, viu? Não tenho dúvida disso aqui.

Agora, além do mais, Luís, o que mais sua irmã falou? Que também tem... Seus irmãos... Também tem irmãos lá que estão sendo também abusados? Ou seja, ela falou alguma coisa a mais sobre os seus irmãos que estão lá?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Na verdade, ela fala ainda. Eu também fico muito preocupado com a Valderez, que é outra irmã minha que ficou na casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - ... e com as outras meninas que eram irmãs adotivas dela lá. Se isso acontecia com ela enquanto ela estava lá com as meninas, por que que ele não pode estar continuando a fazer ainda? Ela me contou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas, sobre o tratamento que eles fazem dos seus irmãos lá, ela falou sobre isso aí?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, ela não falou. Ela comentou mais tipo sobre ela. Ela só fala tipo que eles estão bem, não entra muito em detalhes, que agora ela não tem mais tipo contato com eles, né? Tipo ela... ia pedir permissão agora pra ver se conseguia falar com eles pra mostrar as fotos que ela tirou enquanto estava aqui no Brasil pra eles. Não sei se ela conseguiu isso já ou não. Quando ela me falou também que ela já pensou até em se matar lá por estar longe dos pais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - A Elissandra. Depois que saiu de casa, lá da casa dos pais adotivos, ela pensou em se matar. Chegou a ficar grávida, perdeu um filho por conta disso e agora ela mora com essas amigas dela que frequentam a igreja desse pastor que veio junto com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - D. Rivonete e Seu Antônio, nós... Os filhos de vocês têm pai e mãe, né?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não são órfãos?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vocês sabem o que significa ser órfão?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Não estou muito a par.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não? A pessoa que... D. Rivenete sabe o que é uma pessoa órfã?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Sem pai, sem mãe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É que não tem... Pode falar.

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não tem pai e não tem mãe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não tem mãe. Pois é.

Há um documento aqui do Consulado Americano que autoriza o casal para quem foi aprovada a imigração para... V.Exa. foi aprovado para receber órfão ou órfãos. E aí diz assim... Aí tem um aqui ó: “*O integrante com o visto 37 foi enviado para consultoria para o Consulado Americano no Rio de Janeiro*”. Por isso vocês souberam que os meninos foram pro Rio de Janeiro. E diz assim: “*Seu requerimento foi aprovado para adotar sete crianças*”. E diz que eram crianças órfãs. Na realidade, outra mentira, ou seja, mostrando que...

Está no processo aqui, viu? Está no processo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, mais uma pergunta pro Luís.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu ouvi, numa das matérias jornalísticas, que você teria ouvido também da sua irmã — ela teria contado, talvez, pra família — que ela assistiu a uma entrega de dinheiro para o Sr. Lino da família americana. Queria que o senhor relatasse se existiu isso e como foi que ela te contou em detalhes.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Sim, ela falou que, antes de embarcar no avião lá, tinha muitas pessoas daqui do Brasil se despedindo deles lá, pessoas com quem eles conviveram durante esse um mês em que eles estavam por aqui pra adaptação dos novos pais adotivos. E, na hora em que ela estava embarcando no avião, diz ela que viu rolar dinheiro lá, mas não sabe falar o quanto e não lembra pra quem também.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas ela viu entregando pra alguém?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, isso ela não me falou, eu não sei pra quem, mas ela falou que viu que tinha gente recebendo dinheiro na hora em que eles estavam saindo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ela não sabe se era o Lino ou se era outra pessoa?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, ela não me falou isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vocês conhecem o Lino lá em São João?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Na verdade, na hora em que a Dra. Tarcila tocou no assunto ali do telefonema do Prefeito, que era o Prefeito atual na cidade, até o último mandato agora... Na verdade, não foi ele que ligou pra ela. Ali ela mentiu e, se pudesse falar na cara dela, eu tinha falado. Ela mentiu porque, na verdade, quem ligou pra ela fui eu. Ele me passou, simplesmente me passou o número dela. Não foi ele que ligou — isso ele prova. Eu posso entrar em contato com ele. Ele vem aqui e fala, se for preciso, que quem ligou pra ela fui eu, quando ela me falou que não tinha contato com eles, não tinha contato com os pais adotivos, não tinha contato com o Lino. Ela só tinha o *e-mail* do Lino, que era o único que podia me dar notícia. Daí, tendo aquele *e-mail* que ela me passou por mensagem, até eu tentei várias vezes, mandei *e-mail* pra ele; ele nunca me respondeu, a nenhum. Quando até o Pedro, que era o professor de música, me pediu esse *e-mail* pra ele tentar pela Câmara dos Vereadores lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi de onde o Presidente da Câmara mandou o *e-mail* que está nos autos?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Porque eu perguntei se era um Vereador pra ela.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Daí, ele até conseguiu, mas não foi no mesmo dia. Demorou alguns dias; vieram, por esse mesmo *e-mail* que ela tinha me passado, vieram umas fotos, mas tudo borrado, meio esquisito, já de não sei quanto tempo lá. E eu mesmo, ele nunca me respondeu nenhum *e-mail*. Eu falava,



conversando na boa, que queria saber dos meus irmãos, que eu era irmão deles, tudo, né... Ele nunca me respondeu a nenhum *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vocês tinham visto o Lino antes, ou só viram aqui hoje?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, eu tinha visto pela foto, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pela foto. Mas, pessoalmente?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Pessoalmente, não. Vi ele hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Seu Antônio e D. Rivotete?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não conheciam, não?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - A única vez em que nós tínhamos, quando eles tinham trazido as crianças pra cá, nós vimos no fórum só, quando chegou, que foram lá pra pegar acho que uns papéis, lá, não sei o quê...

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Não era ele; era o casal.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Chegou, acho que o casal, mas era... Pra mim que ele era careca.

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Ah, era...

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Era ele que estava lá. Ele chegou com a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele estava com o casal?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - É, ele chegou lá no fórum, lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A tua irmã não fala acerca de alguém que acompanhava os teus irmãos na adoção até São Paulo e o Rio de Janeiro?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ela me falou na conversa até. Está tudo gravado aqui, né? Ela me falou que a Dra. Tarcila acompanhou todo o caso, desde a hora em que eles saíram da Casa Lar até a hora de eles embarcarem e irem embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu sei, mas o Lino, se tinha...

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ela falou no Lino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Hein?



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ela falou no Lino. Eu perguntei se ela conhecia, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Daí, ela: “*Não, conheço. É super gente boa, não sei o quê*”. Daí, eu comecei a contar pra ela que já fazia um tempo que eu queria saber deles, mandava e-mail pra ele, e ele nunca me respondeu. Daí, ela: “*Não! Imagina! Se ele não fez isso foi porque ele não podia e não sei o quê. Mas ele sempre vinha nos visitar no Bra... aqui nos Estados Unidos, mas nunca falou de você também aqui*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer que o Lino sempre visitava...

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Sempre ia visitar, ela fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mais alguma coisa?

Eu queria agora ver o seguinte: o que vocês, neste momento de sofrimento e de dor, o que vocês esperam? O que é mesmo importante, ou seja, pra que a gente possa fazer com que esse sofrimento de vocês possa terminar. Ou seja, essas crianças... Tua irmã diz que eles já estão adaptados lá ou eles falam que gostariam de ver os pais aqui, os outros irmãos que ficaram aqui, de retornar. Como é que é isso aí?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não, ela fala por ela e pelo Valmir, que são os mais velhos, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Os mais velhos?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Pelos mais velhos. Que os outros, além dela, o único... Só ela e o Valmir que falam o português ainda; os outros já não falam mais nada em português.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É tudo em inglês?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - É tudo em inglês. Mas ela quer voltar; o Valmir quer voltar...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Por que ela não ficou, Luís?



O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Eu não sei. Diz ela que é por causa dos estudos dela, isso e aquilo, que ela tinha que trabalhar lá, não sei o quê... Mas não sei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você acha que ela quer voltar agora?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Ela quer voltar. Ela queria voltar. Mas ela falou que só volta se todos eles vierem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não quer deixá-los sozinhos lá?

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Não quer deixar os outros sozinhos lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E você acha que os mais novos... Porque a gente também não pode expor teu pai e tua mãe. A CPI fazer todo um trabalho pra buscar essas crianças é uma das propostas que nós temos discutido aqui nos bastidores, e chegar lá, essas crianças se adaptaram, já estão integradas a essas famílias, e fechar a porta: “*Não, não queremos mais voltar*”. É um sofrimento. É uma coisa que dói em mim, que sou pai; dói no Luiz, mas é uma coisa que você, que é o irmão, que tem um acesso maior à Internet, aos e-mails, ao contato com ela, tem que trazer, porque nós queremos ajudar.

Nós temos que saber até onde nós conseguimos ir com isso, porque eles estão em outro País. Nós vamos ter que pedir uma avaliação do Governo americano sobre a família. E se a avaliação vier: “*Não, estão todos os filhos adaptados*”. O teu irmão, por exemplo, se você conseguir contato com ele, uma ida dele até a Embaixada brasileira em Nova York, que fica próximo a New Jersey, acho que nós conseguimos a volta dele. Ele já é maior de idade. Então, esses detalhes é que você precisa agora buscar. E o pai e a mãe acho que têm a palavra final de dizer se querem essa ação da CPI.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Mas eu conversei com ela, acho que foi no sábado. No sábado eu conversei com ela. Ela falou que ela não vem sem trazer os outros. Diz ela que ela precisa muito, os pequenos precisam muito dela lá — ela estava falando. Ela dizia: “*Por mim eu ia embora, mas eu não posso ir, eu não posso deixar eles aí*”.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E eles querem vir?



O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Que ela não pode deixar os pequenos, que ela tem que cuidar deles ainda. Eles precisam muito dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E eles têm dito alguma coisa de que eles gostariam de retornar?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Se eles viessem embora, era muito bom, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, digo, mas a sua filha que está... que veio aqui, se, quando ela...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quando ela pergunta pra eles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quando ela pergunta pra eles...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando ela pergunta para eles, qual é a resposta?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - É, eles querem, eles querem vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Querem vir?

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - É, querem, eles querem muito vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - D. Rivonete, a senhora disse quando... *“A mãe chora em se lembrar do caso, ela conta que só queria saber se os filhos estão bem e vivos”*. É só isso, ou a senhora gostaria que os seus filhos retornassem?

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Ah, eu gostaria, né? O lugar deles é lá. Em São João nasceram. Não precisava ter mandado pra lá, pra tão longe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, no caso, nós vamos... Isso aqui... Porque nós percebemos, e todos que estão aqui estão percebendo, ou seja, que há falhas enormes do processo todo. Nós vamos analisar... Porque aquele depoimento daqueles dois — esse documento que foi lido aqui — mostra que há coisas estranhas aí nesse processo. Então, eu pedi à assessoria jurídica da CPI pra



fazer uma análise desse processo todo, da documentação, também, agora, com os depoimentos que foram dados por familiares, e depois... pra gente analisar e verificar...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Poderia, rapidamente, pra gente não tomar o tempo da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Fazer uma pergunta pro Sr. Pedro, que está ali do lado, que é o professor de Música. Daí a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... colhe mais um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sr. Pedro, diga o nome. Pedro...

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Pedro Antunes Oleniki.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Sr. Pedro é professor, né?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Na verdade, eu não sou professor. Eu era apenas um voluntário lá, que tenho um conhecimento com música e eu trabalhava como voluntário nessa instituição, lá onde as crianças estavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas professor não é aquele que tem o título, não; é aquele que ensina. E a música nos eleva, pessoalmente, e nos torna mais próximos de Deus, porque *“Quem canta seus males espanta”*, né?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E quem reza cantando reza duas vezes, né?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - É verdade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Baixou o padre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode falar o senhor.

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - O que eu tenho a falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O senhor mora também lá em São João do Triunfo?



O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Sim, eu nasci lá e moro lá. Inclusive, o meu conhecimento nesse caso começou com a entrada dessas crianças na Casa Lar. Até então, eu não tinha, assim, conhecimento com eles. Como foi criada aquela associação de abrigo e proteção à criança, como já foi mencionado hoje aqui, eu fazia parte da diretoria dessa associação. Então, não eram só as sete crianças do Toninho e da Rivonete que estavam nessa instituição. E assim eu conheci mais ou menos 20 a 25 crianças que estavam nessa época lá. Durante essa convivência lá na Casa Lar, era durante o meu tempo fora do meu trabalho que eu poderia estar lá. Então, com essas crianças eu tinha condições e eu tinha até autorização pra que eu pudesse levar eles a festivais ou qualquer evento que tivesse lá que fazia apresentação com eles lá. Então, o meu relacionamento foi mais ou menos assim, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor ouviu o depoimento da promotora relacionado...

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Ouvi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor viu algum caso desses de promiscuidade sexual, de meninos que comiam lixo, defecavam pela Casa Lar? Tinha esse procedimento lá onde o senhor acompanhou as crianças?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Não, isso não. Na Casa Lar eu não vi em nenhum momento esse tipo de coisa. Se tinha alguma coisa fora do horário em que eu estive lá, não é do meu conhecimento, porque, se fosse... Eu acredito até que os meus filhos... Eu tenho filhos e uma filha que é mais ou menos da idade deles, quando estudava na época, e eles frequentavam lá até mesmo sem a minha presença. Se eu tivesse conhecimento de que isso estava ocorrendo lá, eu jamais eu permitiria que eles fossem lá sem a minha presença.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Na cidade o senhor ouviu... Esse caso é um caso que ficou conhecido na cidade. O senhor escuta as pessoas que conviviam com o Seu Antônio e com a família toda. O senhor ouviu se eram realmente essas condições que existiram? Ou houve um exagero talvez nas condições?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Olhe, eu não fui... A maior parte desse processo eu vim ter conhecimento aqui, hoje, disso aí. Até, por sinal, quando o Luís



falou que eu entrei em contato com o Sr. Lino a respeito da... Para ver se tinha alguma informação, eu tinha essa curiosidade, sim, porque todo o tempo que eu fiquei com ele, a gente se apegava com as crianças, principalmente quando se refere a alguma atividade, assim, extracurricular ou uma coisa, assim, que eles tivessem lá dentro da Casa Lar. Então, eu tinha essa curiosidade para saber como que eles estavam vivendo, se estavam bem, se não... Porque até a Dra. Tarcila um dia mostrou umas fotos de outras crianças que foram para a França — ou para a Itália, que eu não tenho bem certeza. Essas fotos mostravam ali que eles estavam bem e que alguns contatos que teve lá falaram que as crianças estavam bem. E das crianças da Rivonete com o Tonhinho a gente não tinha esse conhecimento. Então, eu precisava saber, até mesmo pelo apego que eu tinha com eles ali dentro, né? E foi então, que dois ou três e-mails que eu encaminhei para o Lino, um eu tive a resposta. E vieram aquelas fotos. Até eu passei para o Luís, para o Toninho e para a D. Rivonete a cópia dessas fotos das crianças. Dava para perceber, pela data das fotos, que foram tiradas no Natal de 2008. Isso foi em 2010. Só que, depois disso, eu tentei mais alguma coisa, só que eu não tive mais também mais contato nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Sr. Pedro Antunes OLENIKI, professor de música em São João...

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Voluntário, eu preferia que fosse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, não se diminua tanto (*ininteligível*), está bom? Professor é aquele que ensina, e o senhor ensina o que sabe, tem o dom que tem e divide com os outros.

Mas agora eu quero perguntar se o Luís, se o S. Antônio, se a D. Rivonete têm mais algo a falar, para que a gente possa ouvir o outro casal.

O SR. LUÍS VALDIR SANTOS - Eu tenho mais alguma aí para falar, mas é pouca coisa, não vou ocupar muito tempo. É que eu fico indignado, tipo, de ela levar eles e não eu, que nem eu estava pondo agora há pouco, porque, se eles tivessem deixado eles aqui, eles não podiam estar... Eu me acho... Sim, eu sou supereducado. Aprendi não isso na Casa Lar, porque lá em fiquei um ano. Não é lá que eu aprendi as coisas boas que eu sei hoje. Tanto é que eu tirei minha certidão negativa para trazer para a firma ali. Não constava nada contra eu lá. Então, hoje eu sou casado, tenho uma filha, me dou superbem com a esposa, tenho o meu



trabalho, ganho o meu dinheiro e estou sempre perto do pai e da mãe. E nunca... Não é que nem ela falava, assim. Então, eu acho que, se eles estivessem aqui, eles podiam estar superbem também, porque eu me sinto muito feliz e muito bem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Sr. Luís.

Seu Antônio, tem mais alguma coisa mais a falar? Seu Antônio.

O SR. ANTÔNIO EVERALDO DOS SANTOS - Tem umas coisas que a doutora falou ali sobre os colchões, sobre isso aí. Isso aí foi tudo uma mentira, que nem lá em casa ela não descia. Ela nunca foi lá em casa. Foi uma vez, quando a D. Sofia foi levar madeira para fazer a casa nossa. A única parte que ela foi lá. Assim, ela nunca ia. E ela falava que tinha fezes por volta da casa. Nós tínhamos uma patente no fundo que até foi um vizinho do lado, que ele tem um plantio de jacar, de eucalipto, que ainda doa as madeiras para nós, para fazer uma casinha nos fundos lá. Tinha isso aqui. Nunca existiu na frente. Isso é uma conversa que ela falou, e ela nunca frequentou lá. Ela só foi uma vez quando estava para fazer a casa. Isso foi uma mentira que ela falou aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - D. Rivonete, tem mais alguma coisa a acrescentar? D. Rivonete.

A SRA. MARIA RIVONETE DOS SANTOS - Sobre o colchão, que ela falou, o colchão que o cachorro dormia, ela falou que nós dormíamos no mesmo colchão. Não era. O colchão... Era uma vizinha que morava pra cima de casa, então a vizinha jogava lixo, assim, na cabeceira, no lava roca pra cima de casa. E daí tinha enxurrada que ia levando todo o lixo pra baixo, até que um dia eles jogaram esse colchão lá e a enxurrada levou perto de casa. De noite — tinha um cachorro nosso —, o cachorro dormia naquele colchão, mas não era dentro da casa. E ela já aproveitou e já falou que era dentro de casa, no mesmo colchão que nós dormíamos, e não era bem assim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Só completar aqui com o Pedro. O Pedro falou que você é diretor daquela associação que o Lino fez as duas doações. Você tomou conhecimento dessas duas doações lá, que ele mandava dinheiro no Natal para as crianças ou não?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Eu tomei conhecimento hoje, aqui.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você não ficou sabendo lá?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Eu não sabia disso aí.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não? E quem é que comandava a associação? Quem tinha a chave do cofre para saber que teve a doação?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Na verdade, eu era Vice-Presidente, e agora não me lembro quem era... Tinha um Presidente e tinha o Tesoureiro. Se não me falha a memória, a Presidente era a Jane, que, na época, era até, parece-me, mãe social também. Ela foi uma das primeiras lá. E mais no final quem assinava os cheques era a Joice, que era também mãe social. Agora, na questão financeira, eu não me envolvi ali, sabe? A minha questão era mais assim...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor participou dessas festas de Natal lá no lote?

O SR. PEDRO ANTUNES OLENIKI - Sim, inclusive das festas de aniversário que tinham. Todo mês era feita uma festa de aniversário lá com todas as crianças, inclusive os meus filhos participavam. Até os filhos da Dra. Tarila, ela levava junto nessa festinha que era feita. Então, como que eram custeadas essas festas? Era através dessas promoções que a gente realizava, através de cada membro ou até mesmo quem não era membro da diretoria tinha um afilhado lá dentro, era padrinho de uma criança. Então, esses também eram convidados para participar dessas festas, inclusive no Natal, Páscoa. Sempre tinha alguma coisa diferente que era feita com essas crianças lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós agradecemos a participação de vocês, a contribuição de vocês e vocês estão dispensados.

Nós chamamos agora o casal Adão das Neves Furtado e Rosana Furtado, pais sociais da Casa Lar, não é isso?

Vocês podem se identificar, o nome, onde moram, profissão.

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Meu nome é Adão das Neves Furtado, moro em São João do Triunfo e hoje sou cobrador de ônibus.



A SRA. ROSANA APARECIDA PADILHA FURTADO - Meu nome é Rosana Aparecida Padilha Furtado, trabalho como diarista e autônoma; faço artesanato, costuro. É isso. E sou residente em São João do Triunfo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Então, vocês agora começam a falar o que vocês... Quem começa aí? A Rosana? O microfone mais perto da boca, porque está sendo gravado.

A SRA. ROSANA APARECIDA PADILHA FURTADO - Eu fui mãe social na época de 2001, abril de 2001, por seis meses. A gente que começou lá com a Casa Lar. Até a Dra. Tarcila comentou aí, não comentou sobre a gente, nós que começamos lá com a chegada das crianças na Casa Lar. E, a princípio, o que foi comentado, eram nove da Rivonete e mais quatro do interior que, pelo o que eu sei, foram adotados aqui no Brasil mesmo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sr. Adão.

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - É. Eu também fui um dos pais sociais junto com a minha esposa lá, mas também fazia parte do Conselho Tutelar naquela época. E o trabalho que nós fizemos foi tudo a pedido do Ministério Público. Então, nada mandamos por fora, assim, sem a... Por nossa própria conta, dizendo, mas tudo o que nós fazíamos era pedido deles, do Ministério Público, os relatórios, as visitas. Constatamos que a família era pobre, nas visitas nossas lá, que ela citou, fezes. Lógico, porque tinha bastante cachorro. Então, cachorro não tem lugar próprio pra ir fazer as necessidades deles, Mas, do trabalho que nós fizemos, nós não achávamos que eles iam tirar as crianças e levar pra onde levaram hoje, né? Então, o trabalho nosso foi feito pra levar pra Casa Lar. Agora, depois da Casa Lar pra outro lugar, nós não ficamos sabendo disso, de nada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vocês conheceram o Lino?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Não. No momento em que nós estávamos na Casa Lar nunca ouvimos falar no Lino.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vocês saíram da Casa Lar e as crianças continuaram lá?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - As crianças continuaram lá.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vocês passaram um ano?



O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Nós ficamos seis meses lá na Casa Lar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Seis meses? Na casa de vocês ficavam quantos deles?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Na Casa Lar?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Na casa de vocês, né, porque na Casa Lar vocês eram os pais sociais de todos que estavam lá. É isso? Quantas crianças tinha na Casa Lar?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Tinha nove do Toninho, mais quatro do interior. Até o momento em que nós estávamos lá eram 13 crianças.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essas quatro foram adotadas também?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Foram.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você sabe para onde? Quem adotou?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Eu não tenho a mínima ideia pra onde que foram.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Na agenda aqui que a gente perguntou de São João do Triunfo, a gente já identificou os nomes do escrivão e da Joice. A Joice era do lar também ou não? Foi a mãe social que veio depois de vocês?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Nós saímos, e ficou a Janete.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Janete. A Joice veio depois?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Depois da Janete.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vocês conhecem algum Francisco Neves Filho? Tem mais um nome aqui na agenda que a gente não conseguiu identificar ainda.

(Não identificado) - É a rua (*inaudível*).

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É a rua da Casa Lar?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - É a rua da Casa Lar.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI – Setenta e cinco? O 84150000 era o celular da casa, o número da casa, o que era?

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - No momento em que nós estávamos lá tinha... É o CEP da cidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A gente vai decifrando a agenda do Lino com vocês.

Josiane Pinto, Norma. Eram crianças que estavam lá? Tem aqui Jane e o nome de várias crianças.

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Essas crianças...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Denise, Danilo dos Santos Sousa.

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Essas crianças chegaram depois que nós saímos, então, porque não...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Josiane, Jaqueline, Eva e Adão. Nenhum nome faz...

O SR. ADÃO DAS NEVES FURTADO - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, S. Adão e D. Rosana.

Chamamos também para falar a Ana Paula Grechaki Halila, assistente social da Casa Lar de São João do Triunfo. O nome completo e a profissão.

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - O meu nome é Ana Paula Grechaki Halila. Sou assistente social. Atualmente eu trabalho na Casa Lar.

Quando eu comecei trabalhar em São João, em março de 2012, as crianças já tinham sido abrigadas, né? Então, eu acompanhei bem pouco esse processo. Era uma outra assistente social que trabalhava. A gente fez intervenções com a família. A família era, várias vezes, omissa, né, em todas as nossas tentativas, mas o procedimento para o abrigamento das crianças é anterior à minha pessoa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você chegou a fazer algum relatório desses que estão no processo sobre visita?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Eu não me lembro, mas eu acho que eu acabei fazendo, porque eu trabalhei num tempo em que a assistente social



ficou afastada, e eu trabalhei acho que uns seis meses, acompanhei o processo. Então, devo ter feito algum relatório que eu não me lembro. Mas eu fiz visitas. A gente fazia acompanhamento. Tentamos incluir a D. Maria Rivenete em grupos de apoio, né? E era difícil a situação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A situação era difícil?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Era.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A Prefeitura chegou a colocar algum projeto assistencial à família?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Foi incluído.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Foi incluído?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Foi incluído. A participação deles era muito pouca.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Na Casa Lar você não chegou a conviver com os meninos?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Convivi, porque eu era uma das voluntárias também, né? Então, eu também até tinha um afilhadinho na casa, junto com o Pedro. Nós tivemos uma época em que a gente teve 25 crianças abrigadas, né? Então, a gente fazia um trabalho voluntário lá também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Essas 25 foram adotadas?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Algumas retornaram acho que à família de origem. Desses dois casos que a Dra. Tarcila citou foram pra adoção internacional e uma acho que foi pra adoção brasileira, que são esses quatro já que entraram junto com os da Maria Rivenete.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você conhece os conselheiros tutelares de São João do Triunfo?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Atualmente? Conheço.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Os que passaram por, por...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Também conheço. São João é uma cidade bem pequena. A gente acaba conhecendo todo mundo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quem é o Mauro?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - O Mauro...



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está aí?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Está.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vai ser ouvido acho que também, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O que você, na situação, você tem experiência como assistente social, você colocaria para adoção essas crianças ou daria mais uma chance a elas com a família?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - É uma pergunta meio difícil, né, doutor. Até onde a gente sabe, assim, foram esgotadas todas as possibilidades que poderiam ter sido feitas na época. De repente, hoje, a situação seria outra, né? Então, acho que pra época talvez tenham sido esgotadas todas as possibilidades.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - As crianças queriam ser adotadas ou não?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Quem pode falar mais sobre isso seria a psicóloga que atendia, que fazia essa situação da reaproximação. Todo esse procedimento era feito pela psicóloga.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Teve tentativa de reaproximação?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Porque essa é uma pergunta clássica. Se o objetivo principal de uma casa lar é você ajudar a família a se recuperar e reaproximar os filhos, medidas como: proibir a família de visitar as crianças, não poder passar nem na frente da Casa Lar, não vão ajudar em nada. Na verdade, vão ajudar a cortar os laços para facilitar uma adoção. Então, a pergunta para você que estava lá, você viu alguma vez juntarem os filhos com o pai, com...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Não. Eu não vi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Teve alguma família brasileira que quis adotar crianças que estavam na Casa Lar?



A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Eu não sei, doutor. Isso já não nos compete. A nossa competência vai só com o trabalho com a família, com as crianças. A questão de adoção já é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas você, como voluntária, teve alguma informação...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...de que alguma criança teria...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Não soube.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

As condições da família eram consideradas subumanas?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Em algumas situações, sim. Quando as crianças iam pro lixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que situações foram mais...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Que se alimentavam do lixo. A situação da higiene sempre foi precária. Agora, a situação melhorou na família. A gente não pode fazer vistas a isso. A gente sabe que a situação melhorou, mas teve uma época que a situação era bem complicada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sei. Teve uma época? Mas, por exemplo, as crianças que estavam na idade escolar estudavam?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Os mais velhos se evadiam um pouco da escola. É que, na realidade, foi o que eu falei para vocês. Eu acompanhei esse processo seis meses. Então, nos seis meses que eu acompanhei, as crianças já estavam abrigadas. Então, eu não posso falar de uma coisa que era anterior a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, mas como é que você disse que as condições lá...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Porque eu acompanhava, esses seis meses, eu acompanhei só o casal. Não acompanhei as crianças, né?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Na casa, a senhora foi? Na casa que...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Fui.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora assistiu àquele filme *"Lula, o filho do Brasil"*? Ou não?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Assisti.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora ia tomar também os filhos do pai e da mãe?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Não sou eu que tomo filho, doutor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas, no relatório, era uma família bem parecida. Eu hoje, ouvindo todo esse depoimento, né... Era uma família bem parecida. E saiu um Presidente da República daquela família. Eu acho que a gente poderia ter dado uma chance maior para essa família. É a minha sensação final, Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na maioria do que você fala dessas condições, você viu ou ouviu de alguém falar sobre isso aí?

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - As situações que eu presenciei eu posso falar, porque eu fui, a gente fazia visita domiciliar. A casa realmente era... Depois, quando eu comecei, já era a casa nova, que a Prefeitura tinha construído, mas, mesmo assim, a questão da higiene era precária. Existiam realmente fezes. Mas isso era o casal, e mais tarde o filho mais velho. Os outros já estavam abrigados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. Então, você não esteve no período em que...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - Não. No período era outra assistente social. Era a Regina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, você viu o seguinte... Agora, você ouviu também aqui que, quando havia as enxurradas, havia...

A SRA. ANA PAULA GRECHAKI HALILA - É porque, na realidade, eles moravam quase dentro do lixão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é. Nós temos várias experiências de gente que mora ou morava no lixão e trabalhava lá — mas depois saía —, porque não tinha onde morar e não tinha as condições para ter um sanitário, para ter água encanada, para ter saneamento básico. Enfim, tudo aquilo que o poder



público deveria... Creche para todo mundo. Ou seja, na realidade, isso não é uma condição subumana, consequência da atuação da família, mas é pela falta de condições para que eles pudessem viver de forma digna. Porque nós verificamos em alguns lugares onde os lixões foram retirados e foram dadas casas dignas em espaço, com toda a estrutura de saneamento, de água, enfim, de dar condição efetiva para que as pessoas pudessem viver com dignidade.

Mas você disse que você já acompanhou no momento em que essas crianças estavam na casa abrigo.

Muito obrigado.

E nós vamos agora ouvir o último, depois eu... A Ana Paula já a ouvimos agora.

Agora vamos ouvir o Mauro Sérgio Campos de Sousa, de São João do Triunfo, no Paraná, e, depois, no final, a palavra com o Dr. Jefferson, para fazer o fechamento da nossa audiência. Tem mais alguém que gostaria de falar?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tem mais uma mãe lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem mais uma mãe? Também quer falar? Então, procura ver o nome dela, porque não está aqui.

Sr. Mauro Sérgio Campos de Sousa, pode dizer o nome completo, profissão, já sei que mora em São João do Triunfo.

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - O meu nome é Mauro Sérgio Campos de Sousa. Sou natural de São Paulo. Quando eu casei, fui morar em São João do Triunfo, no ano 2000, e, logo, em sequência, eu entrei no Conselho Tutelar, em 2001. Iniciamos ali dia 15 de janeiro de 2001. Então, nós pegamos o bonde andando já. Já estava em destituição de pátrio poder. E, na época, as crianças foram tiradas por ordem da promotora, e fomos nós, conselheiros, inclusive todos nós que estamos aqui, os três conselheiros, que participamos ali, de estar ali retirando as crianças, mas por mando do Ministério Público, porque a gente achava que era o certo.

Perguntamos para ela o que ia ser feito com as crianças. Então, iam para a Casa Lar que, na época, tinha acabado de inaugurar. Iam para a Casa Lar, e nós íamos trabalhar a família. Nós íamos trabalhar a família para estar indo, assim, de



volta, pelo nosso pensamento. E era feito ali... Eu estava voltando as crianças de volta pra família. Mas eu fiquei até 2006, e minha surpresa, inclusive eu nem fiquei sabendo, foi para outro país, e nós nem ficamos sabendo.

E também eu trabalhei na Casa Lar, eu cobria a folga da Joice, e nos finais de semana também ali participando com aquelas crianças. Conhecemos todas as crianças, as 25 crianças. E sentimos muito, assim, quando, né, as crianças foram embora, porque nós tínhamos aquele apego. Até hoje temos uma amizade boa com o Ariovaldo, com o Guinho, da família. E fico aberto para perguntas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com a palavra o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor tem alguma colocação a fazer em relação às ordens do Ministério Público em relação às ações do Conselho Tutelar?

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Sim. As ordens eram, assim, porque não fizemos nenhum curso para entrar lá no Conselho Tutelar. Entramos e já, logo, foram retiradas aquelas crianças. Então, era tudo o Ministério Público. Inclusive a Dra. Tarcila, que ligava para nós e dizia: "Oh, vocês têm que fazer assim, assim, assim." Então, nós fazíamos o que a Dra. Tarcila pedia para nós.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas ela dizia o que era para escrever no relatório? A conclusão do relatório? Ou ela mandava vocês irem lá tirar a conclusão. É isso que eu estou tentando entender da tua colocação.

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Eu acho que não participei de nenhum relatório, mas foram relatórios para lá que ela não aceitou, com algum erro de, com alguns erros. É porque... Simples, né? Cidade simples, e nós todos simples ali. Então, tinha algum erro e ela mandava de volta, rasgava, falava: "Não, faz outro que esse não está bom." E nós tínhamos que fazer outro relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Em relação a essas crianças, o senhor fez algum relatório? Teve algum...

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Não, não. Não fiz nenhum relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Visitou essa casa?



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Visitei. Inclusive nós filmamos na época. Não sei se tem até hoje no Conselho Tutelar ou no Ministério Público, mas nós filmamos o lixão, a casa da Rivenete. Foi filmado tudo. Mas, pelo que eu vejo, não aparece aqui no processo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Naquele período que as crianças ficaram abrigadas, que o senhor até substituía a diretora da Casa Lar, o senhor notou uma melhora da família que possibilitasse a reintegração dos filhos? Ou seja, saíram do lixão, o pai, começou a ser tratado o alcoolismo ou não? Continuava tudo...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, o pai se tratava, foi se tratar. Estão numa condição melhor. Melhorou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Saíram do lixão. Melhorou?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, eles não saíram do lixão, assim. Eu lembro que eles ficaram morando lá um tempo, inclusive o lixão é que saiu de lá. Hoje, na cidade não tem mais o lixão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o senhor notou que havia uma melhora, ou a convivência, como diz o Deputado Luiz Couto, as condições eram subumanas, não tinha como voltar os meninos. Tinha como reintegrar esses meninos ou não?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu também participei. Assim, eu fui junto, mas não fiz relatório. Mas eu fui junto. Eu me lembro muito bem que lá era falta de higiene, né? E o pai que, na época, era alcoólatra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas depois. Isso que eu estou perguntando, Mauro. Depois, dois, três anos desses meninos na casa abrigada, o pai se recuperando do alcoolismo, a Prefeitura ajudou a ter a casinha deles lá e organizar, continuavam subumanas as condições?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não. Não continuava.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tinha condições de tentar restabelecer essa família ou não?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tinha condições de eles voltarem para casa.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Alguém fez algum relatório dizendo isso para a promotora, para o juiz?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Não. Eu não fiz nenhum relatório dessa forma. Acho que outros conselheiros também não fizeram. Porque nós fazíamos tudo que a doutora pedia, né? E, igual falei, a gente não tinha curso, não sabia como funcionava o Conselho Tutelar. Então, nós pensávamos que era o Ministério Público que punha aquilo para a gente fazer. Então, tudo o que ela pedia nós fazíamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mauro, você conhecia ou conheceu a Dra. Regina Bugai?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - A assistente social?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Sim, conheço até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela continua morando lá?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Sim, é a primeira-dama hoje

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ah, é a primeira-dama.

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu pergunto o seguinte: você disse que vocês traziam o relatório como conselheiros tutelares e a promotora... Era a promotora que pedia?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - A promotora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dizia: "Não, isso aqui não está certo, não. Vocês vão fazer..." E ela dizia como é que devia fazer o relatório?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Ela dava a dica de como é que tinha que ser feito o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Devia dar a dica. E a dica era de que faltava, falta de higiene e o alcoolismo do pai?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Tinha que ter colocado tudo que nós vimos, é... Até mesmo o dizer, a escrita, né? Então, quando chegava com ela, ela pegava: "Não, volta. Isso aqui não vale. Façam melhor. Vocês põem o que vocês viram. Se viram fezes, põem fezes. Cachorro... Então, vocês têm que colocar isso aí."



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, ela dava a dica para que vocês fizessem o relatório do jeito que ela queria.

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É isso mesmo?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - É isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso. Agora, se você fosse, em vez de conselheiro tutelar, você fosse promotora ou promotor, você... A falta de higiene e o alcoolismo do pai eram condição para tirar o pátrio poder?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Não era. Inclusive eu fiz diversos cursos. Fui até representar o Conselho Tutelar em Brasília, em 2005. E realmente não era do jeito que nós pensávamos, né? Que o promotor, a promotora que mandavam no Conselho Tutelar. Então, hoje eu tenho outra visão, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Mauro. Teria mais alguma coisa a acrescentar, Mauro?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Não, só uma coisa. Nós moramos em cidade pequena. É uma cidade pequena lá. E todos nós que viemos, pessoas simples, trabalhadores, pessoas simples. Nós... Estava conversando ali, nós... Não é medo... É medo, na verdade, de sofrer represália. Nós estamos falando aqui. E nós temos medo de sofrer represália.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é. Mas se vocês sofrerem qualquer... O pessoal aqui vai dar o telefone da CPI pra que nós possamos solicitar providências, ou seja... O medo, o medo é a força que a gente dá pra aquele que quer oprimir a gente ou esmagar. Se a gente levanta a cabeça, firme — sabe? —, vai unido, reunido aqui, todo mundo, eles... Ou seja, como tem uma expressão lá que diz que cachorro que late não morde, né? Às vezes, mordem, alguns. Mas nós precisamos é não dar a força pra quem nos esmaga, pra quem nos oprime, pra quem nos... Então, se tiver alguma coisa, só é comunicar o Francischini aqui...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu estou pertinho aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Manda logo.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu gosto de uma briga... É só avisar.

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Eu estou falando em nome de alguns, né, que conversaram. Conversamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É. E, a partir de hoje, nós vamos considerar vocês sob proteção da CPI. E qualquer ameaça que vocês sofrerem, nós vamos responsabilizar essas pessoas que não querem que a verdade possa aparecer. Se tiver alguma ameaça, só é procurar a assessoria do Francischini, quando ele não estiver aqui, e também outras pessoas, o advogado também, o advogado que está aí, pra que a gente tome as providências. Certo?

Eu sei que cidade pequena é isso aí. Mas eu também aprendi isso, que, com a força de Deus, com a graça de Deus, nós podemos vencer inclusive o medo e as ameaças. Certo?

Obrigado a você pelo testemunho. Foi muito importante.

Tem mais três pessoas. Hoje a gente vai sair daqui às 5 horas da manhã para o aeroporto.

Claudinei Francisco de Andrade Kieros, ex-Conselheiro Tutelar, também lá de São João do Triunfo.

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO DE ANDRADE KIEROS - Claudinei Francisco de Andrade Kieros. Também de São João do Triunfo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você, o nome já disse. E a profissão?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO DE ANDRADE KIEROS - Na época, trabalhei de conselheiro junto com o Mauro, o Adão, a Janete e a Luciane.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E hoje?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO DE ANDRADE KIEROS - Hoje, eu sou instrutor de autoescola e moro em outra cidade... Trabalho em outra cidade, mas continuo morando em São João do Triunfo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pronto. O que você tem a falar?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO DE ANDRADE KIEROS - Eu tenho a falar que eu conheço bem a família do Seu Antoninho, da Rivenete e, como conselheiro lá de São João do Triunfo, muitas vezes a gente conversou com eles, foi bem



recebido na casa deles, e a gente sempre tentou ajudar a família. Porque, de repente, o Conselho é visto assim como quem quer punir os pais e tirar as crianças, né? E sempre a gente conversou, no Conselho, de tentar achar uma solução pra a família, de, de repente, um assistente social, a casa deles lá... Eu acompanhei o Mauro, o Conselheiro Mauro na filmagem pra gente tentar remover aquele lixão lá da cidade. E conseguimos, graças ao nosso empenho e à ajuda de mais pessoas. E acabamos ajudando de certa forma. Então, seria isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você conheceu a família e as condições que tinham na casa?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO DE ANDRADE KIEROS - Conheci. Visitei a casa. Entrei dentro da casa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E depois? Houve melhora ou não?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO DE ANDRADE KIEROS - Houve, sim. Eu acompanhei essas melhorias. Acabei fazendo alguns relatórios, o que não foi citado aí. Só foi citado...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Seus relatórios, eu acho que não foram juntados, então, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Interessante. Mauro, você disse que filmou tudo aí, não foi?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Isso

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você tem essa filmagem?

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Eu acho que deve ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Se puder mandar para a gente gravar... E os relatórios que vocês fizeram e que não foram levados em conta, é importante que vocês possam passar para a CPI, que isso é fundamental.

O SR MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Isso foi filmado em 2001, 2002, e a minha saída de lá foi em 2006. Aí eu não tive mais contato com o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo, mas o que foi filmado é importante naquela época.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tem guardada a filmagem ou não?

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Na época tinha. Agora, não sei se...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas, você não tem...

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Não, não. Eu não. Foi do Conselho Tutelar a filmadora...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Será que lá não tem uma...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Conselho Tutelar não sabe se isso está...

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Não tive mais contato com eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas o relatório você tem?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Os teus artigos, você tem guardado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Manda os relatórios. É importante mandar.

O SR. MAURO SÉRGIO CAMPOS DE SOUSA - Isso. Ahã.

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO ANDRADE KIEROS - Estou aberto a qualquer pergunta, não é? Esclarecer.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Pelas condições, como Conselheiro Tutelar, o seu parecer, com a melhora da família, que você já relatou, era caso para tirar os filhos e botar em adoção? Ou havia a possibilidade de tentar reintegrar à família?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO ANDRADE KIEROS - Eu acho que deveria dar uma segunda chance pra eles, no meu ponto de vista. Eu acompanhava também o Antoninho, o professor de música, e sempre estava fazendo visita na Casa Lar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Você escreveu isso em algum relatório?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO ANDRADE KIEROS - Sim.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Isso é muito importante. Escreveu no relatório a necessidade e não está juntado no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é. Inclusive ele falou que não foram levados em conta os relatórios que ele apresentou.

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO ANDRADE KIEROS - Alguns relatórios, que foi citado pela Dra. Tarcila, foram escritos pela Conselheira Jane e pela Luciane, que também eram conselheiras na época e não estão presentes. Então, teria que ouvir elas também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vamos verificar isso aqui. Mas seria importante que os relatórios que você apresentou e não foram levados em conta que você pudesse mandar para a CPI. Pode entregar aqui à assessoria do Deputado Francischini, que levará, com certeza. E o nosso advogado, o Jefferson, com certeza...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Vai buscar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... vai buscar todas essas informações. E até verificar, se no Conselho Tutelar, se ainda tem algum filme daquela época. Um filme triste que nós queremos que se torne uma realidade nova.

Mais alguma coisa?

O SR. CLAUDINEI FRANCISCO ANDRADE KIEROS - Eu acho que seria isso. Da minha parte, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, agradeço pela contribuição. E novamente dizer: se tiverem alguma manifestação de ameaça, de perseguição, vocês estão sob... Procurem o advogado, que passará para a Comissão, e a Comissão solicitará, inclusive à Polícia Federal, para que possa dar uma batida lá e mandar esses que estão querendo ameaçar "plantar batata".

Antônio da Silva, vizinho e padrinho de batismo de Valmir. (Pausa.)

Seu Antônio da Silva, nome completo.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Meu nome é Antônio da Silva, nasci em São João do Triunfo e moro lá em São João do Triunfo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. E trabalha, Sr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Eu sou lavrador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Lavrador. O que o senhor tem a falar, Sr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Eu tinha a falar que, na época, quando pegaram as crianças, normalmente... É que têm várias religiões. Mas quando você é padrinho de uma criança, segundo a minha igreja, que é a católica, você também é responsável por aquela criança. E eu, no meu dever, fui lá falar, em 2001, com a Dra. Tarcila, para ver se tinha como eu pegar a guarda do Valmir, que é meu afilhado. Daí ela falou que não iam doar as crianças; que, inclusive, já tinha os padrinhos. Agora que eu fui saber que os padrinhos é que ajudavam a manter a Casa Lar aqui.

Então, eu quero dizer que eu fui atrás do meu afilhado. E se, fosse o caso, ela desse a guarda para mim, eu tenho certeza de que os outros padrinhos, que são pessoas católicas, iam acabar cuidando dessas crianças até voltarem para os pais. Que não é meu interesse pegar filho dos outros; é ajudar a criar, pra não acontecer o que aconteceu, que foram pra lá, não se sabe se as crianças estão bem lá ou não. Como foi falado aqui que as crianças queriam ir, mas qual é a criança que, se der um presente, sabe que não vai ficar com os pais, vai com quem te agrada? Eu acredito nisso. O meu pensar é isso. É isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Francischini.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Outra coisa, se puder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, pode falar.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Meu pai também foi alcoólatra o resto da vida. E, graças a Deus, eu tenho educação. Alcoolismo não é questão que vai julgar a índole de uma criança para o resto da vida, como vocês mesmo aí — desculpem eu falar “vocês”...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Claro, de acordo com a ciência também...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Falaram que até o nosso Presidente é! (Risos.) O pai era...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ele até gosta de uma 51, mas eu não falei que ele bebia, não. Eu só falei do filme. O Deputado Luiz Couto, que é do PT, depois fica chateado comigo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, não, não.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - O meu pai não gostava só de 51; era 51, Trevisan, Tatuzinho, eram várias. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas é importante perceber que o alcoolismo não é... É considerado uma doença que tem que ser tratada. Quer dizer, não é...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Entre nós, os irmãos, não tem alcoolismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... razão para tirar o pátrio poder, não, viu?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - E nós éramos em sete irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sete.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - E todos convivemos (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E todos foram criados e estão aí.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Era só isso que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Francischini tem alguma pergunta a fazer para o Sr. Antônio da Silva?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O Seu Antônio era vizinho, não é?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Vizinho e, no caso, comadre.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Da Casa Lar, dessa casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele era padrinho

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...onde o pessoal filmou?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - É, não. Eu morava numa comunidade mais do lado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o senhor conhecia, frequentava essa casa?



O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Não, ali, em São João do Triunfo...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor é compadre do Seu Antoninho?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - ...a pessoa falou qualquer coisinha, ou pensou, até o vizinho já sabe. Lá é assim. Cidade pequena.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não, e às vezes é uma região muito pobre, como a beira do lixão. Sabe a diferença de uma família pobre de uma família que não tem condições, que está em condições subumanas, que querem colocar os filhos nessa situação. Era tão terrível, a situação, ou era uma família pobre, que precisava de ajuda?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Eu acho que era uma família pobre que precisava de ajuda. Precisava de ajudar os pais, tentar, no máximo, conscientizar eles do que estavam fazendo, na minha opinião. E, em todo lugar, cidades grandes, como eu já morei aqui, em Curitiba também, têm os seus lugares que são problema. E nessa região era um dos lugares em que existiam problemas, o tal falado lixão, não é? Como em todos os lugares tem os seus, vamos dizer, dedos podres. E ali era um dos... Não era só aquela família ali, também era...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tinha várias?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Tinha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor registrou essa ida do senhor ao Ministério Público?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Não, é porque a gente é uma pessoa, vamos dizer, leiga, com boas intenções. Eu, na época, fui falar com a pessoa que eu achava que era a autoridade, né? Mas daí...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor foi direto na promotora?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Não, eu fui lá na Casa Lar. Eu fui ver o meu afilhado e daí coincidiu de ela chegar naquela hora, como ela sempre ia lá, mesmo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ahã.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - E daí eu já aproveitei pra falar que, se ela fosse doar o meu afilhado, eu queria. Daí ela falou: "Mas como seu afilhado? Ele já tem padrinho." Eu digo: "Não, que eu saiba o padrinho sou eu." Daí que ela explicou. Daí



ela queria que eu ajudasse até. Eu falei para ela, eu digo : “*Não, eu não vou ajudar, que aqui...*” Eu, no meu modo, achava que era condição do Governo de ajudar as crianças, já que tirou dos pais, né? Eu achava assim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, inclusive aqui, Seu Antônio, no relatório da assistente social, à época, da Regina Bugai, ela disse que não havia nenhum ato de violência e parece que colocava a pobreza como condição. Ou seja, ser pobre, para muita gente, é condição para tirar o pátrio poder. E a gente não pode admitir isso aí. Quer dizer, o pobre tem dignidade, deve ser respeitado, né, e, como o senhor disse, o seu pai que era alcoólatra, que bebia todas as águas que passarinho não bebe...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ou seja, mas vocês todos se criaram, estão aí, e o senhor, como padrinho do Valmir, quer dizer, sentiu também quando viu o seu afilhado, que o senhor via, que o senhor procurou uma vez: “*Olha, quer que eu fique com ele aqui, para a gente...? Depois a gente retorna.*” Mas, depois, o senhor viu que o seu afilhado Valmir levaram para outro país, né?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Até antes de ir na Casa Lar a gente convivia. Ele me via na rua e me pedia a benção, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Benção, tomava a benção e tudo. Então...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Então, como é que se vai deixar uma criança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, é isso aqui. Mas o senhor, mesmo ele estando aqui, o senhor pede toda a noite...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Ah, toda a vida, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que Deus o abençoe...

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Que Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... que ele faça retornar aqui, como a Alessandra, no caso, retornou, e como outros também, quando de maior idade, que possam retornar. E a gente vai tentar isso aqui, como disse o Deputado Francischini, de ver se nós conseguimos trazer de volta essas crianças, que, pelo que nós estamos vendo aqui, houve uma série de problemas no processo e que



precisam ser levados a sério. E nós vamos levar, inclusive, cópia desse relatório, também com a nota técnica, depois de analisados, para o Conselho Nacional de Magistratura, e também para o Conselho do Ministério Público Federal, para tomarem as devidas providências.

Mais alguma coisa, seu Antônio?

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - Não, eu só quero deixar declarado que eu tive a intenção, né? Agora, só que eu não soube me manifestar sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está registrado.

O SR. ANTÔNIO DA SILVA - ...eu digo, no órgão competente, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está registrado. E, com certeza, nós entendemos isso aqui e respeitamos, inclusive, cada um que tem a sua religião. O senhor sabe que eu sou padre e Fernando Francischini é pastor, quase pastor (*risos*), e nós nos respeitamos muito bem, porque nós queremos que o ser humano seja respeitado na sua dignidade. Todos nós somos filhos de Deus e filhas de Deus e queremos que nos respeitem como imagem e semelhança dele. Está o.k.?

Muito obrigado.

Vamos... Aqui ainda tem uma.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Terezinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Terezinha Baltazar Ferreira, não é? Prima adotiva de Rivenete. (*Pausa.*)

Pois não, D. Terezinha. O nome completo e a profissão, e onde mora; é lá, também, em São João do Triunfo?

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Meu nome é Terezinha Baltazar Ferreira, moro em São João do Triunfo, sou autônoma e me criei com a Vonete, desde pequenininha. Então eu conheço a vida da Vonete desde os 5 anos de idade. E dos filhos também, porque os filhos dela se criaram junto com os meus.

E que nem falaram aí, tanta gente falou que a Vonete morava no lixão, que morava no lixão, mas não era só ela que morava no lixão; moravam sete famílias no lixão. Não era só ela, não foi só a Vonete. E outras famílias também tinham filhos, outras famílias que moravam lá também tinham filhos. Não era só ela que tinha filhos. Por que pegaram só dela? E por que falam tão bonito, que a Prefeitura deu



uma casa para a Vonete. “Nossa! A Prefeitura deu uma casa!” Deu sim, claro que deu, mas eram dois cômodos; dois cômodos, sem banheiro, sem luz e sem água. Era uma casa, claro, abrigava todos eles. Mas então não venham, daí, falar mal, que tinha fezes espalhadas, e sujeira, e cachorro, e tanta coisa, né? Porque você fez para ajudar, a Prefeitura deu — claro que deu! —, mas era uma casinha tão humilde, que se fossem duas peças, então, grandes... Mas duas pecinhas pequeninhas. E claro que serviu para ela. Serviu sim, abrigou todas as crianças, e, se fosse, se tivessem com ela até hoje, teria abrigado, né? Quer dizer que até hoje, daí, já ia ter aumentado a casa, né, todo mundo teria ajudado. Mas o que eu queria deixar com vocês é que não era só ela que morava no lixão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quantos filhos a senhora tem?

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Eu tenho três.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eles conviviam com os filhos, eram amigos dos filhos da dona Rivotete?

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Conviviam.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora ia na casa da D. Rivotete?

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Ia. Eles viviam lá em casa também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A senhora escutou os depoimentos que a Promotora leu do processo.

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Então, eu escutei. Quanta mentira! Quanta coisa, porque... Por isso que eu estou falando? Porque, meu Deus, não era só ela que morava no lixão. Por que implicaram só com ela? Os meus filhos viviam com os dela, e os dela lá em casa, e... Se faltasse comida lá na casa dela, lá em casa tinha. A gente é pobre também, mas comida nunca falta. Então, não...Uma situação assim que eu acho que não deviam ter ido embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem, D. Terezinha. A gente agradece o seu depoimento.

Eu acho que é isso mesmo. A pergunta que a senhora faz é a pergunta do clamor de muita gente: por quê? Por que a escolha de Rivotete e Seu Antônio? Por



que aqueles sete filhos? E era para mandar o outro também, se o outro não chegasse a 13 anos, porque a criança é colocada até 12 anos incompletos. Depois já passa a ser adolescente.

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Pois é, Mas que nem falaram tanto dos alcoólatras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu digo, mas porque o Luís, ele se salvou porque ele completou 13 anos.

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Fugiu, fugiu. O Luís fugiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Fugiu também .

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E os outros não podiam fugir né?

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - É, os outros eram menores. Então, lá em casa nós somos em 14 irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Isso.

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - A mãe criou todos. Meu pai era alcoólatra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é.

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - E a mãe criou todos os catorze. Não deu nenhum. Quer dizer, a Vonete não deu também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. Então, é isso mesmo.

A gente agradece a coragem que a senhora tem de vir aqui solidarizar-se também com a família e fazer a pergunta para aqueles que fizeram o processo de adoção. Vamos dizer: por quê? Por que o casal?

A SRA. TEREZINHA BALTAZAR FERREIRA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, viu?

E agora vamos ouvir o Dr. Jefferson Luís Biancolini. Quer falar daí mesmo, Dr. Jefferson? (Pausa.) Não, ele quer da tribuna.

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Já cansei de ficar sentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Com a palavra, novamente, o Dr. Jefferson.



O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele já foi identificado. Não precisa mais dizer o nome porque já está identificado. É continuar aquele depoimento dele.

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Sr. Deputado Luiz Couto, Deputado Fernando Francischini, mais uma vez me rendo em homenagem a V.Exas. que, se eu fosse provavelmente falar de todos os predicados de virtudes de V.Exas. nós iríamos passar a noite toda aqui.

Deu para perceber, Excelência, que esse processo aqui não tem outro destino se não o lixo. Viciado, desde o começo, dirigido por pessoas cuja intenção não era ajudar de maneira alguma a família e sim prejudicá-la. O coronelismo, há muito tempo, já foi banido do País. Mas parece que, nessas comarcas do interior, o coronelismo ainda está sendo imperioso por parte de alguns agentes do Ministério Público.

No caso aqui, dá para V.Exas. perceberem que faz mais de 13 anos que a promotora saiu da comarca, mas a população ainda está estarrecida e tem certo temor e se sente um pouco coagida com a presença da promotora. Tanto é que foi pedida a reserva e com a ida da promotora embora, a reserva foi retirada. Por que esse medo? Por que essa situação? Na realidade, são profissionais que tinham que estar lá para defender o interesse da sociedade e aplicar a lei e fiscalizar.

V.Exas. puderam perceber, através dos conselheiros da época, dos assistentes da época, que a situação explanada nos autos não é aquela verídica com a situação que se apresentava no local. Nos autos não há antecedentes criminais do Sr. Antônio e nem da D. Rivenete. As filmagens que foram mencionadas, que eu já tinha mencionado anteriormente com fotos, não foram anexadas; perícias técnicas acompanhadas por profissionais competentes não existem; e a oitiva das crianças, como V.Exa. diz aí, só existe no processo final de adoção do CEJA, encaminhamento para internacional.

Em momento algum elas foram ouvidas aqui, se elas queriam ir ou não. No processo do CEJA, elas foram ouvidas de maneira direcionada que, inclusive, eu já explano os meus protestos aqui pela Justiça do Estado do Paraná, porque em todas as audiências que eu acompanho elas são direcionadas. Os juízes e os promotores



põem as palavras na boca das pessoas, das testemunhas, das vítimas e acabam induzindo o processo da maneira que eles querem. Isso fica um protesto meu aqui formalmente. Muito bem se demonstra aí, Dr. Exmo. Deputado Luiz Couto, que a nossa Justiça, formada por magistrados e principalmente promotores, exacerba, excede um pouco do poder.

Não vou me estender muito, até porque já estamos todos cansados. Eu até queria pedir ao Deputado Luiz Couto que, na hora da aprovação da PEC 37, V.Exa. tenha o maior cuidado em analisar, porque se o Ministério Público, do jeito que está, já exerce essa forma, já anda dessa forma, imagine com uma PEC 37 apoiando eles, o que eles não vão fazer? Eu até vou pedir para o Deputado Francischini, caso essa PEC venha a ser aprovada, que me encaminhe aqui para eu ser um funcionário da limpeza dessa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque a minha profissão, infelizmente, eu vou ter que deixar. Porque, como criminalista, eu sei o que eu sofro, sei o quanto eu sou perseguido, sei o quanto a gente é ameaçado, porque nós estamos aqui para trazer a verdade, geralmente defendendo o cliente e, muitas vezes, não concordamos com o que o cliente faz, muitas vezes eu já pedi que o cliente fosse condenado conforme o crime que ele praticou. Não da forma que o Ministério Público pede, claro, porque eles sempre agravam muito a situação. Então, eu pediria encarecidamente, em meu nome, Deputado Couto, que o senhor reveja a sua posição com relação a essa PEC 37.

Muito obrigado pela condução. Conheci V.Exa. pessoalmente hoje e me afeiçoei muito. E tenho a honra também de dizer que compactuo desse Deus que V.Exas. também compactuam, maravilhoso, faço parte da Igreja Internacional da Graça, seguidor do Missionário Soares pelo Brasil todo.

Então, não tenho motivo de vir aqui, alterar a verdade, mentir; simplesmente pedir para que seja feita a Justiça, a repatriação das crianças e, talvez, a abertura de procedimentos cabíveis para que possa se verificar essa irregularidade processual, que eu vejo existir muitas falhas aí, porque não é retirando os filhos de uma família pobre, de uma família humilde que nós estaremos resolvendo o problema do Brasil. Eu sou pai, sei o que é isso. Os nossos filhos são o maior patrimônio que temos na vida e por eles nós temos que zelar e, muitas vezes, entregar a nossa própria vida



para que a vida deles dê continuidade. Muito obrigado pela atenção de V.Exas. e tenham todos uma boa noite.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado, Dr. Jefferson. Dizer que o que nós somos contra é tirar a palavra “exclusividade”, porque nós queremos que os delegados continuem fazendo o trabalho, mas também, por exemplo, tirando a “exclusividade”, a Receita Federal, os auditores não teriam como investigar também, ou seja, a Previdência Social, no caso, também não teria, os auditores. Então nesse aspecto não é só... E nós queremos que o processo de corrupção, da violência toda, da impunidade, que estão intimamente relacionados, que haja o maior número de pessoas envolvidas nas investigações. Agora, quem age incorretamente, quem usa da sua função para perseguir, aí nós vamos em cima e vamos criticar também. Para nós não tem essa coisa de achar que todos são, dentro das corporações, todos são iguais. Tem pessoas que V.Exa. conhece, como a gente conhece, dentro da própria igreja, pessoas que agem corretamente e outras também.... Agora, isso não significa...

O que nós somos contra é dizer “só”, porque hoje no mundo apenas três países ainda continuam tendo o inquérito policial. Porque muitas vezes o inquérito policial vai lá e, quando chega na Justiça, é outro processo que se faz. Então, aí nesse momento, não é que nós estejamos aqui tirando a competência dos delegados, que fazem um trabalho excelente, principalmente os delegados que têm essa linha de investigar pra trazer a verdade, não tendo apenas as provas testemunhais que podem ser destruídas, mas buscando através de elementos trazer provas materiais, que isso é que é fundamental, porque a prova material ninguém consegue destruí-la. Ela é, por si... Ela traz a verdade à tona.

Mas eu quero dizer para V.Exa. que nós queremos é que a verdade apareça e V.Sa. colocou aí a necessidade que se tem de que o processo possa... Vamos analisar e vamos mostrar...

É por isso que nós temos um conselho nacional, que tem uma corregedoria. Todas as instituições têm corregedoria e também fazem investigações acerca dos procedimentos. Então, é isto tudo que nós queremos: cada um cumprir a sua tarefa, com a verdade acima de tudo.

O SR. JEFFERSON LUÍS BIANCOLINI - Exatamente, Excelência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu queria agradecer.

O Deputado Francischini vai falar agora na despedida. Depois nós iremos fazer os agradecimentos.

V.Exa. já pode começar a fazer também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu queria rapidamente agradecer a presença de todos. Queria agradecer o empenho que V.Exa. teve em me apoiar para que a CPI pudesse vir aqui junto com os Deputados Arnaldo Jordy, Flávia Morais, José Augusto Maia, que também esteve...

A gente sabe que precisa ter pelo menos um grupo de Deputados fortes para poder tirar a CPI de Brasília, e a vinda aqui foi muito útil. Eu vi pessoas simples, humildes, muitas vezes esquecidas e que não teriam voz se a CPI não tivesse vindo aqui para tentar reverter esse caso, principalmente o caso de São João do Triunfo, que talvez seja aquela pontinha lá do *iceberg* de 355 crianças — meninos e meninas — que estão no exterior hoje.

Eu tenho a lista. É a lista nº 1, que está comigo. São crianças do meu Estado, Deputado Luiz Couto. E eu, a partir de agora, tenho uma missão que coloco na minha trajetória política: descobrir, família por família, onde estão essas crianças. Eu só sossego na hora em que a gente conseguir identificar todas.

Que Deus possa estar cuidando de todas neste momento, mas a gente sabe que algumas dão certo e outras não dão certo. A gente espera que, no caso de São João do Triunfo... A minha convicção formada é a de que, juntos, a gente tem que tentar repatriar essas crianças, talvez com parceria do governo americano, talvez decretando a nulidade desse processo nos tribunais superiores, mas pedindo que a autoridade central da Convenção de Haia, nos Estados Unidos, possa trazer relatórios de onde estão essas crianças.

Então, eu agradeço a presença de todos os que ajudaram. Muitos que estão aqui ainda, Deputado Luiz Couto, são da minha equipe. Eles nos ajudaram até madrugadas e madrugadas a analisar cada pedacinho de papel apreendido na casa do Sr. Audelino, o que possibilitou traçar toda essa análise das agendas, das doações, dos *e-mails* que ele trocou, demonstrando até a sua evolução patrimonial; mostrando que o salário dele não era um salário que em cinco anos multiplicava por 300% a evolução patrimonial; mostrando que isso tudo foi uma grande mentira e



que, na verdade, ele está tendo lucro financeiro em cima de pessoas pobres e humildes, da desgraça alheia.

A nossa posição na CPI... Por isso eu me orgulho de participar de uma CPI verdadeira, que é a CPI do Tráfico de Pessoas. Esta não é uma CPI de politicagem. A gente tem resultados efetivos e tenho certeza de que um dos resultados vai ser a nossa ação, buscando, primeiro, essas crianças lá nos Estados Unidos.

Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Francischini.

Nós queremos agradecer a todos aqueles e aquelas que contribuíram e colaboraram muito hoje com as suas falas, com os seus gestos, com suas emoções também, porque falam de emoções, de sentimentos, de indignação também. Precisamos transformar a indignação em uma ação efetiva pela cidadania. Eu sempre digo que, quando ficamos engasgados, não conseguimos mudar. Mas quando começamos a falar e a expressar isso aqui, outras pessoas vão acreditando, e a energia vai se juntando.

É por isso que, quando dizemos um bom-dia, um boa-noite, um boa-tarde, e a outra pessoa responde, é troca de energia que fazemos. Hoje, normalmente, quando dizemos: “*Bom dia*”, lá no Congresso Nacional, eles ficam espantados porque damos bom-dia aos funcionários e eles respondem: “*Bom dia, bom dia.*” Ficam contentes porque houve troca de energia.

Então, nesse sentido é que queremos agradecer a todos vocês. Quero agradecer ao Cerimonial. Quero agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, a todos os Parlamentares que aqui também estiveram, ao 1º Secretário da Assembleia e também aos advogados que aqui estiveram, à delegada também, enfim, mostrando que nós vamos continuar. Podemos até, com os dados e as informações que o nosso Francischini apresentou hoje, que é um catálogo de informação... Quem sabe se não retornaremos novamente para investigar também os outros casos de outros Municípios que foram elencados aqui?

Queremos agradecer à nossa equipe e ao pessoal também que gravou, que filmou. Enfim, é isso. E quero agradecer à equipe que está aí. Acho que se não



tivesse ocorrido aquele almoço lá, muita gente já teria, como dizem lá no Nordeste, tido uma biloura. (Riso.)

Nós queremos o seguinte: primeiro... Aqui esse papelzinho que todos vocês receberam — para quem não recebeu, ainda temos aqui — é uma cartilha: “*Tráfico de pessoas não é coisa de novela, é coisa real, que existe e que nós estamos combatendo. Você pode ajudar a combater o tráfico de pessoas*”. E aqui vocês têm o correio eletrônico na página. Todo o mundo já tem aqui, e não precisamos... É www.edemocracia.camara.gov.br/web/traficodepessoas. Temos aqui também: cpitraficodepessoas@camara.leg.br. Todo o mundo já tem. O pessoal já trabalha com isso aqui. Se alguém não recebeu, aqui temos ainda o material. Podem pegar aqui com o nosso secretário Marcos ou, então, com o Francischini.

Obrigado a todos.

Que Deus continue nos protegendo, nos animando, nos fortalecendo, porque sem Ele não somos nada.

Muito obrigado. Um abraço para todos.

Declaro encerrada a reunião, senão vamos ficar aqui até voltarmos para o nosso Estado. (Palmas.)